



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — AO SUPLEMENTO "A" AO Nº 87 | SÁBADO, 1º DE JULHO DE 1989 | BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do requerimento nº 10, de 1989, destinada à apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

7ª Reunião, realizada em 19 de abril de 1989

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às nove horas e trinta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Nabor Júnior, Edison Lobão, Aureo Mello e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presentes, ainda, os Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Lourival Baptista, João Lobo, os Senhores Deputados Ronaro Corrêa, Jorge Viana, Gabriel Guerreiro e a Senhora Deputada Beth Azize. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Ronaldo Aragão, Mário Maia, Aluizio Bezerra, Odacir Soares e Teotônio Vilela Filho.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e, solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após foi considerada aprovada.

A seguir, convida o Dr. João Alves Filho, Ministro de Estado do Interior, para tomar assento à Mesa. Com a palavra o Senhor Ministro inicia sua explanação destacando alguns aspectos, com intenção informativa, da política do Governo na região amazônica, especial-

mente no tocante à proteção, conservação e preservação do meio ambiente.

O Senhor Presidente suspende os trabalhos da Comissão por cinco minutos.

Reabertos os trabalhos, assume a Presidência o Senhor Senador Edison Lobão. Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Lourival Baptista, Nabor Júnior, João Lobo, Aureo Mello, a Senhora Deputada Beth Azize e os Senhores Deputados Ronaro Corrêa, Gabriel Guerreiro e Jorge Viana. Para as considerações finais, usa ainda da palavra, o Senhor Relator, Senador Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Ministro e encerra os trabalhos às quatorze horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS; DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. JOÃO ALVES FILHO, MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Leopoldo Peres
Relator: Senador Jarbas Passarinho
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, havendo número legal, declaro abertos os trabalhos desta Comissão.

Acha-se presente, como nosso convidado hoje, o Sr. Ministro do Interior, Dr. João Alves, a quem está subordinada no Brasil, atualmente, a política de meio ambiente.

Por solicitação do Sr. Relator e unânime aprovação da Comissão, esta Presidência convidou o Exmº Sr. Ministro do Interior a marcar dia para esta audiência.

Convido o Dr. João Alves a tomar assento à mesa.

Para fazer a sua exposição dou a palavra ao Exmº Sr. Dr. João Alves, Ministro do Interior.

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Leopoldo Peres, Exº Sr. Vice-Presidente, Senador Edison Lobão, Exº Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho, Exº Srs. Senadores da República, Senadores membros da Comissão, Exmº Deputados Federais, demais autoridades aqui presentes, meus companheiros do Ministério do Interior, minhas Srªs e meus Srsº:

É com o maior respeito por esta excelsa Casa que compareço à presença de V. Exª, atendendo ao honroso convite do Senhor Presidente desta Comissão Parlamentar, eminente Senador Leopoldo Peres, para trazer esclarecimentos sobre a Política Ambiental Brasileira, especialmente voltada para a amazônia, nos aspectos que, particularmente, se enquadram no conjunto de responsabilidades do Ministério do Interior que possam ser úteis aos objetivos dessa Comissão Parlamentar.

Inicialmente desejamos destacar esta iniciativa do Congresso Nacional, que revela a gran-

de sensibilidade dos seus ilustres membros para os problemas da região amazônica neste momento em que se encontra ameaçada por denúncias daqui sobre a sua devastação.

É, portanto, uma grande satisfação, postar-me diante de V. Ex^a, para prestar a minha modesta colaboração aos trabalhos que ora são desenvolvidos por V. Ex^a, com elevado espírito patriótico, nessa Comissão Parlamentar.

Senhores Senadores, não tenho a pretensão de analisar a amazônia, que nas entranhas de sua grandiosidade guarda os seus próprios mistérios e segredos. É que, por isso mesmo tentar perscrutá-la e desvendar seus enigmas, tem sido um desafio para as gerações que passaram, para a geração atual e certamente para as que deverão nos suceder.

A "Hiléia Amazônica", como denominou Von Humboldt — por sua riqueza florestal, com o seu extenso e valioso patrimônio botânico, de variadas espécies, a sua vasta bacia hidrográfica e considerando o perfil dos habitantes que vivem em seu cenário de múltiplas matizes, constitui, com toda a certeza, um dos capítulos mais fascinantes da geografia política brasileira.

Desejamos destacar apenas alguns aspectos, com intenção informativa, da política do Governo nessa região, especialmente quanto ao que se refere à proteção, conservação e preservação do meio ambiente. Além de discutir a validade de toda essa discussão, essa polêmica que se trava aqui, sobretudo no exterior, com relação à competência do povo brasileiro e do Governo, em particular, da preservação da nossa região tão rica, a região amazônica.

Sabemos que muitos aspectos já são do conhecimento de V. Ex^a, alguns pelo privilégio da condição de amazônidas e, portanto, testemunhas de sua própria realidade regional e, outros pelo dever de ofício, que lhes impõem a condição de parlamentares, estudiosos dos problemas nacionais — por isso, solicitamos a melhor boa vontade de V. Ex^a para os assuntos porventura óbvios ou repetitivos.

I — Introdução

Ilustres Parlamentares:

A Amazônia Legal abrange cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, compreendendo os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e do Tocantins.

Constitui 57% do território brasileiro e corresponde a 65% da amazônia continental, à qual se inclui em ordem decrescente, a bolívia, colombiana, peruana, guianense, venezuelana, surinamense, equatoriana e franco-guianense.

Na imensa área da Amazônia Legal estão situados apenas 342 municípios, alguns com dimensão maior que muitos Estados brasileiros e de países europeus. Só para ilustrar, se dividirmos a área total da Amazônia Legal pelo número de municípios, teríamos 14.592 km² por município. O Estado de Sergipe tem apenas 21.994 km².

As suas unidades de relevo e o seu solo são extremamente diferenciados, tanto em sua aparência geofísica como pelos solos, onde predominam as planícies e os baixos platôs, juntamente com depressões, chapadões e até maciços rochosos.

Estes contrastes tem seus extremos no monte Roraima (2.875m) e o pico da Neblina (3.014m), o mais alto do Brasil e nas terras baixas do chamado várzeas e igarapés, que alcançam apenas de 8 a 10 metros acima do nível do mar.

Os solos da amazônia, segundo a natureza geofísica, até então conhecidos, são os de terra firme e as várzeas.

Ambos os tipos são solos sujeitos à lavagem de suas substâncias nutritivas (lixiviação), com dificuldades para a retenção de nutrientes, que são capturados e mantidos através do constante ciclo biológico.

A população da Amazônia Legal, compreendendo 12.900.000 habitantes, apresenta, tendo em vista o seu território, um vazio demográfico, outras regiões comparativamente além — média brasileira cuja relação é da ordem de 2 habitantes por km². Tal situação vem impondo a necessidade de uma política de incremento populacional, a ser observada pelos esforços da ocupação territorial da região.

A região conta com um patrimônio de fronteiras internacionais que compreende cerca de 11.248 km lineares, o que levou o governo a preocupar-se com sua ocupação, a necessidade de sua demarcação definitiva e a solução dos problemas de ordem ecológica, econômica e social. A área de fronteiras se caracteriza por um espaço vazio, habitado praticamente por índios, pequenos núcleos habitacionais e garimpeiros e extrativistas e onde se observa também a presença estrangeira, com suspeita de atividades narcotráficas e de contrabando.

Para dar solução aos problemas da região situada ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, foi instituído pelo Governo o projeto "calha norte" que realizará ações ao longo dos 6.771 km, da referida área de fronteiras.

O projeto abrange uma área de 150 km de largura, limitando com os países da Amazônia Continental, com 1.221.000 km², representando 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, abrigando uma população de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, incluindo 40.000 índios, correspondente a 1,2% da população nacional. Distantes dos centros de poder e desenvolvimento do país, essa extensa área conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus, e outros dois menores em Macapá e Boa Vista.

A imensa área da floresta Amazônica, principalmente em razão de dificuldades de acesso e das condições desfavoráveis à facilidade de exploração das áreas mais acessíveis deste imenso País, vinha sendo natural e espontaneamente preservada. Pode-se dizer que a bacia Amazônica é, hoje, a última grande reserva ecológica de todo o mundo. E que, por isso mesmo, deve ser, a todo custo, preservada.

II — Considerações Política Ameaça Internacional

a) Antecedentes Históricos

Seria uma ficção falar-se de uma ameaça internacional à Amazônia? O povo brasileiro, sempre acusado de ter memória curta, e coragem excessivamente generosa, pode até esquecer as ameaças e agressões sofridas pela Amazônia desde seu descobrimento. O Governo brasileiro, no entanto, tem a obrigação precípua de jamais olvidá-las e de julgar tudo o que se propõe sobre a Amazônia, não apenas pelos seus méritos aparentes mas, também, à luz da sua história, que tem refletido a cobiça internacional desde os dias da descoberta do novo mundo, quando o conquistador espanhol espalhou as estórias do *el dorado*.

Para os que estudam a história da Amazônia, esta foi uma região conquistada com grande dificuldade pelos colonizadores portugueses e, mais tarde, pelos próprios brasileiros. Foram ingleses, holandeses, irlandeses e franceses, que no século XVI, se intrometeram naquela área, a partir do Maranhão. Do Maranhão passaram ao Amapá e aos rios interiores, tendo estes "intrusos" chegado a se apoderar de áreas no Tocantins, Xingú, e até mesmo no rio Negro. Tais invasores foram expulsos a duras penas, já dissemos, e só foram mantidos fora da Amazônia pelo zelo, por alguns dito excessivo, dos portugueses, que fecharam a área como se esta fosse uma *velha China* ou uma Rússia imperial, onde o estrangeiro não era recebido.

A expulsão do estrangeiro custava quase meio século de lutas, a partir de 1616. Pedro da Costa Favela, Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Jácome Raimundo de Noronha, Luiz de Aranha Vasconcelos, Manoel Araújo de Sá, Feliciano Coelho e vários outros, nomes estes geralmente ignorados pela maioria dos brasileiros, denodadamente lutaram para expulsar os invasores, que, afinal de tudo, ainda permaneceram nas Guianas — inglesa, holandesa e francesa.

O período seguinte foi de exploração do território, e da ação missionária que consolidou a posse da terra. Franciscanos da província de Santo Antônio, Carmelitas Mercedários, Jesuítas, Capuchos da Ordem de São José e Capuchos da Conceição da Beira e Minho instalaram-se na região a partir de 1616, tendo estes últimos lá chegado somente em 1706.

Este foi um período de extrativismo intensivo, no qual o português dedicou-se a retirar da Amazônia apenas as chamadas "drogas do sertão", ou seja, o cacau, a salsaparrilha, o urucum, o cravo, a canela, o anil, as sementes oleaginosas, as raízes aromáticas, o pixuri, a baunilha e as madeiras de lei. A região, no entanto, mantinha a fama de ser o possível *el dorado*, que atraía os estrangeiros desde o século XVI.

A posse portuguesa de toda a região amazônica fora também garantida pela construção de 40 fortes, que levaram dois séculos para terminar. Controlavam as entradas do rio Amazonas, como o "canal norte" (Macapá), o "canal sul" (Belém e adjacências), subiam pelos

rios Amazonas, Tocantins, Turué, Branco, Negro, Solimões e Guaporé, formando um círculo de proteção, controlando todas as possíveis vias de penetração — um sistema de proteção militar que ainda, hoje, impressiona os visitantes daquela região. Afirma-se que mesmo à luz das modernas estratégias, os pontos escolhidos pelos portugueses foram impecáveis: impressiona é como fossem possíveis suas construções, com as imensas dificuldades da época, especialmente as distâncias e obstáculos das vias de acesso: demonstram inequivocamente a competência e fibra do soldado português.

A posse legal da Amazônia, no entanto, só foi obtida pelo Tratado de Madri, de 1750, negociado sob o conceito do *uti possidetis* ("cada parte há de ficar com o que atualmente possui") que se aplicava a toda a fronteira das terras de Espanha e Portugal no novo Mundo, e não apenas à Amazônia.

Logo após a assinatura do Tratado de Madri, sobe ao trono de Portugal D. José I. Coube então ao seu Secretário de Assuntos Estrangeiros e de Guerra, o Marquês de Pombal, mandar fazer, em 1752, a primeira viagem portuguesa de exploração científica ao Amazonas. Tal exploração se fazia necessária para subsidiar a Comissão de Demarcação de Fronteiras. Mais ainda, porque, em 1745, fora publicado um mapa delineado pelo sábio francês Charles Marie de La Condamine, que modificava os mapas portugueses e dava aos franceses de Caiena uma extensa área de terra do território que hoje é o Estado do Amapá. O sábio francês, enviado pela Academia francesa de ciências para estabelecer cientificamente a linha do Equador, fizera também o serviço de seu rei, estabelecendo em mapa, erroneamente delineado, as pretensões francesas a terras portuguesas, mapa este que serviria de pretexto para a invasão francesa do Amapá, anos mais tarde.

A demarcação, no entanto, foi protelada pelos espanhóis, que pretendiam ocupar tanto território quando possível antes que a mesma ocorresse. Isso resultou em uma correria de ocupação de territórios, na qual os portugueses levaram vantagem. Deste modo, em 1777, quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras homologadas foram praticamente as mesmas que tinham sido delineadas no Tratado de Madri, em 1750.

O surto de desenvolvimento da Amazônia, na era pombalina, foi seguido por um período de declínio, resultante da exaustão dos recursos naturais, das chamadas "drogas do sertão". Um renascimento econômico, no entanto, ocorreria no século XIX, já no começo do Segundo Império brasileiro, em decorrência do patenteamento, em 1845, do método de vulcanização da borracha, que impulsionou a demanda daquele produto para fins industriais. Essa demanda de borracha foi incrementada a partir da década de 1850 e tornou-se fonte de imensa riqueza para a região, durante o chamado "Ciclo da Borracha".

Entretanto, muito antes que o "Ciclo da Borracha" ocorresse, o interesse estrangeiro pela Amazônia já fora novamente aguçado. Com o advento da abertura dos portos brasileiros por D. João VI, em pouco tempo comerciantes ingleses, franceses e americanos já se tinham estabelecidos na área, especialmente no Pará e no Maranhão.

Mais ainda, em 1828 o tenente da marinha inglesa, Henry Lister Maw, sem permissão do Governo brasileiro, desceu de Lima, no Peru e, seguindo a rota do rio Marañon, entrou pelo Brasil afora, pelos rios Solimões e Amazonas, chegando até Belém do Pará.

A presença britânica nesta região foi novamente registrada, em 1834, pela visita de outro oficial da marinha inglesa, o Capitão W. Smith, que tomando a mesma rota de seu predecessor, tentou localizar uma pretensa passagem do Pacífico ao Atlântico, através da selva amazônica. Seu livro, descrevendo esta viagem, publicado em 1836, símile ao do Tenente Maw, causou grande interesse na Inglaterra.

O interesse do estrangeiro pela Amazônia assim se manifestava, nos primórdios da nossa independência, em 1832, formava-se em Londres, com capital de 500.000 libras esterlinas, uma chamada "Compahia Comercial Brasileira de Colonização, agricultura, criação de gado, fabricação de sal, e minerais" (sic), que atuaria no extremo norte do Brasil. Tal companhia pretendia colonizar a região com ingleses, escoceses e irlandeses. Houve reação brasileira local contra este plano. Portanto, não é de admirar que já, em 1836, os ingleses propusessem a separação da Amazônia do Império brasileiro, após haverem formulado uma série de ameaças ao governo revolucionário cabano do Pará. Esta seria apenas uma das agressões que a região sofreria da parte de estrangeiros, naquele período.

A primeira agressão, no entanto, fora dos franceses que, a partir de Caiena, e sob a pretensão de "manter a paz" na região, no começo da Guerra dos Cabanos, em 1835, ocuparam o território do Amapá, dito francês e já delineado como tal no Mapa de La Condamine. Essa área permaneceria em litígio até 1905, quando uma comissão de arbitragem internacional a devolveu ao Brasil.

Em seguida, uma frota francesa aportou em Belém do Pará e seu comandante, entre outras coisas, propôs ao governador revolucionário cabano, Eduardo Nogueira Angelim, que o mesmo separasse o Pará do Brasil, sob a proteção da França, no que foi rechaçado pelo chefe revolucionário. Este fato foi relatado a Lord Palmerston, Secretário de Relações Exteriores Britânico, pelo Cônsul inglês em Belém, o comerciante John Hesketh.

Os franceses foram um pouco mais além de uma simples ocupação do Amapá e da proposta de uma separação do Pará. Naquele mesmo ano de 1836, o General Bernard, ajudante de campo do Rei Luís Felipe, publicou artigo no jornal *Moniteur*, sugerindo a incorporação do Pará (que então compreendia Pará

e Amazonas). Mais ainda, o próprio Louis Felipe manteve entrevista com o embaixador brasileiro em Paris, dizendo que tinha notícias de que o Pará estava a ponto de se desligar do Império, e que o Império não deveria sentir sua perda, pois que aquela região nenhuma falta lhe faria.

A ocupação francesa do Amapá foi longa e cheia de incidentes, alguns burlescos e outros bem trágicos. Tal presença, não podia continuar sem protesto do Brasil, o que foi efetuado por meios diplomáticos e através de um boicote ao comércio francês. Porém, apenas a ameaça de uma interferência inglesa, garantida pelo Tratado de Utrecht, fez a França ceder e abandonar o posto de Macapá, em 1840. Mesmo assim retirou-se apenas a uma pequena distância, permanecendo suas tropas em Maracá, que fica a poucos quilômetros a sudoeste de Macapá.

Em 1855, aproveitando a onda de pressões feitas contra o Brasil pelos americanos, ou, talvez, com medo de que estes de fato se aposassem de toda a Amazônia, os franceses consultaram oficialmente a Inglaterra sobre a possibilidade de uma ação conjunta: ambas nações estenderiam as fronteiras de suas colônias guianenses até a margem norte do rio Amazonas. Desta maneira, toda a Amazônia ao norte do rio seria dividida entre as duas. A proposta, por alguma razão, não foi aceita pelos ingleses.

Em 1885, um grupo de aventureiros vindo de Caiena, estabeleceu-se na pequena vila de Cunani, no costa norte do Amapá. Lá estes aventureiros proclamaram a independência do Amapá sob a denominação de "República de Cunani". Elegeram presidente da mesma o romancista francês Jules Gros, que estabeleceu seu palácio e gabinete em Paris. O assunto tornou-se tão ridículo, que o governo da França decidiu intervir e dissolver a pretensa "República". A ameaça inglesa nunca chegara a tanto.

A ameaça inglesa ocorreria também em 1836, o próprio cônsul inglês, John Hesheth, "em nome dos comerciantes ingleses do Pará"; já se comunicara com o comandante da frota inglesa do Atlântico, sediada na Ilha de Barbados, solicitando que a mesma se deslocasse para Belém, a fim de "defender as vidas e propriedades dos ingleses no Pará". Isso foi feito, logo após o navio britânico "Clio" ter sido saqueado pelos cabanos na Costa de Salinas. O Cônsul Hesketh, temendo uma ocupação de toda Amazônia pelos franceses, escrevia, também, a Lord Palmerston, Ministro das Relações Exteriores Britânico, sugerindo que os ingleses invadissem o Amazonas e dele se apoderassem, antes que os franceses tomassem a iniciativa, conforme se pode constatar na correspondência consular inglesa de Belém, no arquivo do *Public Record Office*, em Londres.

Tudo isso está devidamente documentado.

Neste mesmo jogo separatista entraram os americanos, em 1836, por ocasião da visita da esquadra inglesa a Belém, em face das ameaças formuladas pelo comandante inglês ao Governo Cabano, o Cônsul americano ofe-

receu ao governo do Pará: A época, Eduardo Angelim "recursos militares para proclamar a Independência da Amazônia", no que também foi rechaçado pelo patriota chefe revolucionário.

Desta maneira, dentro de um curto período de tempo, três governos estrangeiros propunham separar a Amazônia do Brasil, sob o pretexto de "protegê-la". O Presidente revolucionário Eduardo Angelim, assim nos informa Arthur Cezar Ferreira Reis, chegou a escrever um livro sobre estas interferências estrangeiras, livro este intitulado *Memórias Históricas*, que infelizmente, em meio à guerra, foi perdido.

Não obstante a falta de cooperação dos rebeldes "Cabanos", os estrangeiros continuaram interessados no assunto Amazônia. Dentre todos eles se destacaram os Americanos do Norte que, com o passar do tempo, mostraram-se cada vez mais interessados.

Entre os Americanos havia um cavalheiro, chamado Matthew Fontaine Maury, chefe do observatório naval em Washington, e membro da *American Geographic Society*. Natural da Virgínia, Maury era escravagista convicto e feroz defensor da teoria do "Destino Manifesto".

Quanto à Amazônia, a teoria de Maury, expressa em artigo publicado na prestigiosa *De Bow's Review*, de dezembro de 1849, era de que a Amazônia e o golfo do México faziam parte de um só complexo geográfico. Desta maneira, ponderava, o Amazonas poderia ser considerado como uma "uma extensão natural do Mississippi". Esta sua teoria era "comprovada" pela famosa carta das correntes e ventos marítimos que o genial cientista delineara para a Marinha americana.

Fundamentado na teoria acima, Maury propôs ao governo americano enviar uma expedição do Amazonas. Em outubro de 1850, o Secretário da Marinha William A. Graham, autorizou a dita expedição e indicou o cunhado de Maury, o tenente William Lewis Herndon, como chefe da mesma. Em carta secreta, endereçada ao cunhado, recentemente trazida à luz pelo historiador uruguaio Ernesto A. Ruiz, professor da Universidade de Santa Catarina, Maury deu-lhe instruções secretas e discorreu sobre sua visão geopolítica.

A política brasileira de manter o rio Amazonas fechado à navegação, dizia Maury na sua missiva, impedia a colonização da Amazônia pelos americanos, bem como de todo e qualquer comércio direto com aquela região.

Portanto, explicava Maury ao cunhado: "A mim pouco importa o que motivou o Governo a mandá-lo para lá. Sua ida vai ser o primeiro elo da grande cadeia que terminará na formação da República Amazônica". Aconselhava-o, ainda, da manter em segredo o verdadeiro motivo de sua viagem, para não levantar suspeitas e resistências ao mesmo.

O resultado da expedição, entre outros, foi um livro publicado, em 1852, pelos dois oficiais que dela participaram, William Lewis Herndon e Lardener Gibbon, intitulado *Exploration of the Valley of the Amazon*. Nele os autores atacavam a política brasileira de man-

ter a navegação do rio fechada aos estrangeiros, e predicavam que a mesma fosse mudada, ainda que à força.

A publicação do livro de Herndon e Gibbon, e de inúmeros artigos de Maury na imprensa americana, resultou na formação de um grande número de expedições "Flibusieiras" que pretendiam invadir o Amazonas e declará-lo território americano algumas, sem dúvida, patrocinadas pelo próprio Maury. Aparentemente apenas uma delas chegou a se concretizar. Uma pequena expedição de americanos, vindos do Peru, com a bandeira americana hasteada, trocou fogo com a guarnição brasileira em Tabatinga, resultando na morte de todos os pretensos invasores.

O ímpeto de Maury teve sua contrapartida na ação da diplomacia americana no Rio de Janeiro, especialmente do embaixador geral William Trousdale, cuja diplomacia foi chamada de diplomacia "macaco em loja de louça", tais foram as loucuras que praticou objetivando obter resultados em suas exigências de que o Brasil abrisse o Amazonas ao comércio americano;

O Governo brasileiro finalmente cedeu às pressões externas e internas e, em 1866, abriu o rio Amazonas à navegação de todas as nações. A guerra civil e a derrota do escravismo nos Estados Unidos, curiosamente aumentaram o interesse no Amazonas, não apenas da parte dos confederados vencidos e humilhados, que por lá aportaram procurando abrigo, mas também do embaixador "Yankee" na corte brasileira.

O Embaixador "Yankee", general James Watson Webb, montou um esquema estudado pela historiadora Nícia Vilela Luz, em seu trabalho de 1968, intitulado *A Amazônia para os negros americanos*.

O Embaixador Webb argumentava, por que não trazer para o Brasil todos os negros americanos, recém-liberados, e com eles colonizar a Amazônia? Webb, com um grupo de amigos capitalistas, criou uma companhia para administrar o projeto e financiar o "lobby" junto ao governo americano. No Brasil, o próprio embaixador americano apresentou o plano por escrito ao Governo brasileiro. O Imperador D. Pedro II teve o bom senso de ignorá-lo, limitando-se a anotar à margem do mesmo que era um "plano curioso".

Se bem que o esquema de Webb, fosse apenas uma fantástica operação montada por um grupo de aventureiros, este plano demonstrava a atitude prevalente no muno inteiro, no que diz respeito à Amazônia: de que esta era uma área "vazia", "desocupada" e que deveria ser urgentemente utilizada, de uma maneira ou de outra, por um povo, segundo eles, mais dinâmico, já que os brasileiros não demonstravam capacidade para tanto.

A atitude, acima descrita, foi a mesma tomada pelo famoso professor Louis Agassiz, da Universidade de Harvard, que chefiou a chamada "Expedição Thayer", vinda ao Brasil a convite do próprio imperador, em 1865. Isso fica bem claro ao lermos o Diário da Expedição, mantido pela esposa do cientista, Madame Elizabeth Agassiz, diário este publicado

em forma de livro, em 1869, assinado por Louis e Elizabeth Agassiz, intitulado *A Journey in Brazil*.

Como hóspede do imperador, a co-autora do trabalho foi muito mais discreta do que Herndon e Gibbon, no entanto, descrevendo a situação do Amazonas, madame Agassiz expressou a idéia de que havia grande necessidade de se incrementar a população daquela região. Uma melhor raça de gente, argumentava distinta senhora, era urgentemente necessária ao Amazonas. Esta melhor raça, alegava ainda, era a anglo-saxônica.

O professor e a madame Agassiz tinham um grande admirador na pessoa do Deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos. Este não se limitou a abrir-lhes as portas da Amazônia, mas com embevecimento debateu com os membros da expedição, conforme anotou a madame Agassiz, a possibilidade de um dia "estarem às margens do Amazonas fervilhando com uma população mais ativa e vigorosa do que jamais fora vista até então — quando todas as nações civilizadas compartilharão de suas riquezas, quando os continentes gêmeos apertarão as mãos e os americanos do norte virão ajudar os americanos do sul a explorar seus recursos naturais..."

A atitude de que as riquezas do Amazonas estavam aí para ser compartilhadas com todos os povos do mundo persistiu.

Informam-nos os historiadores da área diplomática que em fins da década de 1860, o Amapá correu o perigo de se tornar americano, quando o Imperador Napoleão III da França, necessitando de verbas com urgência, ofereceu vender Caiena e aquela região ao governo americano por oito milhões de dólares. O governo americano não aceitou a generosa oferta do Imperador francês, pelo fato de estarem os Estados Unidos ainda em severas dificuldades financeiras, em consequência da guerra civil.

A Amazônia continuava sendo considerada como "terra de ninguém". Na ótica imperialista do século XIX, tal coisa não podia acontecer, ou seja, todo espaço "vazio" tinha que ser ocupado. Esta ideologia foi sacramentada, em 1880, na Conferência Internacional de Berlim, quando toda a África foi dividida entre os países europeus. Como resultado desta partilha Portugal perdeu parte de suas colônias africanas, entre elas o território dos Machabombos, por não poder provar aos ingleses que realmente o tinha ocupado. A rainha Vitória assinou então tratado de proteção com o "Rei dos Machabombos" e a Inglaterra assinou esta área, tradicionalmente portuguesa.

O mesmo já ocorrera na América Central, tendo como protagonista o embaixador Inglês William Dougal Christie, o mesmo famigerado "Mr. Christie", que tanto trabalho deu à diplomacia brasileira na década de 1860. O embaixador Christie, em nome da rainha, assinou tratado de proteção com o "Rei" dos índios misquitos, e criou assim a Honduras Britânica. O *modus operandi*, era sempre o mesmo: criava-se um "Rei" fictício com o qual potência européia assinava tratado fictício de "prote-

ção" e, em nome desta proteção, assumia-se a direção da área e colonizava-se a mesma.

Nós nos lembramos disto quando foi proposta a criação de uma chamada nação Yanomami, que, quem sabe, poderia, no futuro, também receber esse mesmo tipo de proteção.

Não seria esta mesma a intenção daqueles que produziram a criação de uma "Nação Yanomani", que poderia mais tarde solicitar e receber auxílio de nações estrangeiras, inclusive com o envio de tropas que alegariam ser para a "proteção" dos mesmos, em pleno território brasileiro? Se isto foi feito no passado na América Central e África, poderíamos esperar tratamento diferente hoje?

Sabemos hoje, se bem que nenhum estudo sobre o assunto tenha aparecido ainda em português, que o Rei Leopoldo II da Bélgica, antes de entrar em sua aventura no Congo, tinha em mente criar uma colônia belga no Brasil, em Mato Grosso. Para tanto teria sondado a diplomacia brasileira. Seus planos eram os mesmos que foram postos em execução na África: criar uma colônia belga com administração própria, com direito a extraterritorialidade e tudo mais que os poderes imperiais exigiam dos países subdesenvolvidos e que, afinal de contas, redundaria no aparecimento de um Brasil belga, separado do outro Brasil, na área Amazônica. Sabe-se apenas que o Barão do Rio Branco teria aconselhado o bom Rei a não mais insistir no assunto, e a questão morreria aí.

O mesmo porém não teria acontecido com as pretensões do chamado *Bolivian Syndicate*, criado em nova lorque, na década de 1890, que negociaria um contrato com o governo da Bolívia para ocupar a região que é hoje o Estado do Acre. Esta região estava em litígio, entre o Brasil e a Bolívia, desde 1867.

A área a ser entregue ao mencionado *Bolivian Syndicate* seria exatamente o território em disputa, rico em seringueiras, onde este grupo americano montaria uma administração quase que independente do governo da Bolívia, com direito de extraterritorialidade, de criar sua própria aduana, de manter sua própria marinha e tudo mais que um país independente poderia possuir. Não fora a ação patriótica de Plácido de Castro e seus seringueiros, que se rebelaram contra o contrato, que lhes tomaria o controle da terra que já haviam ocupado, o *Bolivian Syndicate* teria montado ali o seu governo, com resultados imprevisíveis, tanto para o Brasil quanto para a própria Bolívia. O sindicato tinha entre seus acionistas um filho do próprio Theodore Roosevelt, que mais tarde seria Presidente dos Estados Unidos da América.

Símile ao que ocorreria no Acre, a questão do Amapá foi também resolvida pela atuação dos brasileiros — neste caso garimpeiros, que tinham invadido o Amapá e já chegavam a dez mil em número. Em 1894 esses brasileiros se revoltaram e depuseram o francês Eugene Voisien, administrador da região e criaram um triunvirato, composto de brasileiros, para administrar o Amapá. Em represália, o governo

do Caiena, em 1895, mandou uma expedição militar a Macapá, a fim de restaurar o governo francês. Contra a expedição lutaram apenas 14 homens, mas cuja ação de tal maneira irritou os franceses que estes montaram um massacre contra a população indefesa da pequena Vila de Macapá, incendiando as casas e matando a baionetas trinta e oito moradores, entre velhos, mulheres e crianças. A região já estava sob arbitragem, confiada por ambas as partes ao governo da Suíça, de modo que, em 1900, este deu ganho de causa ao Brasil, voltando o Amapá ser território nacional após 65 anos de ocupação francesa.

Em pleno século XX, com a queda do preço da borracha, toda a região amazônica entrou em depressão econômica e disso se aproveitaram os estrangeiros a fim de obter concessões que antes lhes eram negadas. Este foi o período das concessões gigantescas, se bem que as mesmas já tivessem começado bem antes do colapso do mercado, pois, em 1911, o governo do Pará já fizera concessão de 60.000Km² área equivalente a 3 vezes o Estado de Sergipe, a uma empresa americana, *A Amazon Development Company*, do americano Percival Farquhart, concessão esta que cobria 1/4 da área do Amapá. Farquhart, após a queda do mercado da borracha, abandonou esta concessão, do que mais tarde muito se arrependeria.

Em 1927, o governo do Amazonas fez concessão de 10.000Km² a um grupo japonês. No mesmo ano, o Estado do Pará fazia concessões de mais de 10.000Km² à Companhia Ford Industrial do Brasil, estabelecendo em Belém do Pará para o projeto que tinha sido denominado Fordlândia.

No ano seguinte, em 1928, o Governo da Amazônia faria mais 2 concessões uma de 10.000Km² à Sociedade de Colonização de Varsóvia; e outra do mesmo porte ao grupo japonês.

Em 1930, às vésperas da revolução liberal o Governo do Amazonas fez mais 3 gigantescas concessões a firmas estrangeiras para exploração de metais.

Posteriormente, as concessões finalmente teriam caducado, à falta do cumprimento de cláusulas contratuais por parte dos interessados, e foram consideradas sem nenhum efeito.

No período da 2ª Guerra Mundial finalmente, o próprio povo brasileiro volta as suas vistas para a Amazônia, uma vez que o esforço de guerra requeria que se desenvolvesse novamente a indústria da borracha no Brasil. Esta foi a época do "soldado da borracha", na sua maioria nordestinos que mais uma vez eram levados a trabalhar na Amazônia. Desta vez, sob os auspícios, felizmente, do próprio Governo brasileiro.

O período, no entanto foi curto e, com o fim da Guerra, a produção da Borracha voltou a declinar, mas não o interesse nos estrangeiros na Amazônia. Aparece então o projeto do "Instituto Internacional da Híleia Amazônica".

Muito tem sido comentado sobre o projeto da "Híleia Amazônica", mas poucos sabem,

em detalhe, os seus antecedentes. É difícil mesmo levantar este assunto sem que se faça uma analogia entre os que propuseram este projeto e os ingênuos liberais do século XIX, que propunham que o Brasil fosse "generoso" e dividisse as riquezas da Amazônia com todos os povos da terra sem compreender as intenções, por exemplo, dos americanos do norte, que eram de colonizar a Amazônia e dela se apoderar, como já tinham feito com enormes territórios do vizinho mexicano.

O projeto do "Instituto Internacional da Híleia Amazônica" foi proposto por brasileiro, a começar pelo professor Paulo Berredo Carneiro, representante do Brasil na Unesco, que imaginou poder trazer para a Pátria todo o conhecimento acumulado pelos organismos ligados aquela entidade, tendo em meia desenvolver o Amazonas, para o bem do Brasil e da humanidade. Em 1945, o professor Berredo Carneiro apresentou seu projeto ao governo brasileiro, e, em seguida, a uma Comissão da Unesco, que se reunia em Londres. Ao seu lado, e dando total apoio ao mencionado plano, estavam pessoas de grande saber e autoridade, como os professores Miguel Osório de Almeida, Olímpio da Fonseca e Carlos Chagas Filho, delegados do Brasil naquela reunião, conforme nos informa Ferreira Reis.

O plano já pelo crivo do Instituto Brasileiro de Educação e Cultura e pela Comissão Parlamentar de valorização da Amazônia. Era um plano grandioso e bem traçado, com 22 pontos específicos de estudos científicos e tecnológicos, apresentado na segunda conferência geral da Unesco, reunião no México, em 1947. Mas contra o mesmo levantou-se a palavra prestigiosa e supranacionalista do Deputado Artur Bernardes, ex-presidente da república, que via nele um perigo para o Brasil, por não ser o Instituto Organismo Brasileiro mas Internacional e, porque não dizer, supranacional, que atuaria com todo o poder, inclusive através das fronteiras que seriam ignoradas.

Em face das objeções criadas pelo Deputado Arthur Bernardes, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados solicitou parecer do Estado Maior das Forças Armadas. O Estado Maior deu parecer favorável ao mencionado plano, sem com isso tivessem calar o crítico maior do projeto e ex-presidente da República, o Deputado Arthur Bernardes. Os defensores do plano fizeram o máximo para esclarecer que tudo não passava de um engano de interpretação da parte do Deputado, mas em face da tremenda luta do ex-presidente, que sofrera na carne, por assim dizer, as exigências que eram feitas pelas potências estrangeira quando ao amazonas, nos dias em que fora Presidente da República, a Câmara decidiu sustar qualquer decisão sobre o assunto e o projeto foi engavetado.

"Com quem a razão", pergunta o eminente historiador e ex-governador do Amazonas Arthur Ferreira Reis, ele mesmo pretende demonstrar que havia algo por trás do plano, como delineado pelos orientadores internacionais, quando cita um longo parágrafo do autor inglês Robert Britain, publicado em espanhol, em Barcelona, em 1957, no qual transparece

claramente que a intenção dos mencionados assessores era mesmo de romper com as fronteiras e criar um organismo supranacional, com poderes suficientes para afetar a soberania das nações convenientes. De aparência nada havia de mal no projeto. Mas as intenções dos estrangeiros com ele comprometidos eram, sem dúvida, bem diferentes do que aparentavam ser. Que teria dito o bom deputado se estivesse a par do fato (e talvez estivesse) de que a Amazônia bem recentemente, durante a segunda guerra, chegara a ser considerada como local ideal para a criação do novo Estado de Israel, mas que tal proposta fora posta de lado pelos próprios líderes zionistas, por não admitirem Israel localizado em nenhum outro lugar que a própria Palestina? A Amazônia continuava "vazia", "despovoada", e como tal "disponível" a todos que necessitassem de espaço para o excedente de suas populações. Tanto assim que logo que foi anunciado plano da "Hiléia Amazônica", as autoridades brasileiras, no exterior, começaram a receber inquirições sobre as áreas das quais as nações interessadas poderiam dispor, para "exploração comercial e colonização". Se o plano era puramente científico, assim não entendiam as nações estrangeiras interessadas no mesmo, nem tampouco o deputado Arthur Bernardes.

Nos fins da década de 60 e começo de 70, uma entidade privada, mas que atuava como assessora privilegiada do governo americano, através do fascinante e robusto futurólogo — àquela época e futurologia assumia indevidamente fôros de ciência — Herman Kahn, preconizava o *lago amazônico* (que no ante-projeto aparecia com o nome de "Lago Hudson"). Este lago gigantesco, cobriria uma área de 60.000 Km² (com 600 Km de comprimento e 480 Km de largura), foi concebido por um especialista em engenharia elétrica, chamado Robert Panero, conforme informou a imprensa o próprio Sr. Kahn. Esta proposta de tal maneira empolgou alguns nossos patrióticos ingênuos que, de acordo com informação do Instituto Hudson, 1.500 brasileiros trabalharam, sem receber nenhuma remuneração, no planejamento do mesmo. Os danos à ecologia eram reconhecidos pelo planejador Herman Kahn, mas por ser o maior projeto já realizado pelo homem, valeria a pena, dizia ele, continuar os estudos para implantação do mencionado lago. Este monstruoso lago inundaria uma área, 15 vezes maior do que toda a área prevista por todas as hidrelétricas a serem construídas pelo governo brasileiro, até o ano 2010. É interessante notar que, à época, o plano não recebia nenhum protesto dos ecologistas internacionais.

b) Aspectos da Situação Atual

Hoje nos deparamos com novos e mirabolantes planos de nações que no passado invadiram, ocuparam ou ameaçaram de invadir e tomar a Amazônia dos brasileiros, em nome do "bem da humanidade", do "progresso" e argumentos tais. Hoje fala-se o reverso. Para o "bem da humanidade", fala-se que o Brasil deve prescindir de sua soberania naquela área, para que a mesma seja preservada como o

Brasil deve prescindir de sua soberania naquela área para que a mesma seja preservada como uma espécie de "Jardim do Eden" intocado. Será que os lobos de ontem de fato mudaram não apenas a pele mas as suas próprias naturezas e se transformaram em mansos e inofensivos cordeirinhos? Sabemos que só as riquezas minerais da Amazônia, se devidamente exploradas, são estimadas em trilhões de dólares. Sabemos, também, que as nações que mais pressão estão fazendo contra o Brasil, para que deixe de lado a exploração da Amazônia, são exatamente as nações que possuem satélites artificiais dos mais sofisticados, capazes de detectar todo tipo de mineral e de riquezas naturais. Então, por que este empenho em forçar o Brasil a por de lado sua soberania sobre a Amazônia? Não é por pouco que imaginamos e reagimos como o ex-Presidente do Brasil, o inatacável patriota que foi o Deputado Arthur Bernardes, quando imaginava que por trás de todos aqueles planos formulados para o "bem da Amazônia" e "da humanidade", havia interesses inconfessáveis. Sem dúvida que pudemos dizer, baseados na nossa longa história de intervenções e tentativas de intervenções estrangeiras na Amazônia, de que há algo no ar que só pode ser explicado como mais uma tentativa de intervenção estrangeira em assuntos que não lhes competem, por serem única e exclusivamente brasileiros. Até porque nas próprias colônias por eles mantidas, sua atuação ecológica foi devastadora, além de nos seus próprios países sua atuação na fase da expansão das suas fronteiras agrícolas nada tem de exemplar, quanto à preservação da ecologia. Muito ao contrário, o modelo adotado foi eminentemente dilapidador.

Frente a tantas e transparentes provas que nos traz a história, é justo que o povo brasileiro tenha razões para desconfiar de tanto interesse estrangeiro sobre a Amazônia. Ou será que estão com razão aquelas poucas vozes que advertem que tais receios são improcedentes, que são versões distorcidas, criadas em gabinetes militares ou das mentes enganosas de nacionalistas exaltados? Enfim, haverá ou não orquestração internacional urdida sob o manto da pura e justa defesa ecológica?

A meu ver ninguém pode negar a existência de movimentos legítimos, sob a liderança de cientistas respeitáveis, mas é irrefutável a existência de outras forças poderosas, movidas por interesse — claramente comerciais ou no mínimo, lideranças políticas que se limitam a fazer concessões crescentes a seus partidos verdes, sem compromisso com a verdade racional.

Aqui conviria, me parece, ilustrar alguns exemplos dessa orquestração que hoje ocorre em todo o mundo, segundo o próprio Embaixador Paulo de Tarso, com toda a sua experiência nacional, é a maior pressão econômica sofrida nesse último século, do exterior, contra os nossos interesses.

Por exemplo, hoje, nos Estados Unidos, estão sendo veiculados um filme, que passa várias vezes, na televisão e que apresentam a morte do serelele Chico Mendes. O que é grave

é que eles procuram, através desse filme, induzir que houve anuência do Governo brasileiro, e pior do que isso, a indiferença do nosso povo. Pretende-se transformar a morte promovida por um incidente de terras em estado de fronteira, idêntico a milhões ocorridos nos Estados Unidos, particularmente nos conflitos entre pecuaristas e agricultores na conquista do Oeste, num verdadeiro libelo, contra o Brasil. Poderíamos dizer que em proporções infinitamente mais graves, o primeiro Ministro da Suécia, Olof Palme, admirado em todo o mundo como grande estadista de um país protótipo da mais refinada civilização, foi morto, a tiros, na principal rua de Estocolmo, e até hoje se desconhece o seu assassino, ou as causas que o moveram.

E os Estados Unidos, cuja história tem sido marcada pelos assassinatos de seus próprios presidentes? recentemente mataram o mais famoso deles, nesses últimos 40 anos: John Fitzgerald Kennedy. Não satisfeitos, no melhor estilo dos "Westerns", onde aliás assistimos os famosos e bravos mocinhos massacrarem "índios selvagens", seus assassinos foram bem além e mataram também o próprio assassino dele e, para completar, mataram o irmão do Presidente que ousara se candidatar. Sem falar que o Presidente Reagan foi também baleado ante as Câmaras das televisões e cercado dos seus melhores e mais hábeis agentes secretos. Será que, em face desses acontecimentos, vamos deduzir que o povo sueco ou americano ou mesmo a sua cúpula política foram culpados por esses assassinatos? Não! A nossa posição tem sido de solidiedade a seus povos enlutados. Em contrapartida, o povo e sobretudo o Governo brasileiro, são acusados de forma impiedosa e injusta, pela morte promovida por luta de terra — cujos assassinos, aliás, já foram presos — e mais recentemente a estória, mostrada a seu modo, se transforma em superprodução de Hollywood, transformada em verdadeira peça acusatória, contra o Brasil. Por outro lado,

na refinada França cuja impiedosa luta colonial, por si só, é bem recente, seu Presidente Mitterrand prega o conceito de "soberania limitada" para a Amazônia. Para materializar sua solidariedade, recebe o chefe indígena Raoni quase que com honras de chefe de Estado — afinal é de se perguntar: não foi da Europa que veio o conceito de nação indígena, para os nossos índios, conceito que algumas defenderam para constar de nossa própria Constituição?

c) O próprio Raoni, tem sido pobre vítima inconsciente do festejado roqueiro "Sting", que o exhibe em *Shows* pelo mundo afora, tal como se fosse uma criatura exótica, para aumentar seus milionários cachês. O respeitado cientista Guilherme de La Penha, diretor do Museu Goeldi, em visita recente aos Estados Unidos da América, assistiu à apresentação do "roqueiro" e ficou indignado com as calúnias ofensivas, assacadas contra o Brasil, e contra os brasileiros de forma despuadora, pelo mencionado cantor, e sem nenhum compromisso com a verdade.

d) O próprio secretário-geral do Minter, José Carlos Mello esteve semana passada na Inglaterra e assistiu a um documentário da TV Inglesa, há duas semanas, de uma hora de duração, cujo teor agredia a mais elementar verdade, foi um documentário na BBC de Londres, documentário extremamente em dicotomia com a realidade que ocorre no Brasil.

e) Uma famosa revista italiana, *Il Espresso* com tiragem de 500.000 exemplares, em duas tiragens seguidas (de 19-2-89 e 26-2-89) incluíra encarte, dirigido no estilo de mensagem postal paga ao primeiro ministro italiano, exigindo a suspensão de crédito do Mercado Comum Europeu para Carajás e a definitiva suspensão de importação dos minérios de ferro do Brasil, alegando-se que ele estaria destruindo o pulmão do mundo.

Publicava também, 11 páginas sobre Chico Mendes, nas quais o Governo brasileiro é acusado de responsável pela morte do mesmo. Por trás se escondem, sem dúvida, os interesses escusos dos nossos concorrentes do disputado mercado do ferro, mas que lamentavelmente, de forma impiedosa promovem uma imagem distorcida da realidade brasileira no exterior.

f) No mesmo tom, um filme está sendo divulgado na Europa, onde em forma dramática são apresentadas cenas superpostas, nas quais em sequência são vistas:

— uma visita de belíssima floresta amazônica;

— a seguir tratores aparecem derrubando-a;

— novas máquinas seguem-lhes, misturando o calcário com a terra;

— seguindo-as agricultores plantando soja;

— Enfim, a conclusão: não compre o óleo de soja brasileiro porque assim estarão ajudando a destruir o ar que respiramos.

E a mensagem final: "Não se deve comprar o óleo de soja do Brasil".

g) Recentemente, Senador Americano chamado Kasten, pôs em dúvida nossa soberania e direito à Amazônia dizendo em público: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (brasileiros) mas de todos. Isso dito por pessoa que deveria ter um mínimo de responsabilidade.

h) Coincidindo com isso, somos invadidos por comitiva de piedosos senadores americanos, que vêm testemunhar *in loco* a devastação da nossa (ou "sua"?) selva amazônica. Figuras notórias, como Pierre Trudeau, ex-primeiro ministro do Canadá, jornalistas eminentes, artistas em busca de promoção e já se anuncia a vinda do ex-Presidente Carter e Dukakis, para com suas presenças alertarem os incautos brasileiros em sua saga destrutiva.

i) e agora noticiam os jornais que foi suspensa a visita do primeiro ministro italiano, por pressão dos "verdes".

— e eu tenho oportunidade de dialogar com várias correspondentes políticas.

j) Não adianta lhes falar — e eu tenho oportunidade de dialogar com vários correspondentes eles não foram bons profes-

res em seus países, que ao contrário primaram por uma conquista predatória, arrasando suas florestas e aniquilando seus índios.

Alegam que aquela época não tinham "consciência ecológica" a bem da verdade, tal "consciência" só foi despertada após destruírem as suas florestas do Hemisfério Norte, para combustível de sua revolução industrial e para abrirem espaço para a expansão gigantesca de suas fronteiras agrícolas e, ainda hoje, diga-se de passagem, continua derrubando as gigantescas sequóias, aqueles árvores milenares da Califórnia, que são tão valiosas quanto as mais raras espécies da Amazônia; quando não mais restavam áreas a serem inundadas para suas hidrelétricas, já que todo o seu potencial havia se esgotado; quando a maioria dos seus índios havia simplesmente desaparecido ou foram devidamente isolados em "guetos", "reservas" criadas de terras em geral inférteis, que nenhum homem branco desejava possuir; quando já haviam poluído seus rios; quando suas fábricas, fornos elétricos e número excessivo de carros agrediram a natureza de forma quase irremediável, lembraram-se da necessidade de defender a ecologia, especialmente nos outros países e não nos deles. Trata-se Srs. Senadores de uma campanha terrível infamante.

Quando lhes afirmamos serem eles, os ricos, exatamente os grandes poluidores da natureza e que bastava um pouco de controle no corte de postas das suas "gorduras" — diminuindo, por exemplo, o número de automóveis por família — para avaliar a natureza de agressões em grau infinitamente maior que todas as queimadas da Amazônia brasileira, que só contribui com 5% de todo o gás carbônico emitido na atmosfera mundial, alegam a dificuldade de seus povos abrirem mão de um mínimo do conforto a que estão acostumados.

Recentemente, um grande movimento internacional, apoiado por alguns setores ambientalistas nacionais, em nome da defesa do meio ambiente, de forma orquestrada, fato que torna suspeita a sua organização — se insurge contra o Brasil.

Declarações de ecologistas, políticos e autoridades sobre as agressões à floresta amazônica, assassinatos de índios e ecologistas, invasões de posseiros etc. tribunais simulados, respaldados por entidades representativas de vários segmentos sociais, se instituem a título de falaciosos julgamentos, somente para condenar autoridades do governo, explorando eventos criminosos, distorcendo suas causas para transformá-las em acontecimentos políticos. Há toda uma série de acusações, as quais por suas características, confirmam um quadro de pressões, não incidentes sobre o governo, mas que, sobretudo por sua amplitude — vem atingir frontalmente a sociedade brasileira, os bríos do nosso povo e a nossa própria soberania.

Trata-se, meus Srs. de uma campanha terrível infamante porque decorre certamente, na maioria das vezes, de interesses inconfessáveis, e covarde, porque se abriga na nobre causa da defesa da ecologia.

É triste constatar que alguns brasileiros, cada vez menos número é verdade, por ingenuidade ou por idealismo, e tantos outros representando interesses de grupos ou por razões pessoais, estejam enganados em tal movimento.

Tudo isso é tanto mais grave, quando nos querem impedir a construção de uma estrada dirigida à costa do Peru, no Pacífico, que diminuiria no frete ao Japão e à Ásia, em 9.000 km. Mais grave, é que a título de razões ecológicas querem impedir a integração latino-americana".

Na verdade, estamos ante uma "guerra econômica", disfarçada pela nobreza do ecológico.

Reconhece-se que não é possível deixar de assinalar os erros que o país incorreu na ocupação da Amazônia e na Afã do desenvolvimento que caracterizou as últimas décadas, que reconhecidamente, ocorreram disfunções nesse processo — por falta, certamente, de planejamento adequado, inexistência de um fluxo permanente de recursos, incúria administrativa, desconhecimento da área por falta de pesquisas científicas e tecnológicas e outras razões que tais.

Não escondemos os erros do pioneirismo em uma região para a qual ninguém tinha nem tecnologia. Como exemplo disto está a hidrelétrica de Balbina, com um custo benefício indevido. É bom lembrar que hoje seria absolutamente impossível ocorrer uma outra Balbina, pela existência da obrigatoriedade do Relatório do Impacto Ambiental (RIMA), decretado em 1986.

Além do mais, a própria Eletrobrás tem hoje uma das melhores estruturas de proteção ecológica dentre as empresas do mundo. Tem, por exemplo, um Conselho Especial, composto por personalidades independentes de notório saber — indigenistas, antropólogos, sociólogos e outros mais — reconhecido e aplaudido pelo próprio BIRD.

A Hidrelétrica de Balbina inundou uma área de 2.400 km² para produzir apenas 250 MW. A hidrelétrica proposta de Kararô inundará apenas metade dessa área para produzir 11.000 MW, ou seja 40 vezes mais do que a Hidrelétrica de Balbina, ocupando metade da área e deslocará apenas 320 pessoas.

No passado erros foram cometidos certamente, mas é bom lembrar que os acertos foram somente maiores imperdoável mesmo seria deixar a área resumida a um imenso vazio sob o alvo incessante da cobiça internacional.

Quem detinha ou detém hoje a tecnologia da agricultura em florestas tropicais ou úmidas?

É melhor aprender errando do que a omissão cômica daqueles que não tentaram. Esses mais que do erram, porque nada fazem.

Pagamos um preço pela ocupação correta e inadiável no seu conjunto, e também incorrendo em ocasionais erros, que hoje procuramos corrigir e com todo o empenho. Seria melhor deixar a Amazônia numa redoma, como ocorreu até a década de 60? Esse, sim, seria um erro imperdoável para os brasileiros

que precisam se desenvolver, não por uma questão de opção, mas de sobrevivência, além de imperdoável sob o aspecto estratégico, ante a ambição mundial, demonstrado em tantos exemplos no passado.

Um dos temas dessa polêmica, foi centrado nos financiamentos para a construção da usina de Kararaô, hoje Belo Monte, que produziu grande celeuma, como das demais previstas no Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010 — denominado simplesmente de plano 2010. Este plano, contém linhas de uma política de defesa de meio ambiente, demonstrando a preocupação dos técnicos brasileiros com as repercussões e consequências negativas para a ecologia, estudos inteligentes das usinas previstas.

Essa polêmica foi trazida ao nosso próprio quintal, no caso de Altamira, quando ecologistas autênticos e fictícios, jornalistas, roqueiros aproveitadores, e toda outra espécie de aproveitadores se reuniram para explorar a ingenuidade de índios que nada entendem das necessidades do Brasil, ou das necessidades de um mundo moderno. Centenas de pessoas foram enviadas para lá, a custos astronômicos. Quem pagou por tudo isso? Que interesses econômicos estavam por trás de tudo aquilo? A quem interessa impedir o desenvolvimento do Brasil?

Nas bases para o planejamento da execução do sistema de Energia Elétrica, com seu capítulo do "Meio Ambiente e Inserção Regional dos Empreendimentos" — se observa que o assunto mereceu, nos seus estudos, o devido cuidado quanto à necessidade de buscar-se soluções adequadas, nas quais estejam compatibilizadas as exigências de um programa de expansão energética com os requerimentos de preservação, conservação e proteção ambientais. Daí as pesquisas sobre as fontes alternativas de energia, não convencionais — como a da irradiação solar, força dos ventos (energia eólica), xisto betuminoso, resíduos orgânicos, variação do nível das marés (aproveitamento maremotriz).

A capacidade energética hidráulica da Bacia Amazônica é imensa, o maior potencial disponível do mundo, pelo plano 2.010 da Eletrobrás/Eletronorte, estima-se em 48 milhões de Kw/h, mais de dobrando a produção nacional de energia, que pe da ordem atual de 40 milhões de DW/h, instalado e funcionando da Amazônia já produz mais de 4,5 milhões Kw/h de energia hidráulica, com imensos benefícios para a região e para todo o Brasil, permitindo a operação de carajás, da alunorte, do parque industrial de Manaus e tantos outros empreendimentos. toda a área inundada pelas hidrelétricas, previstas no plano 2.010, não seria que 0,113% da Amazônia.

É bom lembrar algo que tem sido pouco divulgado com tantos dados distorcidos. Se nós conseguirmos construir todas as hidrelétricas até o ano 2010, que estão programadas, vamos inundar, de toda a região Amazônica, cerca 0,199%, ou seja, trocando em miúdos, é como se nós inundássemos a cada mil metros quadrados, apenas dois metros quadrados, o que se vê que é cifra absolutamente

irrelevante ante os efeitos benéficos produzidos.

Os efeitos econômicos e sociais com a implantação desse parque hidrelétrico trará um desenvolvimento jamais visto ou imaginado para o Brasil. Hoje toda construção de qualquer barragem é precedida de estudo de controle ambiental, com elaboração do Relatório de Impacto Ambiental — Rima, e, seus efeitos, minimizados e equacionados pela grandiosidade da obra. As comunidades limítrofes à barragem recebem tratamento especial, transferidas e indenizadas, reordenadas, oferecendo-se assistência médica, dentária e educação. As comunidades indígenas, além desses benefícios, recebem grandes somas de dinheiro como forma de indenizações. Os animais são monitorados e realocados; os peixes estudados e os lagos repovoados.

O desflorestamento das áreas inundadas, necessário para evitar o apodrecimento das águas e suas consequências, tem sido o grande desafio para o meio ambiente. Estudos pioneiros nesse campo são desenvolvidos para minimizar seus efeitos. O que transparece nos ataques a estes projetos é uma cobiça internacional nessa região e no desenvolvimento do Brasil.

A polêmica envolve, ainda, o problema das queimadas e dos desmatamentos, particularmente no que se refere aos índices de afetação e de comprometimento das matas e florestas relativamente à sua devastação. Isto é, seria como se a cada 1.000m² da amazônia inundássemos apenas 1,99m², percentual irrisório sobre todos os prismas de análise.

Hoje, inclusive, existem processos extremamente simples e econômicos — desenvolvidos inclusive por técnicos locais — de retirar as árvores dos lagos inundados. Diferentemente do que se propagava, que as árvores inundadas apodreceriam, emitiriam gases (sulfídrico), além de danificarem a médio prazo as próprias turbinas, as árvores de fato permanecem perfeitas. Segundo alguns ecologistas mais exaltados, promotores à época de passeatas e protestos, a população de Manaus teria que usar máscaras quando a hidrelétrica de Balbina estivesse concluída, pela queima dos gases poluentes do apodrecimento das árvores submersas pelo seu lago. (1) segundo nos afiança a Eletronorte, a técnica de retirada das árvores que já está sendo usada largamente no lago da hidroelétrica de Tucuruí é extremamente prática e ainda mais econômica do que o desmatamento convencional. Quatro homens com 2 pequenos barcos, retiram até 10 árvores (40m³) por dia e colocam no embarcadouro.

(1) Como se vê, a realidade é bem diferente da previsão.

Levantamentos disponíveis, feitos pelo Inpe, cobrindo o período de 1975-1988, com a utilização de satélites, fornecem informações quanto às queimadas. O que encontramos no relatório, daquele instituto, "Avaliação da Floresta Amazônica", recém-publicado, é que os desmatamentos neste período para a região Norte e Amazônia Legal foram os seguintes:

— Acre, 3,6% do Estado;

- Amapá, 0,59% do Estado;
- Amazonas, 0,8% do Estado;
- Pará, 7,1% do Estado;
- Rondônia, 12,6% do Estado;
- Roraima, 0,97% do Estado;
- AML — Tocantins-Goiás, 7,5% do Estado;
- AML — Maranhão, 9,13% do Estado;
- AML — Mato Grosso, 8,4% do Estado.

Pelo acima exposto podemos constatar que apenas 3,92% da região Norte, área de floresta pesada, e que 5,12% da Amazônia Legal área esta que inclui capões e cerrados foram desmatados até 1988, estando, portanto, bem abaixo daquilo que a imprensa internacional e os ecologistas internacionais, por ignorância ou má fé, vêm alardeando.

A Amazônia Legal inclui áreas de vegetação tipo cerrado, campos, campos cerrados (savanas), cerrado, floresta tropical úmida, rios, cidades, etc. Estudos recentes do Inpe, dão conta de que somente 5,12% da floresta tropical úmida da Amazônia foram desmatadas, portanto, muito menor do que os índices divulgados por alarmistas da imprensa internacional, ou cerca de 3% da floresta tropical densa da Amazônia. Em consequência, os efeitos de poluição da atmosfera com gases nocivos é bem menor do que indicam as pressões internacionais. Os 5% de desmatamento representam uma área de 251.429 km².

Esses dados recentes, contudo, não nos devem levar à indiferença do gravíssimo problema do desmatamento, que não se deve só às queimadas, mas a um processo de colonização irracional. (como é o caso básico de Rondônia). Atualmente nas várzeas do Baixo Amazonas são desenvolvidas algumas atividades agropecuárias como juta, pimenta do reino e gado, e no seu estuário gado, arroz e cana-de-açúcar, não comprometendo a floresta virgem, resguardada em sua grande extensão.

Há atividades agropecuárias de sobrevivência ao longo dos núcleos populacionais mais desenvolvidos, em geral à margem da Belém—Brasília e da Transamazônica. Não são mais do que 50 (cinqüenta) microrregiões, com cerca de 30 mil habitantes cada. Também ao longo da estrada de ferro Carajás estão — se formando núcleos habitacionais.

Foram detectados na região, até 1987, 23 (vinte e três) madeiras, das quais 9 (nove) estavam legalmente constituídas, fiscalizadas e controladas pelo Governo. As restantes se encontravam em situação de clandestinidade.

A Amazônia é uma imensa área onde a presença mineral se manifesta em quase todos os lugares. As reservas já identificadas são de incalculável volume e valor, mas há quem as calcule em 30 trilhões de dólares. O Projeto Radam descobriu 14 espécies diferentes de minerais: ferro, nióbio, ouro, bauxita, cobre, caulim, salgema, linho, manganês, cassiterita, titânio, cromita, níquel, gipsita, diamante, minerais radioativos, etc., gerando uma cobiça desenfreada de outras nações, querendo tornar a região inexplorada, favorecendo assim seus interesses econômicos.

Temem queda do preço de minerais sob controle de oligopólios na bolsa: por exemplo, o que ocorreu recentemente com a cassiterita da Caerni, descoberta na Amazônia.

Operaram na Amazônia até 1986, 12 empresas mineradoras e uma infinidade de garimpos e garimpeiros independentes, dedicados na sua maior parte à extração de ouro. O Departamento de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia havia constatado 27 áreas sujeitas à ação dos garimpos controlados e dezenas e dezenas de garimpos clandestinos.

Além das agressões ao meio ambiente, provocado pela operação desordenada desses garimpos, o uso indiscriminado do mercúrio, que teve sua regulamentação recentemente aprovada, é importante destacar os desvios do ouro e de vários minerais importantes inclusive dos produzidos nos garimpos controlados. Tais desvios decorrem de uma série de causas, entre as quais o contrabando, a grande quantidade de garimpeiros, cerca de 200 mil, dispersos pela região, inclusive em áreas de difícil acesso, os baixos níveis de instrução e a participação de intermediários e aproveitadores, entre os quais estrangeiros.

É bom que tenhamos consciência das grandes fortunas, das grandes empresas, dos grandes grupos que estão por trás do movimento dos garimpeiros.

Um gravíssimo especulador das bolsas, segundo se alega, está por trás do movimento garimpero na área Yanomani. Na Amazônia têm sido utilizados sofisticadíssimos equipamentos, na área de garimpeiros transferidos até de helicópteros usados na guerra do Vietnã, que nem a aeronáutica possui. A figura portanto do garimpeiro romântico, ousado, independente e que pode ficar rico de um dia para a noite, praticamente inexistente.

Urge a mudança do código dos garimpeiros, que são vítimas de magnatas insensíveis que ganham fortunas ilícitas, sobretudo, através de contrabando. O País perde de inúmeros modos: saúde de garimpeiros, disseminação de doenças indígenas, desvio de leis sociais, agressão ecológica, incentivo ao contrabando e perda tributária.

Para exemplificar a febre do ouro na região de Rondônia, dão conta que de 190 a 200 vôos diários saem do aeroporto de Porto Velho, ficando em 2º lugar em número de vôos em todos os aeroportos do País.

Um exemplo típico dos probelamas da exploração desordenada dos garimpeiros é Serra Pelada, por onde passaram mais de 100.000 garimpeiros. Hoje, em situação decadente, além de agredir o meio ambiente com alto índice de mercúrio, lançado na bacia do rio Itacaiúnas, afluente do Tocantins, perdeu, certamente, mais de 30% do ouro removido pela utilização de equipamentos rudimentares, o que representa grandes perdas para a economia nacional.

Esse assunto pode ser considerado de extrema gravidade, bastando citar, entre outros prejuízos, o desperdício, acima mencionado, de cerca de 1/3 do minério extraído, e a venda ilegal de, pelo menos, metade da produção,

segundo se estima, especialmente através da exportação clandestina do contrabando puro e simples.

Entre o desperdício e os descaminhos do ouro, a sua perda em 12 anos (1972—1983), significou cerca de 403 toneladas, no valor aproximado de 5,4 bilhões de dólares, ao preço de US\$ 423,68 — OZTROY.

Srs. Congressistas ante tudo isso, ante todo esse quadro que estamos vendo, o Governo não poderia ficar omissos. E tem havido um esforço muito grande, de parte do Governo, dentro das limitadas, disponibilidades financeiras e ante a crise econômica que atravessamos.

Anterior mesmo a toda essa mobilização internacional feita contra o Brasil, o País já tomara várias e decisivas medidas para a proteção do meio ambiente na Amazônia.

O sistema Nacional de Meio Ambiente — Sisnama, tem como fundamento principal da sua existência a formação das normas de política do meio ambiente, cuja concretização está a cargo do Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama. O Conama, em face da sua abrangência democrática e à valorização que empresta ao meio ambiente, não possui similar no mundo, em desenvolvimento. É, pois, um órgão da maior importância de que dispõe o Governo, para a solução da problemática do meio ambiente.

Instrumento da maior importância é o Relatório de Impacto Ambiental — Rima, instituído em 1986, pelo Governo, através do Conama que se exige na implantação de quaisquer obras ou projetos que se pretende instalar e que possa implicar risco para o ecossistema circundante.

III. Da política Ambientalista

Os ciclos alternativos da economia brasileira, desde o início da colonização portuguesa, provocaram danos aos recursos naturais e ao meio ambiente, seguindo, aliás, processo semelhante ao ocorrido nos países desenvolvidos e que, por sua vez, cuidam também de reverter esta situação.

O primeiro exemplo da atividade predatória em nosso País foi a devastação da mata Atlântica. Restam do exuberante ecossistema, encontrado pelos descobridores portugueses, apenas os preciosos remanescentes contínuos preservados nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Ainda na esteira do progresso e da civilização, inicialmente concentrados no litoral Atlântico, ficaram comprometidos os sistemas ecológicos característicos dessa região, principalmente no tocante às dunas e aos manguezais.

A integração da fronteira oeste expôs a cobertura florestal dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul às transformações determinadas pela implantação e à expansão da pecuária e da agricultura. O pantanal mato-grossense, santuário ecológico, ainda em parte preservado, sofreu também a ação da garimpagem e do uso indiscriminado de agrotóxicos e produtos químicos poluentes.

No sistema ecológico da baixada maranhense, os grandes projetos agrícolas e os

desmatamentos e queimadas provocaram um processo de depredação ambiental.

A marcha da colonização e da integração de novas áreas à economia das nações levam consigo, como inexorável companheira de viagem, a devastação da flora e fauna e a poluição ambiental. A História tem demonstrado que este é um fenômeno mundial, ligado ao desenvolvimento e ao progresso da humanidade.

Tal fenômeno não é próprio dos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que modelaram seus métodos e estratégias utilizados pelas nações super-ricas e desenvolvidas, as quais em sua ânsia de exploração se comportaram em todo o mundo como pioneiras na aplicação da tecnologia predatória.

Historicamente a ocupação da Amazônia se vincula a uma economia baseada no fornecimento de matérias-primas, principalmente de origem florestal, para os mercados interno e externo.

No final do século XIX e início do século XX, ocorreu um surto significativo de povoamento da região, durante o ciclo da borracha, provocado pela grande demanda internacional de borracha natural nessa época.

Os ricos seringais do Norte atraíram levas de migrantes nordestinos que, fugindo da seca, se fixaram principalmente no Acre, onde se dedicaram à extração e processamento rudimentar do látex.

O extrativismo migratório (borracha, castanha, madeiras, gomas não-elásticas) foi incapaz de proporcionar a efetiva ocupação do território amazônico.

Nos últimos 20 anos, a colonização da área passou a ser uma das prioridades do Governo federal, que implementou, neste período, vários planos oficiais de ocupação e desenvolvimento regional, que privilegiam o assentamento de frentes pioneiras agropecuárias ao longo dos eixos rodoviários recentemente abertos: transamazônica, Manaus—Porto Velho, Belém—Brasília; Cuiabá—Porto Velho. *

Outros empreendimentos agropecuários de grande vulto, pertencentes a grupos econômicos do Centro-Sul do País, são desenvolvidos na Amazônia, em função de incentivo e créditos oficiais propiciados pelo Governo federal, (grupos estrangeiros).

Entre 1970 e 1985 houve um crescimento de 91% no número de propriedades rurais da região; de 93% na área das propriedades; de 227% nas áreas de lavoura e de 214% no rebanho bovino.

Estes números — extraídos do censo agropecuário do IBGE/1985 — comprovam a intensidade do esforço de ocupação e colonização realizado na Amazônia.

A extração de madeiras deixou de constituir uma das atividades econômicas de maior relevância para a economia regional, considerando que a exploração mineral tomou parte maior na economia da mesma. A exploração ganhara impulso, a partir de 1980 com a exaustão das florestas do sul do País, daí resultando na transferência das indústrias madei-

reiras, principalmente para a região das ilhas e sul do Pará.

De acordo com estudos do projeto Radam Brasil, apenas 30% das terras amazônicas se prestam a atividades agropecuárias, em razão das características físico-químicas dos seus solos.

Anterior a toda a "orquestração" internacional feita contra o Brasil, o País já tomara providências para proteção do meio ambiente amazônico, com a exigência, do Rima (Relatório de Impacto Ambiental) para todos os novos projetos, foi começado um zoneamento agroecológico da Amazônia Legal, sendo que os dos estados de Rondônia e Mato Grosso já estão completos e o restante encontra-se em fase de elaboração: foram criados parques nacionais, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental, bem como delimitação de áreas indígenas, algumas das quais maiores do que muitos países europeus.

Com o intuito de assegurar o controle racional da exploração de recursos das variadas áreas, o Governo promoveu outra coisa que é muito importante, a meu ver, o instrumento mais importante de todos os outros considerados de forma isolada, que é o zoneamento agroecológico. O zoneamento agroecológico da região amazônica vai nos permitir uma radiografia da região determinando, Estado por Estado, nas regiões, a sua vocação natural. Este zoneamento agroecológico foi concluído no Estado de Rondônia, como V. Ex^a sabem foi o mais atacado pelas variações ecológicas, está em plena realização nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e depois, finalmente, de dois longos anos de negociação do Ministério do Interior, logo que assumimos o Ministério do Interior, com a FAO, agora, estamos começando para todo o restante da Amazônia. Com isto teremos um quadro que nos possibilitará identificar área por área qual a vocação. A Amazônia é profundamente heterogênea, então não podemos examiná-la sob apenas uma ótica. Temos regiões na selva densa, temos a selva, está sim que merecem maior preocupação, mas ela ocupa, dos cinco milhões de quilômetros quadrados, cerca de 2,7 milhões, um pouco mais da metade. Temos regiões de selva de transição, temos também a nova fronteira agrícola do Brasil, que são os cerrados que estão na Amazônia e no Centro-Oeste, sobretudo, e temos regiões que têm vocações para o extrativismo. Em suma, esse zoneamento dará esse quadro de forma bem clara e possibilitará uma ocupação racional da Amazônia como todos nós brasileiros desejamos.

Acreditamos que a implantação total do zoneamento agroecológico se transformará em instrumento de suma valia e servirá de referência para a lógica ocupação da Amazônia Legal, com a vantagem de minimizar os danos à ecologia.

Paralelamente, a Sudam, com o apoio da OEA, executa o estudo dos vales amazônicos — Acará, Moju, Araguaia, Trombetas, Branco, Madeira e Baixo Tocantins — que tem por marco o fato de que, na Amazônia, o rio determina o espaço econômico, as vias de comér-

cio e de comunicação e os critérios de assentamento das populações e de estabelecimento das cidades.

O Brasil está consciente de sua problemática ambiental, dispondo de rico arcabouço legal referente à matéria relacionada com o meio ambiente e seus recursos naturais renováveis.

Basta lembrar que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou na Constituição, e hoje a Constituição brasileira é aquela que dá maior espaço à área ecológica dentre todas as Constituições do mundo, o que mostra a conscientização que está havendo nos brasileiros como um todo a este respeito.

O Código Florestal, o código da pesca, a lei de proteção à fauna, a lei que cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, o código nacional de gerenciamento costeiro. Há ainda uma série de decretos: o que cria o programa de defesa do complexo de ecossistemas da Amazônia Legal, portarias e instruções normativas que se constituem em valiosa instrumentação legislativa de proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentado. Fundamentando todo esse acervo legal a constituição brasileira configura de forma concreta a vontade política do povo brasileiro em buscar soluções para a problemática do meio ambiente. Recentemente, com o lançamento do programa "Nossa Natureza", foram editados 17 decretos, e enviados sete projetos de lei ao Congresso Nacional, uma portaria interministerial e três portarias ministeriais, todas voltadas para a problemática ecológica, principalmente na região amazônica.

No seu bojo, o programa "Nossa Natureza" é no gênero, sem sombra de dúvida, um dos mais avançados do mundo e demonstra claramente a determinação do Presidente José Sarney, por coincidência o primeiro amazônida a exercer a Presidência da República na valorização do nosso meio ambiente.

Quanto à infra-estrutura atual, denodados esforços estão sendo dedicados para o seu contínuo aperfeiçoamento e fortalecimento, consubstanciados no programa "Nossa Natureza", com objetivos de conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais e renováveis; de estruturar o sistema de proteção ambiental; de promover a educação ambiental; de regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação do homem; de aumentar a proteção às comunidades indígenas e às populações dedicadas ao extrativismo na região amazônica.

Embora reconheçamos erros advindos da ocupação desordenada da Amazônia, é mister que se aceite a atenuante de que a quase totalidade de sua superfície está preservada. Vejamos, por exemplo, o fato de que em toda a margem esquerda do rio Amazonas, com mais de 1,2 milhões de km², há uma densidade demográfica de apenas 0,4 por km².

No seu conjunto, repito, 97% da floresta densa da região amazônica está inteiramente intacta.

Todavia, junto da experiência adquirida, estamos envidando esforços para que, no futuro,

o processo de ocupação daquela região seja corrigido, a fim de conciliar o desenvolvimento econômico com a necessária preservação ecológica.

O programa "Nossa Natureza" criou o Conselho Superior de Meio Ambiente — CSMA, presidido pelo Presidente da República que congregará a política superior do meio ambiente. É portanto, o órgão político por excelência.

Outros programas voltados para o controle do meio ambiente: Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — Proconve, Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar — Pronar, e o Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial — Pronacoop.

Outro projeto é o de prevenção, controle e combate à poluição marinha na costa brasileira, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, a Organização Marítima Internacional — OMI, contando ainda com a participação dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, através de seus órgãos de meio ambiente, bem como da Petrobrás.

O Brasil possui, até nossos dias, quarenta e duas estações ecológicas, dentre elas dezenove na Amazônia, somando-se a essas áreas de proteção ambiental, vinte e nove parques nacionais e quinze reservas biológicas.

O nosso Governo, profundamente sensibilizado com os fatos que vêm afetando os ecossistemas brasileiros, principalmente a floresta amazônica e outros, com consequências danosas para os seus recursos florísticos, hídricos e climáticos, volta toda a sua atenção na busca das melhores soluções para evitar e reverter toda a situação que possa implicar prejuízo ecológico com suas consequências para o comportamento e modo de vida da população brasileira.

Em face da preponderante preocupação estar unida à Amazônia, providências emergenciais foram determinadas, entre outras, a suspensão temporária dos incentivos fiscais e créditos oficiais para empreendimentos na região, coberta por florestas tropicais até que se concluem estudos sobre novos critérios.

O Minter, através do pacto amazônico, em estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores, ministérios setoriais e governos dos Estados e com respaldo da Organização dos Estados Americanos — OEA, executa ações com os países vizinhos da região, por meio de programas bilaterais de recuperação e desenvolvimento de áreas marginalizadas de fronteiras.

O nosso esforço não se esgota aqui, com as medidas já tomadas, pelo contrário, a responsabilidade de homens públicos não conclamam a prosseguir na busca de soluções que possibilitem a elaboração e implementação de uma política ambiental programática e que corresponda a obrigação que nos cabe perante às gerações futuras de lhes passar um mundo convenientemente desenvolvido, conciliado com a necessária e indispensável

preservação ambiental e com uma estrutura social quicá mais justa.

Na Declaração de Brasília, os Ministros de Estado encarregados do controle ambiental e os representantes dos países participantes América do Sul, da América Central e Caribe, acordaram concluir seus trabalhos com uma "Declaração de Brasília", a saber:

Os países da América Latina e do Caribe reconhecem que a urgente necessidade de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção do meio ambiente, através de um controle adequado dos recursos naturais e um controle dos impactos ambientais, é uma preocupação comum de mais alta prioridade para os países da região. Este reconhecimento expressa a indissolúvel relação que existe entre os assuntos ambientais e o desenvolvimento sócio-econômico, bem como a obrigação de assegurar o aproveitamento sócio-econômico; bem como a obrigação de assegurar o aproveitamento regional dos recursos, em benefício das gerações presentes e vindouras.

Os ministros reafirmaram o princípio de que cada Estado tem o direito soberano de administrar livremente seus recursos naturais. Não obstante, isto não exclui, antes, pelo contrário, reforça a necessidade da cooperação internacional a nível regional, regional e global. Os sub-ministros enfatizam também que a solução do problema da dívida externa e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional justa e equitativa, são condições indispensáveis para garantir o processo democrático na América Latina e no Caribe, a promoção da segurança e da paz na região e o desenvolvimento econômico e social contínuo, que é a única alternativa possível para o aproveitamento racional dos nossos recursos naturais para satisfazer as necessidades de nossos povos.

A dívida não pode ser paga nas condições atuais, ainda que aumentando a fome e a miséria de nossos povos, nem com mais subdesenvolvimento e a conseqüente degradação de nosso meio ambiente.

Órgãos financeiros internacionais devem assegurar, por meio de facilidades institucionais específicas, a disponibilidade de recursos adicionais suficientes, em termos concessionais, para a realização de projeto de proteção ambiental nos países em desenvolvimento. Mais ainda, a cooperação internacional para a proteção do meio ambiente deve incluir o livre acesso à informação científica e a transferência sem fins lucrativos aos países em desenvolvimento, das tecnologias não contaminantes e aquelas destinadas à preservação do meio ambiente.

Os países que possuem armamentos atômicos e de outras espécies para destruição em massa devem cessar imediatamente com todas as provas e experiências com estas armadas e promover ativamente a sua eliminação; portanto, os ministros dos países latino-americanos e do Caribe estão convencidos de que a solução para o nosso planeta ameaçado, faz necessária uma cooperação de nível sem precedentes entre os países industrializados

e os países em desenvolvimento, em benefício das gerações vindouras.

Foi, por exemplo, suspensa a exportação de madeiras em toras e a implantação de quaisquer projetos agroecológicos na região de florestas densas e tantas outras medidas.

Um fato altamente importante foi a realização da reunião, pouco divulgada, dos ministros do meio ambiente de todos os países latino-americanos e do Caribe, e que se reuniu aqui em Brasília.

Foi importante constatar que o discurso brasileiro, em toda a sua integridade, foi confirmado, foi ratificado pelo pronunciamento unânime de todos os ministros de meio ambiente da América Latina, que pregaram, com toda firmeza, os mesmos princípios do Governo brasileiro, a necessidade da preservação ecológica, mais a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico, porque a pobreza, nós sabemos, é a principal agravante nos países pobres nas agressões ecológicas. Há necessidade de os países ricos deterem os seus processos de desperdícios que provocam tantas agressões à natureza que, como sabemos, são provocadas pelos excessos sem falar nos problemas dos arsenais atômicos que ameaçam a todos nós.

O discurso do Governo brasileiro em relação ao meio ambiente, que por muitos é acusado de representar uma visão muito limitada, está em absoluta sintonia com os discursos de todos os países da América Latina, especialmente os países da região amazônica. Foi sintomático que os ministros dessa área, reconhecendo que o Brasil é o principal alvo de ataques, mas que eles serão as vítimas seguintes, aprovaram uma moção bem clara que diz o seguinte:

Além disso, os ministros aprovaram a seguinte moção:

"Todos os países latino-americanos e do Caribe aportaram o seu apoio e solidariedade ao Governo do Brasil pelos ataques injustos que vêm recebendo pelo exercício de sua soberania da legítima utilização dos seus recursos naturais". Lamentamos apenas, que tais fatos importantes, especialmente a Carta de Brasília, tenham sido tão pouco divulgados pela imprensa nacional e muito menos pela internacional.

Não se pode dissociar problemas ecológicos no Terceiro Mundo com problemas da pobreza, da qual a dívida externa é um poderoso agravante.

O discurso do Brasil, que é acusado por ingênuos de nacionalista ou sob influência militar, é absolutamente idêntico ao de todos os países da América Latina, especialmente os amazônidas.

Quanto à política indigenista, o Governo brasileiro também vem desenvolvendo uma política séria. Basta que tenhamos em mente que é também uma forma de preservação ecológica nas áreas indigenistas demarcadas. Demarcamos, ao longo desses quatro anos do mandato do Presidente José Sarney, uma área superior ao triplo de toda que havia sido demarcada para a área indígena em toda a história do Brasil. Haviām 12 milhões de hecta-

res demarcados, e neste Governo foram demarcados 34 milhões de hectares e estão sendo mais 44 milhões, o que totalizará a maior área disponível por índio, em todo o mundo. Basta que nós tenhamos em mente que a área reservada para os índios no Brasil, equivale a 13 países da Europa, em áreas somadas: Portugal, Albânia, Áustria, Bulgária, Cuba, Holanda, Nicarágua, Líbano, Israel, Bélgica, Dinamarca, Hungria, Suíça, ou se quisermos comparar, equivale a uma vez e meia aos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina juntos, ou seja, uma média de 400 hectares por índio. Enquanto que o índio americano dispõe de menos de 20 hectares.

Tem sido também um aspecto relevante essa política indigenista no que tange à preservação ecológica.

Mas algo que é muito importante para nós na Região Amazônica, é a existência do Centro-Oeste. O Centro-Oeste tem desempenhado e vai desempenhar no futuro mais ainda, como desejamos, um papel da maior relevância porque no Centro-Oeste não é só o aspecto da agricultura, a agricultura é extraordinária. Nós sabemos que até a década passada as terras de cerrado eram tidas como absolutamente imprestáveis para a agricultura.

Através de pesquisas da Embrapa, foi descoberto que faltavam ingredientes, especialmente, o calcário. E o que vimos foi surgir aquilo que seria o fato mais importante de toda a agricultura brasileira porque nós temos hoje no Centro-Oeste e na parte da Amazônia a maior reserva de terra agrícola disponível do mundo. Para que os Srs. tenham uma idéia, só o cerrado do Centro-Oeste equivale ao dobro de toda a área ocupada na agricultura brasileira, desde Pedro Álvares Cabral.

Foi uma descoberta extraordinária. Mas o Centro-Oeste desempenha um papel de anteparo ao fluxo migratório. Muito do fluxo migratório que ia antes para a Amazônia, hoje, preferem ficar no Centro-Oeste e até por razões de ordem natural, pois a ocupação é muito mais fácil, as áreas são planas, a vegetação é pouco densa. Logo, de fácil ocupação e lá já se transformou hoje na segunda fronteira agrícola do Brasil e tenderá a ser a primeira. Devemos fazer um esforço para a racionalização da reforma agrária na região do Centro-Oeste para que essa região, realmente, não fique só voltada para as grandes propriedades, mas também para o assentamento de colonos.

Gostaríamos de fazer encerrando as nossas palavras, uma pequena recapitulação de alguns fatos que foram analisados em relação à Amazônia. Primeiro nós sabemos que a Amazônia é a maior reserva florestal do mundo, além da maior reserva ecológica e que, diferentemente do que se propaga, 97% da sua selva densa ainda está preservada. Quer dizer, os brasileiros e os amazônidas foram responsáveis por essa preservação, e nós temos o dever de agora, na geração presente, cuidar e aperfeiçoar o nosso processo para não isolar a Amazônia numa redoma, mas ocupá-la de forma racional, porque é fundamental para o desenvolvimento brasileiro.

É sintomático, sabemos que na Amazônia estão as maiores reservas minerais de todo o mundo, muitas conhecidas, mas a maioria ainda desconhecida.

É bom lembrar também a necessidade que nós temos de acelerar bem a exploração dessas reservas minerais, porque corremos o risco de ficarmos obsoletos com as novas tecnologias que estão surgindo e que possam invalidar ou aviltar o preço de muitos de nossos produtos minerais como, por exemplo, é o caso típico da cerâmica. Admitem-se que os japoneses estarão lançando ainda no começo da próxima década, o motor de cerâmica o que, evidentemente, diminui o valor estratégico do aço.

Na ocupação da Amazônia nós tivemos pontos positivos e negativos também, mas evidentemente os pontos positivos estão muito a frente dos eventuais pontos negativos.

Estamos decididos, por uma férrea decisão política do Presidente Sarney e mais ainda por uma vontade nacional incontestável, a corrigir os erros do passado e evitá-los para o futuro. Isso é o que dizemos que é essencial e o Governo brasileiro tem feito um esforço sobre-humano, um efeito extraordinário para realmente enfrentar esse problema com muita seriedade. Mas é bom lembrar que o problema ecológico deve ser visto no seu contexto econômico e social. O problema da ecologia é um dos muitos que o povo brasileiro enfrenta, um povo que ainda tem nas suas fronteiras fome, miséria, desemprego e tantos outros problemas graves.

Mas, apesar desse esforço, temos sido realmente, de forma inclemente, agredidos diariamente pela imprensa internacional e até mesmo por ações de alguns governos estrangeiros, por alguns pronunciamentos de parlamentares e por órgãos de imprensa da maior importância, da maior divulgação. Criou-se o mito de que os brasileiros estão depedrando, estão arrasando a Amazônia, conforme na semana passada, aliás, constatava o jornal "Il Popolo" de Roma. Como isso é possível. Nós demonstramos que, diferentemente do hemisfério norte, dos países desenvolvidos que destruíram as suas florestas, soubemos preservar a Amazônia, em grande parte, em mais de 90%, que ainda permanece intacta.

Existe um nível de desinformação de tamanha ordem que, ainda na semana passada, um jornal europeu, fato que foi divulgado, inclusive, pelo *Jornal do Brasil*, transcrito, divulgava de forma absolutamente incoerente, irresponsável que os brasileiros estavam deslocando 500 mil índios para implantar as suas hidrelétricas. Ora, nós temos no Brasil 220 mil índios, mas a imprensa européia dizia que nós estávamos deslocando, em massa, 500 mil índios. Tem havido uma desinformação muito grande sobre os dados que são divulgados sobre o que está na nossa selva amazônica, especialmente sobre o desmatamento e as nossas queimadas.

É bom termos em mente que os países do primeiro mundo são, hoje, os grandes agressores da natureza. Não só na sua história eles adotaram modelos extremamente dilapi-

dados — que não queremos copiar — com a destruição das suas florestas, mas hoje os grandes problemas da ecologia decorrem dos países do primeiro mundo. Por exemplo, o efeito estufa, aquele de que tanto falam, parece que nós somos responsáveis na Amazônia. A Amazônia contribui apenas com 5% do CO₂ emitido. A maioria esmagadora desse efeito estufa é promovido pelos países do primeiro mundo, através da queima do combustível fóssil, dos automóveis em excesso que lançam CO₂ no ar, as termoeletrônicas que provocam o efeito estufa de que tanto eles falam. O furo na camada de ozônio também é promovido pelo uso excessivo do CFC, o uso excessivo dos sprays, dos refrigeradores. As chuvas ácidas também o são, nos países do primeiro mundo, sem falar no holocausto nuclear. Basta que nós lembremos que só nos arsenais atômicos dos Estados Unidos e da Rússia estão depositados uma potência equivalente a destruir 30 vezes a vida na Terra, como se não fosse necessária apenas uma delas; eles têm estocado 5 toneladas de TNT por cada habitante que vive no mundo. Na realidade, meus Srs., nós temos assistido a uma verdadeira distorção a respeito de quem são os culpados pelos problemas das agressões ecológicas. Não temos dúvidas da nossa parte, da nossa responsabilidade, mas nós temos consciência também que o problema ecológico está, umbilicalmente, ligado aos problemas do desenvolvimento econômico, que a miséria nos países pobres é o principal motor, que mantém vivo, que aciona as várias formas de agressões ecológicas, diferentemente dos países ricos que são promovidos através dos desperdícios de povos que já alcançaram altos padrões de desenvolvimento.

Vou acelerar, depois entregarei aos Srs. a cópia, porque já está passando do tempo. Posteriormente entregarei uma cópia de todo o trabalho que foi desenvolvido, o que procurei fazer com o máximo de responsabilidade, em termos dados. Dados, maioria dos quais, conhecidos dos Senadores, mas de qualquer forma colaboraram nessa discussão.

Enfim, Srs., eu não quero me alongar, eu queria apenas deixar, exatamente esta mensagem final. Primeiro, que está havendo um esforço muito grande do nosso Governo como nunca na História do Brasil, para a preservação ecológica, especialmente de corrigirmos o erro do passado, de preservarmos a nossa selva amazônica; consciência também de que o problema ecológico brasileiro, como um dos países do terceiro mundo, está, inteiramente vinculado aos problemas da crise de desenvolvimento econômico. É preciso vencermos e ultrapassarmos a miséria para termos uma política; realmente, com toda a sua plenitude de preservação. Está havendo um esforço muito grande no sentido de serem revertidos, de serem corrigidos os erros do passado e evitados erros para o futuro. Mas o que mais nos deve preocupar, a nós que exercemos funções de lideranças neste País, seja no Executivo, seja no Legislativo, é que a ocupação da Amazônia é objeto de fantástica ignorância internacional, agravada pelas notícias distor-

cidas e até caluniosas, divulgadas em seus portentosos órgãos internacionais. É o integral desconhecimento do esforço gigantesco, como nunca em nossa História, desenvolvido atualmente pelo Governo brasileiro em prol da preservação da ecologia, especialmente da região Amazônica.

É a pressão crescente, ante a qual se curvam, inclusive, chefes de Estado do primeiro mundo, partida dos seus bem intencionados mas, lamentavelmente, mal informados Partidos Verdes, além de outros inconfessados interesses econômicos.

Cabe-nos, contudo, a certeza de estarmos agindo com extrema responsabilidade na questão ecológica, conscientes que se nos impõe o dever ante o nosso povo, sobretudo, o grande universo marginalizado dos brasileiros, de procurarmos conciliar a ecologia com o desenvolvimento econômico com justiça social.

A população da Amazônia Legal pode ficar tranqüila, não será largada à sua sorte e não será marginalizada, nem condenada ao ostracismo ou ao imobilismo.

A Amazônia não é museu, laboratório ou *chasse gardée* da Humanidade. É, antes de tudo, uma terra promissora, sobretudo para o nosso povo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Terminada a exposição do Sr. Ministro de Estado, antes de passar à fase das interações suspendo a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Está reaberta a sessão.

Para a fase das interações, concedo a palavra ao Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Ministro, ouvimos com muita atenção a sua explanação. O Sr. nos deu uma aula sobre a Amazônia, nos disse a verdade, o que é a realidade do fato. E, nesta oportunidade, quero dizer que na semana passada aqui esteve em Brasília uma delegação americana, dos Estados Unidos, e que posso revelar agora, porque pedi subsídios para levar ao conhecimento da Nação da distorção do que estão fazendo contra o Brasil e contra o seu Governo.

V. Ex^a, Sr. Ministro, demonstrou a sua capacidade de trabalho e de inteligência, dizendo o que é a Amazônia, o que tem sido feito lá, o que existe lá e o que o Governo deseja fazer. As intrigas, as acusações não chegam ao Brasil porque o Brasil é grande, o Brasil é poderoso e tem homens que sabem defendê-lo.

Irei demorar aqui um pouco porque estou sendo chamado em outra Comissão para votar, mas quero fazer a V. Ex^a uma só pergunta sobre um assunto que V. Ex^a aqui abordou. Eu pergunto a V. Ex^a, Sr. Ministro João Alves, qual a real importância do zoneamento agroecológico para o desenvolvimento racional da Amazônia?

O SR. JOÃO ALVES — Muito obrigado, Sr. Senador Lourival Baptista, pelas palavras generosas.

Nós entendemos o seguinte: quando assumimos o Ministério há cerca de dois anos, havia uma discussão como ainda há e que me parece não leva em conta, que a figura da Amazônia Legal é mais tributária do que propriamente geográfica.

A Amazônia Legal é aquela região beneficiária dos incentivos fiscais do Governo Federal. Com isso envolve áreas díspares como faveleiras; a floresta é densa, na realidade, é pouco mais da metade da chamada Amazônia Legal com 5.000.000 km². Ela envolve as florestas de transição, as várzeas, os cerrados, picos enormes, como o Pico da Neblina, por exemplo, que é o maior do Brasil e chega até aos pantanais. Ora, são regiões completamente diferentes. E mesmo nos grandes Estados existem regiões onde, em várias áreas, existem vocações diferenciadas.

Vê-se muitas discussões, principalmente na imprensa estrangeira, sobre o problema do extrativismo. Procuram vender a idéia de que deveríamos reservar, por exemplo, a Amazônia para o extrativismo. Quando sabemos — e temos aqui presentes ilustres amazônidas — que o extrativismo adapta-se em determinadas regiões e não deve ser generalizado.

Precisávamos de um mapa, uma radiografia bem clara que definisse qual a vocação. A vocação natural da floresta densa é naturalmente a preservação ou, no máximo, um trabalho racional que hoje está sendo muito desenvolvido. A situação madeireira é selecionada. A floresta de transição já tem outra vocação. Os cerrados hoje são as maiores riquezas agrícolas do Brasil. É importante termos isso em mente quando vemos tantas pressões dos estrangeiros, em cima exatamente, da Amazônia do Centro-Oeste ou da Amazônia Legal que envolve grande parte considerada Centro-Oeste. Observamos que nestas duas regiões estão as principais riquezas do Brasil de hoje. Primeiro, temos a maior reserva de terra agrícola do mundo disponível. Não existe nada comparável em qualquer país do mundo.

Tive oportunidade de passar três meses no deserto da China e da Índia. Lá absolutamente não se têm mais área para ser ocupada. Estados Unidos já esgotaram as suas fronteiras agrícolas. A Europa já não existe mais o que ocupar. A Ásia está quase toda ocupada. Quem tem essa terra hoje disponível é o Brasil que possui o cerrado. Temos hoje só no cerrado do Centro-Oeste — não estou falando do cerrado do Brasil, do Piauí, da Bahia, estou citando somente o cerrado do Centro-Oeste — disponível uma área agrícola de excelente qualidade onde, atualmente, é o segundo pólo agrícola do Brasil, com produtividade altíssimas, algumas com vários produtos sendo as maiores produtividades do Brasil. Eram terras absolutamente improdutivas e que foram incorporadas.

Esta área equivale ao dobro de toda a área ocupada na agricultura brasileira até o presente. E temos também na Amazônia, além de uma riqueza mineral, que todos sabemos fantástica, a maior reserva do mundo ainda não utilizada do nosso potencial hidrelétrico. Os Estados Unidos, por exemplo, acabaram

com todas. O que eles tinham de fazer em termos de hidrelétrica, já fizeram. É muito fácil para eles hoje quererem que não façamos as nossas, sob a alegação de que iremos inundar áreas de terras.

Aliás, a proposta tem um fato interessante e quero contar aos Srs. para mostrar o estado de espírito que está se formando contra o Brasil. Há três semanas uma das principais redes americanas procurou o nosso assessor de imprensa e marcou uma entrevista em minha casa. Estava naquela fase de Altamira, aqueles encontros, e eles vieram em cima do problema da Hidrelétrica da Kararaó, dizendo que Kararaó iria ser uma destruição, que iríamos inundar milhares de hectares, destruir o ecossistema, deslocar dezenas de milhares de índios num genocídio sem par.

A pergunta era quase uma acusação. Respondendo isso no vídeo. Expliquei para eles que não era verdade. Primeiro, só iríamos inundar 600 km² a mais, são 1.200 km², mais 600 km² que nós já ocupamos. Quer dizer, eram 1.200 km² mesmo somado com a parte pré-inundada e com a parte a inundar são 1.200 km², metade do que utilizamos na Hidrelétrica de Balbina, metade do que utilizamos em Tucuruí, para construir a maior hidrelétrica do Brasil. Será de 11 mil megawatts, só vai ficar abaixo da Itaipu, que é binacional, não é brasileira inteiramente. Então, só vamos precisar deslocar 320 pessoas. Vejam bem V. Ex.^a, não estou falando 320 famílias, mas 320 pessoas, dos quais 280 índios. E eu comparava, para fazermos a hidrelétrica de Itaipu que deslocamos 40.000 nordestinos e inundamos inúmeras cidades, importantes, inclusive, mas precisávamos fazê-lo, era uma questão de sobrevivência, a energia é fundamental para nós. Nesse caso de Kararaó só vamos deslocar 320 pessoas, dos quais 280 são índios. Resposta do jornalista: "Os Srs. não têm o direito de deslocar um índio sequer, porque eles já estavam aqui quando os Srs. chegaram". Então eu respondi a eles que sendo assim os 250 milhões de americanos deviam estar nas praias, porque as terras que eles estão ocupando hoje eram dos cheyennes, dos sioux e dos índios americanos. Mas, na época, não tínhamos a consciência ecológica, quer dizer, essa é a proposição que coloca o primeiro mundo. Ele quer justificar que os erros que eles cometeram, todos cometeram porque ignoravam isso. Hoje é que eles estão tendo essa consciência. Só que eles descobriram essa consciência ecológica como os ingleses descobriram. Os ingleses, durante a revolução industrial, transformaram o Tâmisa num esgoto a céu aberto. Só depois da 2ª Guerra Mundial, na década de 60, quando eles já estavam com a sua economia serenizada, já no fim da década de 60, quando seus povos já estavam com a sua economia serenizada, já não havia mais fome, mais miséria é que eles resolveram então despoluir o rio Tâmisa e despoluíram para pescar suas trutas, mas só depois. Mas a impáfia do primeiro mundo em relação a nós é a seguinte: — "Sim, cometemos esses erros, mas ignorávamos e vocês hoje sabem". Mas não queremos seguir esse exemplo, queremos seguir

o exemplo racionalizado e o zoneamento agroecológico permite, então, vemos de forma clara onde deveremos implantar, fazer os planos de colonização que são fundamentais e onde devemos fazer? Só em áreas que sejam vocacionadas para não cometermos os erros que foram cometidos em Rondônia, onde foram implantados colonos em regiões que não tinham vocação para a agricultura permanente, agricultura de ciclo curto, no máximo teria vocação para agricultura de ciclo longo ou o extrativismo, coisa que o valha ou em outras em que só vamos preservar a floresta ou fazer o manejo florestal, que é a técnica mais avançada hoje. Há aqui alguns especialistas nesta área que poderiam explicar melhor do que eu. Então, em suma, há aqui alguns especialistas nesta área que poderiam explicar melhor do que eu. Então, em suma, é termos esse guia para nos orientar na ocupação da Amazônia e é muito confortador saber que o Estado de Rondônia, que foi o primeiro Estado, foi o mais agredido, realmente, teve problemas graves, mas é o primeiro Estado também que está com esse zoneamento já implantado e está hoje aprovado por lei. Provavelmente aqui não há ninguém do Estado de Rondônia não sei, é possível que haja, mas uma coisa interessante que tenho observado nas visitas que tenho feito à Rondônia, é que está havendo uma consciência muito grande da população e dos políticos, da classe política nesse sentido, tanto é que foi o primeiro Estado que aprovou esse zoneamento por lei. Provavelmente aqui não há ninguém do Estado de Rondônia, não sei, é possível que tenha feito à Rondônia, é que está havendo uma consciência muito grande da população e dos políticos, da classe política nesse sentido, tanto é que foi o primeiro Estado que aprovou esse zoneamento por lei. Hoje é obrigatório, também, a guarda florestal. Está havendo um esforço muito grande nesse sentido. Então, em resumo, o zoneamento ecológico é um guia que vai nos orientar na forma de ocuparmos racionalmente a Amazônia.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Estou grato a V. Ex.^a Ministro. Aceito a sua resposta e desejo-lhe êxito desse problema em seu Ministério. E, hoje, podemos dizer que todo o Brasil espera que tudo saia bem.

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Srs. Membros da Comissão, o nosso Regimento Interno fixa um prazo, um período de 5 minutos para as interpeções e 5 minutos para as respostas ao Sr. Ministro. Temos ainda 7 Srs. Senadores e Deputados inscritos para as interpeções, além do Relator, que terá um prazo obviamente ilimitado para as suas interpeções. Se ficarmos limitados aos 5 minutos do interpeante e 5 minutos do Sr. Ministro, iremos além das 13 horas e 30 minutos da tarde, sem contar, obviamente, as interpeções do Relator.

Pediria, portanto, aos eminentes Senadores e Deputados um esforço no sentido de que nos mantenhamos dentro deste limite regi-

mental, para que possamos, então, concluir os nossos trabalhos desta sessão.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a analisar as denúncias de devastação da Amazônia e o comprometimento do meio ambiente, tem também, na sua fase final, a intenção de oferecer como subsídio ao Congresso Nacional e ao Governo brasileiro um modelo de ocupação econômico-social para a Amazônia.

Tivemos a oportunidade de tomar conhecimento do grau de gravidade do chamado desmatamento da Amazônia nas exposições aqui proferidas pelo Diretor do INPA, pelo Presidente do INPE e a sua equipe, que esteve aqui na vez anterior, onde ficou evidenciado que toda essa campanha que o Ministro considera terrível e infamante, por parte da imprensa internacional e até mesmo da imprensa brasileira, é uma mera mistificação. Na verdade, esse desmatamento não atinge mais do que 5% do total da Amazônia Legal. Já temos esses dados e certamente serão devidamente analisados e tiradas as suas conclusões no relatório que o Senador Jarbas Passarinho vai apresentar ao final dos trabalhos desta comissão.

Agora, o que nos preocupa, Sr. Ministro, é o modelo de ocupação para a Amazônia. V. Exª declarou aqui, e concordamos inteiramente, que a Amazônia não pode continuar naquela visão dos ecologistas internacionais e nacionais, também, como uma redoma ou santuário ecológico. É preciso ser também desenvolvida, assim como foram outras regiões do País. Não podemos condenar a população amazônica a esse grau de subdesenvolvimento, de isolamento secular simplesmente porque os ecologistas não pretendem. Não desejam que o progresso chegue à Amazônia.

Dentro desse contexto, quero manifestar aqui a minha preocupação, sobretudo em nome do meu Estado, o Estado do Acre, que tem sido tão esquecido, tão abandonado pelos sucessivos governos que passaram por este País, que nós, hoje, estamos enfrentando um problema seriíssimo, porque o Acre vivia quase que exclusivamente da economia da borracha e da castanha.

Essas duas atividades econômicas foram desestimuladas a partir da decisão de o Governo brasileiro, em 1967, acabar com o monopólio estatal da borracha. A partir daí, os seringais foram vendidos para os empresários do Centro-Sul do País, que implantaram na região os chamados projetos agropecuários, inclusive com incentivos fiscais da Sudam. E nos seringais a produção de borracha e de café praticamente foi abandonada.

Hoje, nos deparamos com o seguinte problema: não há mais possibilidade, diante dessas medidas — aliás muito oportunas — que o Governo acaba de baixar com a implantação do Projeto Nossa Natureza, do desmatamento na região, pelo menos na região de mata densa. Não podemos mais desenvolver atividades agropecuárias na região. Os seringais foram

quase que todos vendidos ou abandonados por falta de assistência do Governo para a atividade econômica da borracha.

Como vai sobreviver hoje um Estado pobre como o Acre, se o Governo não tomar iniciativa imediatamente de estabelecer critérios para a sua ocupação econômica e social?

V. Exª disse com muita propriedade que o problema ecológico deve estar intrinsecamente relacionado com o contexto econômico e social. Todos nós concordamos com isso. Não pode mais desmatar — concordo e também defendo a tese de que nós devemos preservar as nossas florestas —, não se pode mais abater uma árvore sequer, até mesmo nos projetos de colonização do Incra, que tem 5 projetos de colonização no Acre, que vai implicar naturalmente em devastação da floresta, vai reativar a campanha difamante contra o Brasil, especialmente contra a Amazônia. Do que é que vai viver essa população? Os seringais dificilmente serão reativados. Houve aquele esforço na época da 2ª Guerra Mundial, quando nós reativamos os nossos seringais para cumprir o chamado Acordo de Washington, com o financiamento norte-americano. Agora, penso que é difícil a reativação dos seringais e, conseqüentemente, a retomada da produção da borracha nos níveis que nós tínhamos até há alguns anos.

Depois das considerações iniciais, quero sintetizar a pergunta da seguinte forma. Como V. Exª vê hoje a solução para o problema econômico do Estado do Acre, que não tem outra atividade a não ser o extrativismo decadente e a implantação de projetos pecuários e também, principalmente, de projetos agrícolas dentro do projeto de sua colonização?

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Ilustre Senador Nabor Júnior, vou procurar sintetizar nos 5 minutos que me foram concedidos pelo Sr. Presidente.

Eu quero apenas fazer um esclarecimento. Eu tenho o maior respeito pelos ecologistas sérios, responsáveis, cientistas, aqueles que alertam a humanidade quanto ao perigo de depredarmos as nossas riquezas ecológicas, destruímos a natureza como um todo. Mas, por trás desses homens sérios, que merecem o respeito de todos nós, há um jogo econômico realmente brutal, que se aproveita de uma campanha bonita e a distorce para se valer dela para os seus interesses econômicos.

O Acre, por exemplo, está hoje vivendo um caso típico disso a que me refiro, que V. Exª conhece muito bem. Nós estamos com uma estrada para ser feita do Acre até o Pacífico. Uma estrada que, para que V. Exª tenham uma idéia, diminui, em relação à Ásia, a nossa distância para o transporte da nossa soja, a soja como outro produto qualquer, em 4.500 km vezes dois, quer dizer, em 9.000 km.

Ora, evidentemente, isso não interessa, vamos ser específicos, aos Estados Unidos. Nós estamos nos aproximando em termos de produção e a nossa soja vai ficar muito mais barata. Então, simula-se uma campanha mundial, que nós, em fazendo essa estrada, vamos destruir a ecologia. Ora, nós podemos fazer a

estrada dentro de normas técnicas e normas de preservação ecológica, que já existem hoje e que são do conhecimento de cientistas eminentes, técnicos, alguns dos quais estão aqui, como o Sr. Presidente do INPA, que é um homem respeitado internacionalmente e que conhece e sabe que existem hoje e que basta que nós saibamos cumpri-las. Não é a estrada me si que vai acabar com a natureza. A estrada, por outro lado, é um veículo muito importante para o Acre e fundamental para o Brasil, fundamental para o Acre também, porque vai abrir um mercado, uma via excepcional e vai promover uma integração latino-americana. Foi isso que os Ministros latino-americanos concluíram aqui. A grande jogada internacional contra nós da América Latina é que eles não desejam essa integração. Ela é ruim, porque especialmente o Brasil, que é um País muito industrializado, que pode vender os seus produtos a preços mais baixos para o Peru, por exemplo. Nós vivíamos de costas para os países vizinhos, a verdade é essa. Historicamente, hoje nós nos voltamos para eles. Então, realmente, esse é o problema.

— Agora, o seguinte, Sr. Senador, discordo perfeitamente dessa idéia, de se achar que a Amazônia não deve ser desmatada. Não, não é isso. Acho que nós devemos selecionar por áreas, por exemplo, não há problema algum em se aproveitar os cerrados para a agricultura, não afeta a ecologia. Nem os ferrenhos defensores da ecologia apontam problema nisso, desde que se tenha cuidados, evidentemente.

Essas áreas podem e devem ser aproveitadas. Nós somos um País onde a ecologia é importante, mas nós não podemos encerrar a ecologia da mesma maneira que a encara a Suécia, por exemplo, cujo povo não experimenta a fome, a miséria, o desemprego, a falta de educação, a forma como o sueco encara a ecologia é diferente da nossa porque nós somos um povo ainda com problemas gravíssimos.

Agora, nós devemos compatibilizar a economia com a ecologia. Onde for possível desmatar — é aí que o zoneamento agro-ecológico entra de forma excepcional — ele vai definir no Acre, como em todas as regiões, aquelas áreas que são vocacionadas para a agricultura. Aquelas que são vocacionadas para a agricultura devem ser desmatadas, por que não? Desde que não seja floresta densa.

Quanto à floresta densa, temos aqui nesta sala memos, técnicos que, se não fosse a exigência de tempo, poderiam falar melhor do que eu, mas o manejo florestal hoje é conhecido, se pode aproveitar as florestas preservando-as e aproveitando-as a sua riqueza madeireira através do manejo florestal, que é uma forma inteligente de aproveitamento.

Vou mais além, nós não vamos abandonar essa utilização da madeira. O Canadá, no ano passado, exportou 5 bilhões de dólares de madeira, como é que nós não vamos aproveitar nossas madeiras.

Pois não, nobre Senador.

O SR. NABOR JÚNIOR — O que receio é que esse zoneamento agro-ecológico só chegue ao Acre daqui a 20 ou 30 anos.

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Posso tranquilizar V. Ex?

O SR. NABOR JÚNIOR — Quero dizer a V. Ex* que essa estrada foi aberta há 20 tantos anos.

O SR. JOÃO ALVES JÚNIOR — V. Ex* tem razão.

O SR. NABOR JÚNIOR — Eu sei que esse zoneamento da área ecológica, assim como as reservas indígenas, que estão sendo demarcadas de maneira muito lenta, e agora que o Governo acelerou mais um pouco, mas há quantos anos se trabalha no levantamento das reservas indígenas na demarcação?

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Então, V. Ex* me permite fornecer um dado?

O SR. NABOR JÚNIOR — A estrada, a BR — 364, foi aberta há 20 e tantos anos no Governo Médici e até hoje ela não foi pavimentada, nós não temos asfalto até Rio Branco, não estamos lutando por isso e ela está na iminência de paralisar por falta de recursos.

Então esse zoneamento agro-ecológico, como o Acre é um estado pequeno, um Estado pobre, um Estado que não tem representatividade pública, é possível que esse zoneamento chegue daqui a 20 ou 30 anos e até lá terá morrido todo mundo, porque não produz mais borracha, não produz mais pecuária, não produz mais castanha e não pode produzir mais agricultura. Nós vamos ter que continuar importando feijão do Paraná, como nós importamos atualmente, importar milho e arroz de Rondônia, e assim por diante. Essa é a observação que queria fazer.

O SR. JOÃO ALVES JÚNIOR — Pois não, respeito muito a opinião de V. Ex*, até porque V. Ex* é quem conhece realmente o Acre e eu tenho uma visão geral em termos de país. Mas o que posso dizer a V. Ex* sobre o problema do zoneamento já está concluído em Rondônia na sua primeira posse ele agro-ecológico, é que o zoneamento já está em fase bem adiantada e ficará pronto antes do fim do governo Sarney nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, e o zoneamento agro-ecológico, a nível do restante da Amazônia, deverá estar concluído, no máximo, em torno de 2 ou 3 anos.

Agora, antes do zoneamento agro-ecológico, há o pré-zoneamento e nós podemos fazer por áreas seletivas, e é esse o nosso objetivo fazer também. Então, por exemplo, a área do Acre é uma área que merece uma prioridade para ser feita a frente das demais. É só, para tranquilizar V. Ex*.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — Ministro João Alves, as minhas primeiras palavras são para parabenizar V. Ex* pela explanação séria, detalhada,

consistente com que abordou esse problema que é tão momentoso neste País. Acho, Ministro, tenho minhas idéias próprias sobre o pieguismo que está dominando os ecologistas e os "verdes" deste País e do mundo inteiro. Acho que eles estão pensando ou estão querendo que nós façamos omelete sem quebrar os ovos, deixá-los inteiros. Então, um País pobre como o Brasil não pode se dar a esse luxo de preservar os seus ecossistemas totalmente ao gosto do mundo europeu que já destruiu o dele para poder viver, crescer e ficar rico.

Depois de não precisarmos lutar pela subsistência diária como o nosso homem pobre, o nosso caboclo, é muito fácil abastecer-se em supermercados como fazem os europeus etc., e depois ficar criticando a atitude dos homens do interior deste País, que têm de arrancar da terra, das florestas e dos rios a sua própria sobrevivência.

Se essas coisas fossem tão imprescindíveis à vida humana, a preservação de jacarés, onças, cobras, fossem tão necessária ao bem-estar humano e social, evidentemente que não haveria bem estar social na Suécia nem França, porque lá não existe onças nem cobras, essas coisas todas. Preservar jacarés, deixar que eles cresçam descontroladamente e impunemente no Pantanal sem levar em consideração a quantidade de peixes que o jacaré precisa devorar por dia para sobreviver, são idéias piegas e românticas. Pessoalmente penso que só o couro do jacaré é que tem valor. Por isso é necessário que se preserve a exploração econômica dos mesmos. Está certo, vai se levar a isso a um grau tão alto que faz com que Chefes de Estado de honorabilidade do Presidente François Mitterrand, transforme o roqueiro Sting com o índio Rahoni em comção internacional é qualquer coisa de inaceitável para nós.

Não admito a idéia de quererem que a Amazônia permaneça isolada como um bosque um jardim, uma reserva do mundo civilizado, enquanto que estamos enfrentando problemas seríssimos de desenvolvimento. Ninguém poderia deixar de retirar a floresta, a Mata Atlântica porque senão não teria sido possível fazer o Paraná produzir soja, Rio, Pernambuco, toda a faixa litorânea.

Dou um valor relativo a essa parte da ecologia. Penso que, como seres racionais, não devemos estimular a depredação da natureza. As árvores têm um ciclo de vida determinado. Se não forem abatidas no tempo certo essa madeira não irá servir para nada. Tudo isso tem que ser encarado com muita seriedade e muita racionalidade.

Veja, Sr. Ministro, o absurdo a que se chegou querendo proibir que hidrelétrica como a de Kararaõ fosse construída hidrelétrica que irá gerar energias indispensáveis para a sobrevivência do Norte e do Nordeste brasileiro.

O SR. JOÃO S. FILHO — Para matar a fome de milhões de brasileiros.

O SR. JOÃO LOBO — Exatamente. Fosse construídas, porque irão desalojar 300, 320 pessoas.

Tudo isso é muito bonito. Quando os Estados Unidos fizeram aquele genocídio monstruoso de todos os seus índios e mantêm em reservas fechadas com apenas 20 ha para cada índio, tudo isso é aceitável. Mas nós, não. Temos que dar aos 200 mil índios brasileiros que não queremos destruir de maneira alguma. Penso que eles deveriam ser integrados a nossa sociedade. Ao invés de viverem encurralados em reserva, inúteis, apenas como curiosidade ética, deveriam ser integrados a nossa civilização e cultura, dando-lhes uma arte, um ofício, isso sim. Penso que o Brasil deve reagir como V. Ex* o fez nesse último encontro dos Ministros da América Latina.

Sr. Ministro, a minha interpelação é mais um apoio, é mais um aplauso pela sua atitude, pela visão que V. Ex* tem desse problema amazônico. Penso que nós brasileiros temos a obrigação de manter a Amazônia integrada ao próprio Brasil, não como uma reserva para satisfazer a curiosidade do mundo.

Se existem faixas da Amazônia que devam ser desmatadas, que é onde a exploração mineral deva ser feita, e se é urgente essa exploração mineral — porque certos minérios estão se tornando obsoletos...

O SR. JOÃO S. FILHO — É verdade.

O SR. JOÃO LOBO — Se isso deve ser feito que se faça sem levar-se em consideração o sentimento dos partidos verdes da Holanda, da Suécia ou de qualquer parte do mundo. Eles não foram nos consultar quando resolveram seus problemas. Acho que o Brasil não tem que dar satisfação aos países do mundo inteiro pelas críticas malévolas e, na maior parte das vezes, interessadas no que diz respeito ao nosso desenvolvimento e a nossa política de ocupação.

Eram estas as palavras que queria aditar ao seu pronunciamento, terminando com meus parabéns pela peça que V. Ex* produziu nesta Comissão.

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Muito obrigado Senador João Lobo. Queria apenas acrescentar a V. Ex*, esse problema ecológico é tão grave e tão polêmico, que o nosso Ministério, que envolve um raio de atividades imensas, desde a Superintendência até a parte mais social do Governo e inúmeros outros setores, hoje, esta parte ecológica me absorve mais de 60% do meu tempo, só para dar satisfação do que está acontecendo aqui no Brasil e às inverdades que são divulgadas fora, no primeiro mundo, especialmente.

É interessante observar o seguinte. Devemos ter todo o respeito pela ecologia, claro, dentro da ótica que devemos ter. A ótica ecológica do Terceiro Mundo não pode ser igual à ótica ecológica dos países que já alcançaram o esplendor de seu desenvolvimento, que já destruíram todas as florestas, como fizeram a Europa e os Estados Unidos, todas as hidroelétricas que, em suma e que hoje são os grandes agressores da natureza.

O que está acontecendo é um processo invertido no mundo. Vejam bem V. Ex*, estamos sendo acusados, sendo encurralados

contra a parede com um crime que eles são os principais agressores. 86% do efeito ozônio é promovido lá pelos países ricos. Mais de 70% do chamado efeito estufa é produzido pelo excesso de automóveis das famílias americanas que não querem ter o terceiro ou quarto, não querem abrir mão disso e, consequentemente, queimam o COP, até o Brasil nisso tem sido exemplar, porque queima mais álcool em seus automóveis.

Ainda há um problema muito sério, que é bom se analisar. Muitas dessas teses são polêmicas. Não são ciências exatas. Vou dar dois exemplos apenas para não cansar o Plenário. Recentemente, no encontro de Montreal. Um dos maiores ecologistas do mundo, foi colocado em dúvida pelos ecologistas do Canadá se o efeito estufa promovia um aumento na temperatura ou a sua diminuição, porque lá no Canadá a temperatura está diminuindo. Elas alegavam isso, é apenas um exemplo, recente, tivemos participantes brasileiros lá nesse encontro.

E mais ainda, recentemente, o Mello nosso secretário-geral foi a um encontro o efeito Ozônio, em Londres e aconteceu um fato estranho. Um cientista russo, que representava seu país, levantou e disse que não concordava com as conclusões do furo da camada do Ozônio e, consequentemente, do controle rígido que eles queiram impor à União Soviética porque ele contestava a veracidade daquela teoria ele queria provas.

O que eu quero dizer é o seguinte. Não devemos, absolutamente, seríamos responsáveis de querer dissociar o problema ecológico, nem menosprezar, absolutamente. Devemos fazer como o governo brasileiro está fazendo hoje, como o Congresso Nacional deu esse exemplo maravilhoso, dando espaço maior na Constituição está na Constituição brasileira e o Governo Brasileiro está enfrentando seriamente. Não devemos ser absorvidos por eles de forma tal que comprometa irreversível o nosso desenvolvimento econômico.

O que está acontecendo, e devemos ficar alertas, é que esses países são tão fortes que estão nos emparedando. Para se ter uma idéia, hoje estamos com um exemplo típico com empréstimo da grande instituição internacional sobre hidrelétrica. Não nos querem dar o recurso porque alegam que podemos desviar recursos para Angra dos Reis e, consequentemente, não pode porque vamos desenvolver energia atômica e não devemos. Eles podem, nós não podemos.

Por outro lado, esse mesmo organismo se recusa emprestar recursos para fazer hidrelétricas que, como sabemos, é a menos poluente do mundo na Amazônia, porque vai deslocar 32% pessoas. Então vamos produzir energia de que? Vamos voltar à época da vela? O que está acontecendo é o seguinte: como o primeiro mundo é forte demais e controla a economia do mundo, quando temos que estar alertas para isso porque independentemente de partido político, de vocação ideológica, isso não importa. Importa é que esse problema hoje que está afetando e ameaçando o Brasil violentamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo agora a palavra ao Senador Aureo Mello se o Senador Aureo Mello fizer a permuta com a V. Exª Deputada Beth Azize concederei a palavra a V. Exª. Porque o Regimento estabelece que, primeiro, usarão da palavra os Srs. Senadores membros da Comissão, em seguida, os nossos Deputados.

A SRA. BETH AZIZE — Mas, isto não é correto. Se eu cheguei mais cedo e me inscrevi, o Senador devia ter feito o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Eu até posso ter simpatia pela causa de V. Exª, mas tenho que ter mais apreço ao Regimento que acaba de ser votado no Senado Federal.

A SRA. BETH AZIZE — Então, vamos mudar este Regimento do Senado, com urgência, para que os Srs. Senadores acordem mais cedo e venham se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Senador Aureo Mello, mas se desejar ceder à Deputada Beth Azize, a Mesa nada tem a opor.

O SR. AUREO MELLO — Não pretendo ser muito longo. Apenas desejo formular uma observação em relação a este problema da Amazônia.

Um fato que se está verificando, incontestavelmente, é a presença militar na Amazônia. E essa presença militar constitui, por assim dizer, uma grande ameaça, inclusive, a dois pontos que chamaria de obscuros na nossa região. Um deles, é o narcotráfego, que está amplamente disseminado naquelas áreas da Colômbia e na própria Amazônia, através de reductos, depósitos, que a toda hora estão sendo detectados e estourados pela polícia de Manaus. E, ao mesmo tempo, tem-se informação de que o Contrabando de ouro, que é outra coisa que se observa de maneira acentuada estaria, hoje em dia, mancomunado com os traficantes de narcóticos, para justamente disseminar no exterior essa campanha soez de que o Brasil é o responsável pela grande poluição mundial.

Sr. Ministro, esses fatos podem ter influência fundamental nessa campanha que se vem expandindo e ampliando, através de órgãos de comunicação e de várias manifestações que são cada vez mais disseminadas. De maneira que, inicialmente, dentro do meu tempo, gostaria de perguntar a V. Exª se já analisou ou tem informações dessa união, desse trabalho, que seria sub-reptício e poderia até passar despercebido dessas forças verdadeiramente ocultas que estão interessadas em desestabilizar a situação moral do Brasil no exterior.

A seguir, me outorgo o direito de formular mais uma pergunta e passar a palavra aos nobres Deputados que, por ventura, estejam inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Sr. Ministro João Alves Filho.

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Temos um problema muito grave mesmo, porque a nossa fronteira tem onze mil quilômetros de extensão naquela região, e isso realmente preocupa

imensamente, especialmente, como V. Exª citou, e conhece a fundo o problema, somos limítrofes com alguns países que têm problemas graves, problemas que não temos, felizmente, aqui, como o problema de guerrilha, como a Colômbia, Peru, e outros países. Sabemos também que existe o problema do tráfico de narcóticos, e isso tem preocupado o Governo brasileiro.

O Projeto Calha Norte, que tem como função precípua o incentivo, primeiro, à proteção das nossas fronteiras, e uma ocupação racional, e dispõe levar o apoio àquelas populações ali e nos proteger também contra esses fatos, ou seja, a integração econômica daquelas comunidades.

O SR. AUREO MELLO — V. Exª sabe que há muito dinheiro em jogo, através desses órgãos clandestinos, que jogam muito dinheiro, e, essa campanha pode ser estimulada justamente por isso.

Qual é o crime do Brasil? Todos sabemos que o Brasil, afinal, não está entre aqueles que jogam maior quantidade de COR na atmosfera, essa quantidade é mínima, como V. Exª falou, 5% não é? E, no entanto, é essa campanha desmesurada, amplamente. Este é um enfoque que quero conduzir à V. Exª e, especialmente, ao eminente Relator, o Senhor Jarbas Passarinho.

A outra pergunta, Sr. Ministro — interrompi V. Exª, mas acho que V. Exª já havia me respondido — seria com relação às hidrelétricas. Realmente, sou daqueles amazônidas, sou daqueles amazônidas, sou nascido em Porto Velho, criado lá no forte do Príncipe da Beira, uma vez um jacaré andou querendo me comer, lá, é por isso que tenho raiva de jacaré, e sou pelo extermínio dos jacarés, e a Deputada Beth Azize diz que é lamentável que isso não tenha acontecido, que o jacaré não tenha tido essa oportunidade. Mas, eu, a partir dessa data, fiquei marcando tudo que é jacaré, dizem que o jacaré tem uma finalidade de comer peixes vorazes, piranhas, não é? E eu, apesar disso, acho que o jacaré tem que ser massacrado, quando ele estiver dormindo, ao acordar, deve virar bolsa, já deveria ter sido convertido em bolsa.

Mas, a verdade, Sr. Ministro, é que entendo que a única forma de compensarmos o nosso vazio demográfico, a nossa insuficiência demográfica em relação a grande extensão amazônica é a industrialização, industrialização pesada, industrialização de navios, industrialização até de canhões, de armamentos, que é fundamental, industrialização de toda sorte. Isso, evidentemente, não poderá ser feito sem as hidrelétricas.

Daí, a razão pela qual me congratulo com as palavras de V. Exª em relação a essa questão da hidrelétrica e também coloco aqui, como se fosse um alerta, essa necessidade de nós evitarmos, inclusive o fechamento de órgãos como a Siderama. A sucateação de órgãos como a Siderama, que é a grande siderurgia que está implantada no Amazonas, preparada para ser a base do desenvolvimento da nossa região.

Realmente, a Amazônia tem sido sempre uma espécie de colônia de aquém-mar, uma colônia que não tem mar para se atravessar, uma colônia mais fácil do Brasil, do sul do Brasil. A verdade é que nós, da Amazônia, não temos tido até hoje aquele desenvolvimento e aquele progresso e aquela atenção, para que o Brasil perceba que através daqueles minérios que ali estão, através, sobretudo, da exploração mineral, através das colônias hídricas das fazendas aquáticas e de um aproveitamento econômico peculiar àquela região, possamos retribuir e devolver a este país aquilo que merece e por tudo aquilo que ele clama.

De maneira, Sr. Ministro, encerro aqui a minha intervenção, destacando o meu aspecto de inimigo figadal de todos os jacarés desse grande plantel, enfocando esse aspecto das hidrelétricas. E, sobretudo, gostaria de saber o que V. Exª pensa a respeito da implantação da indústria pesada na Amazônia?

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Muito obrigado, Senador.

Senador Aureo Mello, o problema da hidrelétrica na Amazônia não se constitui só num problema de sobrevivência fundamental para ela. Ela é, diria, uma das maiores, senão a maior riqueza do Brasil de hoje. O Brasil hoje, tem 75% do seu potencial hidrelétrico conhecido e muito maior percentual do desconhecido ainda, porque há uma grande fatia a ser devidamente levantada na Amazônia. Quer dizer, 75% do nosso potencial hidrelétrico, conhecido.

Então, é fundamental — se quisermos continuar industrializando o Brasil, criando empregos para a região, mesmo para a região Sul, sobretudo para a região Sul, para a região Leste, para todo o País, a energia mais racional e menos poluente — a energia hidrelétrica, que vai, como disse, inundar uma insignificância.

Se o Brasil tivesse dinheiro para fazer todas as hidrelétricas, planejadas até o ano 2010, nós iríamos inundar dois metros quadrados em cada mil metros quadrados da Amazônia, o que é uma quantia irrisória. E é bom lembrar que o famoso lago amazônico de Herman Khan, que, àquela época, os ecologistas internacionais aplaudiam; previa inundar uma área 16 vezes maior do que pretendemos inundar, se construirmos todas as hidrelétricas. Isso é um dado importante. Quanto à industrialização, acho que é fundamental e o Amazonas já demonstrou essa vocação, porque todos nós sabemos que, há pouco mais de 20 anos, onde hoje estão centenas, cerca de 400 indústrias na Zona Franca de Manaus, havia ali selva fechada. Hoje, nós temos o melhor parque eletroeletrônico da América Latina. Temos indústrias sofisticadas ali, o que mostra que há uma vocação natural da Amazônia para isso, porque absorveu rapidamente essa tecnologia. Mais razão ainda para a indústria pesada, tendo energia em abundância. Acho que essa será uma vocação que a Amazônia vai cumprir, certamente, com essa energia, mais do que qualquer outra região do Brasil, que ela tem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra à Deputada Bete Azize, que, de fato, madrugou nesta Comissão hoje.

A SRª. BETH AZIZE — Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu queria fazer primeiro uma observação: é que eu gostaria de dispor do mesmo tempo que o Sr. Ministro dispôs, e eu sei que isso é impossível, para que eu pudesse desenvolver esta oportunidade de fazer algumas contestações, outras observações, e até apontar algumas soluções, para tudo aquilo que V. Exª disse, nesta Comissão, ou sobretudo, o que V. Exª disse nesta Comissão. Como isso não é possível, vou me limitar a uma parte que envolve a discussão da Amazônia, porque essa discussão envolve a questão científica, a questão ideológica, que é, política, e a questão social. Vou me limitar à questão social exatamente pela exiguidade do tempo. Mas, antes de entrar na questão social da Amazônia, eu queria fazer uma observação a V. Exª. É que eu entendo que o programa Nossa Natureza, programa que virou projeto, através de decreto, ele começou de cabeça para baixo, política e literalmente falando. Por que ele começou de cabeça para baixo, politicamente falando? Porque ele foi feito aqui, no gabinete da Casa Militar. Verdade que, com a participação de alguns órgãos da administração pública. Mas, faltou uma discussão mais aberta, mais transparente e, portanto, uma discussão da sociedade brasileira, que tem demonstrado que quer participar ativamente dessa discussão sobre a Amazônia e de, ao mesmo tempo, apontar soluções para a questão da Amazônia. Começou de cabeça para baixo, Sr. Ministro, porque o Programa Nossa Natureza deveria ter se preocupado com esse projeto, deveriam os coordenadores desse projeto ter-se preocupado em fazer o zoneamento agroecológico da Amazônia, antes de elaborar o Programa Nossa Natureza, por razões óbvias. É que, com zoneamento agroecológico, o Governo brasileiro teria condições de fazer um programa mais lúcido, um programa mais real, um programa que estivesse mais de acordo com a nossa realidade. E eu quero aqui fazer uma ressalva sobre a questão do zoneamento agroecológico. Nós temos aqui o Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Não sei se vou poder invocar o seu testemunho. Mas eu conversei com pesquisadores deste Instituto, que é, dentro do Brasil, o órgão público que mais estuda a Amazônia; questionei com os pesquisadores e eles me asseguraram que, ao longo dos 35 anos de existência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, eles vêm desenvolvendo esse zoneamento agroecológico, que o Governo brasileiro deveria ter aproveitado para elaborar o programa Nossa Natureza. Mas, pelas informações que leio através da imprensa e que V. Exª ratifica aqui, esse zoneamento está começando agora e através de técnicos da FAO, como V. Exª teve oportunidade de dizer, pela imprensa, há algum tempo. Essa é a minha primeira observação. Agora, como eu disse, não posso, em 5 minutos, discordar, mas quero fazer meu veemente pro-

testo à proposição do ilustre Senador do Piauí, que prega a matança do jacaré. Acho até que, por ser do Piauí, o ilustre Senador nunca viu um jacaré, a não ser em forma de sapato e bolsa. E aumentar este protesto ao ilustre Senador do meu Estado, o Amazonas, Senador Aureo Mello, porque um jacaré lhe fez cócegas no dedão do pé, S. Exª quer acabar com os jacarés. Quer dizer, quem prega a matança do jacaré, Sr. Ministro, prega a matança do ser humano, porque ele forma o equilíbrio e não sou especialista na matéria, mas tenho sensibilidade humana. Quem prega a matança de um jacaré é capaz de matar um ser humano de fome. Quero que conste, em Ata, o meu protesto contra essa proposta de se acabar com o jacaré. Tem muita gente que deveria morrer antes dos jacarés, pelo mal que causam a este País. A proposta não é diretamente endereçada aos ilustres Senadores que propõem a matança do jacaré.

Agora, quero concluir, falando sobre uma questão que está pertinente ao Ministério que V. Exª dirige: A questão dos índios e da Funai. Acabo de vir da Calha Norte, da Amazônia, exatamente para conhecer, com os meus olhos, o Projeto Calha Norte. E, Sr. Ministro, creia, o Ministério do Interior é um dos que participa desse grupo interministerial que idealizou o Projeto Calha Norte. Pois bem, o Ministério de V. Exª está totalmente falho naquela região, sobretudo, através da Funai. Em todos os lugares por que passamos, nas comunidades indígenas em que passamos, os postos da Funai estavam fechados. Em Surucucu, um grupo de yanomamis estava morrendo de disenteria e de oncocercose, — se tiver algum médico aqui, que me corrija — totalmente infectados, deitados à porta do posto da Funai, esperando, e lá já estavam há dez dias, o enfermeiro da Funai ou o funcionário que atende essa questão de saúde, para conseguir um medicamento.

No alto Rio Negro, todas as lideranças indígenas me deram um depoimento destruidor sobre a Funai; é que, ali, naquela região, a Funai é cabide de empregos; não serve a ninguém, muito menos aos índios.

Tem uma outra questão ligada aos índios que faço questão de transmitir a V. Exª. Não estou aqui com o propósito apenas de contestar, pelo prazer de contestar, mesmo porque não faço ecologia com histerismo. Para que V. Exª saiba, Sr. Ministro, passei a metade da minha vida no interior do Amazonas, nas calhas do Rio Madeira e do Solimões e conheço, em profundidade, a calha do Rio Negro. Trabalhei a metade da minha vida no interior do Amazonas. Então, não estou discutindo esses fatos apenas para estar na moda, porque discutir a Amazônia é moda. Para mim, discutir a Amazônia não é moda; para mim, discutir a Amazônia é uma questão de responsabilidade política e já ao tempo em que eu era Juiz de Direito, no interior do Estado, eu fazia isto; discutia e estudava a Amazônia, com responsabilidade política. V. Exª fez uma afirmação e parto dessa afirmação...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Peço desculpas, para lembrar que o seu tempo já está em oito minutos.

A SRA. BETH AZIZE — Vou concluir. Mas, na realidade, depois de tantas pessoas que falaram aqui, acho que a única pessoa que está levantando um caso concreto sou eu e isso é interessante para a Comissão. V. Exª afirmou que o Calha Norte tem por um dos objetivos a proteção das populações de fronteira da Calha Norte. Pois bem, trago aqui um documento da Câmara de Vereadores de São Gabriel da Cachoeira que denuncia o seguinte, Sr. Ministro, e tenho aqui também um documento expedido pela 5ª Superintendência Executiva Regional da Funai, cuja sede é em Manaus. Falo dos conflitos permanentes, ao longo já de algum tempo, entre a mineradora Paranapanema e os índios da Colônia Indígena, da comunidade indígena dos Sana Lari. Esse documento dos Vereadores da Câmara de São Gabriel da Cachoeira, assinado pelo Presidente da Câmara, denuncia que a Paranapanema está se utilizando de soldados da polícia militar do meu Estado, em postos de vigilância, na entrada dos rios Mariaé, Curicuriaí e Sana, onde vivem comunidades, 1550 indígenas, conforme documentos da Funai, impede que esses índios subam e desçam os rios livremente em busca de alimentos, porque se trata de área onde a Paranapanema está explorando, está fazendo lavra de exploração comercial do ouro e utilizando a polícia militar do meu Estado. Questionei um Coronel do Exército que estava nos acompanhando nesta comitiva e a resposta deste Coronel deixou-me profundamente preocupada, porque ele me respondeu que, como se trata de força militar do Estado do Amazonas, o Exército não podia ter nenhuma interferência. E o Exército é um Ministério que coordena o projeto Calha Norte e V. Exª acabou de afirmar que o projeto Calha Norte está ali para proteção das populações da fronteira Calha Norte.

Como não tenho mais tempo, vou ficar por aqui. Espero ter outra oportunidade de conversar com V. Exª sobre vários assuntos da Amazônia.

O SR. JOÃO ALVES — Evidentemente que V. Exª analisou uma série de problemas. Seria impossível responder em cinco minutos, que é o tempo de que disponho, de acordo com a Mesa.

Vou analisar, procurando esclarecer alguns pontos que me sejam possíveis, porque envolveram, segundo a exposição, vários Ministérios e também o problema do Governo Estadual. Não tenho condições de detalhar sobre todos. Entretanto, procurarei, na medida do possível, fazer observações a respeito. O problema da Nossa Natureza, que V. Exª entende que nasceu invertido, porque nasceu na Casa Militar, acho que isso não é bem assim, pelo menos da minha parte. A verdade é a seguinte: quanto ao problema da ecologia, o Presidente José Sarney atribuiu uma tamanha importância que quis trazer ao seu gabinete. Evidentemente, se este trabalho fosse pelo Ministério do Interior — o Ministério do Interior ou qual-

quer outro Ministério — não teria condições de convocar Ministros da República. A coordenação deste processo só poderia ficar ou na Casa Militar, ou no Gabinete Militar, no sentido de estar ao lado do Gabinete do Presidente. Quer dizer, tal foi a importância que o Presidente atribuiu ao problema ecológico que o fez partir para este caminho que, a meu ver, foi inteligente, porque, de outra maneira, não teríamos concluído.

Outro aspecto, é que também, embora o Ministro interino tenha sido coordenado, foram envolvidos mais de 140 técnicos de vários Ministérios, da sociedade civil, de vários segmentos que se pronunciaram, deram contribuições, como, por exemplo, os Governadores da Amazônia todos foram ouvidos. Evidentemente que um projeto que é feito por qualquer Ministério, qualquer que fosse ele, não tem condições de querer se arvorar do direito de dizer que ouviu toda a sociedade brasileira. Mas ela vai ouvir, porque, afinal, o projeto foi feito e veio à Casa Maior do povo brasileiro: veio ao Congresso. Agora, os Congressistas, inclusive V. Exª, vão se pronunciar sobre o projeto, vão apresentar sugestões, vão apresentar crítica livremente. E só, a partir daí, é que o projeto entrará em execução plena. Quer dizer, acho que o maior respeito que se pode... Eu estaria concluindo a frase...

A SRª BETH AZIZE — Permita-me, mas este projeto tem 17 decretos.

O SR. JOÃO ALVES — A Deputada me permite?

A SRª BETH AZIZE — Pois não.

O SR. JOÃO ALVES — Então, veio para o Congresso, que fará suas críticas, defenderá suas posições e, evidentemente, que poderão ser acatadas. V. Exª também terá, que representar, claro, uma grande parcela da sociedade do Amazonas e vai falar livremente, vai se pronunciar e vai, inclusive, e, possivelmente, apresentar, quem sabe, aperfeiçoamentos.

De saída, o próprio projeto não nasceu ao acaso. Já tem muitas medidas práticas que foram assumidas. Por exemplo: havia uma voz unânime nacional em protesto contra os incentivos fiscais em regiões que não eram apropriadas para a agropecuária na Amazônia. O projeto suspendeu atividades na floresta densa da Amazônia. Nós suspendemos a exportação de madeira em toras; nós proibimos o uso do mercúrio.

Agora, é claro que nem eu e nem o governo brasileiro, como um todo, se julga dono da verdade absoluta. Nós fizemos um projeto que, naturalmente, está sujeito a inúmeros aperfeiçoamentos pela frente.

Então, essa era uma observação que eu queria fazer.

Quanto à idéia que V. Exª tem de que seria preciso primeiro o zoneamento agroecológico para, depois, fazer a Nossa Natureza, penso que há lá uma interpretação que me parece um pouco equivocada e, inclusive, com a posição do Senador Nabor Júnior, que falou há pouco da preocupação que S. Exª tem da duração do zoneamento agroecológico.

Ora, se nós fôssemos fazer o zoneamento agroecológico completo para, só depois, partir para uma medida efetiva que envolve uma série de ações, o zoneamento agroecológico está definido a um raio de problemas; ele envolve todos os problemas da ecologia nacional.

Então, o zoneamento agroecológico é uma parte da proposta do programa Nossa Natureza que, inclusive, já vem sendo realizado.

Quanto ao problema do Inpam, eu estou de acordo com V. Exª na homenagem e no respeito que merecem os técnicos do INPA, que já estão na Amazônia desde a década de 40, fazendo um belíssimo trabalho.

Agora, é bom que V. Exª entenda o seguinte: o zoneamento agroecológico possui escalas diferenciadas. Quando falamos em zoneamento agroecológico, existem várias escalas, inclusive o pré-zoneamento. A Sudam, por exemplo, está concluindo, junto com a Embrapa, um pré-zoneamento da Amazônia. Tudo bem! Ele já vai dar, em determinados padrões, indícios de como deveremos fazer a ocupação e, inclusive, uma série de subsídios para o trabalho de zoneamento agroecológico. Mas é, ainda, uma escala extremamente difícil de se entrar em detalhes. É como a escala de 1:1.000 para uma escala de 1:10. São coisas completamente diferentes.

Então, temos zoneamento agroecológico que vai, em determinada fase, de escala de 1:5 milhões à escala de 1:1 milhão e, eventualmente, à escala de 1:250 mil. Outra coisa: o zoneamento está sendo coordenado pelos técnicos brasileiros, inclusive, ouvidos todos os órgãos vinculados ao problema ecológicos e, evidentemente, o INPA.

Agora, a FAO nos ajuda com técnicos de comprovada experiência, na Amazônia e em várias regiões do mundo. A ciência não tem pátria; a ciência é de toda a humanidade. Então, esses homens, que são especialistas em climatologia, especialistas em solos, especialistas em florestas, especialistas em hidrologia, eles vêm nos ajudar; eles vêm subsidiar. Eles não serão donos do projeto. Os donos do projeto serão os brasileiros.

Quanto ao problema do jacaré, eu não vou discutir, porque é um problema que acho que foi muito bem analisado pelo amazônidas.

Agora, quanto ao problema da Funai, penso o seguinte: nós devemos ter consciência de que não existe órgão perfeito e nem a Funai se arvora no direito de ser absolutamente perfeita e impecável. Claro que ela tem falhas. Tudo o que é composto pelo ser humano tem falhas, especialmente lidando com 220 mil índios, espalhados num País continental.

Quer dizer, falhas, se formos procurar, claro que vamos encontrá-las, aqui, ali, acolá. Agora, o que acho é que o projeto, a idéia global, o trabalho global que vem sendo desenvolvido pela Funai é extremamente positivo. Basta que nós citemos o exemplo de que, durante toda a história do Brasil, toda a história do Brasil — e a Deputada, que é uma amazônida de primeira linha, sabe disso — foram demarcados apenas 12 milhões de hectares para a população indígena brasileira. Nesses 4 anos

do governo Sarney, a Funai demarcou 34 milhões de hectares. É um trabalho louvável.

Claro que V. Exª poderia contestar ela poderia ter demarcado mais ainda. Também acho.

A SRª BETH AZIZE — E essas áreas estão invadidas, Sr. Ministro.

O SR. JOÃO ALVES FILHO — Deputada, estou fornecendo dados e, evidentemente, estão à disposição de V. Exª para analisá-los. Nós não temos nada escondido. Os dados da Funai estão às ordens para serem conhecidos.

Agora, quanto à denúncia específica de alguma falha da Funai, creia V. Exª que estamos às ordens para receber e, inclusive, receberei a que V. Exª fez. Está aqui o Presidente da Funai, a quem peço que procure V. Exª onde for determinado, onde V. Exª desejar, hoje à tarde, para conversar, para ele receber as denúncias e dar uma resposta específica. Porque se trata de um assunto muito específico e eu não terei condições de definir exatamente a ação da Funai em todos os 4 mil e 500 Municípios brasileiros.

Mas, o Presidente da Funai está aqui presente, a quem eu peço para contatar com V. Exª, para que V. Exª indique esse problema específico que trouxe ao plenário e nós responderemos e tomaremos todas as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Sr. Ronaldo Corrêa.

O SR. RONALDO CORRÊA — Sr. Ministro, sem querer ser bíblico, eu diria que, quando Deus fez a natureza, Ele a fez tão perfeita que, em muitos casos, se estabelece uma sinonímia quase que perfeita entre os vocábulos Deus e natureza.

A Amazônia, nesse contexto, foi um capítulo exuberante da criação divina. Mas, mais exuberante que a Amazônia é do que a natureza, Deus só se superou, se é que Deus se supera, quando criou a sua imagem e semelhança o homem. Nessa dimensão de homem, Chico Mendes e Raoni não me dão o direito de interpretá-los.

Mas quero colocar a minha lamentação profunda quanto ao fato de estarem com a ajuda infeliz de alguns colegas Parlamentares se encontrando, ideologicamente, em Chico Mendes e em Raoni.

É triste nos apercebermos que Chico Mendes passe a ser escudo, para que se impeça a unidade e a união do Brasil com o Pacífico.

V. Exª falou na importância da aproximação geográfica, ao nos utilizarmos do eixo de ligação da estrada com o Peru. V. Exª disse: os 9 mil Km que nos aproximam da Ásia. Mas permito-me acrescentar mais: teríamos extirpado um limite técnico, que é o Canal do Panamá, ao nos unirmos ao Peru.

A navegação internacional, no momento em que permitir ao Brasil se aproximar dos portos do Peru, vai nos colocar, em termos, sobretudo, de grãos, numa posição tal que vai colocar a Bolsa de Chicago a rever todas as suas posições.

É importante, portanto, que os colegas e a sociedade brasileira se apercebam que, sem entrar no mérito das grandezas e das mazelas e das fraquezas humanas de Chico Mendes — e eu não tenho esse direito — é importante que nós não permitamos que essa figura sirva de escudo, para colocar o nosso Brasil na escuridão regional do Norte e de parcela ponderável do Centro-Oeste do Brasil.

Quanto a Raoni, preservado o mesmo limite que não tenho de avaliá-lo na sua dimensão divina de homem, também Raoni, lamentavelmente, tem servido como se fosse alguma coisa assemelhada a um zoológico humano, trafegando pelos centros adiantados do primeiro mundo.

É uma falta de respeito lamentável, com uma criatura de Deus, se fazer com Raoni o que se está fazendo. Desafortunadamente, sob o patrocínio e os aplausos de alguns Parlamentares, dos quais, permito-me divergir, neste momento, com respeito, mas com lamentação.

É desditoso para nós termos um nosso irmão servindo de achincalhe, como se fosse mazela de uma sociedade e de um povo ter um irmão índio.

É lamentável que Sting não venha ao Brasil, trazendo um espécime inglês ao qual ele pertence, respeitada e respeitosa, mas um espécime que diga respeito a sua gente e aos seus irmãos, num campo de futebol, onde se processam batalhas que aqui no Brasil não têm ser processado.

Então, seria bom que Sting, pela outra mão, trouxesse ao Brasil um espécime que faz matar no desporto, porque nós aqui não conhecemos.

Eu queria dizer a V. Exª, com profundo respeito a minha Deputada querida, colega Beth Azize, que é preciso que nós compreendamos essa dimensão amazônica com a bitola larga, tão larga quanto são as dimensões da Amazônia. Estamos aqui discutindo um dos temas mais momentosos da sociedade brasileira que é a Reforma Agrária, ao tempo exato em que estamos dando a cada índio mais de dois mil hectares *per capita*. O Brasil tem menos de duzentos mil índios.

Quero dizer a V. Exª que vim a esta Casa, pela gente de Minas Gerais, e a minha profissão de fé, profissionalmente falando, é engenharia. Eu me dedico à engenharia de mineração e à engenharia de metalurgia, por toda a minha vida. E, recentemente, de alguns meses para cá, tenho ido à Amazônia, no mínimo, 3 vezes por mês, o mínimo. Tem sido das sextas às segundas-feiras de madrugada a minha presença na Amazônia, como profissional de mineração.

Não tenho visto tantos desastres, como tem sido apregoado por aqui. É lamentável que queiramos empanar o desenvolvimento deste País, dando a cada indígena brasileiro um contingente de terras que não temos para oferecer aos outros 130 milhões. Duzentos mil índios, com todo o respeito que encerra, e eu o tenho, a nossa dimensão cristã, por um irmão, duzentos mil índios é uma quantidade inferior a algumas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas, quero dizer mais a V. Exª: duzentos mil índios, em que a grande maioria é aculturada, aculturada inclusive. Só para dar exemplo a V. Exª, conheço alguns, e muitos brasileiros que estão aqui também conhecem, porque desfilarão na televisão, há poucos dias, que pertencem à Polícia Civil do Estado das Alagoas. São índios.

É preciso que coloquemos isso desapassionadamente, com a seriedade que a matéria exige. Então, eu queria dizer a V. Exª: neste contingente de índios e de nações indígenas, há pequenas porções de índios que têm mais de dois mil hectares *per capita* de reservas. Isto é um crime contra a economia e contra o futuro deste País.

Ninguém aqui quer se levantar contra a legalização, a metodologia correta e técnica recomendáveis para que se faça lavra, para que se faça exploração mineral, para que se faça exploração florestal. Mas é preciso que nós coloquemos isso em termos.

Por derradeiro, eu queria dizer a V. Exª, e, agora, sob a forma de perguntas: se não há um processo pelo qual nós estanquemos esse mar de enxovalamento que se faz contra o Brasil, através de uma campanha didática, de uma campanha séria, que, se por razões estratégicas, não for possível que se façam nas televisões da América e da Europa, que se faça na televisão brasileira.

É preciso que comecemos a conscientizar a sociedade brasileira que ela não tem que ter vergonha do que se passa aqui e, muito pelo contrário, ela tem que ter o orgulho do que está se passando no Brasil. Amazônia é o futuro do mundo, mas é o futuro do mundo através das mãos do Brasil.

É assim que enxergo a Amazônia. Nós temos que trabalhá-la, mas com a seriedade e não com a demagogia ideológica que infelizmente, muitos se aproveitam dela. Não sou como os nobres colegas, Senadores e demais parlamentares, que são sérios e estão aqui. Eleitoreiramente, não tenho participação na Amazônia: sou de Minas Gerais e tenho um afeto, um calor humano, uma vontade muito grande e uma atividade profissional ligada à Amazônia mais recentemente.

Esta a colocação que faço agora, Exª: não seria possível descaracterizarmos esta invadida através de um processo metodológico, sério, técnico, competente, pelas mãos do Ministério do Interior?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Com a palavra o Sr. Ministro do Interior.

O Sr. João Alves — Realmente, como V. Exª analisou, o problema da morte de Chico Mendes emocionou a todos nós brasileiros que temos sentimentos cristãos e, evidentemente, que somos contra qualquer tipo de violência. Agora, o que nós não aceitamos e não podemos aceitar é que os veículos, inclusive, importantes membros de governos do Primeiro Mundo queiram vender a imagem lá fora, e vender a imagem de uma forma, assim, caluniosa, de que os brasileiros são coniventes com a morte que aconteceu num incidente de terras de fronteiras.

Eu lembrei, inclusive, no pronunciamento, coisas que seriam, numa distância bem maior, em países civilizados, como a Suécia, um estadista que era respeitado e aplaudido no mundo inteiro, como Olof Palme, era símbolo na defesa das grandes teses, e, no entanto, foi morto na principal rua de Estocolmo e, até hoje, ninguém sabe por que nem por quem. Quem que matou Olof Palme Terrorista internacional? Grupos econômicos suecos? Interesses políticos? Não sei.

No entanto, os brasileiros, em nenhum momento, levantaram uma situação dessas, pelo contrário, solidarizaram-se com o povo sueco. Da mesma maneira, que o povo brasileiro lamentou profundamente a morte do ex-Presidente John Kennedy, assassinado brutalmente. Depois, por coincidência, culdaram de matar o assassino dele, e logo em seguida, mataram o irmão dele que queria se candidatar a Presidente da República. E, ainda assim, acreditamos que o povo americano seja um povo puro. O povo americano não é responsável pela morte de John Kennedy, nem também daqueles que balearam recentemente o ex-Presidente Ronald Reagan. Então, esse tipo de coisa é que está afetando a dignidade do povo brasileiro. Isso é grave.

Quem quer que viaje, hoje, pelos Estados Unidos, pela Europa, vê que não é uma campanha, nascida apenas de *hippies*, que sobem naqueles banquinhos do Hyde Park para poder fazer discursos de protestos. Isso é uma campanha orquestrada, econômica, forte, violenta, contra a qual temos que nos prevenir. Isso é um problema realmente grave.

A estrada do Pacífico a que V. Exª citou é típico disso, quer dizer, podemos diminuir a distância para a Ásia em 9 mil Km da nossa soja, dos nossos minérios. Podemos fazer integração com países da América Latina, com o Peru, e com o eixo ferroviário existente que interliga com toda a América Latina. Não há interesses para isso?

Esses problemas são lamentáveis, como, por exemplo, a exploração do Raoni com o roqueiro que o acompanha, quer dizer, o pobre homem está sendo aproveitado.

Às vezes, fico a perguntar-me o seguinte: quando vejo aqueles formosos e garbosos Senadores americanos visitando o Brasil e personalidades estrangeiras importantes que vêm para cá, ir as nossas reservas indígenas e criticarem-nos, com os quais já tive oportunidade de ter discussões acirradas e duras, fico me perguntando o que aconteceria, por exemplo, se o ex-Presidente Ernesto Geisel tomasse um avião aqui, descesse no aeroporto de Huston, no Texas, e fosse a uma tribo indígena, lá, e fizesse críticas à política americana de assistência ao índio. O que aconteceria? Seria expulso dos Estados Unidos, seria declarado *persona non grata*, o Embaixador seria convocado para explicações em Washington.

Esse tipo de exagero que está acontecendo com o Brasil é realmente um problema realmente grave. E isso está indo num crescendo que realmente preocupa a todos nós. Porque estamos sabendo quais são as causas reais que não são amor febril pela nossa ecologia.

Existem homens puros por trás disso, existem cientistas sérios, responsáveis, mas a máquina que apóia e que divulga é uma máquina econômica, violentamente forte contra o Brasil. Então, quanto a isso devemos estar perfeitamente conscientes.

Quanto à campanha, acho que V. Exª tem muita razão. Eu, pessoalmente, advogo a tese de que o Governo é uma imensa S/A. O povo é constituído dos acionistas a quem devemos prestar contas. Então, acho que em nível de Brasil, devemos divulgar essa campanha, estamos, inclusive, começando, ainda modestamente, queremos leva-lá a bom termo. A nível internacional, tenho defendido essa tese junto ao Governo, junto ao Ministério do Interior. Naturalmente, que isso foge à nossa competência, teria que ser através do Ministério das Relações Exteriores. Entendo que deve haver essa campanha a nível mundial. É difícil, porque é onerosíssima. Em todos os países da Europa essa trama diabólica está montada, tais como Estados Unidos, Canadá, etc. Porque a mensagem por trás dela é muito bonita, é poética. Agora, concordo com V. Exª que devemos, além da campanha interna que estamos começando, modestamente, com parte dos recursos, mas deveríamos começar a nível externo, apesar de todas as dificuldades de dinheiro que realmente uma dessa magnitude exige. Uma página no *The New York Times* — enquanto eles dedicam onze páginas para nos agredirem — no mês passado, por exemplo, da revista italiana *Espresso* publicou onze páginas sobre a morte de Chico Mendes num verdadeiro libelo contra o Brasil — se o Brasil for publicar uma página de esclarecimento no jornal, é que um volume de dinheiro tão grande que realmente torna muito difícil essa campanha. Acho que devemos enviar esforços para podermos esclarecer, pelo menos, o povo. Porque os grandes grupos econômicos estão fazendo isso e sabem o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Edidon Lobão) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Guerreiro.

O SR. GABRIEL GUERREIRO — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Interior, João Alves Filho, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Realmente, o tempo é muito curto e eu gostaria de fazer algumas observações que vêm, algumas delas, ao encontro do que está sendo colocado aqui.

Sr. Ministro, nos idos de 1960, eu era estudante no Rio de Janeiro, e estudando geologia econômica, deparei-me com uma tese extremamente interessante. Os Países do Primeiro Mundo estavam propondo, naquela altura, no final da década de 1950, início de 1960, que os recursos naturais do Mundo todo fossem internacionalizados de certo modo, fossem distributivamente propriedade de todas as nações alegando que o mundo era finito, que os recursos naturais são finitos e que todos teríamos direito.

Realmente, é uma teoria extremamente interessante para quem está lá no Primeiro Mundo. O Primeiro Mundo se esqueceu de dizer

que eles consomem, e isso eles não aceitam, uma quantidade extraordinariamente maior dos recursos naturais da humanidade, em relação aos muito mais do que ele em número, que são as populações dos subdesenvolvidos.

Há dias, eu diria na tribuna da Câmara que não tenho a menor dúvida de que, se depender da distribuição da Amazônia, do afundamento, da destruição das florestas, a hegemonia militar a industrial dos Estados Unidos não hesitará um segundo em destruir a Amazônia, afundar a Amazônia etc.

Dizia ainda mais, quem quiser ler, no dia 20 de janeiro de 1980, foi publicado um artigo no *Time* sobre a questão da sobrevivência dos Estados Unidos e a sua terrível dependência dos recursos minerais. Quem não conhece hoje a dependência energética do Japão, da Europa, dos Estados Unidos? Quem não sabe que 3/4 do CO₂ mandado pela atmosfera é mandado pelo Japão, pela Europa e pelos Estados Unidos? A poluição é diferente da poluição dos miseráveis, dos deserdados.

A Inglaterra tornou-se defensora dos negros para acabar com a escravidão porque era seu concorrente, isso está aí, na História, registrado. O Senador Nabor Júnior ficou preocupado com o zoneamento ecológico demorar muito e o Acre não ter como sobreviver. Estamos diante de um processo terrível Sr. Ministro, porque é um processo de colonização da Amazônia. Não vejo nenhuma outra maneira de desenvolver equilibradamente, de se construir uma civilização tropical no Trópico Úmido, desenvolvida, moderna, equilibrada, como ecossistema, sem mudar a postura nacional — porque a internacional não vai mudar nunca — de colonizadores para colonizados, com relação à Amazônia.

Vou citar exemplos que me parecem claros. O Senador está preocupado com a questão da borracha. O INPA tem pesquisas, o museu Goeldi tem pesquisas, temos enorme patrimônio que nunca foi divulgado que, democraticamente, não está acessível até, como, por exemplo as informações do INPA. Uma vez eu tentei obter dados sobre fotografias aéreas da Amazônia e tive grandes dificuldades no Serviço Geográfico do Exército. No entanto, pedi a um amigo, nos Estados Unidos e ele mandou-me todos. Eu era pesquisador da Universidade do Pará, dou esse testemunho aqui. Essas informações não são nem disponíveis no País.

Veja bem: onde estamos plantando borracha? Na Bahia e em São Paulo. Mesmo estudando tecnologia apropriadas, mesmo desenvolvendo pesquisa científica, elas não são reintegradas na Amazônia porque o processo é de exploração da Amazônia, em relação aos seus recursos naturais, aos seus bens e a sua população.

A Amazônia, no meu entender, não tem força social porque não tem grandes populações, não tem força política e nem econômica para reverter esse quadro da consciência nacional e, fundamentalmente, desta Casa, do Senado, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, da consciência política nacional. A

questão é de colonizados e colonizadores. Somos colônia interna e externa, e o processo de colonização é perverso, não existe maneira de você querer que o colonizador preserve a colônia. Ele vai lá para obter os benefícios e o lucro que ele quer, que ele quer arrancar da colônia, ele destrói a colônia. Isso é um processo histórico que todo o mundo tem que se aperceber dele. Ou se muda a postura com relação à Amazônia ou se destrói a Amazônia. Não tem jeito. Vai ser destruída fazendo grandes lagos, queimando a Amazônia, mentindo sobre ela, porque a colônia é para servir ao colonizador. E a Amazônia, infelizmente passa por esse processo. E eu me dou conta de que o Governo está fazendo um grande esforço, errado ou certo, eu não discuto o método dessa questão, e estão ajudando a Amazônia, porque está colocando-a na pauta do dia. E me preocupo muito mais com os amazônidas do que mesmo com a postura nacional, porque os amazônidas são os únicos para mim que tem melhor compreensão desse processo e que têm obrigação política, obrigação moral, obrigação social de trabalhar para reverter a consciência política, a consciência nacional a respeito do seu problema.

Eu acho que é preciso preservar os índios, mas eu não posso admitir que uma hidroelétrica da eficiência de Kararaõ seja contestada, quando se fez por decisão política, absolutamente política, porque se se constrísse uma hidroelétrica no Pará teria de construir uma no Amazonas. E a Eletronorte sabe muito bem que ela nem sequer estudou o fechamento da barragem que está lá construída perto de Manaus, e que V. Ex.^a, se quiser, pode sobrevoar e vai voar — eu voei em um avião comander — V. Ex.^a voa em aviões mais rápidos, mas eu voei 26 minutos para atravessar o lago marrom, porque a floresta ainda não está branca, porque normalmente ela fica branca depois de seca, ela ainda está marrom no lago de Balbina. Um lago que tem, na sua grande extensão, 70 centímetros de profundidade. Ninguém gritou. Matar Chico Mendes é importante para nós amazônicos tanto quanto foi para os indianos matar Ghandi. Mas, infelizmente, ambos são frutos do mesmo processo. Nós somos um país subdesenvolvido, colonizado e que esse processo de destruição é o colonizador que impõe sobre a Amazônia. Quem desmatou o Sul do Pará e Rondônia foram os colonizadores, não foram os amazônidas. Lamentavelmente, isso acontece.

Eu queria dizer a V. Ex.^a que não tenho uma pergunta específica, mas gostaria de receber o estudo do zoneamento ecológico, porque estou altamente interessado. Tenho a tese de que nós não vamos desenvolver a Amazônia sem mudar a postura nacional com relação à Amazônia e acho que é preciso rever, inclusive, discordando do ilustre Senador Jarbas Passarinho, de que é preciso redividir a Amazônia toda para poder governá-la, porque ela está em processo de ingovernabilidade. Está lá o meu Baixo Amazonas com municípios todos no fundo. As várzeas todas numa enchente desgraçada este ano que deve barrar a BR-153, porque faltam 25 centímetros para

chegar lá e ainda temos um mês e meio para encher. É uma situação de calamidade pública e o amazônida tem um grande privilégio: o de morrer bem devagar. Os processos são lentos. A enchente lá não se faz como no Nordeste, em Santa Catarina, um São Paulo que vem em três dias, lá, passa sete meses de enchentes e cinco de vazantes; e enche quatro dedinhos por dia. Mas é implacável, ela enche até matar. Está matando o gado, está matando os homens, está matando as galinhas, os perus, os patos, está matando todo o mundo lá.

E o seu ministério ainda não tomou nenhuma providência pelo órgão mais responsável pela Amazônia que é a Sudam. Dá se muito incentivo fiscal, mas não se salva o que já tem tradição de 200 anos que é de a de criar boi, por exemplo, na várzea, destrói-se a floresta para criar o boi e com uma péssima eficiência.

Eu gostaria de ter esse zoneamento ecológico, porque fiquei muito impressionado com a Dra. Terezinha quando ela apresentou isso na Presidência da República. Eu gostaria de obter esses dados, os critérios de estudos que a levaram àquelas conclusões, porque isso me interessa, de modo particular, com relação à Amazônia.

Eu gostei da sua exposição e talvez lhe perguntaria como V. Ex.^a vê esse processo de colonização. Se é possível mudar essa postura nacional a partir da ação do Governo, das políticas públicas etc.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Tem a palavra o Sr. Ministro João Alves.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES — Evidentemente, Sr. Deputado Gabriel Guerreiro, V. Ex.^a conhece a Amazônia bem mais a fundo do que eu, logo poderia dissertar sobre o assunto. É um fato incontestável que as sociedades de consumo do Primeiro Mundo absorvem, hoje, grande parte, não só as que dilapidam os bens naturais e ecológicos, mas são as grandes consumidoras das matérias-primas que, como V. Ex.^a citou, não são infinitas, têm um limite.

O Primeiro Mundo, realmente, tem adotado uma posição de muita hipocrisia dentro dessa linha que V. Ex.^a tratou sobre o colonizado e o colonizador. O próprio seringueiro, que eles pregam agora com tanto romantismo nas televisões americanas, européias, o seringueiro passou a ser uma figura romântica, ideal, homem puro, exemplo do amazônida valente, correto. No entanto, eles não dizem que foi graças ao aviltamento do preço da borracha, que eles promoveram, que o seringueiro não tem condições de sobreviver nos seringais, porque os preços da borracha foram aviltados nas bolsas de Nova Iorque, de Chicago, de Londres, a tal ponto que a produção do nosso seringueiro não dá para ele conseguir, pelo menos, o salário mínimo, em grande parte.

Ora, então é uma atitude hipócrita, eles não lembram que, acima do índio, que eles tanto falam, sem conhecê-lo, são 220 mil índios em estado primitivo, que como o deputado falou há pouco não só equivale à população

do Rio e São Paulo, mas a metade da população da favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Quer dizer, é uma coisa realmente grave, que mostra as dificuldades que enfrentamos.

O SR. GABRIEL GUERREIRO — (inaudível)... que é o aviltamento do preço. Quando dizemos que nossos minérios são aviltados...

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES — Isso é um processo da economia internacional.

O SR. GABRIEL GUERREIRO — A sociedade atual consome uma quantidade extraordinária de aço; estamos vivendo em plena era do aço; estão dizendo que é obsoleto.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES — Mas, deputado, o que acontece é o seguinte, vou dar um exemplo, da fase 1979/1982, comparando o volume de *commodities*, produzidos no Brasil, para comprar o mesmo produto, por exemplo, 100 dos nossos produtos e 100 dos produtos dos desenvolvidos, três anos depois, em 1982, os nossos mesmos 100 só poderiam comprar 59 produtos dos desenvolvidos. Quer dizer, cada vez mais nossas *commodities* têm sido aviltadas e a borracha é um exemplo desse tipo. Mas, só voltando ao problema da Amazônia, isso levou — e V. Ex.^a sabe muito melhor do que eu — a um problema que é desconhecido da maioria da sociedade brasileira e que é gravíssimo, talvez muito mais grave do que o problema do indígena nosso, que são os caboclos da Amazônia. Enquanto temos 220 mil índios, temos 1 milhão e meio, aproximadamente, de caboclos que vivem como índios, num processo de involução econômica, exatamente porque o extrativismo não lhes dá condições de sobreviver, e eles estão num processo de inversão, inclusive, de civilização.

Quanto ao zoneamento ecológico, nós temos completo o de Rondônia, estamos em execução o de três Estados, e começando o da Amazônia. Todos os dados estarão à disposição de V. Ex.^a V. Ex.^a combinou conosco uma audiência no ministério e providenciarei para que no dia de sua ida estejam todos os dados à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna, que é o último dos Srs. Deputados inscritos, e, a seguir, ouviremos, afinal, as interpelações do Relator, Senador Jarbas Passarinho. Tem a palavra o Deputado Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA — Eu desejaria apenas saudar V. Ex.^a como nordestino e mostrar esse nordestino que é brasileiro, que demonstrou aqui todo o conhecimento sobre essa parte do Brasil, que é a Amazônia.

Como V. Ex.^a sabe, sou do sul da Bahia. Costumo achar que o sul da Bahia é uma Amazônia mirim. E, lá, efetivamente, nós conseguimos preservar alguma parte dessa cultura do cacau e vimos o desastre que foi feito, o desbravamento do extremo sul da Bahia, quase transformando aquilo num deserto. Frente àquele exemplo, fico daqui extremamente satisfeito, não só por V. Ex.^a demonstrar a necessidade do desenvolvimento da Amazônia, mas, sobretudo, quando coloca o proble-

ma mineral da Amazônia, a volúpia do mundo em tentar impedir esse desenvolvimento, para se apossar disso amanhã ou depois, e os problemas que existem. Mas, sobretudo, saio daqui muito contente com o Brasil e comigo mesmo em ver que o Governo brasileiro, através de V. Exª tenta fazer exatamente o zoneamento agroecológico da conquista da Amazônia.

Esse é que seria extremamente importante, porque me recordei, eu vi em Paragominas, do Estado do Senador Jarbas Passarinho e do nosso Deputado Gabriel Guerreiro, que ali se repetia o problema que tinha ocorrido no Sul da Bahia. Ele coloca os pastos que sujam muito rapidamente pelas condições ecológicas de lá e que aquela posição da Amazônia devia ser exatamente, no meu modo de ver, tanto lá quanto em Rondônia. E tenho certeza que esse zoneamento agroecológico V. Exª vai mostrar isso e que aquela é uma região para fazer arboricultura.

Quero dizer que essa estória que a Amazônia é o pulmão do mundo, nós assistimos aqui o cientista Paulo Alvim, que durante tantos anos tem militado, ensinado a fisiologia vegetal nas terras do sul da Bahia, mostrar que isso é um mito. E que, efetivamente, uma floresta em equilíbrio gasta tanto oxigênio quanto consome de gás carbônico. Quer dizer, joga tanto gás carbônico na atmosfera quanto apreende de oxigênio. Mas isso ninguém diz, isso não interessa ao mundo; enquanto as chaminés jogam só gás carbônico, nós estamos em equilíbrio. O que interessa dentro de uma fisiologia vegetal é que na medida em que a árvore cresce, é que ela, aí, tem condição, pela sua fotossíntese, de gerar mais oxigênio do que consumir gás carbônico. Colocamos essa posição mostrando-nos aquilo que o Deputado Gabriel Guerreiro coloca, que V. Exª mostra o seringueira e a queda do preço internacional. Então, quer dizer que a coisa é muito mais grave. Foi daqui que saíram as sementes para fazer os seringais da Malásia. Pois muito bem. Eu tive a oportunidade, visitando a Malásia no ano passado de constatar de que o Brasil continua exportando e no ano passado a Malásia recebia 20 mil sementes de seringueira daqui. Aqui estão os técnicos malásios aprendendo a plantar cacau embaixo dos seringais nativos, dos seringais plantados no sul da Bahia. Eles estão aprendendo aqui a apanhar, a levar o dendezeiro como levaram da África produzindo 5 milhões de toneladas de óleo de dendê. Que o mundo desenvolvido, os plantadores de soja do mundo estão impedindo que aquele país possa vender dendê no resto do mundo, porque diz que aquilo não é comida de gente. E, no entanto, é refinado, nós comemos o óleo bruto na Bahia. Eu quero dizer a V. Exª que tudo isso ocorre dentro dessa miscelânea que muitos brasileiros pensam que estão ajudando ao Brasil, quando estão efetivamente impedindo isso aqui.

Essa estória dos índios, que são colocados 220 mil índios. Quero dizer que eles fazem preservação. O nosso Presidente, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos renováveis, teve

a oportunidade de ver que eram os índios que estavam colocando fogo em Monte Pascoal, que eram os índios que estavam destruindo o Monte Pascoal, que eram os índios que estavam a serviço dos madeireiros levando lá. Quero dizer aos Srs. que na Bahia nós temos uma farsa montada pela Funai — não na Funai de V. Exª mas na Funai de antigamente — onde houve uma invasão preparada de "índios". Porque nós fomos lá visitar, encontramos 4 ou 5, talvez, negros, mas muitos brancos e muitos mestiços dentro de uma área que foi invadida, onde foram levados de caminhão da Bahia — que eram de Minas Gerais, metalúrgicos, como índios. E que está montada a farsa lá e está no Supremo Tribunal para resolver esse problema. É o quadro que está lá.

Efetivamente, eu saio daqui satisfeito, parabéns por fazer esse zoneamento agroecológico. Porque isso efetivamente é que vai dar as condições de podermos conquistar a Amazônia para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Muito obrigado, Deputado Jorge Vianna.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo agora a palavra ao Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho, para os questionamentos finais.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Ministro, esta Comissão se propôs trabalhar em algumas etapas sucessivas. A primeira das quais seria exatamente chegar a números confiáveis, aceitáveis, em relação à verdadeira superfície desmatada da hileia amazônica. Porque a partir do momento em que nós chegássemos a um número confiável, nós teríamos uma das duas conclusões: ou isso está exagerado e merece realmente um repensamento de política brasileira, a respeito de Amazônia, ou isso ainda está dentro de padrões aceitáveis que não merecem, de modo algum, as acusações internacionais que temos recebido.

Depois de ouvir aqui a primeira palestra que foi do Dr. Schubert, que é o Presidente do INPA, nós ouvimos também a Funtat, do Acre, ouvimos o Dr. Alvim, que é um homem brilhante, polêmico, e ouvimos o grupo do INPE, que fez aqui uma demorada e brilhante exposição. A conclusão que, como Relator, chego e proporei à Comissão é que a primeira fase dos trabalhos está praticamente encerrada.

Nós vimos que esse trabalho do INPE mereceu aqui uma espécie de contestação, na partida do Deputado Feldman, que é um dos ecologistas brasileiros. O desmatamento real que está apresentado, e que foi pelo Presidente da República assim repetido, fixa-se num número pouco superior a 5%, não sei seria 5,12%, mas do total da hileia amazônica. Agora, no momento em que consideramos a hileia amazônica, abandonamos a Amazônia Legal. No momento em que consideramos a Amazônia legal, não temos apenas a floresta úmida, não temos apenas a hileia amazônica, temos também cerrados, temos campos naturais, temos estação litorânea, ciliar e isto aumenta demasiadamente o denominador, em

relação ao qual se vai fazer a proporção com a área desmatada.

Agora, se a área desmatada fosse só realmente de 5,12%, veja V. Exª que haveria alguma razão de suspeita de que esse dado não seria totalmente aceitável. Por quê? Porque 5% que fosse do desmatamento, numa área que corresponde a quase 5 milhões de Km² e que, pelos cientistas, varia entre 260 a 300 ou 350 milhões de hectares, se tomássemos uma média de 270 milhões de hectares, chegaríamos à conclusão de que isso representaria 12 milhões e 500 mil hectares apenas desmatados. Ora, só em 1987 o INPE detectou 20 milhões de hectares desmatados, só no ano de 1987. Isso fez parte da primeira palestra do Dr. Schubert quando o assunto foi tratado.

Conseqüentemente, o nosso objetivo é ter um número ainda mais preciso em relação ao verdadeiro desmatamento do que nos interessa, que é a mata em si, a floresta em si. E o INPE mostrou claramente que, e também o Dr. Schubert, não se pode confundir queimada com desmatamento. Há queimadas que se fazem sem desmatamento e há queimadas que se fazem com desmatamento e há desmatamentos que se fazem sem queimadas, pelo menos naquele momento. Conseqüentemente o número pode variar entre 5 e 7% que sejam. Ora, isto, ainda no momento, é realmente pouco expressivo, mas a mim me preocupa a velocidade com que isso está se produzindo. O IBDF apresentou aqui, se não me engano em 1978 ou 1979, um dado que correspondia apenas a 1,5% da floresta amazônica devastada.

Ora, se chegamos agora a 5 a 7% nesse período, acho que temos que ter cuidado, Ministro de Estado, como V. Exª, Presidente da República, Senadores e Deputados, repito, devemos ter cuidado com essa progressão que parece mais que geométrica, parece exponencial. A nossa posição aqui não é nem a favor dos xitas da ecologia, especialmente dos ecólogos populistas, que querem transformar a Amazônia num imenso aquário para beleza pictórica dos europeus e americanos, mas também não podemos ser amanhã acudados e não termos tido o devido cuidado com o patrimônio que é nosso, antes de ser um patrimônio universal.

Então, a partir daí chegamos a uma primeira conclusão: V. Exª se referiu exatamente a Rondônia, que é hoje o Estado mais atingido. Pelos dados do INPE já são 12% do revestimento florístico total de Rondônia atingidos pelo desmatamento e a transformação naquilo que foi ouvido aqui por nós e agora pelo Deputado Gabriel Guerreiro, que é uma tentativa de ocupação da Amazônia pela pata do boi.

O Deputado Vianna se referiu à degradação do capim, das áreas de cultura, na área de Paragominas. Sabemos que isso é verdade. O Cepotu, que provavelmente iremos ouvir, que é um órgão de extraordinária eficiência na Amazônia, prova também que, depois de três, quatro anos de utilização, ou se faz adubo, e aí passa a ser um custo econômico muito alto, ou então teremos um resultado verdadei-

ramente trágico com o desmatamento feito apenas para aproveitamento para a pecuária.

Então, esse é um ponto que interessa muito e que V. Exª abre hoje, com a sua brilhante exposição, a segunda fase do nosso trabalho, que é a fase política e administrativa. A primeira queríamos que fosse apenas científica, e infelizmente os cientistas não se põem de acordo. Eles têm palavras do INPA que se conflitam com palavras do INPE — não sei se é apenas porque as letras mudam na sigla ou porque, realmente, há alguma coisa, há outras passagens, mas que devemos dizer, com sinceridade, elas são muito próximas, hoje; muito menos, por exemplo, do que a previsão do Dr. Philip Fearnside, que é muito famoso, subordinado ao Dr. Schwartz, que nos honra com sua presença; mas aí o perigo das extrapolações e das perspectivas que fazem alguns cientistas. Pelo trabalho do Dr. Fearnside, baseados no início dos anos 70, nós teremos chegado, já agora, ao total desmatamento de Rondônia e chegaremos, dentro de dois anos mais, Deputado Guerreiro, ao desmatamento completo de nosso Estado do Pará. Por quê? Porque se faz uma regra de três direta e progressiva partindo de dados que são altamente variáveis e, no momento, em que se fixa a variável, e se faz disso uma constante, pode-se chegar ao absurdo que chegou a se dizer que, no ano de 1991, o Pará não teria mais nenhum revestimento florístico e Rondônia, já neste ano, estaria totalmente desmatada para transformar em campos, em campos de pecuária. Isso nós conseguimos aqui, acho, dar uma resposta e esta Comissão terá consequência. Há os que não acreditam no trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito e, eu, quando fui Ministro, inclusive da Educação, me servi muito de um trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o ensino superior no Brasil.

Então, o que se espera, talvez, é o erro do nome, porque se fosse Comissão Parlamentar de Avaliação, Comissão Parlamentar de Investigação; mas não, quando fala em Inquérito dá conotação policial, então esperam que, desde logo, terminado um trabalho da CPI, haja alguém na cadeia, e aqui gostamos muito disso. E há um equívoco muito grande: o trabalho das Comissões Técnicas do Parlamento é um trabalho, por excelência, que afirma o parlamento no mundo. E temos essa possibilidade. Então, veja V. Exª, vamos chegar a números bem aceitáveis. A única dúvida seria se pudéssemos pedir ao INPE, por exemplo, e ao INPA uma reavaliação desses 5% que têm como denominador a Amazônia Legal, para passar a ter o quê? O denominador, apenas a hileia amazônica e para isso seria necessário, por seu turno, saber quanto de hileia amazônica significa nos milhões de quilômetros quadrados de toda a Amazônia Legal, para termos agora esses dados. Não posso criticar o INPE, de maneira nenhuma, quando deu esse número, porque série histórica, sabe V. Exª, tem que ter a mesma base. A base sempre foi, como denominador, a Amazônia Legal e não a hileia amazônica. De modo que o INPE de modo algum fraudou, manipulou, modi-

ficou dados, apenas para ter uma coerência com o passado deu esse número para nós.

Já está praticamente aqui, praticamente não, assegurada aqui a eliminação de um dos mitos: o mito da Amazônia como pulmão do mundo, a floresta amazônica como pulmão do mundo. Todos os cientistas, que passaram por aqui, provaram exatamente isso que, agora, sinteticamente falou o Deputado Jorge Viana. A floresta amazônica é uma floresta maturada, ela, como toda floresta latifoliada que chega ao auge da sua vida, ela passa a produzir menos oxigênio, ela produz mais quando ela é ainda uma floresta jovem. Também não teria interesse em derrubar a floresta amazônica para ter mais árvores novas para produzir mais oxigênio, para que os suecos não tenham nenhuma rarefação de atmosfera, nem o inglês, o americano, o europeu, em geral. Ora, o que se prova, claramente, é que existe um ciclo que, em 24 horas, se realiza. A produção de oxigênio, durante o dia, é praticamente consumida pelo seu odor durante a noite. E, com isso, esse ciclo se fecha e não temos nenhum direito de pedir, como o Ministro Delfim Netto pediu, *royalties* pelo oxigênio que a Amazônia está produzindo para o resto do mundo. Na verdade, isso é uma fantasia.

Quanto ao efeito estufa, que V. Exª a ele se referiu de passagem, temos cá as nossas dúvidas. É evidente, fora de dúvida, que o número que V. Exª ofereceu é absolutamente correto para nós, inclusive pela revista *TIME* que publicou um trabalho com dezenas de cientistas que colaboraram com esse trabalho.

Enquanto a poluição da atmosfera ou da troposfera se dá a partir do momento em que o combustível fóssil está sendo consumido e, portanto, é nos grandes países industrializados, enquanto isso é grave lá — e muito grave — quando se trata, porém, de queimadas o Brasil aparece em primeiro lugar, acima de todos os outros países do mundo, ainda que com pequena participação, pequena participação percentual. É discutível, portanto, qual é a nossa participação no chamado efeito estufa, vamos estabelecer isso com mais precisão. Chegamos, como disse a V. Exª, à segunda fase e, felizmente, com a sua palestra. Abrimos a fase política. V. Exª fez uma bela exposição. Confesso que como estudioso da Amazônia ouvi alguma coisa nova em relação à chamada cobiça internacional pelos dados que V. Exª deu, ainda que muito relacionados com o movimento da Cabanagem, que foi um movimento de cinco anos, movimento passageiro dentro da Amazônia. Tenho uma tese que conflita um pouco com a do eminente Professor Arthur Reis e, talvez em parte, com uma parcela apenas da palestra de V. Exª. Acho que nunca tivemos na história militar do Brasil nada com relação à cobiça internacional da Amazônia, que significasse um simples combate pela Colônia de Sacramento, um simples combate pela Colônia de Sacramento para que a tentativa que fizemos de balizar o Sul do Império brasileiro até o Rio da Prata. Então, a hileia amazônica mesmo, a que o Sr. Ministro se referiu, foi produto

de brasileiros. O Dr. Getúlio Vargas, em 1940, fazendo discurso no Teatro Amazonas, convocou todos os países que tinham assento na Bacia Amazônica para juntos deliberarem sobre o seu futuro; em seguida, um Embaixador acho que nem era de carreira, mas era Embaixador, junto à Unesco, Paulo Perredo Carneiro, foi quem formulou o princípio que V. Exª citou da hileia amazônica. Foi ele quem propôs e bastou — como disse V. Exª muito bem — a palavra de Arthur Bernardes e do Senador Paraense Augusto Meira, e mais tarde um simples Relatório do Emfa, que era, na ocasião, comandado pelo General Cordeiro de Faria, acabou o problema da hileia amazônica.

De modo que, hoje sim, hoje sinto que a preocupação com a Amazônia é enorme; portanto, eu queria fazer uma correlação entre essa cobiça no passado, que não passou de algumas tentativas infrutíferas, como V. Exª mostrou, com aquelas que hoje se fazem, hoje, acredito, estamos debaixo de um cerco. Não quero posar de nacionalista, porque tenho horror de nacionalistas epidêmicos. Nacionalismo é uma coisa extremamente séria que não pode ser prejudicada apenas por aqueles que usam retórica para isso. Mas a colocação, por exemplo, que fez o Deputado Guerreiro é precisa, é imprecisa quando ele diz que discorda de mim na divisão territorial do Pará; de fato aí não estamos de acordo. Acho que dividindo o Pará ele não resolve o problema como pensa resolver. De qualquer maneira é uma tendência natural, mas é muito precisa.

Veja, Sr. Ministro, era eu Governador do Pará, visitei Santarém, uma das primeiras vezes já como Governador, não havia cais, havia um trapiche enorme e ancorado nesse trapiche um navio. Esse navio estava levando carga para São Paulo, era juta que saía de Santarém para São Paulo. Perguntei como era o processo comercial, era pagamento a 120 dias, ou seja, depois de 120 dias que a carga chegasse em São Paulo é que ela seria paga e ao mesmo tempo o pessoal de Santarém, os comerciantes de Santarém compravam tecido que vinha de São Paulo, fabricado, em grande parte, com a matéria-prima que era a juta, à vista. Então, na verdade, nós pobres santarenos e pobres paraenses estávamos financiando um grande parque industrial, uma parte do grande parque industrial paulista. Veja V. Exª porque que às vezes os amazônidas chegaram a uma coisa que me pareceu muito preocupante quando fui oficial do Estado Maior, algumas vezes eu ouvia pessoas dizerem, em palestras: "O Brasil que é o País amigo mais próximo da Amazônia..." Então, por aí já se conclui o que era já um princípio de ressentimento. E a Pasta de V. Exª com um homem lúcido, homem admirável, como é V. Exª naturalmente contribuirá para que esse tipo de ressentimento não cresça, não aumente.

Hoje temos um cerco universal; não é cerco só, é cerco também. Também nãoalaria, como teve coragem de falar o Deputado Correia, a respeito dos nossos ecologistas que entendem de ecologia o que a minha avó entendia de logaritmo neperiano, porque passam a ser

ecologistas, mas falo com relação àqueles que têm responsabilidade. Hoje vejo um cerco comandado pelos Estados Unidos, pela República Federal da Alemanha, pela França e pela Itália, pelo menos. O que estamos vendo, e cada vez mais, é uma espécie de estrangulamento do processo de desenvolvimento brasileiro sob o pretexto da defesa da ecologia. Ainda hoje, por exemplo, os jornais noticiam o retraimento da Itália em relação a determinados fornecimentos que deveriam estar assegurados ao Brasil, além da pressão sobre o Banco Mundial e o BID de parte exatamente de representantes dos países poderosos. Amanhã, por exemplo, se quisermos continuar desenvolvendo o problema de esgotos da cidade de Belém, não o poderemos fazer, porque Belém está dentro da Amazônia e a Amazônia está, segundo eles, sendo depredada. Então este processo levou um homem — provavelmente o chamaremos aqui, se a Comissão concordar — que é o nosso Embaixador junto aos Estados Unidos, em Washington que, pelo jornal *O Globo* transmitiu declarações em que dizia que, na verdade, a campanha ecológica traduz um mascaramento de uma estratégia de impedir que o Brasil chegue ao primeiro mundo. Isto é muito grave, dito por um Embaixador do Brasil. Logo, eu não gostaria de cometer o mesmo equívoco de sempre, embora como Relator tenha mais tempo de fazer conferências paralelas. Eu queria dar a V. Exª uma síntese do que já fizemos e dizer como V. Exª abriu as portas agora para nós discutirmos o problema político internacional e nacional, e a postura brasileira vai mudar com facilidade; aqui sou mais pessimista que o meu amigo, o Deputado Guerreiro, meu adversário, mas meu amigo, porque isso realmente falta ao Brasil. O General Gamelant que foi Presidente da primeira missão militar — a única missão militar que o Exército brasileiro teve como instrutor, não houve outra — Presidente da Missão Militar Francesa no Brasil, houve um momento em que falando para os oficiais do Estado Maior ele disse: Eu sou oficial de um País que tem colônias; de um Exército que tem, portanto, representação colonial, inclusive na Ásia e na África. Nunca vi o que estou vendo no Brasil, a metrópole e a colônia no mesmo continente. Sempre vi, como dizia ainda há pouco o Senador Aureo Mello, uma colônia de aquém-mar; não há mar nos dividindo. Isso é uma mágoa que nós temos e não somos só nós, do Norte; acho que V. Exª do Nordeste, também tem. Gostaria de fazer objetivamente, agora, algumas perguntas e se pudéssemos, ter rápido, alguma espécie de jogo de ping-pong, se me permite a diminuição da solenidade da CPI.

Que pensa V. Exª da proposta de vinculação do perdão parcial da dívida externa, à preservação da Amazônia? Eu gostaria de complementar a pergunta fazendo a diferença que os cientistas me ensinaram aqui: uma coisa é a preservação, a outra é conservação; preservar é deixar intocável; conservar é explorar sem degradar. Então, eu pergunto sobre preservação da Amazônia.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Primeiramente, eu gostaria de agradecer as palavras generosas do Senador Jarbas Passarinho, que com o brilho da sua inteligência conseguiu sintetizar, em rápidas palavras, o pensamento de inúmeros cientistas que aqui apresentaram seus pontos de vista e as conclusões às quais está chegando esta Comissão, em boa hora concebida.

Nobre Senador, primeiro, o problema da dívida com a ecologia é um dos outros mitos do mundo presente. Alguns exaltados falam como se, de repente, os banqueiros elegantes do Chase Manhattan Bank, do Citibank e de outros tantos bancos, estivessem assim preocupados com a preservação ecológica e, de repente, viessem propor-nos trocar a nossa dívida de 120 bilhões, de 115 — os números variam — pela preservação ecológica. Isso tudo não passa de uma poesia. Dirijo uma Pasta que cuida diretamente com o problema ecológico, pelo menos há 5 meses. O que se tem feito de proposta ao Brasil basicamente nesta área ecológica é empréstimo a juros de mercado. Essa é que é a grande verdade. O Banco Mundial nos procura e diz o seguinte: nós não temos dinheiro para hidrelétrica, por exemplo; nós temos dinheiro para ecologia. Eu respondo: mas estou precisando de dinheiro para hidrelétrica, porque preciso criar empregos, estou com gente morrendo de fome. Sim, mas eu só tenho linha disponível, agora, para a ecologia; dinheiro emprestado a juros de mercado. Esse é o que têm nos apresentado. No outro extremo, o que eu assisti a nível de proposta foi feito — isto é um fato que foi divulgado — eu assisti quando um colega de V. Exª, um eminente Senador americano, propôs ao Presidente da República a idéia de uma entidade supranacional para gerir os destinos da Amazônia, com a participação de eminentes técnicos, homens de notório saber do mundo inteiro, e com a participação naturalmente de brasileiros. Seria a idéia que foi apresentada. E essa entidade supostamente teria recursos para ajudar o Brasil, sem estabelecer valores nem quantidades.

Temos visto pelo mundo afora, e na América Latina, algumas experiências. Já foram feitas, pequenas, irrelevantes, insignificantes, são coisas supérfluas, coisas de dez a vinte milhões de dólares, em troca desse tipo, que foi feito experimentalmente por alguns pequenos países da América Latina. Se não me engano, foram três países. Fernando, inclusive, contactou pelo menos dois; eu contactei também. Então, são valores ínfimos, insignificantes.

O que se propõe mesmo é isso que V. Exª acabou de falar. O Brasil começa a preocupar muito o Primeiro Mundo. O País que, há poucos anos, não produzia soja, de repente começou a produzi-la de uma forma crescente. Os Estados Unidos eram absolutamente senhores dessa produção, e o Brasil começa a concorrer a preços muito mais competitivos e se aproximar do volume de produção americana.

O que é mais grave: enquanto os Estados Unidos não têm mais terra a conquistar, o Brasil tem uma disponibilidade de terra de

excelente fertilidade, o dobro, só no Centro-Oeste, nos cerrados, do que o Brasil ocupou, desde que Pedro Álvares Cabral chegou aqui.

O Brasil tem também energia. Enquanto os Estados Unidos já acabaram com todas as suas hidrelétricas, quer dizer, energia barata, que é um terço da energia nuclear ou um quarto, dependendo das circunstâncias, o Brasil tem o maior potencial do mundo hoje — na Amazônia.

Por outro lado, o Brasil está em condições muito favoráveis de conseguir acessos que preocupam, porque vão aumentar imensamente a competitividade brasileira, como, por exemplo, o acesso ao Pacífico, que é um velho sonho nosso.

Tudo isso se forma, e o círculo vem fechando em torno do Brasil. Isso tem preocupado muito. V. Exª foi Ministro mais de uma vez, e com muito brilho, e sabe que as entidades de crédito internacionais limitavam-se, inclusive num passado recente, a receber projetos de desenvolvimento com prioridades estabelecidas pelo Governo brasileiro, a analisar a viabilidade ou não e a emprestar ou não.

Hoje, muitas dessas entidades já passam a não aceitar esse papel puramente; já querem sugerir medidas e prioridades. Quando apresentamos nossas prioridades, elas não são aceitas como tais.

Em resumo, quanto a essa questão de troca de dívida: primeiro, se o Brasil tivesse que trocar a dívida por questão de sua soberania, nem eu, nem V. Exª, nem o Presidente do Brasil, nenhum brasileiro aceitaria isso. Essa história de soberania limitada é uma farsa. Ou há soberania ou não há.

De concreto, se o Brasil desse a louca — usando uma gíria — e aceitasse trocar tudo, apareceria gente para trocar essa dívida. Isso é puramente poesia e faz parte do discurso distorcido que estão vendendo pelo mundo.

Então, "o Brasil é um isolacionista, o Brasil não quer apoio internacional". Ele quer e deseja! Estamos recebendo agora. Por exemplo, a FAO está nos dando um belo apoio na ajuda do zoneamento agroecológico. As Nações Unidas agora, modestamente, deram pelo Penuma uma ajuda inclusive nessa área do zoneamento agroecológico. E o Brasil está aberto, só que existe uma série de condições, quando ocorrem, que não poderíamos absolutamente aceitar.

Isto é só um resumo, Senador; o que existe é muito mais retórica é poesia e é discurso vazio.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A pergunta foi feita exatamente para que eu pudesse me respaldar numa resposta importante quanto a que V. Exª nos dá.

Essa colocação de preservação mediante o perdão parcial da dívida, tanto tomamos conhecimento no Senado, o máximo que foi oferecido, e arrogantemente, eu entendi...

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Arrogantemente, o Senhor usou a expressão bem certa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ...oito bilhões de dólares que o Senador americano se deu ao luxo de poder propor ao Presidente da República.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Ele na entrevista que deu — eu assisti à entrevista — não falou em números, Senador, acho que ele nem estava autorizado, e que apenas fez a abordagem do Brasil aceitar uma entidade supranacional, com cientistas de notório saber, e eventualmente com a participação decisiva de alguns brasileiros.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Essa entidade supranacional acabaria sendo um protetorado; não vejo qualquer outro tipo de coisa parecida, uma nova Namíbia nessa altura dos acontecimentos. Agora, mais grave ainda da que a insolência dessa gente foi, no meu entender, a posição do Presidente da França, o Liberté, o Egalité, Fraternité, do Século XVIII, que ainda não chegou do Século XVIII até hoje; nem o liberté, nem o fraternité, proporciona, já em Tóquio, a possibilidade de se discutir uma soberania relativa. Ora, soberania relativa, nós temos ilustres diplomas aqui presentes, sabem exatamente que Direito Internacional Público, seria o quê? Seria uma soberania que nós mantivéssemos parcial, com relação a nós mesmos, e deferíssemos a entidade supranacional esse direito de administrar. Algumas pessoas acham que é nacionalismo exaltado, ou xenofobia. Absolutamente, é apenas uma reação natural na proposta que o Presidente Mitterrand coerentemente levou a Maia; e propôs de novo, que os países que fossem donos de florestas tropicais úmidas tivessem a sua soberania relativa. Quer dizer, que ficou muito claro o que ele queria e, felizmente, o nosso Itamaraty reagiu brilhantemente na hora. Então, eu também acho que as propostas a que V. Ex.^a se referiu, com Costa Rica, Bolívia, Equador, e outros mais, foram coisas mínimas, insignificantes, comparadas com uma troca de dívida. Evidentemente que para a dívida externa, nós temos outros caminhos para a redução da dívida que me parecem muito mais coerentes. O tempo já vai, infelizmente; para nós aqui sempre é assim. Nós sacrificamos muito os nossos depoentes, os nossos palestrantes e conferencistas. A Câmara já está em sessão e o Senado dentro de meia hora também. Eu pediria a V. Ex.^a que, através do Ministério, nós recebêssemos um papel que seria depois um documento.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Certamente Senador, essa semana estará pronto.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Ex.^a está muito apressado, aprontando o que eu ainda não pedi. Desculpe-me a minha brincadeira, mas a nossa amizade me permite isso.

Eu queria uma avaliação do Ministério — essa vai ser uma segunda fase importante da CPI — uma avaliação sobre as diversas políticas ou estratégias da ocupação da Amazônia, desde a colonização até agora. O que teríamos cometido de erro, para não praticá-lo, especialmente no momento, a famosa questão da

ocupação da Amazônia pela pata do boi. Eu era ainda um jovem major e tive audácia de admitir numa palestra em Belém, mais ou menos no ano de 1956, 1957 que a Amazônia provavelmente se incorporava à economia nacional mais cedo vindo do seu subsolo do que do seu solo; pela enorme dificuldade de praticarmos agricultura naquela região. Estou vendo que isto está se praticando agora, porque províncias metologenéticas das mais importantes do mundo estão surgindo na Amazônia. E aí me parece que é natural, que os olhos cobiçosos de quem já tem recursos naturais não renováveis esgotados, se voltem para essa região com mais cuidado. Cuidado que nós devemos ter. Eu pergunto se V. Ex.^a conhece o levantamento pedológico feito pela Embrapa, recentemente para toda essa área da Amazônia brasileira.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Conhecer o documento em detalhes, não. Conheço a sua essência, a sua filosofia, é uma espécie de prezoneamento. É aquilo que procurei explicar à Deputada, Beth Azize porque o zoneamento, às vezes, é mal entendido, é uma questão de escala, nos temos zoneamento com escala de um para cinco milhões; outras de um para um milhão. Nós estamos nesse zoneamento, buscando uma escala de um, de duzentos e cinquenta mil até um para um milhão. Até a Embrapa já fez, já completou esse prezoneamento uma escala; se não me falha a memória, Senador, é de um, para cinco milhões.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu pergunto se há alguma articulação entre esse trabalho da Embrapa e aquele zoneamento agroecológico a que V. Ex.^a se referiu.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Certamente. Esse foi um estudo muito demorado que nós fizemos e, aliás, é bom que se diga, pois está se criando uma conscientização dessa importância da Amazônia no Brasil, de forma entusiástica. Tenho sido questionado sobre a Amazônia em todos os auditórios no Brasil, sobre os mais variados temas. Eu viajo e visito um média de dez Estados, por mês, por força do nosso Ministério. Em todo o lugar que chego, a pergunta infalível é sobre a Amazônia; então, está se criando essa consciência. Agora, quando juntamos esses técnicos da FAO com técnicos do Ministério do Interior, para dar partida ao zoneamento agroecológico foi preciso colher todos os dados que estavam espalhados por várias entidades e tivemos uma contribuição fantástica, espontânea, de boa vontade do IMPA, do IMPE, da Embrapa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Inclusive eles me deram esse mapa, fazendo-me uma gentileza, um privilégio, e fiquei verdadeiramente estarelecido quando vi a enorme superfície do Estado do Amazonas, considerada impraticável para qualquer tipo de atividade, pois é um alagado permanente que se for drenado causará erosões violentas e automaticamente será entieconômica qualquer atividade de natureza agrícola e pastoril. É uma

área enorme que pela Embrapa está destinada a ser, isto sim, um aquário.

Veja V. Ex.^a que quando peço esse trabalho do Minter, acho que V. Ex.^a terá condições de proporcionar muito mais do que nós do Senado, através de nossos meios, porque, por exemplo, começou a colonização da Amazônia no velho tripé. Era o tripé do colonizador português avançando, fazendo do ventre indígena grande matriz populacional local e explorando as chamadas drogas do sertão, a que V. Ex.^a se referiu, e logo acompanham o tripé, o colonizador, o missionário em busca das almas e as Forças Armadas da época, apenas terrestres, marítimas, e fluviais. Iam, então, fazendo aqueles nódulos; foi uma ocupação nodular e até tão interessante — permite-me V. Ex.^a que divulgue, pois é um assunto que me fascina sempre e acho que devo a mim mesmo uma espécie de pré-ensaio sobre a Amazônia — porque o que comentei sobre a Amazônia foi um crime contra a literatura, foi um romance e esse romance, dizem os meus adversários, entre eles...

O SR. AUREO MELLO — Não apoiado. Esse romance é bom, já li e deveria persistir.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Tenho lido excelentes trabalhos sobre a Amazônia, do Senador Jarbas Passarinho, inclusive inúmeros artigos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — No meu livro, dizem alguns amigos do Deputado Guerreiro, que só tirei o primeiro lugar, porque fui único concorrente. Depois quando cheguei a Governar melhorou e como Ministro cheguei a *best seller*. Então, agora já tenho até uma tradução, traduzida para o português, de Portugal que me obrigou a aceitar a ortografia deles senão não publicavam lá.

Evidentemente, veja V. Ex.^a a coisa interessante que se deu na boca do Amazonas, lá, quando éramos o Grão-Pará, então, era de acordo com a maré. Como justamente os rios da proximidade da Foz enchem, vazam e até Santarém chega um pouquinho, mas enchem e vazam, seis horas; ele se lançava de canoa durante seis horas a favor da maré e no ponto próximo das seis horas ele fundava uma povoação. Então, a primeira civilização teria sido européia nodular; depois nós tivemos a tentativa de transformar o rio Euclides da Cunha chamava "as estradas que correm", mas os rios seriam os grandes instrumentos de penetração; tivemos grandes conquistas.

Posteriormente tive como primeira atividade minha, fora a área essencialmente militar, recém graduado pela Escola do Estado Maior, fui servir o Comando Militar da Amazônia que tinha sede no Pará e lá me deram a tarefa de estudar as colônias militares e fui estudar a colônia de Oiapoque, Tabatinga e outras mais, e vimos que o nosso objetivo era fazer com que — agora a Calha Norte pretende fazer também e tenho grande dúvida quanto a esse resultado futuro — a fixação do homem naquela área, inclusive, depois que o militar é licenciado, ele ficaria lá como colono assistido e o soldado tem várias vantagens que

não tem normalmente no serviço fora daquela região, inclusive a vantagem de reengajar-se sistematicamente.

Infelizmente, no Oiapoque e em Tabatinga menos, mas no Oiapoque isso não se deu. Não conseguimos, portanto, fazer a radicação do militar quando deixa a farda na área em que se encontrava a unidade militar. Mais tarde tivemos o pólo amazônia e agora essa última fase de ocupação do sul do Pará, como disse bem o Deputado Guerreiro, que foi arrasado em grande parte por grandes empresas e por grandes empresários que da Amazônia só a conheciam talvez pelo nome, e depois pela terra fácil de comprar.

Esse é um pedido que reitero a V. Exª: se é possível fazer uma análise crítica dando um balanço das nossas diversas fases de tentativa de ocupação racional da Amazônia.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Certamente Senador, vou me empenhar com a minha equipe, no menor espaço de tempo, para apresentar o trabalho a V. Exª que espero seja razoável.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Será certamente uma grande contribuição para nós. Não sei se V. Exª conhece também um trabalho do nosso ecologista, esse sim, ecologista de renome, Paulo Nogueira Neto, sobre o zoneamento da Amazônia.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Não, Exª Eu tenho bom relacionamento com o ecologista Paulo Nogueira, por quem eu tenho um respeito muito grande, mas eu não conheço o trabalho dele.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Parece-me que ele simplificou um pouco as coisas, não?

Anatole Francis dizia que havia um católico, o qual dizia que Deus fez o melão tão bem que ele é repartido em gomos para haver equidade na distribuição. Então, o nosso ecologista Dr. Paulo Nogueira, dividiu a Amazônia em 3/3; 1/3 seria absolutamente intocável, ficaria como uma reserva para um balanço genético; para exploração do mundo, em proveito do mundo; e outro terço poderia receber atividades agrícolas e talvez até de extrativismo vegetal coordenado; e 1/3 final seria, por seu turno, transformado em partes nacionais. Então, talvez, só 1/3 da Amazônia pudesse se transformar, mais tarde, em alguma coisa explorada em proveito da economia brasileira.

Se V. Exª me permite eu lhe mandaria esse trabalho.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Eu lhe agradeço muito.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E, finalmente, uma pergunta que está relacionada com o que a Deputada, que é veemente sempre na palavra, a Deputada Beth Azize, se referiu a que trata do problema dos índios, a área dos Yanomami. Há ou não realmente uma invasão maciça de garimpeiros naquela área? E essa invasão de garimpeiros poderá ser objeto de solução fácil por parte do Governo?

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Senador, preliminarmente, eu gostaria de fazer um observação — o Sr. conhece muito bem — que é sobre o conceito que se faz de garimpeiro no Brasil e o conceito real hoje: o garimpeiro, dentro daquela figura imaginada pelos brasileiros comuns e como se desenvolveram ao longo dos séculos, em muitas áreas do Brasil, lembra muito aquela figura romântica do homem que sai sozinho em busca da fortuna; é um soldado da fortuna e, de repente, ele descobre o minério e ele pode se transformar em um rico, do dia para noite; ele é um homem que age de forma muito isolada. Essa é a figura normal e que, ao longo dos tempos, nós nos defrontamos na História do Brasil. Mas na Amazônia de hoje está havendo uma distorção muito grande. Na realidade o garimpeiro está sendo o instrumento de grandes grupos, de grandes grupos de investidores que se aproveitam deles de forma brutal. Inclusive um dos maiores especuladores da Bolsa, se não o maior — atribui-se a que seja um dos principais financiadores do que está acontecendo na região Yanomami — o que nós assistimos hoje em áreas de garimpeiros-pilotos, áreas virgens onde, de repente, os garimpeiros chegam, são coisas estarecedoras, que dizer, são equipamentos altamente sofisticados, transportados por helicópteros sofisticadíssimos e máquinas importadas — só para um detalhe, nós temos helicópteros na área Yanomami, hoje, que nem o Exército brasileiro e nem a Aeronáutica têm; que dizer, coisas de alta sofisticação.

Esse é um problema muito grave. E eles, então, apoiam, e claro, não quer dizer que não exista o garimpeiro isolado, eu estou falando em termos de grandes números, e hoje na área Yanomami há um grande desafio no Pico da Neblina onde eles a invadiram também, mas como a quantidade era pequena, o exército conseguiu retirar.

Agora, na área Yanomami, a coisa já alcança uma dimensão que está exigindo uma série de estudos do Governo brasileiro, do Ministério do Interior, do Ministério da Justiça, do Ministério do Exército, porque hoje nós calculamos que exista lá em torno de 30 mil garimpeiros. O Senhor, como eminente homem público, mas foi também um militar de carreira, sabe que para uma retirada de 30 mil homens espalhados na selva é algo...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Só para equilibrar seriam três divisões de Infantaria, três vezes a FEB.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Só para se ter uma idéia da dimensão do que nós estamos pensando. Estamos pensando em uma série de estratégias, porque, realmente, conseguir que o Exército coloque 100 mil homens lá, para retirar 90 mil armados, é um problema que podemos até falar no cumprimento da lei e tal, mas não é fácil. Estamos num auditório de pessoas lúcidas que sabem que essa coisa não se faz da noite para o dia, essa retirada.

Então, estamos estudando uma série de estratégias, que eu me permitiria não adiantar

aqui, a V. Exª, por razões óbvias, mas estamos estudando uma série de estratégias que chegarão, num último estágio, à retirada. Vai ser um processo.

Evidentemente, que temos nas terras indígenas, Yanomame, que aí, sim, esse é que não podemos admitir, absolutamente, porque é uma questão em que não se pode abrir mão. Essa área Yanomame é uma área que está sob as vistas de todo o mundo, hoje, que se volta para lá, porque há muito romantismo, em relação ao índio Yanomame, e realmente, muitas versões procedem e outras são frutos da imaginação.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito Prêmio Nobel alternativo.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — É, muito Prêmio Nobel alternativo. Mas nessa área, que é exatamente a área Yanomame, não podemos consentir de jeito algum.

Estamos estudando alternativas; existem outras áreas lá. É um desafio realmente, um desafio complexo mesmo. Mas o fato é o seguinte: há uma determinação do Governo brasileiro — determinação mesmo — de encontrarmos todos os meios para retirarmos os garimpeiros da área indígena, porque senão isso perde o controle e aí vem um processo de reação de cadeia, porque o Sr. sabe que desrespeito da lei a que ponto chega. Então, estamos determinados a retirar. Sabemos que vão ser medidas difíceis e duras, mas peço a permissão de V. Exª para não adiantar os detalhes por razões óbvias.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agradeço muito a V. Exª pela explanação que fez, pela objetividade com que tratou do problema e pela esperança que nos dá a que esta CPI possa se beneficiar muito mais ainda da colaboração de V. Exª

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Pergunto ao Sr. Ministro se ainda deseja usar da palavra para alguma manifestação final.

O SR. MINISTRO JOÃO ALVES FILHO — Apenas, Sr. Senador Edison Lobão, Sr. Senador Jarbas Passarinho, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares e demais autoridades: para agradecer esta oportunidade que tivemos de tratar um assunto, de mais alta relevância, aqui, num auditório privilegiado por homens conhecedores da realidade nacional, e me congratular mais uma vez com o Senado da República, com os Srs. membros da Comissão, por essa idéia extremamente feliz, e sei que daqui obteremos contributos valiosos para análise, a definição dos caminhos e dos meios para viabilizarmos, de forma racional, a ocupação da Amazônia, conciliando a ecologia com a economia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Agradeço ao Ministro do Interior, João Alves Filho, a expressiva contribuição que trouxe a esta Comissão.

Estou seguro de que a Comissão Parlamentar de Inquérito, do Senado, que opera com o concurso supletivo dos Deputados, heverá de elaborar um trabalho à altura das necessidades deste País, no momento.

Ouvirei depois o eminente Relator sobre a necessidade de convocar uma outra, na devida oportunidade.

(Está encerrada a reunião.)

8º Reunião, realizada em 9 de maio de 1989

Aos nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça, presentes os Senhores Senadores Edison Lobão (Vice-Presidente), Jarbas Passarinho (Relator) e Aluizio Bezerra, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presentes, ainda, os Senhores Senadores Afonso Sancho e Lourenberg Nunes Rocha. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Leopoldo Peres, Ronaldo Aragão, Mário Maia, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho e Nabor Júnior.

Havendo número regimental, assume a presidência o Senhor Senador Edison Lobão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e, solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo foi considerada aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Jarbas Passarinho, sugere que seja convocada uma reunião, para apresentação do relatório preliminar da Comissão.

A seguir, o Senhor Presidente convida o Dr. Roberto Pereira Cunha, Coordenador de Pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para tomar assento à Mesa.

Com a palavra, o depoente inicia sua explanação; afirmando que sobre a Amazônia legal, existem somente três trabalhos completos que cobrem toda sua área física. Entretanto, cita que em matéria publicada em sua edição do dia 7-5-89, a Folha de São Paulo, preferiu ouvir a opinião de um técnico do INPE e não a opinião da instituição Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

A seguir, tece algumas considerações sobre os três trabalhos existentes e finaliza sua exposição, enfatizando que não é justo a forma em que foram concluídos os dados publicados pela Folha de São Paulo.

Prosseguindo, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Lourenberg Nunes Rocha e Aluizio Bezerra.

O Senhor Presidente, indaga se os Adidos da Embaixada da Alemanha e Inglaterra desejam fazer alguma interpelação ao depoente.

Com a palavra, o Senhor Senador Aluizio Bezerra, fala sobre sua visita ao Projeto "Calha Norte", parabenizando os trabalhos realizados pelo Exército e Aeronáutica na Região Amazônica.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos às doze horas e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILEIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO Dr. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA, COORDENADOR DE PESQUISAS DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Leopoldo Peres
Relator: Senador Jarbas Passarinho
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Está aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia.

Inicialmente, devo uma explicação aos presentes no sentido de que esta reunião, que deveria ter uma grande presença, lamentavelmente, está sendo prejudicada pela realização de sessões outras de grande relevância, entre as quais, um *forum* de debates a respeito da economia em nosso País. E, também, a presença de diversos Ministros de Estado, aqui, no Senado Federal. E reunidos em Comissões diferentes. Isso tudo fez com que tivéssemos essa dificuldade de hoje. Pedimos, por isso, desculpas aos nossos convidados de outros Países que nos honram com suas presenças e dizer que são muito bem-vindas e úteis no encaminhamento desse problema.

Devo dizer, ainda, que essa reunião tinha, também, por objetivo uma avaliação preliminar de todo o trabalho até aqui realizado. O que seria feito, basicamente, pelo Relator Senador Jarbas Passarinho, a quem, neste instante, passo a palavra para suas considerações.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Obrigado, Sr. Presidente.

A idéia de nós reunirmos hoje fracassou por uma, motivo muito simples. Nós não fizemos uma — de minha parte, como Relator — articulação com as outras Comissões que estão reunidas. E elas tiveram muito maior poder de fogo junto à imprensa e mobilizaram, também, os nossos Membros da Comissão. Inicialmente a Comissão foi constituída por acordo nosso com número pequeno, porque ficamos com receio que um número muito grande não desse *quorum* e esse número pequeno está sendo prejudicado, por exemplo, por membros efetivos da Comissão que estão, hoje, preocupados e apalavrados, seja com

o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, nesse simpósio sobre economia, na tentativa de sair de lá um projeto de um Brasil moderno, ou qualquer que seja a ideologia, ele está tentando isso, me parece extremamente duvidoso e, paralelamente, o Ministro da Agricultura e outros Ministros que estão, também, fazendo conferências e os Senadores que estão ligados a eles não podem sair de lá.

De maneira que nós vamos, provavelmente, combinar com o Presidente — que também não está presente, que é o Senador Leopoldo Peres, mas aqui com o Vice-Presidente, que é o Senador Edison Lobão uma nova reunião nossa para apresentação desse Relatório preliminar.

Tive encontros com algumas pessoas que representam a área científica do Ministério e fiz uma sugestão ao Presidente da Comissão para fazer um convite e estou vendo que hoje, inclusive, vieram aqueles que não tiveram contato comigo. E aqueles que tiveram contato comigo não vieram, que seriam, justamente, a Adida Científica dos Estados Unidos, a Srª Bárbara Tobias e o Primeiro Secretário do Canadá, dos Estados Unidos; também veio o Cônsul do Canadá, que teriam o maior interesse em comparecer; eu pedi ao Presidente que fizesse contato, posteriormente, com a Embaixada da Grã-Bretanha, com a Embaixada da Alemanha e a Embaixada da França, sobretudo.

Vejam, até, que pela falta desses representantes seriam oportuno que esse Relatório ficasse para outra oportunidade.

O Senador Sancho está salvando, aqui, a honra do nosso *quorum*.

A questão é que a Comissão se propôs a fazer um trabalho em três fases: a primeira é, tipicamente, uma fase que nós colocaríamos a ciência acima de qualquer tipo interferência política. Para chegar a um número que seja confiável no Brasil, a respeito do desmatamento real da floresta Amazônica. Porque o que me parece que está acontecendo com o Brasil, que está sendo agredido universalmente, é que estamos sendo acusados de não saber administrar uma das últimas florestas e, no caso, a floresta mais importante, a maior floresta densa, perene, latifoliada que há no mundo. Se é essa a dúvida se é esse o alarme que se faz, o objetivo da Comissão é, exatamente, verificar se esse alarme tem ou não procedência.

A primeira coisa para saber se tem ou não procedência, é saber quanto dessa floresta, desse patrimônio florestal já está devastado. E com isso, então, fizemos todas aquelas reuniões anteriores, a segunda parte seria relacionada com algum mito a respeito da Amazônia. A Amazônia como pulmão do mundo, por exemplo. Se o suco está respirando mal lá, talvez pense que é por falta de oxigênio daqui, mas pode ser enfizema pulmonar. É diferente, não é?

O problema não se caracterizou como sustentável de maneira nenhuma. Todos os cientistas que passaram por nós mostraram que é um mito falar na Amazônia como pulmão

do mundo. O oxigênio que ela fabrica durante o dia, ela praticamente consome durante a noite. É uma floresta que já é madura e, conseqüentemente, tem esse equilíbrio num ciclo de 24 horas. Isso seria muito fácil, também, comprovar aqui.

E a parte final seria — antecipo ao Presidente e ao Senador Afonso Sancho, até no que cabe ao Relator — admitir, isto sim, primeiro, que essa área devastada, queimada, de acordo com os diversos tipos de estratégia de ocupação da Amazônia, não é tão grande. Mas ela me preocupa, na medida exatamente em que a velocidade da agressão à floresta está crescendo.

Então, o problema não é saber se são 5%, se são 12%, como quer o Banco Mundial, baseado num documento que nem é do Banco Mundial. Está claro no Relatório do Banco que aquele documento pertence ao cientista que escreveu, o Banco não endossou o ponto de vista.

Nem dos nossos, hoje, dissidentes — como eu os chamo — dentro do INPE. O Instituto de Pesquisas Espaciais tem agora dissidentes internos.

O Presidente Nixon, conversando com o Governador de Porto Rico, Marín, falava sobre o Gal. De Gaulle, estranhando muito que tivesse sido a imagem do Gal. De Gaulle, tão deturpada pelo próprio Embaixador dos Estados Unidos na França, mas que quando Nixon tinha chegado à Presidência ele, o Embaixador, tinha mudado o ponto de vista. Achava realmente o Gal. De Gaulle muito majestático, mas era um homem que tinha muitas qualidades.

E perguntou, por exemplo, como é que ele conseguiu equilibrar o problema da França na luta da Argélia. E o Marín disse: "O Senhor não nos entende, porque não é latino. Os anglo-saxões não nos entendem, porque nós, latinos, ou queremos muita autoridade sem liberdade, ou muita liberdade sem autoridade. Então, estamos agora na segunda fase. De maneira que a partir daí é possível que essas coisas aconteçam dentro do próprio Instituto, a divisão.

Eu estava pronto para fazer esta apresentação quando a *Folha de S. Paulo*, no domingo, publicou, em primeira página, com evidente tom de escândalo, uma informação de que o Presidente da República tinha faltado à verdade, induzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para dizer que eram apenas 5% de área da Amazônia Legal — que é uma ficção — desmatados.

Não interessa a nós, no Brasil, não interessa aos nossos ecologistas no resto do mundo saber sobre a Amazônia Legal. A Amazônia Legal vem até Brasília, porque quando a Sudam foi criada, através da SPVEA, fez-se o paralelo 14 como limite Sul máximo, para receber incentivos fiscais.

O que fez Goiás, por exemplo? (inaudível) Fez uma modificação administrativa e criou novos municípios e pingou esses municípios no Paralelo 14. Desde que estivessem pendurados no paralelo 14, receberiam incentivos, ainda que viessem até o Paralelo 18. Então,

com isso, temos Amazônia em Brasília, temos Amazônia em Minas Gerais e isso é uma ficção. Não interessa. Interessa saber a floresta.

"Daí o meu ponto de vista. Quero saber, dentro dessa divisão, a Região Norte, de preferência. A Região Norte, segundo o Conselho Nacional de Geografia, era aquela que abrangia os antigos territórios, o do Acre, o de Rondônia, que era Guaporé, na época, o do Amapá, o de Roraima e os Estados do Amazonas e do Pará.

Com a criação da Amazônia Legal, houve um acréscimo, que me parece justificado, em relação, por exemplo, à terra do nobre Senador Edison Lobão, o Maranhão. O Maranhão tem floresta amazônica. Até o vale do Mearim, acho que temos floresta. Depois começa o babaçu, começa a vegetação de transição. Mato Grosso, que hoje chamamos Mato Grosso do Norte — eles se irritam por isso, porque existe Mato Grosso do Sul —, mas o Mato Grosso tem floresta amazônica também.

Então, começa a complicar, pois há dificuldade para o INPE e para nós em saber quanto da floresta realmente está atingida. Porque se ficamos só na chamada Região Norte — os mapas brasileiros até hoje têm Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste, são 5 regiões — mas se ficarmos só na Região Norte, estaremos excluindo parte do Maranhão e parte do Mato Grosso, que podem estar sendo queimados e não estamos respondendo pela preservação que não é o caso, mas pela conservação da floresta. Se, por outro lado, ampliarmos isso para a Amazônia Legal, estamos colocando savanas, cerrados, campos, dentro dessa área, isso não tem o menor sentido. De modo que, a partir daí, o que verificamos? Todas as vezes que no Brasil fizeram um levantamento do desmatamento, o monitoramento disso, levaram em consideração a Amazônia Legal. Ora, se levaram em consideração a Amazônia Legal, para obter uma comparação histórica, obter uma série histórica, tenho que ter sempre a mesma referência original, senão estão comparando o que existe no Pará, que é banana comprida, com tromba de elefante, são parecidas mas não são da mesma natureza. Então, preciso ter uma homogeneidade.

Por isso aceitei a referência à Amazônia Legal e procurei, nos trabalhos que vou apresentar à Comissão, já que vai ficar transferido, procurei traduzir isso para uma tentativa de homogeneidade em relação à região Norte.

A parte que antecipo, desde logo, que também me preocupa, é a nossa contribuição para o chamado efeito estufa. Foi negado por alguns cientistas que passaram aqui, mas a minha convicção pessoal é que temos uma contribuição. Somos, hoje, por exemplo, os campeões na parte de emissão de CO₂, resultante de desmatamento no mundo, mas o Brasil entra com 336 milhões de toneladas ano, jogadas para a atmosfera e para a troposfera, seguido da Indonésia, com 192, a Colômbia, com 123, depois Costa do Marfim, com 101; aí vem Tailândia, Laos, Nigéria e outros, esses outros aí somados dão 667, mas a quantidade dos que estão queimando em todo o mundo, na Ásia, na África, etc., somados, dão quase

o dobro do que o Brasil, sozinho, está jogando para a atmosfera.

De maneira que, essa parte eu antecipo, e também estou ultimando aos diversos testemunhos apresentados, inclusive o último foi muito importante com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais talvez eu pedisse ao Dr. Roberto, depois, que com o Dr. Márcio, conseguíssemos uma nova presença aqui, a do cientista setorizado para esta área, para podermos ter o nosso relatório discutido pela Comissão. Teríamos uma palavra do Congresso Nacional a respeito de qual é o número que realmente existe; são 12%? São 9,3%? São 5,1%? São 5% em relação ao trabalho que eu completei em relação a uma região norte? bem; esta é a dúvida que temos.

Para esclarecermos isso, não podíamos propor hoje ao nosso relatório preliminar à Comissão, sem antes debatermos a última questão, que é a apresentada pela *Folha de S. Paulo* como tendo havido — o que eu chamo aqui — fraude, e o brasileiro que gosta às vezes de eufemismo, em vez de falar fraude fala em maquiagem, a maquiagem dos números; quer dizer, os números foram maquiados, e o INPE fez uma sustentação do seu ponto de vista. Fiz contato com o Dr. Márcio, e pedi, então, que o Dr. Roberto Cunha, que aqui se encontra, viesse até nós e fizesse uma exposição sobre essa última parte. Afinal, os números foram politicamente alterados, para que o Presidente da República pudesse fazer discurso nacionalista no Brasil, se esses números são realmente verdadeiros e em que grau se pode admitir que o Sr. Victor, que é pesquisador adjunto, possa contestar os números apresentados?

Com isso, Sr. Presidente, sugeriria que dissessemos a palavra ao Dr. Roberto Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Edson Lobão). — Convido o Dr. Roberto a ter assento à mesa. (Pausa)

Tem a palavra o Dr. Roberto Cunha.

O SR. ROBERTO CUNHA — Bom dia, nobre Senador Jarbas Passarinho. Agradeço a oportunidade ao Instituto de Pesquisas Espaciais. É sempre uma grande satisfação poder trazer, num foro sereno, de maneira serena, alguma evidência, alguma clareza sobre um assunto que considero, e sempre soube, um assunto muito sensível à mídia de um modo geral, que é a Amazônia. A mídia mundial — tenho visto isso em vários países — tem publicado muito sobre a Amazônia. Então, o INPE — Instituto de Pesquisas Espaciais — preocupou-se sempre com a clareza e a segurança desses dados, porque sabia, serem dados extremamente sensíveis a essa questão. Para isso, desde agosto de 1988, a instituição tem analisado o que existe de dados de relatórios sobre a Amazônia Legal.

Nós podemos dizer que, sobre a Amazônia Legal, existem só três trabalhos completos que cobrem toda, a sua área física. Então, quando falarmos em termos de Amazônia Legal, em termos de relatórios científicos, trabalhos publicados ou trabalhos divulgados, só existem três trabalhos em discussão. Temos várias opi-

niões em termos do que sucede na Amazônia Legal, opiniões pessoais, opiniões editoriais etc. Mas, as opiniões do Instituto de Pesquisas Espaciais estão expressas na primeira e na segunda edição do Relatório Amazônia, que contém os mesmos dados. Entretanto, no domingo, a *Folha de S. Paulo* preferiu ouvir a opinião de um pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais, e serão a opinião do Instituto de Pesquisas Espaciais com uma opinião pessoal. A *Folha de S. Paulo* preferiu ouvir só as opiniões de um cidadão, e confundiu-se a opinião institucional com a opinião pessoal. Ai nós fazemos um claro divisor de águas que eu gostaria de mostrar.

Vou mostrar, nos três trabalhos que existem, como são esses dados, apresentados em relação a Amazônia Legal.

O trabalho a que me referi de Marat é o do Banco Mundial, que salienta no pé de página que não necessariamente reflete a opinião do Banco Mundial, mas, sim, a opinião do autor. É um outro erro dizer-se que o Banco Mundial diz 12%. Não é o Banco Mundial que diz 12%; quem diz é o autor, apesar de ser um relatório do Banco Mundial.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Roberto, por obséquio, no documento mesmo, o Banco Mundial declara que não é ponto de vista dele. V. S^a pode ler, em inglês mesmo, o que ele diz?

O SR. ROBERTO CUNHA — O documento diz:

"This paper has been prepared for internal use. The views and interpretations herein are those of the author. They should not be attributed to the World Bank, its affiliated organizations or any individual acting on their behalf."

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Quer dizer, não é atribuído, portanto, ao Banco. É um ponto de vista pessoal de um assessor do Banco?

O SR. ROBERTO CUNHA — Sim, é um assessor do Banco. Da mesma forma que não se pode atribuir a opinião de um pesquisador do INPE à instituição; não se pode atribuir a opinião de um assessor do Banco Mundial ao próprio Banco.

Esse é o primeiro trabalho publicado pelo INPE junto com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, em 1980. Esse trabalho, pela primeira vez, deu um índice global sobre a Amazônia Legal e estabeleceu-se uma metodologia, um procedimento, como o Senador Jarbas Passarinho mencionou, de sempre referir-se à Amazônia Legal, de sempre referir-se à Amazônia Legal, e não à floresta ou à hileia, etc.

Então, em 1978, achou-se um valor de 1,55, não incluído o desmatamento antigo no Esta-

do do Pará e outros Estados. Nesse relatório não foram incluídos desmatamentos muito antigos. É o caso de Bragantino no Pará, sobre que, em 1982 foi indicada uma área de 28 mil quilômetros quadrados, referentes a Bragantino e não incluída nesse relatório.

Depois vamos ver o procedimento, com a nossa base histórica de dados, para ter uma coerência interna. Isso é que é importante a coerência interna dos dados.

Sob o ponto de vista de trabalho na Amazônia, essa é a distribuição da nossa Diretoria de dados Landsat para o Brasil como um todo. Vemos aqui que tem um pico em 1978 e 1979 na distribuição de dados. Isso corresponde exatamente ao último inventário, o último levantamento da Amazônia Legal em desmatamentos, com um grande pico de distribuição de imagens. Depois nós não temos um pico. Só vai ocorrer esse pico em 1989, que é referente a esse trabalho que fazemos.

Para efeito desses trabalhos foi considerado o decreto-lei, de 1953, sobre a definição da Amazônia Legal. Existem vários decretos, com outras interpretações, de como foi calculada essa área.

Devido à divergência na literatura, em termos de números, passamos um telex à Diretoria de Geociência do IBGE, para calcular as unidades de todos os Estados. Então, isso foi calculado pelo IBGE em folha 100 mil e em folha 50 mil, foram calculadas todas as áreas do Acre a Goiás/Tocantins e isso foi somado, e obteve-se esse valor de 4 milhões, 906 mil e 784, baseado em dados do IBGE.

Como foi mencionado pelo Senador Jarbas Passarinho, a Amazônia Legal é um domínio complexo. Essa palavra Amazônia pode levar a uma confusão com a Amazônia clássica ou a hileia. No Relatório, fizemos questão de mostrar essa figura e salientar, através de texto, que estávamos trabalhando com uma área que não era essencialmente floresta, mas era floresta, cerrado, savana, etc. Estamos trabalhando com área física e não com área fisiográfica, não estamos trabalhando com a floresta, estamos trabalhando com área física.

Estudamos essa área física, através de dados de alta resolução, resolução da ordem de 30 metros, com um dos melhores satélites disponíveis, que é o satélite americano Landsat com a vantagem de que permite uma série histórica de 15 anos — e também o satélite francês Spot. Entretanto, com o satélite Spot nós só temos dados a partir de 1988 — como era do nosso interesse ter uma série histórica e poder comparar dados que foram executados em 1975, 1978, com, mais ou menos, características similares. Esses dados permitem, hoje, pela qualidade, ver vários tipos de alterações ou modificações dentro desse grande domínio físico que se chama Amazônia Legal, como, por exemplo, até alterações ecológicas, não necessariamente produzidas pelo homem, como é o caso de alteração da cobertura vegetal, como ocorre no Maranhão, em que os ventos predominantes estão empurrando as dunas e, de certa forma, provocando um processo de desertificação.

Essas áreas do Maranhão são um domínio complexo e, como disse, domínio também complexo é a Amazônia Legal. Temos áreas de campos, áreas de florestas, no caso de Roraima, áreas essencialmente de floresta, predominante de floresta, no caso do Estado do Amazonas. E cabe aqui uma ressalva: o Estado do Amazonas corresponde a 53% da Amazônia Legal. É o Estado mais intacto e o Estado que, percentualmente, mais contribuiu para a área física.

Então, qualquer pessoa que pensar em termos de percentagem, vai ver que a influência do Estado do Amazonas no percentual é muito grande, porque é um Estado grande com baixo percentual de desmatamento. As massas de água também são consideráveis, são grandes áreas de várzeas etc. Grande parte do desmatamento que ocorre na Amazônia, vamos dizer, motivado, inicia-se através da implementação de estradas e estas estradas, em 1960, equivaliam a cinco mil quilômetros de extensão; em 1985, estavam na ordem de quarenta e cinco mil quilômetros, um fator de enorme crescimento dos estudos. Então como consequência, começam as vias de acesso com o desmatamento e é inegável que grande parte do desmatamento na Amazônia Legal começou depois dos anos 60, com a implementação das rodovias. É o caso, por exemplo, da BR-362, em Rondônia. Antes dessa rodovia a devastação não era significante, eu diria. É assim em outros Estados; a introdução de grandes rodovias levou ao acesso, como é o caso dessa rodovia em Porto Velho e da Transamazônica, ou então, por processos seculares.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Agradecemos também a presença do Senador Aluizio Bezerra, que acaba de chegar.

O SR. ROBERTO CUNHA — Alterações ocorridas no século passado e início deste século, é o caso de Bragantino, no Pará, que em 1975, 1978 não foi avaliado. Essas áreas foram alteradas há muitos anos e ressurgiu no seu lugar uma floresta secundária. São pequenas nuvens. Áreas praticamente intactas são afetadas pela atividade de garimpagem, como, por exemplo, essas manchas brancas, são referentes a garimpos, na região de Tapajós. Existe no meio da floresta amazônica grandes áreas de campos naturais, como é o caso de Rondônia, que se não se tem um conhecimento adequado de mapas e vegetação ou conhecimento adequado da vegetação podem induzir a levar a cálculos como se fossem áreas desmatadas.

Então, desde de 1975, e como todos os relatórios do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, quanto a floresta nacional, sempre se refere ao desmatamento, em relação à área física. Lendo os relatórios do IBDF sempre é o percentual em relação à área física. Então, isso, em 1975, foi feito dessa forma: área física do Acre, do Amapá, nunca em relação à área fisiográfica, o que talvez seja até uma forma mais expedita de se expressar, uma forma menos polêmica de

se expressar esses dados, apesar de que hoje se diz que isso é uma forma polêmica.

Então, assim estava a Amazônia Legal em 1975. Área física, o equivalente, 0,56% de desmatamento em área. Em 1978, também em relação às áreas físicas, atingia um índice de 1,52% — equivalente a área da Amazônia Legal. Desde 1978 várias fontes científicas de informação, trabalhos publicados sobre esses valores, nunca foi discutido, nunca foi polêmico esse valor de 1,52%. O relatório do Banco Mundial projetou seus dados em 1988 sobre esses dados, vários pesquisadores têm feito projeções, a comunidade científica durante todos esses anos usou esse dado; nunca houve polêmica. Fora 1988, repetiu-se o mesmo procedimento metodológico, ou seja, expressar-se áreas desmatadas em relação às áreas físicas.

Então, esses são os percentuais divulgados na primeira e na segunda edição do INPE, e não publicados na *Folha de S. Paulo*. Publicados na *Folha de S. Paulo* a opinião de um indivíduo, e não a opinião da instituição. Existem 5,2% de área equivalentes a áreas desmatadas na Amazônia. E eu vou explicar agora porque nós expressamos dessa maneira: primeiro, porque já era uma prática estabelecida desde 1975, desde 1978, e expressada no próprio relatório do Banco Mundial, em 1988, em relação à área da Amazônia Legal, os relatórios Fearhside de 1989 da Amazônia Legal, todos os relatórios, todos os especialistas que trabalham neste assunto. Por que talvez se expresse em relação à Amazônia Legal? Porque quando se compara com a Amazônia Legal, se está comparando valor absoluto com valor absoluto e não valor absoluto com valor relativo. E a que me refiro com valor relativo? O valor relativo é o valor da cobertura de floresta, e essa literatura menciona desde 2,5 a 2,8 milhões de km², 3,5 milhões de km², segundo relatório da FAO de 1985, 3,7 milhões de km², conforme relatório do IBGE, e existem outras inúmeras fontes.

Então a grande polêmica...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Roberto, por favor, esses números se referem a quê? A Amazônia Legal, Região Norte ou a florestas?

O SR. ROBERTO CUNHA — Referem-se a florestas.

Então, qualquer número que se escolhesse para se relativar essa percentagem seria questionável, porque se nós escolhêssemos 2,5 ou 2,8 milhões, alguém poderia dizer: não, a floresta tem 4 milhões de km², se nós escolhêssemos o caso mais otimista, e usássemos 4 milhões, iam dizer que os dados teriam sido manipulados e o valor real era 2,5 milhões. E essa polêmica seria um exercício matemático interminável.

Então, como nós preferimos expressar o desmatamento da Amazônia Legal — e como geralmente, às vezes, a própria mídia, a própria imprensa o faz — poderíamos expressar o desmatamento da Amazônia Legal em termos de Holanda: 7,41 Holandas; ou poderíamos ex-

pressar em termos de Bélgica: 8,24 Bélgicas; ou poderíamos expressar em termos de Portugal; nossos ancestrais: 2,73.

Entretanto, talvez para não nos referirmos a outros países, vamos nos referir ao próprio Brasil. A área desmatada na Amazônia equivale a 0,0295 do Brasil; também é uma forma de nos expressarmos ou poderíamos nos expressar em termos de São Paulo: 1,01 São Paulo; ou então poderíamos nos expressar em termos de Amazônia Legal: 0,0512 Amazônia Legal ou 5,12% mais ou menos.

Assim fizeram o INPE e IBDF em 1980, quando acharam 0,51 ou 1,5% assim fizeram Fearhside e outros autores; e assim fez o Banco Mundial em 1980, através do Relatório de Mahãs.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esses últimos dados, Dr. Roberto, não guardam uma homogeneidade em relação aos números de numerador e denominador.

O SR. ROBERTO CUNHA — Esses eu só pus para efeito de comparação: este é em 1982, e aqui já é 1988. Por isso que este difere desse. Nós reavaliámos esse valor por causa do problema de decretos-leis.

Então, rapidamente, recapitulando em termos de Estados: o caso do Estado do Acre, nós podemos ver os dados encontrados por nós, comparados com os dados projetados matematicamente; se se projetar os dados de 1978, matematicamente, em 1980, se projetar em 1978, repito, chega a 29 mil; se projetado em 1980, chega a 19 mil e 500. E se se medir o valor inédito, é 5 mil e 500 km², e assim sucessivamente. Nós podemos ver que a projeção em alguns casos pode até subestimar o desmatamento. É o caso do Amapá, em que as projeções chegaram a 571 km² ou 247 km², e o valor medido chegou a 842. Neste caso, a projeção subestimou o desmatamento.

O caso do Amazonas, foi onde houve os maiores erros de projeção. Como eu disse, o Amazonas corresponde a 53% da área da Amazônia Legal. É um Estado que inclui a Zona Franca de Manaus e grande parte dos seus incentivos estão alocados, de certa forma. Então, os projetos de agropecuária não são tão intensos como são em outros Estados. A velocidade de desmatamento no Estado do Amazonas é bem mais lento. Chegaram-se as projeções no caso do de Demis J. Mohor do relatório do Banco Mundial — a 105 mil km². Então, estes, como um todo, têm uma influência muito grande nos percentuais calculados.

É o mesmo caso do Estado do Pará, onde se têm projeções enormes porque as velocidades, originalmente de 75 a 78, eram altas, e sobre o caso de Rondônia pode-se chegar a uma projeção transcendental de se ter mais percentagem de desmatamento do que de área física: chega a 107% do Estado o desmatamento, se projetarmos os valores de 1978.

É o caso de outros Estados: projeções acima dos valores calculados ou relacionados aqui. A Região Norte talvez inclua a grande parte da floresta, que exclui o Estado do Mato

Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão. Então esta área corresponde a cerca de 140 mil km, e nós chegamos a 3,92% da área da Região Norte.

E assim nós poderíamos sucessivamente ver esses valores para outros Estados. O caso do Maranhão, o caso do Mato Grosso, projeções de 800 mil km², quer dizer, 99% do Mato Grosso.

Finalmente chegamos ao caso da Amazônia Legal. Então, comparando a mesma metodologia, os mesmos dados, os mesmos procedimentos de cálculos, se nós projetarmos de 1978 chegaremos a 2 milhões ou 41% da área equivalente a área da Amazônia Legal. Se nós projetarmos a partir de 1980, nós chegaremos a 598.921,5 km² da área da Amazônia Legal, o que dá um percentual de 12%. Os valores medidos, não incluindo desmatamento no antigo Estado do Pará e Maranhão, caso Bragançino, chegam a 251.429,5 km² da área da Amazônia Legal, que equivale a 5,12% da Amazônia Legal.

Bom, eu queria concluir minha apresentação, e acrescentar que também desempenho outra atividade, eu sou Presidente da Sociedade de Especialistas Latino-Americanos em Sensoriamento Remoto. É uma sociedade que congrega especialistas de toda a América Latina, do México até a Argentina, especialistas em sensoriamento remoto. Então, eu gostaria de fazer um comentário em relação ao que tem sido publicado, como Presidente da Sociedade de Especialistas, a Latino-Americanos em Sensoriamento Remoto. Na primeira página da edição de domingo, a *Folha de S. Paulo* mostra estes valores: 12%, 5,12% e 9,3%. Vou mostrar como a *Folha de S. Paulo* maquiou esses dados. Ela usa denominadores diferentes para obter mesmos valores. Então, há que se definir as regras do jogo, se se vai jogar futebol, basquete ou tênis. Mas dividir o meio do campo e dizer: "Metade do campo a regra é futebol e a outra metade é basquete", não acho válido, é maquiagem.

Porque a *Folha de S. Paulo* põe um denominador de floresta diferente dos nossos denominadores, é o mesmo que comparar laranja com banana. Não se pode comparar 9,3% com 5,2% e não se pode comparar com 12%. Tem que se ter o mesmo critério, a mesma coerência interna.

Essa é uma forma injusta e incorreta de apresentação de dados. Vamos estabelecer as regras do jogo e fazer o mesmo jogo: se é futebol, vamos jogar futebol; se é vôlei, vamos jogar vôlei. Agora, dividir o meio de campo, estabelecer regras diferentes e dizer à opinião pública que os dados são 9,3% comparados com 5,2% e 12%. Temos que estabelecer a mesma metodologia. Metodologias diferentes levam a resultados diferentes.

Por isso, eu gostaria de reafirmar a opinião da Diretoria de Sensoriamento Remoto do Instituto de Pesquisas Espaciais, de que as opiniões expressas na *Folha de S. Paulo*, de domingo, não refletem a opinião da Diretoria de Sensoriamento Remoto do Instituto de

Pesquisas Espaciais, não refletem a opinião do Instituto de Pesquisas Espaciais e, sim, a opinião de um cidadão, o qual, através de documento enviado a *Folha de S. Paulo* de certa forma trouxe um embaraço para o jornal, acredito, para a instituição e para si próprio. Trouxe embaraço para todos nós, confundindo sua opinião pessoal com a opinião de uma instituição séria que há vinte anos trabalha com sensoramento remoto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Agradeço ao Dr. Roberto a brilhante exposição que certamente contribuirá muito para os nossos trabalhos.

Pergunto aos Srs. Senadores se desejam fazer alguma indagação ao Dr. Roberto. (Pausa.)

Nesta hipótese, passo a palavra ao Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Roberto, vou precisar de V. S^{za} e de algumas transparências, se V. S^{za} puder me fazer o obséquio.

Uma idéia está surgindo entre nós, hoje, é exatamente fazer, não uma acareação, evidente que não tem cabimento, mas a chamada dessas pessoas que contestam os números do INPE, para que eles tenham a oportunidade de falar também aqui, para não dizerem amanhã que a Comissão direcionou seus trabalhos apenas louvada em sua afirmativa.

Há um velho ditado asiático que diz: "Todo o fato tem três versões: a sua, a minha e a verdadeira". Então, vamos discutir essa matéria.

Do ponto de vista do Relator, estamos satisfeitos com sua apresentação.

A dúvida que teremos é a seguinte — vejamos como o Relator fica tonto na hora que tiver que tomar uma decisão para apresentar à Comissão — esse relatório do Banco Mundial, por exemplo — o Dr. Roberto poderia fazer o favor de ir projetando, a partir do momento que fôssemos citando — ele se baseia em caracterizadores por certo numa projeção. Essa projeção foi tomada a partir dos dados de 1980, quer dizer, publicados em 80, mas obtidos até 78, não é isso?

O SR. ROBERTO CUNHA — Aqueles dados do IBDF que eles possuíam para 1980, eles utilizaram. Aqueles que eles não tinham, projetaram em 78 para 80.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Seria possível mostrar a transparência aí para os Colegas? Agora temos que ter um Trabalho rápido para localizar qual a transparência.

Paralelamente a *Folha de S. Paulo*, no primeiro trabalho — ela tem se dedicado mais a isso — ela cita o Sr. Thomas Lovejoy. O Sr. Thomas Lovejoy é um homem com um currículo expressivo e foi, se não me engano, Vice-Presidente da World Wildlife o Fundation. Assim como o nosso Dr. Roberto é Presidente dos cientistas dos latinos-americanos que fazem sensoramento, o Sr. Lovejoy também tem essa expressão, tem uma significação curricular.

Entretanto, o curioso é que ele diz, em seu trabalho publicado na *Folha*, que o "desmatamento deve estar entre 15 a 20%". Ora, 15 a 20% tomado sobre 1 cruzado é, realmente, ridículo, não dá grande diferença; mas 15% a 20% tomados sobre 5 milhões de quilômetros quadrados, esses 5% representam uma imprecisão muito grande.

Por outro lado, os documentos sobre os dados apresentados aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo INPE, mostrava, para preocupação nossa — e é pena que não esteja aqui o Senador de Rondônia, no momento, porque Rondônia é, realmente, o Estado mais afetado, hoje —, o Dr. Roberto mostrou com uma transparência como é que a partir da estrada, a BR que foi feita ainda ao tempo do Presidente Médici, começaram as vicinais. É o que se chama espinha de peixe. E aquilo foi, realmente, destruindo grande parte da floresta. Essa velocidade tem sido grande e aparece Rondônia com 12%. Então, como é que poderíamos ter uma média de 15% a 20%, se a maior agressão à floresta foi de 12%? Logo, esse dado, também, eu desprezei no relatório. Cito, mas desprezo.

Dr. Schulbert, que é Presidente do INPA — Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia —, trouxe um dado que, no fim, se resumiria a 8%. Foi apresentado, parece-me, numa das suas transparências, ainda há pouco. Por que 8%? Então seria um trabalho, do Dr. Feamside que teria recalculado os dados do próprio INPE. Ao que estou sabendo, o Dr. Feamside trabalhou, também, com dados extremamente heterogêneos. Ora ele tomou esses dados com base de 1980, outros anteriores e outros posteriores a 1980. Então não há também, uma segurança a esse respeito.

Mas, ainda assim, se 8% do total da Amazônia Legal, que se está tomando por 500 milhões de hectares, dariam; aqui, 40 milhões de hectares tomados, 8% de 500; 10% de 500 seriam 50. Então, aí teríamos 40 milhões de hectares tomados.

Isso nos leva a fazer, a tentar, como Relator, um dado que se o Dr. Roberto pudesse nos ajudar seria importante. O Senhor poderia projetar, aí, a sua transparência da Amazônia Legal e o outro que, depois, mostra os campos naturais de Rondônia. O meu esforço é chegar à floresta, quanto é de floresta que temos e quanto dela está sendo agredida ou já foi agredida.

Essa transparência mostra, exatamente, o limite entre floresta e savana. Tudo dentro da Amazônia Legal. Essas savanas, que estão aqui pontilhadas, todas elas, nós temos também, lá, no Pará. Aquela região é exatamente a região de Bragantina — a que o Dr. Roberto se referiu — e no Amapá é área litorânea. Em Roraima, são os campos naturais de Roraima. Aqui está faltando mostrar, no Pará, um pouco mais — parece-me que um pouco maior — a área dos campos gerais do Rio Trombetas, que é uma superfície já bastante considerável. Ali temos 6 representações de savanas. Mas, o grosso estaria, exatamente, na floresta amazônica.

Ora, eu me aproximo muito mais da floresta da Região Norte do que da Amazônia Legal. Se na Região Norte, por exemplo, esta área que parece não tocada por nenhum tipo de savana nem de campos naturais, ali, o Acre, grande parte de Rondônia, quase todo o Amazonas, maior parte de Roraima, maior parte de Amapá, Pará, Maranhão. O resto, então, já vem com uma vegetação que eu chamaria de transição. É a transição da hileia para os campos, com a transição, então, dos arbustos típicos dos cerrados.

Procurei localizar como eu poderia chegar a dados específicos sobre a floresta amazônica. Lembrei-me de trabalhos do Estado-Maior do Exército, na Amazônia, em que se considerava a Região Amazônica, a Região Norte, com 80% cobertos o revestimento florístico era de florestas; 20% seriam, exatamente, savanas, vegetação litorânea, ciliar, e campos naturais. É um dado impreciso, mas apanhei, depois, os dados do próprio INPE em relação ao que essas planilhas que foram mostradas aqui e, comparando a superfície apresentada da Região Norte e a superfície de floresta considerada, tínhamos 78%. Então, praticamente, os dados se equivalem, porque há, aí, uma diferença, apenas, de 2% na Região Norte. Mas, nisso, tive não digo uma contradição com o INPE, mas um dado que me parece um pouco diferente. O Dr. Roberto mostrou, por exemplo, ali, se não me engano, o cálculo da FAO para a floresta amazônica, de trezentos e cinquenta milhões de hectares. A Sudam, através de seus trabalhos e de sua técnica, fala em duzentos e setenta; o IBGE fala em quinhentos. Então, seria um disparate enorme, comparar-se quinhentos com duzentos e oitenta da Sudam. Aprofundamento o estudo, nós concluímos que o IBGE calculou toda a Amazônia, a Pan-Amazônica, não apenas a Amazônia brasileira, mas a Amazônia que está incluída nos países limítrofes, na Bolívia, na Colômbia, até no Equador, que não é limítrofe conosco, mas que tem também floresta. Então, esta Amazônia inteira, toda a Amazônia na área da América do Sul seria de 500 milhões. Ora, 80% sobre isso, nós teríamos exatamente números aproximados daqueles que estamos trabalhando para considerar floresta. Eu perguntaria se essa área varia entre 260 milhões e 350 milhões de hectares. O INPE, em 76, trabalhou com 280 milhões de hectares, no primeiro documento seu, parece que foi até passado ainda há pouco para o Senador Rollemberg. Se pudéssemos ver essa projeção, a primeira transparência... Nós teríamos ali para a Amazônia Legal... não estou achando, essa transparência é diferente daquela sobre a qual eu estudei essa não mostra a Região Norte, é só a Amazônia Legal. Eu tenho um outro documento, o primeiro relatório, que está em português, que mostra a Amazônia Legal e mostra diferenciada a Região Norte. Com isso eu fiz o cálculo e verifiquei que o INPE trabalhou naquela ocasião, com o IBDF, considerando a floresta como tendo 280 milhões de hectares; ficou entre os 260 de um e os 350 de outro. Ora, como o total da superfície da Região Nor-

te é de 3 milhões e 574 mil, 238,5 quilômetros quadrados segundo esse dado do Inpe, conclui-se que a floresta tropical, como eu disse, cobre 78,3% da região. Esse número está muito próximo dos 80% considerados historicamente pelos geógrafos. Tornados esses números como confiáveis, teríamos que 140.163,72 km² de desmatamento detectado na Região Norte, é o que consta de seu documento original, da primeira versão e se repete na segunda versão, se todo esse desmatamento tivesse incidido sobre a floresta, que já é um dado discutível, hipótese que abandona o uso da terra nos campos naturais da região, foram mostrados ainda há pouco, esses campos naturais são queimados, não aparecem os campos naturais, por exemplo, da Ilha de Marajó, ela também tem campos naturais, inundáveis todos os anos, e que o agricultor, como sempre faz imemorialmente, no Brasil, toca fogo, para depois plantar. É um parte que está sendo queimada que não é da floresta, é uma parte onde, imemorialmente, como Tocantins, Goiás etc, fazem isso. Aqui nós sabemos que no período de seca, que já vai aparecer, começam as queimadas, nesta região, que não é floresta amazônica, onde há dificuldade até de aviação; vê-se uma fumaça permanente, impedindo até a visibilidade. É preciso distinguir isso das queimadas decorrentes de desflorestamento. Calculei sobre esses dados e cheguei à conclusão que esses 140.163,72 km² de desmatamento na Região Norte, abandonando os campos, representariam em vez dos três e poucos por cento da região, apresentados pelo Inpe, representariam 5%. Pediria: o Dr. Roberto, que ao regressar ao Inpe, verificasse se essa minha reavaliação tem amparo, se poderíamos apresentar isso como resultado final. A Zona Bragantina também foi apresentada aí numa transparência, como também os campos naturais de Rondônia. Poderíamos voltar a mostrar? E, há uma projeção sua que é especialmente centrada na Região Norte, que nós excluímos e não tem cabimento excluir-se aqui, na parte do Maranhão, por exemplo, onde nós temos área grande de floresta, que está confinando ali com a savana; Tocantins, um pouco menos, mas Mato Grosso muita. Então, se eu tiver desmatamento em Mato Grosso e no Maranhão e não considerar, não estou considerando agressão total à floresta. Preciso ter uma informação precisa de quanto isso significa em floresta dentro da Amazônia Legal, porque é o que corresponde à floresta. O Inpe teria condições de nos dar algum número preciso quanto a isso?

O SR. ROBERTO CUNHA — (Inaudível. Fora do microfone.)

Isso ia requerer um trabalho que eu não sei precisar, mas seria em termos de meses. Primeiro, teria que se fazer um mapeamento, a fotointerpretação, mapeamento e classificação da cobertura de floresta. Depois de mapeado, teria que se fazer o cálculo. O inverso é mais fácil. O desmatamento é mais rápido porque é menor, mas para se estudar a floresta num todo tem que se estudar uma área muito

maior. No caso da Amazônia, por exemplo, teria que se fazer um mapa imenso de toda essa área.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E o IBGE já não teria dados disponíveis nesse sentido?

O SR. ROBERTO CUNHA — É possível talvez se aceitar como realidade os mapas do Projeto Radama Brasil e se estabelecer que esse mapa mostrado aí é feito numa escala muito pequena, de um para cinco milhões, o que não daria uma estimativa real. Mas existem mapas na escala um por milhão, do atual IBGE, Projeto Radam Brasil, Projeto Radar na Amazônia, mapas em que se poderia chegar a valores mais próximos da realidade. Entretanto, ainda vai ocorrer essa questão no campo de várzeas. Subtrair as chamadas águas interiores. Seria um trabalho a ser feito com muito critério.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Realmente. Para as intenções da comissão, isso fica descartado, porque não podemos ficar esperando que se faça isso, mas é possível pedir a longo prazo. A própria comissão poderia fazer uma sugestão que, a longo prazo, fizéssemos um documento final só sobre a floresta amazônica.

Para concluir, quero fazer uma referência e depois um diálogo com o Dr. Roberto Cunha. Em primeiro lugar, é o problema da zona Bragantina. Essa, conheço muito bem, o Estado que representa aqui. Há muito tempo, eu nem tinha nascido — portanto, faz muito tempo, essa zona da região Bragantina existe e se chama como tal porque é de Belém a Bragança. Era uma estrada de ferro de 200 quilômetros de extensão. Os trens naquele tempo eram chamados de maria-fumaça. A lenha era o combustível, porque eram a vapor. Com o trajeto permanente entre Belém e Bragança, pela comodidade foi-se derrubando parte da floresta para poder dar como consumo para as máquinas, como caldeira a vapor. Então, consumia-se muito, à vontade. Em grande parte, na área ribeirinha, dos rios do Pará, havia paradas típicas que eram só postos de lenha, pois os navios também queimavam lenha. Isso também foi uma parte que agredia a floresta, mas só na margem do rio. Isso no Pará como na Amazônia e no Acre é a mesma coisa, eram as famosas chatinhas. Mas a região da Bragantina foi mais agredida, porque, primeiro, se fez uma agricultura de subsistência, com imigração nordestina. Não chegou nunca a uma agricultura de mercado. A região Bragantina é a área mais densamente povoada de toda a Amazônia. Chegava a 16 habitantes por quilômetro quadrado pela altura de 1960, enquanto Roraima tinha 0,1 habitante por quilômetro quadrado. Essa era a área. Como ela foi muito habitada, automaticamente foi mais agredida na ecologia. Essa região, portanto, é muito antiga. Não se trata de desmatamento atual. Isso corresponde, se não me engano, a 30 mil quilômetros quadrados. Há também a terra do Senador Edison Lobão, o Maranhão, onde o desmatamento foi maior, correspondendo a cerca de 60 mil quilômetros.

Ora, diante dessas objeções — e aí vem a pergunta do Dr. Roberto Cunha — de que nos dados do Inpe não estão incluídos desmatamentos antigos... A segunda edição incluiu desmatamentos antigos?

O SR. ROBERTO CUNHA — Não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não incluiu, mas fez a primeira edição, esses desmatamentos estavam mostrados nos gráficos; na segunda edição, isso foi mostrado nos gráficos e com asteriscos no Estado do Pará e no Estado do Maranhão, dizendo que não estão incluídos desmatamentos muito antigos para esses Estados.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Se nós, mesmos só para efeito de cálculo para fugir de qualquer tipo de objeção, incluíssemos mais noventa mil quilômetros quadrados — se não me engano, duzentos e cinquenta e um mil a que o INPE chegou inicialmente — quantos por cento teríamos da área da Amazônia Legal atingida?

O SR. ROBERTO CUNHA — Há que se observar como estava a situação antes dessa alteração, dessa mudança. Com a imagem satélite não temos condições de ver como estava antes. Em outros casos, sim, porque a imagem de satélite cobre esse período histórico do desmatamento. De acordo com o ponto de vista de V. Ex^{ta}, teríamos que nos basear sobre mapas e vegetação históricos e, em alguns casos, isso não seria possível, como estava a cobertura vegetal antes e como está hoje. Então se pode inferir que foi alterada, porque tem uma floresta secundária. Se assumir essa hipótese, se se considerar que esse desmatamento antigo, bragantino, como é o caso do Maranhão, isso daria um total de incluindo noventa mil, trezentos e quarenta mil e cerca de 7% em relação à Amazônia Legal.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Exato. Esse é o número a que cheguei aqui. Nesse documento, na Tabela 7 da primeira versão, temos 251.429,55 km² atingidos, ou seja, alterados. Isso correspondia a 5,1% que foi o que o presidente da República utilizou na exposição do INPE.

Ora, com a objeção apresentada, mesmo considerando o que nunca foi considerado antes, nos diversos monitoramentos, se resolvéssemos aceitar que esse era um ponto de vista correto e deveria incluir aqueles desmatamentos bem antigos, temos mais 90 mil. Com os 251, chegaremos a trezentos e quarenta e tantos quilômetros quadrados. Fizemos o cálculo de novo sobre o valor global da área, que é de 4.906.784 km², e os cinco passariam para sete. Em hipótese alguma não chegaríamos a doze e nem aos oito, conforme estimativa do INPE.

O SR. ROBERTO CUNHA — Posso fazer uma observação? No caso, teriam que ser acrescentados 90 mil quilômetros quadrados aos dados de 600 mil quilômetros quadrados do Banco Mundial, o que daria um total de 690 mil quilômetros quadrados.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Nesse caso, o Banco Mundial teria que ter mais de 12%. Logo, o Banco Mundial trabalhou com os dados clássicos com que trabalha o INPE, no seu denominador. Trata-se de uma observação bastante interessante.

O Sr. Presidente, de minha parte estou bastante satisfeito. Agradeço ao Dr. Roberto Cunha e ao INPE a gentileza de sua presença aqui. Peço-lhe só para ficar com algumas transparências, dando-lhe a garantia de que elas chegarão de volta a São José dos Campos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Estamos chegando à parte final dos nossos trabalhos. Embora isso não seja do procedimento comum, ordinário da Comissão, indagaria se nossos convidados estrangeiros desejam fazer alguma indagação. De tal modo esta Comissão está aberta a toda contribuição e a toda investigação que abrimos possibilidades para que possamos fazer pergunta ao Dr. Roberto Cunha.

Percebo que os Adidos da Inglaterra e da Alemanha não desejam fazer perguntas. Certamente S. S^{rs} estão satisfeitos com o que ouviram.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Devemos fazer um apelo ao Sting. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Agradecemos ao Dr. Roberto Cunha a sua valiosa contribuição. Como foi observado pelo Sr. Relator, Jarbas Passarinho, necessitaremos ainda da contribuição do Instituto de Pesquisas Espaciais. Pediremos, oportunamente, que aqui venham outros representantes.

Agradecemos a presença dos Srs. Senadores e dos Adidos da Alemanha e da Inglaterra.

Dou por encerrada a sessão, ouvido antes o Senador Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Eu só queria fazer uma observação, ao término da reunião, de caráter mais pessoal, porque, integrando a comissão, sem ter falado pessoalmente ao Senador Jarbas Passarinho, deixei de comparecer a algumas reuniões, quando participávamos da missão de viagem ao Calha Norte.

Entendi que faria parte do nosso interesse conhecermos como se desenvolvia o trabalho organizado pelo Calha Norte de colonização de uma região bastante difícil. Se pudessemos colocar por oposição ao Calha Norte ao Calha Sul, a região da margem direita do rio Amazonas, portanto, que conhecemos bem e que compreende o Estado do Acre, Rondônia e parte do Estado do Amazonas, gostaria de trazer para esta Comissão um pequeno depoimento dessa viagem, no sentido de registrar o trabalho extraordinário desempenhado tanto pela Aeronáutica como pelo Exército, cumprindo uma tarefa de interesse nacional pelos esforços extraordinários que desempenham, tanto o Exército como a Aeronáutica, buscando manter postos avançados que servem de base e apoio no que diz respeito a oferecer apoio na área de saúde para as comunidades

nativas daquela região e para um pequeno núcleo de colonização.

Esses esforços ultrapassam mesmo a nossa imaginação, tanto no vencer as condições difíceis de acesso através de vôos feitos geralmente pelo equipamento Búfalo, apoiado por helicópteros, mas em condições muito difíceis. Assim, nós estivemos saindo de Roraima e fomos até Surucucu, um dos postos mais próximos, onde ia um pelotão. Constatamos o trabalho eficaz e bem organizado e combinado, tanto da Aeronáutica como do Exército, de manter um pelotão aí e, junto, o posto da Funai.

Nós só tínhamos a reclamar da Funai, porque o trabalho da Funai não está à altura do desempenho que ela tem pela frente. Mas o trabalho dos soldados, da Aeronáutica e do Exército é de maneira que vai muito além da nossa imaginação e das possibilidades materiais de que dispõem.

Dai, visitamos São Gabriel da Cachoeira e, com base em São Gabriel da Cachoeira, os postos em São Joaquim e outro mais próximos, na fronteira da Colômbia com a Venezuela.

Foi um trabalho, realmente, que só temos a elogiar. Acho que, desta Casa e nesta Comissão, não poderia deixar de fazer este relato e esta menção, pelo desempenho que os companheiros, tanto da Aeronáutica como do Exército, fazem em nome dos interesses nacionais, preparando equipes, no próprio pelotão do Exército, de médicos e dentistas, para apoiarem as comunidades nativas, como também outras necessidades, para que lá permaneçam em melhores condições humanas. Há ainda os trabalhos de organização de aeroportos apoiados exclusivamente em aviões, porque é extremamente difícil construir-se aeroportos e pavimentá-los apenas contando com o apoio de transporte baseado em Búfalos, pois sabemos da sua capacidade limitada de quatro toneladas por vôo.

Era este registro que queríamos fazer, em primeiro lugar em relação à primeira parte da nossa ausência da Comissão e nas visitas que fizemos nessa região e, sobrevoando, saindo de Boa Vista, uma área imensa ocupada por garimpeiros, que calcula-se em cerca de 60 a 70 mil, nos rios próximos de Boa Vista, antes de Surucucu, dada a incidência de ouro nessa região. Retomando a Brasília, continua ausente da comissão por uma omissão do Senado de participar, em Lima, do 1º Encontro dos Parlamentares dos Países da Bacia Amazônica, para organizar o Parlamento Amazônico. A preocupação, justamente, vem em função da discussão que se desenvolve a nível mundial com relação a Amazônia, o que está preocupando todos os oito países que hoje são signatários do Tratado de Cooperação Amazônica.

Toda essa matéria vem sendo divulgada e difundida pela grande imprensa nacional, no nosso caso, nacional para os países vizinhos, mais na imprensa internacional e caracteriza uma tendência para teses como, por exemplo, da soberania relativa, defendida por alguns expoentes da política internacional, europeus ou

dos Estados Unidos, expressa por alguns projetos de parlamentares norte-americanos que estão tramitando no Congresso norte-americano.

Isso levou a uma preocupação os parlamentares dos países da Bacia Amazônica, portanto dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. Citando-os nominalmente, o Brasil, o Peru, a Bolívia, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Suriname e as Guianas, que resultou nessa reunião em Lima.

A minha preocupação, em primeiro lugar, era a de fortalecer o Parlamento latino-americano; é daí tirar uma comissão para a questão Amazônica.

Mas lá chegando, encontrei uma situação definida, ou seja, os parlamentares desses países acharam que deveríamos sair de pronto para uma organização de um Parlamento Amazônico, de uma estrutura, ou seja, de um **forum** que pudesse reunir os parlamentares dos países dessa região, para cooperar de maneira objetiva, mais rápida e mais ágil, com essa questão da Amazônia.

Foi defendida em contraposição, a tese da soberania relativa que a imprensa internacional vem defendendo, a soberania regional, em que se confirma a soberania de cada um dos países na sua região. Mas todos estão unidos para a defesa conjunta da soberania de seus países dentro da região Amazônica, em qualquer risco ou em qualquer situação.

Em segundo lugar, esse parlamento deve ter a preocupação de buscar um desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente, em harmonia com o ecossistema, com base em critérios técnicos e científicos, porque, ao mesmo tempo que queremos, na expressão do ponto de vista da declaração conjunta, e que se harmoniza perfeitamente com o que tem se discutido nesta comissão, um desenvolvimento, na Amazônia, em que seja respeitado justamente esse equilíbrio de um desenvolvimento harmônico com o meio ambiente, mas com base em critérios técnicos e científicos que têm norteado esta comissão. Há justamente a busca dos dados técnicos e científicos para orientar justamente uma ocupação racional da Amazônia.

Este foi o mesmo ponto de vista que predominou na reunião, em Lima, dos parlamentares, referente à discussão sobre a formação do Parlamento Amazônico. Mais ainda. O que também temos defendido, aqui é a proteção às comunidades nativas, os seus espaços geográficos e a defesa das suas expressões culturais.

Era este relato que eu queria fazer. Na minha ausência, eu estava justamente dedicado a essas tarefas, todas elas atinentes aos trabalhos que realizamos aqui. Queria, nesta oportunidade, neste, pequeno relatório oral, dar ciência para os companheiros membros desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Agradecemos a V. Ex^a o relato que nos traz e sabemos que, sendo V. Ex^a dos mais assíduos a esta comissão, não tendo estado presente numa ou noutra reunião, teria que ter

havido uma causa superior. A explicação de V. Exª vem, portanto, desnecessária, porém aumenta os estoques de conhecimentos que já temos.

Está encerrada a reunião.

9ª Reunião, realizada em 23 de maio de 1989

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às nove horas e trinta minutos, na sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Edison Lobão e Áureo Mello, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presente ainda, o Senhor Senador Dirceu Carneiro. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Ronaldo Aragão, Mário Maia, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho e Nabor Júnior.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

Com a palavra o Senhor Senador Jarbas Passarinho, informa que há cerca de quinze dias, tendo concluído o relatório preliminar, surpreende-se com a matéria publicada em um jornal, de que os dados do INPE, estavam sendo contestados.

A seguir, o Senhor Presidente convida o Dr. Vitor Celso de Carvalho, ex-Chefe de Pesquisas de Aplicações e Sensoriamento Remoto do INPE, para tomar assento à Mesa. Após o juramento inicia seu depoimento questionando a finalidade básica do relatório INPE/1649/RPE/103. Cita, ainda, que o trabalho do Dr. Mahar, Assessor do Banco Mundial, fez extrapolações exponenciais a partir dos dados gerados pelo INPE em 1980.

Finalizando, enfatiza que o relatório apresentado ao Presidente da República, contém erros graves e, analisa a questão do índice de desmatamento, 1ª e 2ª versões, bem como procedimento alternativo do desmatamento parcial, chamando atenção para a análise dos resultados e a elaboração na 1ª versão do relatório.

Prosseguindo, usam da palavra para interpellar o depoente, os Senhores Senadores Dirceu Carneiro e Jarbas Passarinho.

O Senhor Presidente, suspende os trabalhos da Comissão, até às quinze horas.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente convida o Dr. Roberto Pereira da Cunha, Coordenador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para tomar assento à Mesa. Após o juramento, inicia seu depoimento apresentando à Mesa, nota escrita na qual reflete a posição da instituição, sobre os índices de percentuais de desmatamento. A seguir, indaga ao Dr. Vitor Carvalho se a publicação do IBDF foi maquiada usando a mesma terminologia.

Com a palavra, o Senhor Relator informa ao Depoente que a Presidência fará, oportunamente, as perguntas por ele formuladas.

Prosseguindo, passa-se à fase interpellatória quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Dirceu Carneiro e Jarbas Passarinho. Usa da palavra para prestar alguns esclarecimentos, o Dr. Antônio Tebaldi Tardim, Técnico do INPE.

O Senhor Presidente, suspende os trabalhos por cinco minutos.

Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente convida o Dr. Alberto Setzer, Diretor de Meteorologia do INPE, para tomar assento à Mesa. Após o juramento, inicia seu depoimento esclarecendo que sua área de atuação, tem sido com satélites meteorológicos, especificamente para detecção e vigilâncias de queimadas na Região Amazônica. Informa, ainda, que teve uma participação limitada na revisão do primeiro Relatório do INPE.

Prosseguindo, usam da palavra para interpellar o depoente, os Senhores Senadores Jarbas Passarinho e Áureo Mello.

Finalizando, o Senhor Presidente convida o Dr. Gylvan Meira, para tomar assento à Mesa. Após o juramento, inicia seu depoimento tendo algumas considerações que dizem respeito ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Usa da palavra, para interpellar o depoente, o Senhor Senador Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos Técnicos do INPE e encerra os trabalhos da Comissão às dezessete horas e quarenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILEIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR OS SEQUINTE DEPOIMENTOS: DR. VITOR CELSO CARVALHO, EX-CHEFE DE PESQUISAS DE APLICAÇÕES E SENSOREAMENTO REMOTO DO INPE; DR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA, COORDENADOR DE PESQUISAS DO INPE; DR. ANTÔNIO TEBALDI TARDIM, TÉCNICO DO INPE; DR. ALBERTO SETZER, DIRETOR DE METEOROLOGIA DO INPE E DR. GYLVAN MEIRA, TÉCNICO DO INPE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Leopoldo Peres
Relator: Senador Jarbas Passarinho

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, Sr. Senador Edison Lobão, eu já tinha, há cerca de 15 dias, um relatório preliminar, depois de termos ouvido, aqui, os depoimentos que foram prestados, todos na qualidade de convidados. E, quando eu pretendia apresentar esse depoimento ao Plenário da Comissão, Sr. Presidente, fiquei surpreendido com uma notícia de jornal, de que os dados estavam sendo contestados.

Eu havia chegado a escrever isto aqui:

Depois do relatório de 1980, que o INPE fez em conjugação com o IBDF, o instituto esmerou-se no estudo mais preciso que se conhece, da alteração da cobertura florestal na Amazônia Legal, realizando o Projeto PRODIS, de sensoriamento remoto, utilizando o satélite Landsat.

A metodologia partiu, inicialmente, do exame dos mosaicos das imagens do satélite na escala de 1:1.000.000.

A partir daí, passou o detalhamento na interpretação de imagem na escala de 1:250.000. Foi estabelecida a diferença entre uso da Terra e desmatamento, queimada e desmatamento, dado que todo desmatamento é uso da Terra, mas nem toda queimada provém de desmatamento.

As áreas agrícolas, na área periférica da floresta úmida, por exemplo, as savanas, não foram consideradas quando queimadas, pois o são, imemorialmente, e não resultam de agressão à floresta.

A área de estudo para manter a unidade de referência e permitir as séries históricas foi a mesma, desde o primeiro sensoriamento remoto feito à Amazônia Legal, de cujo cômputo foram devidamente excluídas áreas, que a ela não pertencem: existentes nos Estados de Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, resultando considerar a Amazônia Legal como tendo 4.906.784,4 km² de área. Sobre ela foi feito o estudo.

Os números obtidos no relatório de 1975, feito em convênio com o IBDF, foram retocados para compatibilizá-los com a área física das unidades federativas, fornecidas pelo IBGE, Diretoria de Geociências — 1989. Daí, alguma diferença a considerar, inclusive quanto à superfície da Amazônia Legal que, em lugar de 4.975.527 km², passa aos 4.906.784 citados.

Vale considerar, entretanto, a progressão dos índices de desmatamento ao longo dos anos.

Até 1975 — e eu me baseei, neste relatório, até o chamado primeiro documento apresentado aqui pelos cientistas do INPE, depois é que recebi o segundo, que é objeto de uma tentativa nossa de apreciação —, 0,336% da região Norte e 0,564% da Amazônia Legal. Depois, respectivamente: 1978 — 0,336% passa para 0,873% e o 0,564% passa para 1,521%

Em 1980 — Região Norte: 1,383% e na Amazônia Legal 2,447%.

Em 1986 — Região Norte: 3,115% e na Amazônia Legal 4,359%.

Atendendo-se para o crescimento desses índices de desmatamento progressivo, vê-se

que a depredação da floresta é uma constante, passando, na região Norte, em 1975, de 0,336% para 3,115%, dados do INPE, em 1986, cresceu, portanto, 9,27 vezes, ou seja, 827%, em pouco mais de uma década.

Considerando-se os índices para Amazônia Legal, o crescimento de desmatamento, no mesmo período, foi de 673%.

Chegamos, então, aos dados mais recentes, que são o resultado do último trabalho do INPE (o último, agora, é o penúltimo), embora, no meu entender, os dois documentos não tenham grandes discrepâncias.

Diretamente solicitado pelo Senhor Presidente da República, diante da ofensiva internacional dos ecologistas sobre o desflorestamento da Amazônia, os números achados pelo INPE são: para a Região Norte, 3,921% e para a Amazônia Legal 5,124%, o que fica muito abaixo dos 8% estimados pelo Dr. Schubert, dos 12% citados no relatório, que não é do Banco Mundial, porque se fala, sempre, Relatório do Banco Mundial, mas é de um assessor do Banco Municipal, e, aqui, quando o Dr. Roberto Cunha leu o documento, em inglês, inclusive, o Banco se exime de ter responsabilidade naquele relatório, e dos 15 a 20% pretendidos pelo Sr. Lower Joy, num artigo que recolhi da *Folha de S. Paulo*.

A explicação do INPE, para a divergência, consiste em que os dados internacionais foram projetados, a partir do levantamento de 1978, resultando curvas de crescimento teóricas, obtidas através de projeções matemáticas de taxas de desmatamento, considerando equações exponenciais, projeções que ficaram muito além da realidade.

Vale ter em consideração que, se as projeções exponenciais tivessem sido realizadas, só para citar um exemplo, Rondônia já estaria totalmente desmatada no ano de 1988, pois o índice projetado é de 107,8%, enquanto que o INPE afirma que esse Estado, por sinal, mais afetado, em termos de desmatamento, é de 12,6%.

Parece indiscutível, como sustenta o Professor José Goldemberg, que tais projeções que os cientistas usam possam conduzir a erros sérios.

Para ter-se outra comparação expressiva, utilizando-se essa metodologia, o assessor do Banco Mundial concluiu que em 1988 já estariam devastados cerca de 600.000 km², da Amazônia Legal, quando o valor real, para 1988, é pouco mais de 251.000 km²; isto, antes da discrepância que apareceu.

O que interessa, fundamentalmente, a esta Comissão, porém, é esclarecer as dúvidas levantadas a respeito do desmatamento da floresta. Este é o nosso objetivo aqui, a floresta tropical úmida, que tanto tem sido objeto de preocupações internacionais, a ponto de o Presidente da França propor que sobre elas a soberania brasileira seja relativa.

Por isso, a nossa análise deve levar em consideração o valor real da floresta desmatada e o quanto isso significa em relação à superfície coberta pela floresta. Claro que não interessa a área, cujo revestimento florístico, não é coincidente com a Hileia Amazônica. Faltam

números precisos sobre qual seja essa área de floresta.

Como vimos, varia entre 260.000.000, que é o dado da Sudam, da Dr. Clara Pandov, e 350.000.000 de hectares de Lúcia Pires.

O INPE, em 1976, (e eu tirei esses dados do documento original do INPE) trabalhou com 280 milhões de hectares para a floresta tropical.

Ora, como o total da superfície da Região Norte é de 3.574.238,5 km², segundo os últimos números com que trabalha o INPE, conclui-se que a floresta tropical cobre 78,3% da região.

O que fiz? Peguei os dados do INPE, tomei a Região Norte como numerador, e, como denominador, a Amazônia Legal.

Então, a Região Norte, que, para nós, é aquela, onde, praticamente, se identifica a existência da Hileia Amazônica, eram os dados que possuíamos no Exército, no passado, dados apenas estimativos, davam 80% da região como coberta de floresta. Pelos dados do INPE, deu 78,3%. Esse número está muito próximo aos 80% historicamente considerados pelos geógrafos que estudaram a Região Norte, no conceito do Conselho Nacional de Geografia.

Mas há, qui, uma diferença: primeiro, é que a Região Norte não é, toda ela, coberta de floresta, como se viu; são 78%, apenas, de floresta. Mas há uma parte da Amazônia Legal onde existe a floresta. No Maranhão, de V. Ex^a, Senador Edison Lobão, inclusive, até, acho que até o Vale do Mearim, é floresta amazônica, o Tocantins, uma parte é floresta, Mato Grosso também, uma parte é floresta. E estes Estados estão retirados da Região Norte, porque pertencem, que eu diria, mais de natureza política, para incentivos fiscais, da concepção da Amazônia Legal.

Isto posto e tomados esses números como confiáveis, teríamos que 140.163,72 quilômetros quadrados de desmatamento detectados na região Norte, dados do INPE, se todos eles tivessem incidido sobre a floresta, hipótese que abandona o uso da terra nos campos naturais da Região, representariam 5% da floresta abatida e não 3,9% oferecido pelo INPE.

Esse número ainda precisaria de aperfeiçoamento, pois, como eu citei ainda há a pouca, a hileia ultrapassa a região Norte desse conceito, uma vez que ela existe em partes do Maranhão, do Mato Grosso e de Tocantins.

Em consequência, seria importante para o nosso estudo — era o que eu iria propor há 15 dias — que se tivessem, primeiro, a superfície exata coberta pela floresta equatorial no Brasil; segundo, o valor real de alteração dessa superfície até agora aí sim caberia a frase do Presidente desde Pedro Álvares Cabral até agora, para termos uma idéia completa do que é que nessa floresta foi realmente desmatado. Quando estávamos concluindo a presente apreciação, datilografada por mim mesmo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, surgiu, então, na *Folha de S. Paulo*, uma informação de que o relatório prova fraude nos dados da Amazônia. Da leitura que fiz, por um erro do Gabinete da Liderança, não há a data da

Folha, Gerente do INPE culpa Sarney por má-qualidade dos dados, Victor Celso de Carvalho, 39, *A Folha de S. Paulo* imita a imprensa americana. Mas, como se trata do Dr. Vítor, 39 o deixa muito feliz. Mas, quando se trata de mim, que tenho 30 a mais, eu sou obrigado a dizer que estou no último ano da década de 60, para evitar mal-entendidos.

Então, Gerente do Departamento de Pesquisa e Aplicação de Assessoramento Remoto do INPE diz, em nota distribuída na sexta-feira, entre técnicos do órgão, que "O Presidente da República investe recursos consideráveis para divulgar o índice de desmatamento mal-qualado, que, ao invés de sanar dúvidas, desacredita ainda mais o País no cenário internacional". Estou muito acostumado na minha vida política a ler entre aspas o que nunca disse. Mas, às vezes, as aspas correspondem ao que nós dizemos também. Então, eu parei o trabalho aqui e sugeri ao Presidente que ouvissemos, para um relatório final, o Dr. Victor Celso de Carvalho e dessemos também oportunidade para, numa mesa-redonda que nós fizéssimos aqui, já que o problema agora é interno do INPE, chegarmos a um esclarecimento final. É evidente que vamos chegar a um esclarecimento sobre a metodologia utilizada e sobre os dados referentes à Amazônia Legal, mais do que aquela que eu pretendia que era da floresta isolada em si. De maneira que, com isso, Sr. Presidente, penso que podemos encerrar esta parte e passar à apreciação, agora não mais como convidado, mas como depoente.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Peço que compareça perante a Mesa o Dr. Victor Celso de Carvalho.

Dr. Victor, o art. 342 do Código Penal dispõe sobre as penas de falso testemunho. V. S. jurará dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Repita comigo o juramento:

O SR. VÍCTOR CELSO DE CARVALHO — Juro dizer a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ciente das penas que a lei comina ao crime de falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Queira tomar assento e usar o microfone.

Com a palavra o Dr. Victor Celso de Carvalho.

O SR. VÍCTOR CELSO DE CARVALHO — Estou vindo perante esta Casa como fruto da minha indignação como homem, em primeiro lugar como cidadão, em segundo lugar como profissional e em terceiro lugar como ex-chefe do Departamento de Pesquisas de Aplicações e Sensoriamento Remoto do INPE. Indignação como chefe, por ver que um trabalho duro, responsável e que procurou ser o mais correto possível diante das limitações que nos foram impostas a nível de prazo para a sua execução, trabalho que envolveu alguns elementos, até nos feriados, sábados e domingos, fugindo da sua rotina normal e, que foram surpreendidos pela forma como foram divulgados, não

propriamente os dados, mas a forma como foram divulgados os dados do seu trabalho; como profissional, pela minha preocupação, como cientista, com o rigor científico com o qual os dados resultantes de um trabalho como esse deveriam ter sido elaborados e apresentados; como cidadão, por ver que a sociedade nacional, com as informações divulgadas pela imprensa, estava sendo induzida a interpretar erroneamente os fatos concretos sobre a Amazônia Legal.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que eu retiraria e pediria desculpas por qualquer ofensa que eu possa ter feito à Presidência da República. O documento, na forma como foi divulgado, correspondia a um documento que eu pretendia ser de divulgação restrita dentro do INPE como instituição, documento este que eu distribuí para os meus colegas de trabalho, inclusive na sua forma de apresentação eu me dirigia aos meus colegas de trabalho.

O que eu pretendo apresentar aqui é um resumo dos fatos sobre a questão de desmatamento da Amazônia, onde eu destacaria quatro pontos principais do que seria a solicitação presidencial ao INPE. O primeiro aspecto seria a execução de um serviço. O segundo se referiria ao fato de que Sua Excelência pedia que o INPE executasse o serviço de obter esses dados e que o INPE fizesse um estudo detalhado do problema, fizesse uma análise exaustiva dos dados que tivesse disponível e que, obviamente, apresentasse resultados confiáveis para a sociedade.

Vamos analisar cada um desses itens. O primeiro aspecto seria a execução do serviço, aqui, eu questionaria a finalidade básica do instituto de pesquisa. Sei que este tema é extremamente polêmico, que vai encontrar dentro da própria sociedade, dentro da própria comunidade científica uma série de questionamentos do que seria realmente a finalidade básica do instituto de pesquisa. Eu diria que, basicamente, a função principal do instituto de pesquisa seria o desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada. Em segundo plano, acho que poderia ser colocado como instituto de pesquisa o IPT de São Paulo; seria uma preocupação mais de desenvolvimento tecnológico, mas acima de tudo isso teríamos de ter essa seriedade científica. Só para ilustrar, tirei uma transparência da capa, da folha de rosto do trabalho de 1980, do INPE, que é a forma básica, a forma padrão como o INPE apresenta os seus resultados de trabalhos científicos e vou utilizar durante a exposição praticamente todo o relatório anterior, de 1980, do INPE para mostrar.

Este seria o relatório, foi elaborado em janeiro de 1980, resultante de um convênio entre o IBDF e o INPE, onde a função principal naquele momento era treinar os técnicos do IBDF para que eles executassem esse tipo de serviço, que ainda estava em desenvolvimento, mas que dali para frente eles o executassem. Então, tivemos pessoas dessa equipe aqui, que fizeram mestrado em Sensoriamento Remoto dentro do INPE, e que trabalharam alguns anos conosco, lá em São José dos

Campos e depois foram trazidos para Brasília e continuaram, ou deveriam ter continuado, trabalhando sobre o assunto. Então, desta equipe que fez este relatório, teríamos duas pessoas atualmente do INPE, que seriam o Antonio Tardini e o Davi Lee.

Diria que é um trabalho de apresentação simples, bem objetivo e não vejo por que o relatório que foi divulgado não poderia ser igual, pois o número de páginas do relatório atual é inclusive superior, e uma forma padrão de apresentação de trabalho científico. Estou tirando o item "conclusões e recomendações" deste trabalho, chamando a atenção dos senhores para o que já continha naquela época, qual era a nossa intenção, a preocupação que vem desde aquela época. Primeiro, a taxa de incremento deve ser considerada muito elevada — 179,88% nos últimos três anos com recomendações, que acho extremamente importante —, pela comprovada eficiência da nova abordagem desenvolvida por esse projeto com utilização de imagem de satélite recomenda vigilância constante nas áreas críticas". Em 1980, por um documento oficial era recomendado que fosse feito esse tipo de trabalho, trabalho de campo que visa dirimir dúvidas quanto à caracterização do desmatamento feita pela interpretação visual. Então, desde aquela época, havia a preocupação de que seriam necessários trabalhos de campo para dirimir dúvidas quanto à caracterização, não seria para fazer uma verificação exaustiva; e monitoramento dos projetos mais expressivos, na região, partindo-se posteriormente para uma fiscalização de âmbito mais geral. Então, a solução para o problema estava dada em 1980 e o órgão que tinha a responsabilidade de fazer esse trabalho de rotina não o fez, e eu diria extrapolando a minha competência que tenho a impressão que, na realidade, não se queria que o órgão, no caso o IBDF, executasse a sua tarefa. Tenho acompanhado muito a vida do IBDF, não na intensidade que gostaria, mas tenho algumas informações e o que pude apurar é que os técnicos trabalham de uma forma extremamente desmotivada, os salários são irrisórios, as dificuldades financeiras são incriveis, não se tem recursos nem mesmo para pagar um guarda florestal que vá tomar conta de uma propriedade que é da Nação, em nossas reservas ecológicas. Acredito que isso cabe realmente ao Governo, que cede a pressões econômicas, que são muito fortes, principalmente neste setor, e que impedem que órgãos como esse, criados para executar essa política florestal, não o façam de maneira adequada.

Aqui, também, em 1980, já se falava do sensor TM² Com trinta metros de resolução, e o problema já estava basicamente equacionado. Os técnicos estavam treinados, a metodologia estabelecida, e a partir daí, considero que o INPE havia cumprido o seu papel. E realmente, foi o que aconteceu, o INPE, a partir daquela época, se retirou desse cenário só reaparecendo nesse momento. Nesse relatório também já se falava no grande interesse que a Amazônia tem despertado, gerando polêmicas quanto à sua forma de ocupação. Es-

tamos diante de um fato que ocorreu há praticamente dez anos. Hoje, temos exatamente o mesmo fato se repetindo sem que nenhuma providência palpável, concreta, tenha sido tomada nesse sentido. Chamaria a atenção de que naquela época foram trabalhados com dois períodos diferentes e área desmatada de toda a Amazônia Legal.

Rapidamente, acho que cobri a questão da execução do serviço e a minha posição a respeito desse tipo de trabalho feito pelo INPE.

O Segundo item seria a questão de um estudo detalhado. Vou analisar os fatos, não vou concluir, mas deixo aos senhores tal responsabilidade. Prazo total máximo para execução do trabalho: um mês. Obviamente, sabemos que tinha compromettimentos metodológicos inseridos dentro desta proposta. Isso era fatal, era impossível não se ter esse comprometimento metodológico. Existia uma série de fatores e quem trabalha na área sabe que a região amazônica é uma região problemática a nível de obtenção de imagem, a cobertura de nuvens é intensa, para se conseguir uma cobertura de toda a região é praticamente impossível. Porém, esse prazo máximo de um mês não significa que o trabalho de interpretação contagem e avaliação de área seja feito neste prazo. Na realidade, foi executado no prazo máximo de doze dias, ou seja, somente oito dias úteis. Não estou dizendo que não teve profissional que trabalhou no feriado, no final de semana, mas estou dizendo, e posso afirmar, que nem todos trabalharam no feriado ou no final de semana. O que estou apresentando, no momento, como fiz o juramento, são informações que disponho; posso estar cometendo omissões ou erros por conta de não ter sido bem-informado. Confesso também que realmente, não participei em nenhum momento durante essa operação, eu, como chefe de departamento, limitei-me a obedecer à decisão da instituição que queria que o trabalho fosse executado. Socialmente, acho que o trabalho tinha uma relevância muito grande. E, de minha parte, apesar de eu ter conhecimento desse comprometimento metodológico, e que isso iria implicar perda de rigor científico, eu achei que, apesar de tudo, deveríamos executar o trabalho. E trabalhei diante dos meus liderados, para que o trabalho fosse executado da melhor forma possível.

Foi grande a quantidade de dados com que se trabalhou, fazer a tarefa, vamos dizer, na situação otimista de doze dias, fatalmente teríamos comprometimento na precisão. É inquestionável que se tem comprometimento na precisão dos valores que foram apresentados.

A equipe de interpretação e contagem de avaliação diária era constituída de vinte e um pesquisadores do Departamento de Pesquisas e Aplicações, sendo seis técnicos, dois da COI, Centro de Orientação Técnica, e a Fundação, administrada pelo INPE, participando com quatro elementos. Seriam, na realidade, vinte e sete pessoas trabalhando nessa equipe de interpretação de contagem diária.

O produto utilizado, realmente, foi o melhor que poderíamos ter, com projeções coloridas (normais), bem mais Landsat, quer dizer, imitando uma foto colorida normal, trabalhando com sensores, com dados, com resolução de trinta metros, trabalhando com a banda 3, 4 e 5 do sensor TM, na escala de 1 para 250 mil, que dá aí uma imagem de 1 por 1 metro, que já por si apresenta alguma dificuldade de manuseio, vamos dizer assim.

Com isso terminamos o segundo item. Passamos então para o terceiro, que seria a análise exaustiva.

Começaríamos pela questão: área de estudo.

Nos primeiros 11 dias, ou seja, de 7 a 17 de março de 1989, a nossa área de estudo era apenas a região Norte. Por que ela apenas? Como o prazo era reduzido tínhamos que procurar otimizar o máximo a nossa precisão, ou diminuir ao máximo a nossa imagem de erro. E se trabalhássemos somente com a região Norte teríamos, praticamente, só florestas. Então nos eliminaríamos uma série de problemas que ocorreram nessas áreas de contato, nessas áreas de tensão ecológica, que é a passagem da floresta para o cerrado. E isso, então, torno a afirmar, perdurou durante os primeiros 11 dias, nesse período, a informação que tinha no meu departamento, era que iríamos trabalhar com a região Norte.

O segundo item seria — mais tarde nós vamos ter um detalhamento de prazo, e em seguida se tomou a decisão de que seria utilizada a Amazônia Legal, estabeleceu-se e escolheu-se que essa Amazônia Legal seria aquela da Lei nº 1.806, de 6-1-53, e calculou-se de uma forma que não considero dentro do rigor científico, acho que o órgão que poderia fazer esse trabalho, com rigor científico, seria o IBGE. Calculou-se e foi dito, sensacionalisticamente, na imprensa que esse valor aqui tinha sido descoberto pela primeira vez, e que era também um dos grandes resultados a que o INPE tinha chegado.

Que área então seria essa? Ela corresponderia exatamente ao mapa que foi apresentado no relatório, eliminando parte do Estado de Mato Grosso, conforme dizia a lei.

Outra consideração seria a Amazônia Legal, segundo uma lei mais recente que, automaticamente deveria substituir a anterior, 5.176, de 27-10-73. E a lei complementar de 31-11-77, que foi estranhamente utilizada pelo INPE em 1980. Esse relatório considerava a área da Amazônia Legal com esta área aqui. Então, vamos ver o relatório do INPE da época.

Aqui está: tendo sido selecionada a Amazônia Legal com uma área de 4 milhões, 975, 527 quilômetros quadrados. Por que, de repente, mudar-se um critério que foi dito pelo próprio Senador, que seriam obedecer os mesmos critérios utilizados no relatório anterior? Então por que mudar essa área? É a primeira questão. Vamos chegar a um maior detalhamento.

Aqui está o mapa de localização, só para reafirmar a inclusão do Estado de Mato Grosso, também uma figura daquele relatório. E aqui está uma tabela também publicada na

quele relatório, onde tínhamos a área em quilômetros quadrados das diferentes unidades. Continuo estranhando, realmente, no relatório de divulgação recente do INPE esses valores todos foram alterados, dizendo que a informação tinha vindo do IBGE, em 1989. Não questiono isso, mas ainda não vi isso publicado. Eu gostaria de ver um artigo do IBGE, realmente publicando esses novos valores, e explicando por que foram modificados.

Essa grande discrepância aqui seria porque no outro relatório incluiria o Estado todo, aqui somente parte do Estado, e o total obviamente teria que mudar em consequência de todas essas alterações de valores que foram realizadas.

Em termos da análise exaustiva, em termos de área de estudo não foi uma análise exaustiva. Eu poderia dizer isto aqui.

Vamos partir agora para as imagens utilizadas. O total necessário de imagem para cobrir essa Amazônia Legal seria de 234 imagens. Eu não me dei ao trabalho de contá-las. Mas o relatório anterior do INPE, de 1980, dizia: o número total de pontos necessários para cobrir toda a região estudada é de 234 imagens. Nós tivemos uma redução agora, e continuamos, no relatório do INPE, com o mesmo valor de 234. Vamos mergulhar mais a fundo na questão.

Aqui está um mapa da distribuição das imagens utilizadas. Vou apresentar rapidamente um outro mapa, que mostrava também no primeiro relatório de 1980, áreas críticas de concentração de desmatamento, essas imagens tinham importância, toda essa área tinha importância como áreas críticas de alteração da cobertura vegetal. Então, nós teríamos aqui, no mínimo, 1, 2, 3, 4, 5 imagens a mais.

Vamos examinar a questão ainda do exaustivo a nível de imagem, quanto à cobertura.

Essa área aqui do Acre, correspondente a 5 mil, 960 quilômetros quadrados não foi analisada neste presente trabalho — estou lidando com formações que recebi, oficialmente, do próprio INPE.

Toda essa região, toda essa área na realidade, não foi analisada de forma exaustiva. Ela foi analisada a partir de um mosaico, na época, de um para um milhão, preto e branco, elaborado e que mostrava a Região Norte com as imagens distribuídas, e que corresponderiam, de 1984 até 1988. Quer dizer, não era um mosaico correspondente ao ano de 1988. Quando analisamos, e o Senador o colocou muito bem, a dinâmica que é essa região amazônica, não podemos considerar esse tipo de análise como sendo exaustiva.

Um outro aspecto, se analisarmos — tirando aqui essa questão de Mato Grosso — o problema das queimadas recentes, que vão ser publicadas agora no novo relatório do INPE sobre a questão de queimadas, elas ocorreram em 1988, nessa região, aqui e aqui. Não estou dizendo que isso tudo foi queimado, mas foram detectadas queimadas aqui, ali, aqui, aqui e que não foram interpretadas. Reafirmaria que não foi feita uma análise exaustiva das imagens.

Aproveitando a figura, aqui estão as imagens entregues para a interpretação em contagem de avaliação diária: o que está em azul, e que correspondeu a 49 imagens, foram entregues aos fatos — intérpretes ou aos intérpretes, em 20 de março, o que está em amarelo foi entregue em 27 de março, e foram 35 imagens, então, teríamos aqui as áreas em amarelo, e o que está em vermelho foi entregue no dia 29, sendo que o prazo final para a entrega dos dados, quer dizer, o resultado da interpretação e a contagem de pontos seria no dia 31 de março.

Acho irrisório, mas pela informação que recebi, teríamos trabalhado com 100 imagens, foi o que consegui contar. No novo relatório consta ser 101, mas só consegui encontrar 100 imagens. Posso estar, por falta de informação, omitindo uma imagem.

É importante que — como o nobre Senador disse — não se confunda queimada com desmatamento, mas para mostrar aqui, em um quadro de 1987, o que se queimou dentro da Amazônia Legal. Tudo o que está aqui, em vermelho, foram áreas em que ocorreram queimadas no ano de 1987. E o que está em amarelo, como já mostrei, corresponderia ao que foi queimado em 1988.

Então, no total necessário de 134 imagens, foram utilizadas cem — coloquei essa interrogação porque existe uma imagem que está perdida aí —, a porcentagem real é de 41%, quer dizer, somente 41% da área total foi analisada de forma exaustiva realmente, e a premissa básica para fazer-se dessa forma seria o desmatamento nulo nas demais imagens porque já vimos, é uma premissa que está sujeita a erros.

Quanto à questão das datas das imagens, para afirmar-se que estamos trabalhando com desmatamento até 1988, teríamos que analisar imagens de 1988, então, todas as imagens deveriam ser dessa época, e, na realidade, 88 imagens eram de 1988 e doze variavam de 1984 a 1987, o que dá uma porcentagem relativa de 88% desse universo, já reduzido, em que foram utilizados de 1988.

Acho que isso aqui já foi um excelente resultado. Realmente reconheço que foi algo como: Deus é brasileiro. Deus é brasileiro, porque permitiu que na floresta Amazônica, em 1988, que é uma região extremamente problemática, a nível de cobertura de nuvens, se obtivessem 88 imagens sem cobertura de nuvens, com condições de serem trabalhadas. Não digo que todas não tivessem cobertura de nuvens.

Com isso encerramos essa questão da análise exaustiva e deixo aos Senhores uma conclusão mais completa.

O quarto item seria a questão de resultados confiáveis. O objetivo do serviço — pelo menos acho que seria o grande enfoque — era contestar a taxa de desmatamento apresentado pela comunidade internacional, de 12%. Retiraria, realmente, o Banco Mundial, que, inclusive, não acho necessário, mas, em síntese, seria essa a grande moça que motivou a realização de um tal trabalho.

Analisando o trabalho do DNMAA e a própria interpretação que o INPI deu aos dados dele, a partir das curvas que estabeleceu — que vamos ver mais tarde —, diria que ele fez extrapolações exponenciais a partir dos dados gerados pelo INPE—IBDF, de 1980, aqueles do Relator, e do Philip Fearnside. Isso seria o que foi aquele trabalho. Então, ele partiu de dados concretos — que vamos analisar mais tarde, com detalhes —, que incluía toda a Amazônia Legal, que incluía toda a alteração da cobertura vegetal, para chegar a esse valor de 12%.

Nesse trabalho do INPE, de 1980, utilizou a Amazônia Legal com quatro milhões novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e sete quilômetros, incluindo todo o Estado de Mato Grosso.

E o relatório de divulgação, de 1989, utilizou a antiga definição de Amazônia Legal, calculando o valor de quatro milhões novecentos e seis mil, somente parte do Estado de Mato Grosso. Não saberia explicar o porque disso aí. Porque tanta confusão em cima de coisas que, para mim, são relativamente simples e que uma análise, vamos dizer, mais criteriosa, honesta chegaria a bem informar, realmente, à comunidade.

Não gostaria de entrar neste aspecto, mas sou obrigado a entrar, que é a questão de críticas metodológicas. Aqui está um quadro do andamento da operação de desmatamento, conforme — torno a frisar — as informações de que disponho.

Em seis de março, numa segunda-feira, foi feita uma operação-avaliação de desmatamento da Região Norte, em Mosaico. Foi, para mim, um absurdo, foi, realmente, um absurdo e no momento em que isso ocorreu não estava presente. Mas, sem o meu conhecimento e a minha participação, foram chamados elementos do meu departamento para ir até um saguão de recepção ao usuário, onde estava exposto o mosaico da Região Norte. Esse mosaico foi retirado da parede e, ali, numa operação que não cabe identificar, tentou-se chegar a um resultado de desmatamento para a Região Norte, apesar de todo o questionamento que foi feito pelos técnicos. Mas, aí, não há viabilidade técnica para realizar esse tipo de trabalho. Mas, por uma imposição autoritária: quero essa informação e vamos analisar. Ficaram até de madrugada analisando, felizmente para a sociedade e para o próprio INPE tinhamos dados que foram obtidos exatamente naquele dia, em que dava o desmatamento do Acre e Pará, feito pelo IBDF, viu-se que o resultado a que se chegou era realmente absurdo. Então, jogou-se fora, vamos dizer, não se expôs aqueles dados a quem seria de interesse.

No dia sete, terça-feira, foi tomada a decisão de participação do departamento que eu chefiava, nessa operação, torno a frisar, somente englobando a Região Norte. Dali, uma reunião com os meus líderes de grupo, dentro do departamento existem três grupos: Agronomia, Floresta, Geologia e Análise Ambiental, com as lideranças de cada grupo foi discutido o problema, com a presença daquele que seria designado como gerente do projeto e opera-

ção e o coordenador do programa. Ficou decidido que o departamento participaria dessa operação de desmatamento.

No dia quinze, quarta-feira, oficialmente foi feita uma solicitação a mim para a reserva de sala, equipamento e pessoal, eram quinze elementos somente, porque só tínhamos a Região Norte, e somente no dia 17, sexta-feira, que se tomou a decisão oficialmente, também, de aumentar a área para a Amazônia Legal e, conseqüentemente, aumentar o pessoal, vinte e uma pessoas, e, conseqüentemente, o número de imagens. Isso foi no dia 17.

No sábado, foram recebidas as primeiras imagens, 49, no domingo, com um esforço realmente extraordinário, obviamente com comprometimento metodológico, sem uma precisão cartográfica real, fez-se a delimitação de limite geográfico e a eliminação de áreas de superposição de imagens. Então, na segunda-feira esse pacote de imagem junto com o que nós chamamos *overlay* ou papel acetato com esse limite estabelecido foram entregues aos técnicos para que fizessem a interpretação de contagem de pontos, então, eles tiveram segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, na quinta-feira foi feriado, depois, sábado e domingo, não digo que não houve trabalho aqui, mas, afirmaria que nem todos trabalharam neste período.

No dia 27, segunda-feira, foi então tomada uma outra decisão — estou criticando a metodologia, então, estou explicando o que aconteceu — alterou-se a metodologia original e tomou-se a decisão de separar desmatamento recente do antigo.

Posso entrar no mérito, acredito que vá fazê-lo mais adiante, mas, não nesse momento, poderia dizer, se tivesse aqui, em cima dessa mesa, dez bananas verdes e duas bananas maduras, se me perguntassem quantas bananas haviam diria que têm doze bananas, então, acho que aqui seria a mesma coisa, desmatamento recente e antigo, se me perguntarem qual é o desmatamento responderia que é a soma das bananas maduras com as bananas verdes.

Não terminamos ainda. No dia 28, terça-feira, foi tomada a decisão de considerar apenas a área com fisionomia florestal, até então a metodologia estabelecia, por que era de 1980 e trabalhava com esse princípio, que não mais se iria fazer o trabalho a nível de alteração da cobertura vegetal, mas, se iria fazer a alteração da cobertura florestal, isso foi no dia 28 e o prazo final para entrega do trabalho seria no dia 31.

No dia 29 foi feita a conclusão da tarefa de delimitação da área florestal, a partir de mapas, fitoecológicos do Radam, traçaram-se os limites, vamos tocar nesse ponto em seguida, e entregou-se o 3º pacote de imagens no dia 16, também com as mesmas condições anteriores.

Na quinta-feira foi a interpretação e contagem de pontos, sexta-feira foi o prazo final, encerrando-se a parte de interpretação. Foram 8 dias, ou 12 dias se incluirmos sábado e domingo e feriado.

Daqui para a frente, eu não tenho certeza do que está sendo apresentado, mas, por uma questão de lógica eu diria para começar-se a elaborar o relatório, é preciso tabular todos os valores, somá-los e precisaria ter todos os resultados prontos, então, no sábado foi feita a elaboração do relatório de divulgação, domingo e segunda-feira, imagino que no dia 4, terça-feira, foi a impressão do relatório, no dia 5, foi apresentação do relatório de divulgação ao presidente e dia 6, foi a apresentação da taxa de desmatamento pelo Presidente. Esse foi o andamento dessa operação.

Não entrei propriamente nos itens, mas, o seguinte seria a questão da equipe heterogênea, composta de geólogos florestais, agrônomos e outras especialidades, incluídas aí.

Se formos analisar ainda o relatório de 1980, naquela época participaram 7 engenheiros florestais em tempo integral e dois engenheiros do INPE, sendo um engenheiro agrônomo, Antônio Jardim e o outro que nós já vimos lá na frente como autor que é engenheiro florestal também.

A segunda crítica é que não se tinha, com precisão, a chave de interpretação e legenda. Para executar o trabalho. Poderíamos, também, utilizar — e foi utilizada — realmente, efetivamente se começou o trabalho utilizando-se, os termos, área desmatada, cidades, estradas e rios principais. Aí isso seria a legenda ou a chave de interpretação que foi utilizada em 1980, ou foi apresentada em 1980, não utilizada.

Aí nós partiríamos para a indefinição metodológica. Já vimos, dentro daquela sequência de dados, a oposição Região Norte/Amazônia Legal, vemos aqui a oposição, cobertura vegetal cobertura florestal, que é um tema que para os leigos, no geral, é um sistema difícil de estabelecer, um campo que, mesmo dentro da imprensa técnica, se confundem essas terminologias, mas, o que eu diria para os Senhores é que, analisando o relatório de divulgação atual do INPE, nós teríamos este quadro, comparando cobertura vegetal e cobertura florestal.

Na primeira versão do relatório de divulgação, na página 17, nós tínhamos a avaliação da alteração — nós estamos falando da alteração — estamos dizendo que qualquer modificação que seja feita na vegetação natural, ela pode ser até um campo de pastagem natural, a partir do momento em que você tirou aquela vegetação original e implantou ali um capim colonial ou qualquer outro capim, você alterou a cobertura vegetal, passou a ter uma alteração. Cobertura vegetal, então, fica bem claro que engloba qualquer tipo de vegetação desde a floresta até o campo limpo do cerrado que é uma cobertura vegetal, natal, dentro desta concepção de cobertura vegetal natural.

O relatório do INPE afirma que no trabalho de 1975 foi feita uma avaliação da alteração da cobertura vegetal na Amazônia Legal.

Na página 23, relativo ao ano de 1978, diz a mesma coisa; avaliação da alteração da cobertura vegetal na Amazônia Legal.

Na página 35, na primeira versão que foi apresentada ao Presidente, tinha avaliação da

alteração da cobertura vegetal. Então, temos aqui um erro de informação, e grave, porque com isso aqui você altera completamente a situação.

Na segunda versão do relatório de divulgação, a correção foi efetuada e agora, na página 26, aparece a alteração da cobertura florestal.

Digo que os próprios autores do trabalho também cometeram esse tipo de confusão. É normal que se cometa esse tipo de confusão.

Quanto à questão de desmatamento e desflorestamento temos que entender, o termo aí é empregado na própria literatura científica de uma forma não correta, essa terminologia que é utilizada para o estudo de vegetação é uma terminologia extremamente discutida, que ainda está no processo de elaboração. Já se fez congressos internacionais para se estabelecer uma metodologia uniforme e científica do problema, mas, ainda não se chegou, poderíamos considerar uma ciência nova que ainda está em processo de definição metodológica, terminológica inclusive.

A questão de desmatamento recente versus desmatamento antigo, essa separação de desmatamento recente, desmatamento antigo é realmente um espinho.

Dentro do departamento, conversei com as pessoas, é realmente um problema sério para eu entender, eu ainda não consegui entender o que é efetivamente uma coisa e outra. Porque, quando você trabalha dentro disso que se chamou de desmatamento antigo é uma região extremamente dinâmica. Você tem hoje um desmatamentozinho aqui, é um mosaico, na realidade dentro desta região é um mosaico que você tem desde a vegetação, vamos dizer, artificial, entre aspas até toda uma série de evolução na vegetação natural. E essa evolução da vegetação natural desde o momento em que você derrubou a floresta, principalmente a floresta, dados científicos dão aí em torno de 150 a 200 anos para que aquele equilíbrio, que havia dentro da floresta, seja novamente restabelecido.

Durante todo esse processo aquela vegetação está num outro estágio de desenvolvimento, num estágio em desequilíbrio e, portanto, em um estado frágil. E a presença do homem ali constantemente, desmatando hoje, desmatando amanhã, torna esse quadro extremamente complexo.

Bom, quando você analisa a questão da regeneração da vegetação, ora, isso aí, também, é um dado extremamente complexo. Quando você vai abordar isso, dentro de uma seriedade científica, é um caso extremamente complexo, principalmente analisando a nível de imagem.

Se você pega uma região que foi desmatada e que foi abandonada, logo em seguida, mas se ela tiver um solo bom, o comportamento é um se ela estiver em um solo ruim, o comportamento é outro, se ela estiver num local de topografia acidentada o comportamento é um, se ela estiver em uma topografia plana o comportamento é outro, nesse processo de regeneração.

Você pode confundir uma área que você desmatou e que deixou lá abandonada, durante 5 anos, e pode tranquilamente confundir com uma área que se desmatou há 10, há 20 anos. E foi dito, no relatório, que esse tipo de desmatamento antigo seria com mais de 20 anos. É uma afirmação que, dentro do rigor científico, não tem a precisão, o rigor que seria necessário ter.

Um outro aspecto importante: não houve um grupo de controle, houve um plantão de dúvidas onde o gerente do projeto de desmatamento e o coordenador do programa Amazônia estavam à disposição dos técnicos que tivessem algum problema de interpretação.

Dependendo da vontade do técnico, dependendo do interesse do técnico, ele iria a essas pessoas e consultaria: isso aqui é desmatamento mesmo ou não? Como é que devo classificar essa imagem ou não classificar essa imagem?

Chamaria a atenção para o desempenho individual que, em média, foi de 3,7 imagens por pessoa. Se nós — pelos dados que me foram fornecidos — analisássemos o desempenho de cada pesquisador daqueles 27 técnicos que trabalharam na operação, ficaria, em primeiro lugar, o gerente do projeto, é esse plantão de dúvidas, que interpretou 12 imagens, o segundo lugar ficaria com um pesquisador qualquer com 7 imagens, e em terceiro lugar ficaria o coordenador do programa com 6 imagens. O coordenador do programa também é do plantão de dúvidas.

Questiono, de que forma efetiva, eu poderia usar isso entre aspas, é uma afirmação pessoal, de que forma essas pessoas, efetivamente, acompanharam o trabalho individualmente com cada pessoa, tirando realmente as dúvidas, discutindo, analisando.

Questiono isso aí.

Um outro aspecto grave é que não houve revisão da interpretação e contagem de ponto ou digitação. Na realidade, houve dois processos diferentes de contagem de área que dão resultados diferentes. Não saberia nesse momento dizer qual seria a diferença de previsão de um método para o outro, posso até julgar que seriam iguais, mas esse trabalho não foi realizado. Quer dizer, o intérprete pegava a sua imagem, pegava tantos quilômetros quadrados desmatados, dentro do Estado tal, e entregava o dado e estamos conversados.

Isso, também, dentro de um rigor científico, dentro de uma necessidade de o Presidente da República ter dados precisos, acho que seria esperar demais da capacidade, que penso, que é extremamente forte da capacidade do técnico que estava fazendo esse trabalho considerando, levando em consideração o que já falamos anteriormente.

E a questão da delimitação da área florestal não obedeceu a um critério único, o mapa fitoecológico do Radam. Ora, o que nos leva a isso? O que aconteceu?

Como vimos, foi um processo extremamente apressado, tumultuado. Decidiu-se o seguinte: vamos fazer só a floresta. Tomou-se o mapa do Radam e começou-se a traçar, dentro das imagens, sem precisão cartográfica,

os limites que estavam sendo ali estabelecidos. De repente, acontecia que a fisionomia florestal ia um pouco abaixo, um pouco além, mudava-se o local do traçado. E assim foi feito. Dentro dessa fisionomia, temos floresta, cerrado que é um outro tipo de vegetação. Não estamos mais falando da Hiléa Amazônica e sim de um outro tipo de vegetação.

Dentro daquele contomo em que não houve um critério único para ser estabelecido porque contém coisas que não são semelhantes. Temos florestas e cerrado. São coisas diferentes.

Chamaria a sua atenção, no primeiro relatório do IBI em 1980 para este aspecto: "consideraram-se como áreas desmatadas todas aquelas que apresentavam sinais de retirada da cobertura vegetal primitiva". Espero que não haja dúvida com relação a este aspecto.

Gostaria de chamar a atenção, também, que, em 1988, existia um grupo de controle, e, apesar da objetividade, da simplicidade do relatório anterior sem definições sensacionalísticas, que a avaliação da área foi obtida através da contagem de pontos, utilizando-se grade milimetrada transparente. No relatório de divulgação não consta o método que foi utilizado. Quem tivesse somente a informação do relatório não teria condições de saber como foi feita aquela contagem diária.

Chegamos ao ponto crucial da nossa apresentação que seria exatamente esse aspecto de erros graves no relatório de divulgação, na primeira edição, a que foi entregue ao Presidente da República, na primeira vez.

Primeira "extrapolação linear para confecção de curva de crescimento, forçando linearização da curva:

De forma bem simples, rápida; tenho um valor de 75, 78 e 88, traço uma reta, este ano que corresponde ao ano de 1987, 1986 vai ter este valor aqui.

Fez-se toda a análise estatística, científica da tendência da curva. Vamos mostrar isso. Na segunda edição, nas três tabelas que foram apresentadas, constavam valores, entre parenteses obtidos a partir de dados de 1988. E de dia como foi feito? Vamos adivinhar como foram feitos esses valores obtidos a partir desta data. E aí eliminou-se todos esses valores que eram de extrapolação. Essas tabelas permaneceram no segundo relatório, não existem mais esses valores que estão riscados, quer dizer, que essas tabelas não eram mais necessárias, porque, na realidade, elas se limitaram a três linhas. E os dados apresentados corresponderiam a uma realidade. E isto aconteceu em três tabelas: na 4, 5 e na 6. Peguei somente as tabelas 4 e 5 como exemplos.

Voltarei a esta figura mas só para ilustrar o que daria. Obviamente, se eu partir desse método, a curva de crescimento ainda é linear. Não há dúvida. Toda a interpretação do crescimento foi deturpada. O que levou, vamos dizer, e aí é que acho grave, cientistas renomados a cometerem o erro de afirmar que realmente a curva de crescimento era linear e contradizia a opinião de vários outros cientistas, a nível internacional, e a sociedade estava sendo induzida a erro de interpretação.

Segundo erro grave: é o de cálculo do estimado orçamento total no Estado do Maranhão: a primeira versão era de 60.724 km — dado que foi entregue ao Presidente da República; a segunda versão era de 84.495 km. A imprensa explorou esse dado, e se extrapolou, — não me lembro mais — foi relativo ao Estado de Alagoas, ao Estado de Sergipe, mas é uma área significativa.

Confirmando, esta é uma cópia da primeira versão, o valor de 60 mil estava aqui, foi riscado, e se estabeleceu no novo relatório esse valor aqui e se estabeleceu, também, este valor, incluindo o desmatamento antigo.

Terceiro erro grave: o valor do desmatamento não incluía o desmatamento antigo e nem mencionava o fato. Isso não era mencionado no relatório e nós voltamos ao cálculo das bananas. Nós estamos trabalhando com bananas maduras e bananas verdes. Então o dado do desmatamento recente, 251.429 km²; desmatamento antigo 92.546 km²; desmatamento total, obviamente, daria 343.975 km². Que também a imprensa explorou e considerou aí relativo a dois Estados do Rio de Janeiro, se a memória não me falha.

Aqui está uma cópia da primeira versão com as alterações, tirou-se aqui vegetal, que na realidade é florestal, não incluía o desmatamento antigo, que agora foi incluído, no Maranhão, valores não incluídos no desmatamento antigo do Estado do Pará, Maranhão, assinalado no gráfico das páginas tais e tais, foram colocados asteriscos para chamar a atenção para o fato.

Confusão entre desmatamento total com desmatamento parcial: os valores de 1975 e 1978 correspondem a esse desmatamento total, cobertura vegetal.

Já vimos, anteriormente, mostrando cabalmente esse fato. Então, 75 e 78 desmatamento total. Desmatamento dentro daquela concepção de alteração da cobertura vegetal natural.

Valores de 1988: correspondem a desmatamento parcial, cobertura florestal. Vamos levar em conta a observação do Senador, porque, realmente, o que poderia interessar mais seria a cobertura florestal. Não vamos questionar isso, mas eu diria que o método anterior considerava tudo. Corresponde, esse desmatamento florestal, em completo desmatamento recente, não foi incluído todo o desmatamento. Os dados de 1978, como foram apresentados ao Presidente da República, estavam misturando, fazendo confusão entre esses valores. E, mais grave, é que a própria curva de crescimento do desmatamento pelo INPE misturava os dois valores delineando a curva, ou seja, misturava abacate com maracujá. Misturavam-se coisas que não poderiam ser misturadas. Temos aqui a primeira versão, onde o valor de 1978 e o valores de 1975 eram ligados ao valor de 1988. Uma bonita reta que não tinha significado nenhum. Se você for considerar desmatamento total, esses valores vêm para cá, e você não poderia unir, porque está trabalhando com duas coisas diferentes. Aqui é desmatamento total: aqui é a

alteração da cobertura florestal: aqui é desmatamento.

Na segunda versão mostra isso, não há mais a linha que liga esse ponto a esse ponto, que não pode haver mesmo porque são coisas diferentes.

Chamo a atenção que continuam enfatizando o valor e deixando-se o valor principal sem consideração.

Vamos analisar, agora, a questão do índice de desmatamento.

Na primeira versão, o que tínhamos? Tínhamos desmatamento recente, sobre a Amazônia Legal, parcial, como nós vimos e neste valor de 5,2%.

Na segunda versão, que saiu agora, foi eliminada toda a referência a percentagem. Não se fala mais nisto. Deixamos para quem quiser, que faça os seus cálculos relativos que, na realidade, não podem ser feitos. Existe um rigor científico por trás disto aí. Procedimento padrão que nós poderíamos ter, para divulgar o índice deste tipo: teríamos o desmatamento total, alteração da cobertura vegetal natural sobre a Amazônia Legal, total como a lei manda.

Não tínhamos este valor, e temos este valor hoje.

O procedimento alternativo seria, como foi colocado aqui, desmatamento parcial; realmente a retirada da floresta da Hileia Amazônica sobre a área de cobertura florestal. Este valor nós temos, o outro nós não temos.

Então, não pode ser feito este valor. Na Imprensa se colocou: 3 milhões e tantos; chegou a 9,3.

Então, se considerarmos somente o desmatamento da floresta, a alteração da cobertura florestal, chegaremos a 9,3%. Se incluirmos a área do cerrado, tranquilamente, uma facilidade chegaremos aos 12%. Além disso temos, também, os valores descordantes.

O Estado do Acre, segundo o IBDF, até 1987, tinha 8 mil 132 quilômetros quadrados de áreas desmatadas. Há um trabalho demorado, com trabalho de campo, para dirimir dúvidas, como foi sugerido no relatório de 1980, e se chegou a este valor.

O resultado até 1988: 5 mil 509 quilômetros quadrados — diminui a área desmatada. A diferença é significativa.

Também a imprensa divulgou isto daí, mas não me lembro agora qual foi a relação que fizeram. Mas foi uma diferença considerável. Quem tem razão?

Vamos analisar o Estado do Acre pela questão das imagens.

Esta área, aqui, de 5.960 quilômetros quadrados não foi analisada de forma exaustiva. Poderia estar aqui. Não estou afirmando que está aqui a diferença. Pode haver uma diferença realmente de capacidade técnica, de interpretação. E, também, seria desmerecer o próprio trabalho que nós fizemos, treinando aqueles técnicos. Então, poderia tratar-se disso aí. Não estou afirmando.

No Estado do Pará acontece a mesma coisa. O IBDF, até 1986: 94 mil 770 quilômetros quadrados. Pela dinâmica que todos nós co-

nhecemos, este valor deve ter ido, com o IBDF aí dentro, de uma estimativa que considera aí próximo do real. Diz que 20 mil quilômetros quadrados foram desmatados em 1987, o que chegaria aí, a um valor estimado, de 134 mil 740 quilômetros quadrados. O valor até 1988, não 1987, um ano a mais ainda, é de 120 mil 563 quilômetros quadrados. Ou seja, uma diferença de 14 mil 207 quilômetros quadrados, que também é considerável.

Eu só gostaria de chamar a atenção que a apresentação do resultado, a elaboração, a partir do dado que era fornecido ao gerente do projeto; quilômetros quadrados de área desmatada por área por Estado, por imagem e a partir desse momento, os técnicos que trabalham comigo não participaram mais do projeto. Tenho a informação que mereceria uma confirmação oficial, mas foi confirmada, vamos dizer, a nível de jornal, que a análise do resultado de elaboração da primeira versão do relatório de divulgação foi realizada pelo Diretor-Geral do Inbra, pelo Diretor da área de sensoramento remoto, pelo Chefe da Divisão de Operações, pelo Coordenador do Programa Amazônia, e o Gerente do Projeto de Desmatamento.

Era isto o que eu tinha para apresentar e colocou-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Senador Dirceu Carneiro, deseja fazer alguma interpelação?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão, Sr. Relator, Sr. Expositor, temos acompanhado, em nosso País, o comportamento das pessoas, do povo brasileiro, da sociedade brasileira, em relação às instituições, de um modo geral, particularmente naquilo que diz respeito à credibilidade e, seguidamente, nos passamos pelos olhos pesquisas neste sentido, e verificamos a decadência da credibilidade de um número muito grande de instituições da sociedade, que passam por instituições políticas, religiosas, e de diversas naturezas — ligadas ao poder público, à sociedade.

Mas, normalmente, as que sempre têm mantido nível de credibilidade bastante alto são as científicas. São as instituições de natureza científica. E quando nós ouvimos os primeiros indicadores dessas divergências que surgiram, a partir do famoso relatório, o que mais me preocupou, naquele momento, foi este abalo de credibilidade que é uma consequência direta, natural e normal, e que me preocupou bastante, porque nós não poderíamos perder todas as referências, podemos admitir que muitas delas sejam prejudicadas pelo seu comportamento, que tem uma série de condicionamento, e tal, mas não podemos, em nosso País, deixar de acreditar nas coisas, ou, pelo menos, em algumas coisas. E o que lamentei mais foi, realmente, este abalo que atingiu um dos setores que vinha se mantendo no nível alto de credibilidade. E, por isto, o meu interesse aqui. Não sou membro da Comissão, mas venho aqui para acompanhar esta questão.

E, neste aspecto, eu gostaria de indagar, levantar, ouvir, talvez mais do que uma pergunta direta sobre um assunto para quem está examinando estes detalhes, não com muita frequência, mas já me deu uma razoável noção do conjunto da coisa, e das suas consequências.

Eu gostaria de indagar, do expositor, que pertence a uma instituição científica, o que isto provocou além destes aspectos que foram abordados aqui, já dentro da instituição científica, já como instituição, e não como um trabalho que agora produziu este tipo de coisa.

Eu gostaria de saber se ele tem uma opinião, ou alguma avaliação sobre os desdobramentos, as consequências, e os impactos, deste fato que foi tão amplamente divulgado, porque passou pela palavra do Presidente da República, e passou por todo um debate na sociedade, reflexo aqui no Parlamento e, evidentemente, no povo brasileiro, de um modo geral, e a opinião internacional também deve ter tido um razoável impacto em relação a essas questões.

Gostaria de ouvir algumas considerações. Se já tem alguma avaliação, ou se já constatou alguma coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDNETE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o depoente.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — A minha avaliação é; vamos dizer muito fruto, do que tenho acompanhado pela imprensa, pelos questionamentos que foram feitos pela imprensa, e, a nível concreto, diria que foi criada uma comissão, dentro da sociedade científica de expressão nacional, para averiguar, exatamente, o que ocorreu dentro de todo esse processo. Concorro com a opinião que foi expressa de que, na realidade, infelizmente, estamos assistindo à queda de mais um baluarte da sociedade, da sociedade não só nacional, mas da humanidade como um todo, aquele baluarte que era a comunidade científica, com o seu rigor científico de apresentar o resultado que correspondesse, realmente, à realidade dos fatos e não aos interesses naqueles fatos. E vemos isso, está acontecendo aqui, está acontecendo fora daqui, com velocidade que aumenta. E, como cientista, como um homem que ainda tem ideais, que luta e deseja que esse ideal seja mantido, preocupo-me, entristeço-me e fico indignado, como já falei aqui, de que esses fatos estejam acontecendo. Diria que esses fatos acontecem, porque a pressão econômica é cada vez maior. A pressão econômica, hoje, manda no próprio Governo. O Governo cede, o tempo todo, a essas pressões econômicas. E a comunidade científica também está cedendo a essas pressões econômicas. A comunidade científica também está cedendo às pressões políticas, como nesse caso dá a entender. Então, realmente, um tema que surgiu em paralelo da minha reunião junto com os meus líderes de grupo foi, exatamente, esse. Vamos cometer erros metodológicos, isso vai ter implicação no nosso futuro. A partir desse momento, podemos ser chamados para realizar outros tipos de operações como essa, desde que seja o

expresso pela classe política ou expresso pela comunidade econômica, vamos ter que atender. Sim, vamos ter que atender mas vamos analisar, existe um interesse social por trás disso aí. Esse valor é importante para a Nação, a Nação está sendo pressionada pela comunidade internacional em busca desse valor. Vamos ter vantagens também econômicas na realização de um trabalho desse tipo. Virão recursos a fim de que possamos comprar um equipamento para substituir esse nosso, um computador que trabalha desde 1975 para analisar imagens e que está até hoje, capenga, com memória quebrando, que hoje não é mais científico. Desisti de trabalhar minha tese de doutorado. Quis desenvolver nesse equipamento e não tive condições, porque não era científico, ora ele me dava um resultado e, com o mesmo procedimento ele me dava outro resultado. A memória pifava aqui, a memória pifava lá, a imagem não era, exatamente, a mesma. Então, na execução de um trabalho desse, que vai ter uma repercussão social, que bem explorado, que rigorosamente explorado, vai ser um dado que auxiliará o País e, obviamente, estamos auxiliando o País e estamos nos auxiliando, também, como técnicos, como profissionais, para ter condições melhores de trabalho. Então, vamos fazer isso, porque vamos ter, talvez, recursos para compra de um equipamento aqui, compra de outro equipamento lá, e melhorar a nossa condição de realizar um trabalho.

Então, acho que é esse o sentimento, é esse o processo que está ocorrendo dentro da comunidade científica.

E o que me apavora mais é achar que isso daí não é feito ao acaso. E acredito firmemente que isso não é feito ao acaso. Acredito firmemente que isso daí é feito propositadamente, é feito para, realmente, desacreditar mais um segmento da sociedade, é feito, exatamente, com o objetivo de que a ciência não cresça, que o saber não aumente. E isso daí, para mim, é muito grave. São opiniões pessoais, observações.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Gostaria de também ouvir de V. Sr se os cientistas, os técnicos que trabalham nessa área, têm uma opinião, o que eles esperam do Parlamento, além dessas oportunidades de vir aqui fazer esses registros, que são muito importantes, especialmente agora, que as Comissões de Inquérito ou as Comissões Permanentes têm uma outra dimensão. Depois da Constituição, elas têm poder terminativo, elas podem elaborar leis. As Comissões de Inquérito têm um poder imenso, equivalente ao Judiciário e, portanto, estão hoje com outro enfoque. O que os cientistas esperam do Parlamento, o que eles sugerem, que tipo de relacionamento se pode estabelecer entre essas instituições, para que possamos cumprir melhor nossos papéis perante a sociedade? Digo com a mesma preocupação que tenho em relação à credibilidade. Sei como anda a nossa credibilidade. Portanto, quero caminhar no sentido de recuperá-la.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Dr. Victor Celso Carvalho.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Acho que esperamos de V. Ex^{ta} o fortalecimento do nosso trabalho. Não pedimos favores pessoais, apesar de considerar, também, como toda a sociedade brasileira hoje está considerando, os seus salários muito aquém da realidade, diria que um Doutor corresponde a um segmento da nossa sociedade que não saberia precisar, mas seria, no máximo, 5%, e o salário que hoje um Doutor recebe, com todos os anos que investiu na sua carreira, com todos os sacrifícios, de vender a sua casa para ir para o exterior, a fim de fazer um curso de doutorado, de vender o seu automóvel do ano e, depois, quando voltar, não ter condições de comprar outro, ter que comprar um Chevette 75, amarelo. Então, isso daí é a nossa realidade. Quer dizer, esperamos isso, que nos fortaleçam, que nos deem condições, não pedimos favores pessoais, que nos deem condições de realizar um bom trabalho, um bom trabalho, e a respeitabilidade do indivíduo que vai dirigir uma instituição de pesquisa, que tenha um passado científico, que tenha uma sensibilidade científica. Não podemos colocar nesses cargos, como diretor de um instituto de pesquisa, indivíduos que não tenham sensibilidade para a pesquisa, isso é o pressuposto básico. A classe política não pode continuar insistindo que os critérios que determinem a escolha de um diretor de um instituto sejam critérios políticos, critérios de interesse político. É essa a minha opinião. Então, o que espero dos Senhores — é opinião pessoal, talvez reflita o sentimento da comunidade — são exatamente essas posições, o fortalecimento da classe, dando-nos condições para realizar, como nos países ... Quando saímos para o exterior, é patente que a nossa capacidade intelectual é igual ou superior à dos que estão lá fora. A única diferença palpável, que é cristalina, que se vê de cara, são os meios que os pesquisadores lá fora têm para realizar o seu trabalho. É o equipamento de primeira qualidade que eles possuem, são os recursos econômicos para fazer o seu trabalho de campo. Dentro da nossa área, por exemplo, são os recursos de que ele necessita para comprar papel, para fazer transparência. Para fazer essas transparências que apresentei aqui foi um drama sério, não me foram dadas essas transparências. Obtive. Solicitei e me foram dadas. Algumas tirei do meu bolso, ninguém vai pagar isso aí. A maioria, fiz cópia do meu bolso, ninguém vai pagar isso. Isso daí é marcante, principalmente quando você sai para o exterior, essa diferença magoa. Magoa, porque sabemos que temos capacidade, o povo brasileiro é um povo capaz. Ele só precisa ter dirigentes também capazes. Lógico que estou repetindo as palavras que ouvi numa palestra do Deputado José Serra, dizendo: — O povo não é medíocre, medíocres são os seus dirigentes. Concorro com ele. Hoje, acho que é essa a realidade. Temos competência, o povo brasileiro trabalha demais, foi até mostrado, já, até pela imprensa, é um dos povos que mais trabalha. É um povo que tem capacidade, que se sobressai em qualquer lugar. Para fazer um trabalho desse tipo, nessas condi-

ções que foram feitas, é uma prova cabal da nossa capacidade. Acredito que pouquíssimas instituições, a nível internacional, ou seja o que for, teriam a coragem de fazer um trabalho desse tipo.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, digníssimo Depoente:

Queria apenas registrar, aqui, o meu sentimento em relação a essa questão de que isto devesse ser reprovado assim, amplamente, publicamente, por quem puder fazer isto. Acho que o Parlamento é uma das instituições que pode fazer isto, esta forma irresponsável do trato das questões, principalmente levando em conta o sentimento de bajulação, isto é, pegar, manipular certos dados e tal, para agradar o Presidente da República, ou para agradar chefias, autoridades superiores ou coisa desse gênero. Acho que isto é uma questão que deve ser reprovada amplamente. Creio que o Parlamento pode fazer isto. De modo que não se deve admitir, como lá no meu Estado aconteceu, que a vítima acabe sendo condenada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) V. Exª me permitiria um aparte? Tenho ouvido muitos testemunhos e muitos depoimentos Pediria a V. Exª apenas que não considerasse como definitivo o julgamento que está fazendo. Estamos altamente interessados, aqui, em apurar a verdade. Transformamos os depoimentos de convidados em depoimentos de juramentos. Naturalmente, V. Exª terá a informação, pela Comissão, que senhora com a presença de V. Exª aqui, e que nós seremos muito atentos a procurar essa verdade e divulgá-la o mais amplamente possível.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — É o que eu espero, também.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Agradecendo a presença do Senador Dirceu Carneiro, passo a palavra ao Sr. relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Victor, depois de ouvi-lo, é evidente que, na minha cabeça, há um tumulto. V. Sª falou em indignação e fez algumas colocações de natureza extremamente graves. V. Sª está sob juramento, como sabe. Vou-me permitir fazer perguntas preliminares para, depois, entrar no mérito da sua explanação.

Como se deu o ingresso de V. Sª no INPE, e quando?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Em janeiro de 1973.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Em 1973?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Eu acabara o Curso de Engenharia Agrônômica e fui contratado. Na época, existia um rigor de contratação, porque não havia concurso, mas havia um rigor de que somente os primeiros colocados das turmas seriam contratados. Eu era o quarto colocado da minha turma, uma turma de 170 alunos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) A sua turma é de onde?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Estudante da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E não havendo concurso os primeiros colocados de que natureza, de todas as universidades no mesmo estilo?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Vamos dizer assim, havia um concurso de currículos. Enviavam-se currículos para a instituição, a instituição analisava os currículos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Sª não entrou por concurso universal?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não entrou?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Acho que ninguém do INPE entrou.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Sª se detenha, por obséquio, a responder o que lhe pergunto.

V. Sª não entrou por concurso universal? Foi bem classificado na sua escola, na sua universidade, e entrou no ano de 73. O ano que, por coincidência eu era Ministro da Educação, e num estabelecimento que, quando cheguei ao Ministério, encontrei em condições extremamente precárias em matéria de instrumentalização, equipamento, e graças, exatamente, a nossa participação, quando criamos a Retide, a Concretide, sistema de trabalho integral, a Federal do Rio de Janeiro começou a reproduzir e a reeditar revistas científicas. Foi quando começamos a tratar disso.

Então, a sua colocação aqui no dado do Instituto de Pesquisa, de Victor Celso Carvalho, Chefe do Departamento de Pesquisas e Aplicações. Quem indicou V. Sª para Chefe de Pesquisa e Aplicações? V. Sª fez concurso interno no INPE para isso?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não. Houve um processo eletivo, onde participaram três candidatos que expuseram, publicamente, o que pretendiam fazer na sua administração. Foi dada a todas as pessoas do departamento, inclusive o pessoal de apoio técnico-administrativo, a oportunidade de escolher, de votar no seu candidato. Eu confesso que, na época, eu não tinha interesse de participar desse concurso, mas, chamado por outros colegas — eu estava em trabalho de campo na região do interior de Pernambuco, em Quixaba —, tive que ir, rapidamente, para o INPE apresentar a minha plataforma, ou seja, aquilo que eu pretendia fazer no departamento. Houve o processo de eleição, os candidatos foram classificados por votos, e eu fui o mais votado desses elementos. Tive 23 votos...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Qual era o colégio eleitoral?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — O colégio eleitoral era, exatamente, os funcionários do departamento, todos os funcionários do departamento. Eu tive 23 votos, o segundo colocado, eu não me recordo, e o terceiro colocado teve 4 votos. Ai, esta lista triplíce foi encaminhada ao Diretor-Geral da Institui-

ção, ao Diretor da Área, e ele me escolheu como Chefe do Departamento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Senhor exerce militância político-partidária?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Ativamente, não. Mas, hoje, vamos dizer, estou inscrito no PSDB.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Era a pergunta que eu queria lhe fazer, exatamente qual seria a sua militância partidária.

O Senhor disse, ainda há pouco, em resposta ao Senador Dirceu Carneiro, que as pessoas que exercem funções não deveriam ser por indicação política, não é verdade? O senhor não encontra a sua indicação também política?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Eu acho que o processo não foi político, foi um processo de eleição...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eleição não implica política? O Senhor não apresentou um manifesto, uma plataforma? O Senhor, talvez, até fizesse inveja a alguns de nós aqui, da maneira pela qual trabalhou nessa eleição.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Senador, expressei-me mal quando me referi a influência partidárias de Deputados, Senadores, Presidente da República.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ai já é uma questão independente desta CPI. Uma coisa, para mim, é democracia, outra coisa, para mim, é democratismo. Uma coisa é o Governo ter instituições que ele subsidia, faz todas as atividades correspondentes à manutenção, e que pode ficar sem nenhuma possibilidade de fazer indicações que ele acha que são as mais convenientes. Eu estou vendo, por exemplo, o que está acontecendo, hoje, com o democratismo nas universidades brasileiras, a começar por aqui, pela UNB. Uma das minhas tristezas há pouco tempo, foi verificar que, na Universidade de Brasília, 5 dos 13 candidatos a reitor fizeram uma vigília, uma noite, para evitar que houvesse a fraude eleitoral. Eu acho que isso não se compatibiliza com a universidade. Mas é um ponto de vista pessoal que o senhor pode considerar.

Em que o senhor se baseia para dizer que houve pressões econômicas às quais o Governo se submeteu?

E que natureza de pressões econômicas são essas? Externas?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Transferi uma informação que tenho, a de que existia uma forte pressão internacional, isso colocado dentro do próprio discurso do Presidente da República, em que afirmava que o nível de desmatamento da Amazônia era alto, considerado alto pelo próprio Presidente da República, em torno de 12%, e que isso refletia uma pressão internacional, usando adjetivos que eu não saberia repetir, aqui, neste momento, mas, categoricamente, afirmando que existia uma pressão internacional extre-

mamente forte sobre o País, em que era questionada, era cobrada do País a posição do que o País estava fazendo com esse recurso que poderia ser considerado como um patrimônio universal. Então, eu estou transferindo a informação que eu tenho...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas o senhor por duas vezes ou três, falou em pressões econômicas sobre o Governo, às quais o Governo foi tão sensível que a elas se submeteu. Essas questões econômicas eu não consegui localizá-las no seu discurso, na sua explanação. Até pensei que era exatamente o oposto: que o Governo estivesse sofrendo restrições de natureza econômica por outras razões. E uma delas ficou muito clara, foi a partir do momento em que o Banco Mundial, por exemplo, e o BID passaram a fazer restrições, que não faziam antes, a financiamentos oferecidos ao Governo brasileiro. Chegou ao ponto, por exemplo, de se verificar um projeto de esgoto, na cidade de Belém, que perde financiamento por se encontrar na Amazônia que, segundo o conceito universal, está sendo depredada por irresponsáveis que somos nós.

É a primeira vez que V. S^a vem aqui e era preciso que V. S^a soubesse exatamente qual é a nossa finalidade. Nós não estamos, como Relator, nem presos ao que chamo "ecologistas xitas" nem presos àqueles que acham que a Amazônia, pela nossa soberania, não deve nenhuma satisfação ao mundo. Acho que estamos numa posição que até agora o Plenário da Comissão tem aceito. Nós achamos que temos responsabilidades com o mundo, mas que temos naturalmente a garantia de que seremos capazes de exercer essa responsabilidade.

Então, quando perguntei a V. S^a qual é a sua militância política, é possível que V. S^a saiba a minha: venho do Movimento de 64, era Coronel no Exército Brasileiro, e participo hoje de vida política já há três mandatos no Senado. E o meu Partido é, hoje, bem pequeno. Já foi o maior do Ocidente; hoje, é bem pequeno. De maneira que não coloco na minha posição de Relator nenhuma condição partidária. E tenho uma particular preocupação com essa matéria, porque nasci no Acre, tive a minha infância em Belém do Pará, e sou aquilo que nós chamamos com uma ponta de orgulho "o homem da floresta".

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Já jogou basquete?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Senhor?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Já jogou basquete? (Risos)

Pedi tempo para mim, assim, já deve ter jogado basquete.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — O Depoente só pode se manifestar quando o Relator acaba de fazer suas considerações.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não. Ele pediu o aparte e eu poderia dar.

Porque ele fez um jogo de basquete, e eu me lembrei dos meus velhos e bons tempos da juventude.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não. Eu só queria manifestar, vamos dizer, a minha posição pessoal em relação a V. Ex^a, que venho acompanhando durante todos esses anos, vamos dizer, no último ano e meio me desliguei da política, de jornal, não li jornal, não vi televisão...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Fizes os que podem fazer isso, sabe?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — É porque... precisava talvez, até chegar a essa posição que eu cheguei: de me indignar com alguma coisa.

Mas sempre acompanhei o seu trabalho, sempre admirei a sua posição austera, a sua posição honesta dentro dos seus princípios, dentro dos seus pontos de vista — que V. Ex^a sabe defender muito bem —, mas com honestidade, que para mim é uma característica que o marca.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu lhe agradeço muito. Porque o seu símbolo maior, que é o Senador Mário Covas, é um amigo pessoal meu, a quem eu respeito com os mesmos adjetivos que V. S^a dirigiu a mim. Agora, eu tenho — já que estamos falando fora do problema da CPI — muita preocupação com os Srs. Tucanos, porque o Tucano tem o mal vício de destruir ninho de passarinho. (Risos)

E aqui temos mais um Tucano sentado à mesa.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Aumenta a vigilância no céu!

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora vamos passar à sua parte expositiva, que me interessa particularmente.

Em primeiro lugar eu lhe perguntaria o seguinte, Sr. Victor — pensei até que V. S^a não soubesse o meu nome, porque V. S^a sempre se referia a mim como "o Senador". Pensei que V. S^a não me conhecesse. Agora fico satisfeito em saber que V. S^a sabe que eu existo. Já é alguma coisa... Porque houve um tempo em que eu era conhecido, mas não reconhecido. Era delicioso: eu ia, às vezes, num lugar e ouvia até falar sobre Jarbas Passarinho e eu ficava ouvindo. Porque eu não era reconhecido. Agora, é o diabo, porque sou reconhecido.

Então, eu vinha de São Paulo, outro dia, no fundo do avião — só me restou uma cadeira lá no fundo —, e em pouco tempo estava um comício em torno de nós por causa do aumento de vencimento dos Senadores e Deputados. (Risos)

Quer dizer, eu podia até dizer, hipocritamente, que não tinha nada com isso, porque estava em Porto Alegre quando votaram. Mas resolvi conversar e discutir com o pessoal sobre isso, o que de fato me parece excessivo. Estou referindo-me, agora, ao problema de remuneração de cientista no Brasil.

Quando estive no Ministério da Educação, fizemos um esforço muito grande, para que, no mínimo, um professor titular ganhasse o que, naquela altura, correspondia a mil e quinhentos dólares. Para quê? Para evitar a evasão dos cérebros que estávamos tendo no Brasil. E com mil e quinhentos dólares nós conseguimos mantê-los no Brasil. Do contrário, perderíamos os melhores cérebros para o exterior.

Pergunto-lhe uma coisa que V. S^a poderá julgar até depreciativamente em relação à minha capacidade de raciocínio, mas ela é importante para marcar a nossa posição. Em que V. S^a acredita mais: em projeções realizadas a partir do momento em que se toma um relatório de 1980 e se cristaliza, toma-se como constante a velocidade de progressão até o ano de 1990, ou uma tentativa de fazer uma verificação através de um processo de análise de imagens?

É tão óbvio, não?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — É óbvio. Nem preciso responder.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Nem precisava responder.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — O que chamaria atenção, dentro da minha humildade e capacidade, seria que as extrapolações são feitas para não ocorrerem, no geral. Principalmente nesses casos, quando se faz uma extrapolação, no fundo não se quer que aquilo ocorra.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Talvez alguns até gostem que ocorra e desejariam que ocorresse.

Por isso é que, no trabalho que apresento ao Plenário da minha Comissão, passei a desconsiderar, não totalmente, mas a desconsiderar como sendo um grande indicador as projeções que foram realizadas, quer pelo Sr. Mahas, que pensei que se pronunciasse diferentemente, que é o Assessor do Banco Mundial, quer particularmente pelo Sr. Fearnside, os dois a quem V. S^a se reportou ainda há pouco. Até porque, como dizia, na tentativa de relatar o preliminar, por um deles já teríamos acabado com toda a mata de Rondônia, e a do Pará, o meu Estado, ficaria, no ano que vem, já totalmente modificada na sua cobertura vegetal e, conseqüentemente, florestal também.

Então, a minha inclinação era procurar dados mais concretos e partir exatamente dos dados de 1980, esses que V. S^a mostrou que, evidentemente, parecem ter sido, parecem não, foram feitos com um tempo bem maior e, portanto, com uma possibilidade de avaliação científica mais rigorosa.

Aí viria a minha dúvida: V. S^a invalida totalmente o trabalho apresentado pelo INPE, inclusive no seu segundo relatório, ou parcialmente?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não, o meu grande questionamento não foi propriamente com os dados. O meu questionamento foi a forma como os dados foram apertados.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Notei isso quando V. S^a disse que "surpreendido pela forma de divulgação e não propriamente sobre os dados". Mas, quando V. S^a expôs, preocupei-me porque achei que os dados passaram a ter uma importância muito grande.

Guardei de memória — ou não? — que V. S^a declarou que eram necessárias 234 imagens e só foram realizadas 100 ou 101 e que isso corresponderia a 41%, portanto, do total a ser examinado. Nesse caso, não haverá uma impugnação logo, claríssima, de que o trabalho é incompleto? V. S^a diria isso? V. S^a diria isso?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não, diria que não foi uma análise exaustiva. Mas, a partir, vamos dizer, dentro das limitações que continha aquele mosaico, acho que, dentro de um procedimento estatístico normal, seria até ignorância se fôssemos analisar todas as imagens, sabendo, talvez, por uma imagenzinha pequena que, aparentemente, não tem desmatamento considerável naquela região. Não existe via de acesso, nem existe nenhuma indicação, por exemplo, de queimada. Então, poder-se-ia realmente eliminar alguma coisa. Mas diria, ao termo empregado, que foi um exame exaustivo. Pelo dicionário, exaustivo é uma palavra...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. S^a colocou bem isso, sempre, que era exaustivo.

Então, para minha orientação, não há uma impugnação total do trabalho.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Apenas há, do ponto de vista metodológico, uma diferença entre um trabalho exaustivo e um trabalho não exaustivo.

O Senhor utilizou aqui a imagem das bananas, vou utilizar a imagem do futebol. Um jogo final, que deve ser decidido por vitória, pode ser decidido no tempo normal: se for empatado, vai sair exaustão através da prorrogação. E da prorrogação, se não houver o empate, há a exaustão maior através de pênaltis. Seria isso? O Sr. disse que não houve pênalti nem prorrogação, houve apenas 90 minutos de trabalho. Com 90 minutos de trabalho o meu Flamengo já se intitulou várias vezes campeão da Taça Guanabara, campeão do Rio de Janeiro. Parece-me que a sua colocação como cientista, responsável, que está nos dando esta impressão, de fato não permite que se possa concluir que o trabalho do INPE foi um trabalho feito para bajular o Presidente da República. Se eu estivesse na Presidência da República — o Brasil sempre se livrou disso, graças a Deus — acho que eu pediria a uma instituição, cientificamente respeitável, que me desse uma resposta em relação a algumas coisas que me parecem alarmistas, violentamente alarmistas, produzidas lá fora.

Ao longo dos nossos trabalhos, aqui, já vimos alguns mitos desfeitos e que, no entanto, lá fora tomam conta da opinião internacional como, por exemplo, "o pulmão do mundo". A "Amazônia como o pulmão do mundo, sa-

be-se que é absolutamente mentirosa e falaciosa a expressão. Todos os cientistas que aqui passaram, afirmaram que no ciclo de 24 horas, a produção do oxigênio é compensada pela produção do CO₂. Então, não temos isto, e não temos também, essa participação violenta no problema da estufa. O efeito estufa é muito mais afetado por parte de países industrializados que pelo Brasil. Não quer fider que com isso devamos deixar de ter preocupação. Veja qual é a nossa colocação!

Agora, o Senhor colocou em dúvida também a questão da reavaliação da área da Amazônia Legal. Eu pergunto: o documento de 80 que o Senhor sempre citou aí como sendo modelar, se não modelar, pelo menos padrão, ele não levou em consideração os dados da Amazônia Legal? Ele se referiu à Amazônia Legal ou à Hileia Amazônica?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Amazônia Legal.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, foi estabelecido, vamos dizer, para um homem de sua inteligência, do brilho de primeiro aluno, perguntaria: uma série histórica pode ter valor se ela mudar a fonte de referência original? Por exemplo, eu tomo uma base para fazer um cálculo; na aritmética de Trajano, que eu aprendi, o Senhor não, porque o Senhor é muito mais novo, tomamos o numerador e o denominador e temos um quociente. Quando esse quociente era, em determinados casos, por exemplo, uma fração superior a um, chamávamos fração imprópria, quando era menor chamávamos fração própria. Nós temos tido frações impróprias como um resultado, como quocientes de representação do desmatamento. Como esses quocientes, todos têm originalmente, referido à Amazônia Legal, não pense o Senhor que ela devesse continuar sendo referida à Amazônia Legal, em todos os subseqüentes trabalhos?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não necessariamente. Acho que pode evoluir para novas idéias. Agora, acho que o que não se pode é comparar aquele resultado que foi obtido a partir daquele denominador com um outro resultado que deveria ter...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Senhor acaba comparando banana verde com banana madura.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Exatamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E no exemplo que eu citava antes, banana comprida, que existe no Pará, com tromba de elefante, são parecidas, mas não são a mesma coisa. Então, para eu ter uma idéia exata de quanto da Amazônia Legal está sendo deflorestada — vocês chamam isso de desflorestada. Mas como existe em relação — à flor, deflorestamento, acho que deflorestamento está mais certo do que desflorestamento, se não eu teria que dizer desflorestamento, também. Isso já é com o mestre Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, não é conosco.

Então, para mim o problema seria, primeiro, caracterizar quanto dessa Amazônia Legal está realmente sendo afetada, desde que o primeiro trabalho foi a ela referido. Se mudo de referência, fico em dificuldade de comparação. V. S^a concorda comigo.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Senador Jarbas Passarinho, gostaria que V. Ex^a, por gentileza, esclarecesse, quais das Amazonas Legais. Porque aí há uma mistura da Amazônia Legal, de 1953, da Amazônia Legal, de 1973 e qualquer coisa, portanto, há diferenças de origem.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A Amazônia Legal que deveria ser referida foi aquela que, desde o início, foi como tal considerada, que era a primeira e não a segunda.

A segunda se fez a partir de uma ficção para ganhar incentivos fiscais, Senador. Então, como a Amazônia Legal parava nos paralelos de 14º, ela acabou chegando a Brasília. Bem perto de Brasília, temos, hoje, a Amazônia Legal, porque os municípios goianos mudaram a sua forma administrativa e fisiográfica; penduraram-se no paralelo de 14º; já que estavam pendurados no paralelo de 14º, ganhavam direito a incentivos. Viesse ele até o paralelo 16º. Então, essa segunda parte acho absurda.

A primeira, para mim, seria exatamente aquela Amazônia Legal que foi criada quando se instituiu a Sudam, e antes dela, a Speveva. Bem, então, este para mim deveria ter sido o denominador mantido para fazer comparações. Agora, a nós, aqui na Comissão, não nos interessa a Amazônia Legal.

O Dr. Victor Celso Carvalho colocou a questão muito bem, ainda há pouco, quando se referiu à vegetação de transição, quando se referiu ao cerrado, quando se referiu à alteração de uma cobertura vegetal e uma alteração de cobertura florestal.

A nós, aqui, para responder ao exterior e para a preocupação com uma política de ocupação da Amazônia, o que nos interessa é a Hileia Amazônica. Quero saber quanto da floresta está afetado, ou quanto da floresta está ameaçada.

Não estou preocupado com os campos de Goiás e do Tocantins, porque aqueles são queimados, imemorialmente. V. Ex^a está aqui num brilhante ano de participação no Congresso e, naturalmente, deve ter tido a oportunidade de sobrevoar aqui no período de agosto e setembro, fundamentalmente, onde os aviões não têm visibilidade horizontal em razão da massa de fumaça que existe aí. Então, não me interessa isso aqui. Isso foi assim, tem sido assim, e será assim por muito tempo. Porque, infelizmente, a nossa agricultura é feita, ainda, na base de queimar. Os egípcios conheciam dois adubos, enquanto conhecemos um até hoje.

Então, daí a nossa necessidade de caracterizar para essa comunidade internacional, preocupadíssima, o que de floresta está a derubar e quanto está a queimar.

Tristemente confesso — e dou inteira razão à sua colocação — que todas as recomendações feitas naquele ano de 1980 não foram

seguidas. O IBDF não tinha capacidade para fazê-lo; o número, inclusive, de fiscais do IBDF era alguma coisa simplesmente irrisória e ridícula. Não se tratava só da Amazônia, o IBDF cobria toda a área florestal brasileira. Não sei se, agora, extinto o IBDF, a Nova República resolveu tudo; pode ser que tenha.

Agora, pergunto a V. Exª quanto ao comprometimento metodológico. V. Sª falou sobre o prazo de um mês, depois, interpretação das fotos em doze dias. Já fizemos essa pergunta mais ampla, portanto, ela se compõe dentro de uma menor. Embora, feita com prazo menor ela não é desprezível, é aceitável, desde que se possa, talvez, pensar até em novas atividades que completassem aquilo que foi feito. V. Sª concordaria comigo? Se, por exemplo, pegasse esse trabalho feito, ultimado pelo INPE, se pudesse sobre ele renovar o trabalho, não seria interessante para completar mais dados? Talvez, o quê? Maior número de imagens?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Aí entra toda a crítica à metodologia: maior número de imagens, maior rigor na...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Trabalho de campo.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Conferência. O trabalho de campo foi colocado no primeiro relatório. Realmente, existem pontos que deixam dúvidas se é uma coisa ou outra, por conta da própria vegetação, diminuindo essa quantidade de se trabalhar somente com a área da floresta, pois o contraste fica realmente grande. Mas, dentro do desmatamento antigo, muitas dúvidas surgiam, como eu de certa forma coloquei aqui, o que é desmatamento antigo, se é desmatamento antigo, ou se é desmatamento seletivo, ou outro tipo de desmatamento. Então, nesses casos, para dirimir dúvidas, como foi colocado no outro relatório, acho que caberia realmente isso daí. Mas, dentro de um contraste que temos dentro de uma área desmatada, por exemplo, o desmatamento recente dentro de uma floresta, o contraste permite que você estabeleça o que é desmatamento e não há dúvida de que aquilo é desmatamento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora uma dúvida que me surgiu. V. Sª falou na modificação, pelo INPE, da área da Amazônia Legal, que foi uma das preocupações do Senador de Santa Catarina, e o INPE deixou de trabalhar com 4.975.000 km², e passou a trabalhar com 4.906. Qual era a sua objeção em relação a isso?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Houve a minha objeção. Como já foi dito, foi a forma como isso foi apresentado, e a segunda objeção é dentro de um aspecto científico. Acho que realmente se trabalharmos com um denominador menor, o desmatamento vai aumentar. Seria então o contrário. Mas acho que não é essa a questão colocada; o que foi colocado é que, realmente, a partir de um trabalho anterior em que foi utilizado um denominador, foi utilizada uma referência...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas os 5,12 não foram obtidos como quociente com denominador 4,6?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Sim.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, nesse caso, o INPE está sendo acusado...

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Desmatamento recente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas, nesse caso, o INPE teria sido acusado inclusive do contrário, está maquiando para pior e não para melhor.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Diminuiu o denominador e o desmatamento aumentou.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, a nossa aritmética de Trajano continua. Quanto ao desmatamento antigo e o desmatamento recente — antigo sou eu e recente é o Senador Dirceu Carneiro — estou me referindo à idade e não ao tempo de Senado. É evidente que V. Exª não me faz pensar que seja mais velho do que é.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Apenas a comparação não é apropriada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sim, porque a diferença talvez seja de uma geração. Qual é o antigo que ele considera?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Primeiro, não desejo que nem a sua antiguidade e nem a minha mocidade sejam comparadas com as destruições da Amazônia, pelo menos seria desejar uma figura...

O SR. LEOPOLDO PERES — Não faria justiça a nenhum dos dois.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Senador, se nós dois fôssemos objeto de uma queimada, acho que o bigode seu pagava mais caro do que o meu. Agora o problema para mim é baseado nisso. Foi ou não a partir de 80 considerado desmatamento antigo?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — A partir de 80?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O relatório de 80, que contém dados anteriores, incluiu ou não desmatamentos antigos?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não consta no relatório.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso é que eu queria saber. Não consta do relatório e não foi impugnado o relatório.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não foi impugnado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E quando aquele quociente foi apresentado, foi aceito como um documento normal.

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não, ele foi questionado pela comunidade científica...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — SBPC?

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Não, pelo pesquisador Dimentin que questionou exatamente que o INPE, naquela época, teria cometido um erro, porque no seu relatório não incluiu o desmatamento antigo, no seu valor de desmatamento. Por isso, acho que hoje, em 88, teve-se a preocupação de dado que separando um do outro incluir esse valor que não foi devidamente incluído.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas aí veja que já fui um pouco cauteloso em relação ao Sr. Dimentin que V. Exª acabou de classificá-lo como comunidade científica...

O SR. VICTOR CELSO CARVALHO — Eu acho que qualquer membro, qualquer cientista respeitado, que tenha tradição...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Dr. Goldemberg não é um cientista?

Ele também declara, num artigo muito interessante, que os cientistas podem cometer erros e, às vezes, erros graves. E, no meu entender, já flagrei aqui erro grave de avaliação e extrapolação. Tanto que o próprio Dr. Schubert, a quem perguntei se valeria a pena trazer aqui o Sr. Dimentin, e o Presidente do INPE disse: "Não, acho melhor não trazer, porque o assunto dele, hoje, está ultrapassado". Mas vamos ao problema antigo. É tão antigo o desmatamento no Pará — esse que dá 30.000Km² — que eu não tinha conhecido, Dr. Victor. É o desmatamento da estrada de ferro de Belém a Bragança. Então, como as máquinas eram à vapor, e a estrada tinha 200Km, a mata começou a ser utilizada para ponto de lenha e, automaticamente, foi-se transformando aquilo numa verção secundária. Existe uma floresta secundária.

V. Sª falou muito bem aí sobre o problema da regeneração. E a primeira coisa que ocorre conosco, que conhecemos a Amazônia, é que, na chamada mata virgem, ela é permeável, posso entrar perfeitamente por ela; estudei isso em operações militares. Eu não levava carros de combate para lá, porque não podia, mas unidades de infantaria móveis poderiam perfeitamente ser de um ponto a outro. Já na mata do Pará, não dá, porque é uma vegetação muito fechada, tendo que haver primeiro um desmatamento em relação a cipós, a essências agulhões de área vegetal, e já não há a mesma mobilidade que se poderia ter na outra. Logo, a recuperação dela, a restauração não se faz, ao que sei, segundo a floresta original, aparece a embaúba, aparece o cipó. Então, é fácil verificar. Mas essa área é muito antiga. Agora, para que o Presidente da República possa dizer que de Pedro Álvares Cabral até agora o desmatamento foi tal, tem que incluí-la. Aí eu concordaria. Mas, então, teria que reconsiderar o problema da velocidade e progressão. Porque se pego os dados de 80, que estão referidos a uma área que não inclui o desmatamento, é depois pego outra que inclui, não posso comparar de novo a sua imagem das bananas. Então, eu teria que fazer dupla operação: incluo ou não incluo. Na hora de incluir, eu teria que incluir o outro também e comparar com a velocidade de progressão, se é aquela

que estou admitindo quando fiz o relatório preliminar. Bem, então, quanto a incluir essa área, parece-me que a do Pará é muito antiga. Já a do Maranhão deve ser mais moderna, deve ser mais a partir da construção da Belém Brasília; deve ser aquela área de imperatriz, Belém Brasília, quando começou a ser desmatada.

Estou chegando ao final das perguntas que lhe faço. Acho apenas que restaria agora, Sr. Presidente, se V. Exª concordar, tomar um pequeno intervalo e, em seguida, ouvirmos a representação da direção do INPE, que naturalmente terá pontos a esclarecer em relação aos levantamentos pelo Dr. Victor. E agradeço ao Dr. Victor a sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Agradecendo a participação do Dr. Victor, suspendendo a reunião por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está reaberta a reunião. (Pausa)
Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, acho que cabe, agora, ouvirmos, por solicitação nossa também, sobre o mesmo princípio adotado com o Dr. Victor Celso Carvalho, o cientista que vem pelo INPE, para discutir os pontos que foram aqui abordados. Parece-me que, pelo INPE, vem designado o Dr. Roberto Pereira da Cunha. Então, peço a V. Exª que convide o Dr. Roberto Pereira da Cunha para o juramento.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Convido a comparecer perante a Mesa o Dr. Roberto Pereira da Cunha. (Pausa)

Dr. Roberto Pereira da Cunha, o Sr. ouviu pela manhã a advertência feita ao primeiro depoente. Peço que repita o juramento.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — "Juro dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ciente das penas que a lei culmina ao crime de falso testemunho."

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Dr. Roberto Pereira da Cunha.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Eu, inicialmente, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da CPI e o Relator, Sr. Senador Jarbas Passarinho e o ilustre Sr. Senador Dirceu Carneiro, agradecendo mais uma oportunidade de estar nesta Casa e poder, de certa forma, dividir o conhecimento que temos desenvolvido no INPE e que, agora, tem sido divulgado, nos últimos meses, de forma bastante abrangente.

Tentarei concentrar-me, basicamente, no que o Relator, Sr. Senador Jarbas Passarinho, mencionou sobre uma acusação de maquiagem de dados — como disse, uma fraude — sobre os dados do desmatamento na Amazônia. A parte técnica já foi apresentada duas vezes nesta Casa. Então, ao invés de repetir, eu me concentrarei mais nessa questão de índices que estão sendo divulgados, o índice

de percentuais de desmatamento, e, com relação a isto, trago também uma nota escrita, que está à disposição, e que reflete a posição da instituição. Então, a posição oficial da instituição está, através de notas que deixo à Mesa.

Sobre a questão aventada aqui, pelo pesquisador Victor Celso de Carvalho, gostaria de intercalar, à minha apresentação, algumas perguntas, para poder construir o raciocínio de apresentação.

A primeira pergunta que eu faria ao Dr. Victor Celso de Carvalho é se ele acha que esta publicação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF —, foi maquiada, usando a mesma terminologia.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Roberto Pereira de Carvalho, o Sr. Presidente acha que, ao invés de fazer perguntas entre os depoentes, o Sr. deve deixar a pergunta conosco, à Mesa. Depois, o Sr. Presidente a fará.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Então, esta pergunta é se essa publicação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi maquiada?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Esta é de 1980?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — É de 1983; data da publicação de 1983. Essa publicação utiliza, como base de cálculo, a área da Amazônia Legal — vou mostrar isto com transparência — e não inclui os desmatamentos antigos.

A segunda pergunta é se essa publicação do IBDF, de 1985, também seria a mesma questão, a mesma pergunta, porque faz seu cálculo baseado na Amazônia Legal e não inclui desmatamentos antigos.

Também com relação a essa publicação que foi apresentada hoje de manhã. Foi exaustivamente mostrada essa publicação de 1980, do Instituto de Pesquisas Espaciais. Corresponde à mesma pergunta.

Se a publicação foi feita com base na área da Amazônia Legal, não inclui desmatamentos antigos.

E para o propósito da denúncia internacional, só existe uma publicação, que é de meu conhecimento, sobre índices de desmatamento na Amazônia. Essa publicação é do Banco do Mundial. Então se perguntaria se essa publicação — também faço a mesma pergunta — foi maquiada, porque ela não inclui desmatamento antigo e faz o cálculo em relação à Amazônia Legal, chama-se *Government Forest Deforestation in Brazil is Amazon Region*, de Dennis Mahar, essa de 1989, a mais atualizada.

A publicação do INPA, que gerou, foi mencionado aqui, um índice de 8%, que foi obtido através de projeções lineares.

Fearnside, em 80, usava projeções exponenciais. A partir de 89, passou a usar projeções lineares para cálculo de dados de desmatamento.

Essa publicação faz o cálculo em relação à Amazônia Legal e não inclui desmatamentos antigos.

Então, de todas essas publicações, de que tenho conhecimento, que tenham formalismo, formalmente apresentam índices de desmatamento para a Amazônia Legal.

E agora eu passaria a pôr alguns quadros dessas publicações que apresentei para que possamos ver todos juntos essas publicações.

Essa é uma publicação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ex-IBDF.

Temos aqui no Estado do Maranhão, em 1983, 10 mil quilômetros quadrados. Em 1989, nós temos um valor, nesse relatório, de 160 mil quilômetros quadrados. Então, já indica que não inclui os desmatamentos antigos.

No caso do Pará, também podemos ver a mesma coisa. Temos um valor de 33 mil quilômetros quadrados, sendo que, só na área de Bragançino, temos 31 mil quilômetros quadrados. Então, o IBDF não incluiu desmatamentos antigos, em 1983, nesta publicação que está na mesa. E o IBDF calculou a percentagem de 2,47 em relação à Amazônia Legal.

Então, essa é a primeira publicação.

Temos essa tabela do relatório do IBDF, do Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil. Pelos valores novamente que podemos observar aqui, não estão incluídos os desmatamentos antigos no Pará, nem no Maranhão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Roberto, por obséquio, essa alteração é da cobertura vegetal ou florestal?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Essa é aquela consequência terminológica mencionada que para mim, pessoalmente, também não fica claro. Eu, como leigo, às vezes até, não sendo muito especialista no assunto, acho difícil desmatar capim, por exemplo. Então, essa questão de alteração da cobertura vegetal precisa de uma terminologia mais adequada. Mesmo a alteração da cobertura vegetal pode ser uma alteração positiva. Por exemplo, se eu tenho uma área de pastagem e eu ponho uma floresta de eucalipto, houve uma alteração da cobertura vegetal: ao invés de capim eu tenho uma floresta. É uma alteração positiva. Então, essa terminologia, mesmo alteração antrópica, tem que ter um propósito, por exemplo, esse propósito de projeto e desmatamento deveria ser mais específica, mais simplificada, mais direta e mais objetiva.

Então, em 1985, o IBDF não incluiu desmatamentos antigos e calcula o seu índice, o seu percentual de 2,9%, em relação à Amazônia Legal.

Em 1988 e 1989, repetido na republicação do Banco Mundial, temos dados projetados sobre o Estado do Pará, 33 mil km², e sobre o Maranhão, 10 mil km². Não inclui desmatamentos antigos, faz o cálculo em relação à Amazônia Legal. Esses dados foram projetados, matematicamente, através de um exponencial, para 1988, e atingiu-se o índice de 12%.

Publicação recente, será apresentar um livro de Fearnside, com projeção linear, não exponencial. O Estado do Maranhão, 10 mil km²,

Estado do Pará, 119 mil km². Não inclui desmatamentos antigos no Estado do Maranhão e pode incluir, talvez nesse ano. Importante é que calculou o percentual em relação à Amazônia Legal.

Então, sob o ponto de vista de rigor científico, temos a dizer o seguinte: o que existe publicado sobre a Amazônia tem uma constância. Sempre calculado em relação à Amazônia Legal e nunca incluindo desmatamentos antigos. Se temos que comparar rigor científico, temos que comparar os trabalhos publicados e não o que está publicado nos jornais. Os jornais podem ser fontes de informação, mas não servem como trabalhos científicos para serem comparados.

Gostaria de abordar outra forma que foi apresentada aqui em que se concordavam com os nossos dados e discordava-se da sua forma de apresentação. Então, apresentaria o seguinte: se considerarmos desmatamentos de 250 mil km², podemos expressar, não incluindo o desmatamento antigo do Pará e Maranhão, podemos expressar, em termos de holandas, em termos de linguagem jornalística, por exemplo ou em termos de belgas, 8,24 belgas.

Creio que, se esse número está correto, é uma forma correta de expressão. Ou, em termos de portugueses — posso dizer que os 251 mil km² correspondem a 2,73 portugueses. Isso pode, de certa forma, chatear os nossos amigos holandeses ou belgas que estão expressando em relação ao País deles. Então, nós podemos nos expressar em termos de brasís. O desmatamento de 251 mil km² corresponde a 0,02.95 brasís, ou Brasil, porque é menor do que um. Ou posso expressar em termos de Estado — 1,1 são paulos, por exemplo. Tecnicamente, isso vai depender de estar correto esse número, nesse número.

Ou, então, posso expressar em termos de amazônias legais — são 0,0512 Amazônia Legal, os 251 mil km², ou 5,12% da Amazônia Legal. Então, é exatamente isso que está expresso neste relatório, na sua primeira e segunda edição, ou seja, o INPE expressa o seu percentual de desmatamento em relação percentagem da Amazônia Legal, não incluindo desmatamentos muito antigos de Pará e Maranhão, que chegam ao valor de 5,12%.

O Banco Mundial, comparado que está sempre se contrastando a denúncia internacional publicada — que é a publicação de Dennis Mahar — com os dados que obtivemos, o Banco Mundial calcula em relação à percentagem da Amazônia Legal e não incluindo desmatamentos muito antigos. Então, o Banco Mundial chega a 598.921 km², comparados com cerca de 250.000 km² identificados pelo INPE. Acho que esse é o ponto principal de todo esse trabalho. Como se obtém a relação das percentagens, pode ser até uma questão topológica e há de se ter cuidado quando se expressa topologias sem ser consistentes.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu queria fazer uma interrupção momentânea... O senhor fala aí em Banco Mundial, não é?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — É, de certa forma.

"Esses pontos de vista e interpretação desse panfleto são aqueles do autor e não representam, necessariamente, os pontos de vista e políticas do Banco Mundial ou dos seus diretores executivos ou dos países que ele representa."

Então, eu gostaria que, nesta apresentação, não se dissesse que o Banco Mundial diz isso...

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — ...Dennis Mahar...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Está certo.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Então, temos que corrigir aqui onde se subentende Banco Mundial... o que às vezes se usa "Banco Mundial" que todo Congresso Internacional de que tenho participado, desde Moscou em agosto de 1978, e todos os subsequentes até Genebra em 1989, que a comunidade para se expressar mais rapidamente fala em dados do Banco Mundial, mas deveria se referir a Dennis Mahar.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Qual é a nacionalidade dele?

O SR. ROBERTO DA CUNHA — Eu não sei. A opinião é que percentagens calculadas com denominadores diferentes e critérios diferentes não devem ser comparadas e não devem ser utilizadas para acusações.

Então, temos que divulgar na imprensa, de um modo geral, esses quadros:

Banco Mundial 12% — Dennis Mahar 12%, INPE 5,12% — e esses valores 9,3%, dizendo que, com isso, o Instituto de Pesquisas Especiais maquiou dados.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esse valor de 9,3 é quando acrescenta os desmatamentos antigos!

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Então, vamos ver o que há por trás disso. Vamos mostrar a realidade, como são os numeradores e denominadores para calcular esse número.

Banco Mundial (como salientei, ou Dennis Mahar usou numerador, não incluindo desmatamentos antigos, só desmatamentos da década de 60 em diante. Usou como denominador a área da Amazônia Legal. Apesar de diferente aqui, o critério é o mesmo. O INPE utilizou a menor área da Amazônia Legal, que levaria o pior caso, e utilizou o denominador não incluindo os desmatamentos antigos de Pará e Maranhão, só Pará e Maranhão.

O que é apresentado e não mostrado, muitas vezes, ao público, é como se obtém 9,3%. Usa-se um denominador que não é a Amazônia Legal, primeiro; e que não tem uma consistência ao longo até da literatura; ele não é consistente. A literatura, quando disser, isso é floresta, existe a FAO que diz que é 3 milhões e 500 mil, esse valor, a Sudan pode dizer que é 3 milhões e assim sucessivamente. Podem ser vários valores. Esse é o grande ponto crítico. Esse valor aqui é altamente variável na literatura; este valor aqui foi obtido pelo IBGE, é a soma dos valores obtidos nos Estados,

territórios, da Diretoria de Geociência do Instituto Brasileiro, IBDF, calculados a partir de carta, 50 mil, 100 mil, 250 mil. Esse que foi somado por nós, usando uma lei de formação, a lei de 1953.

Aqui, um numerador diferente de toda metodologia, diferente dos critérios utilizados, constando de todas as publicações a respeito, adicionou-se os desmatamentos muito antigos do Pará e Maranhão. Naturalmente, números obtidos com critérios diferentes, com procedimentos diferentes, não podem ser comparados. Não tem rigor científico comparar-se laranja — como se diz em linguagem popular — com banana. Quer dizer, tem-se que comparar laranja com laranja; mesmo critério, não incluir desmatamento antigo, não excluir desmatamento antigo; área: Amazônia Legal, Amazônia Legal. Agora, não se pode comparar com banana. Incluir desmatamento antigo, outro denominador diferente estipulado, estabelecido.

Esse tem sido, a meu ver, o ponto de crítica maior. Há críticas às vezes até fundadas em relação a alguns critérios, a maneira de apresentação, mas, primeiro, isto não é um relatório científico, é relatório de divulgação. Não se poderia apresentar à Presidência da República um relatório de 200 páginas. Tentou-se fazer um relatório com menos texto possível, o mais graficamente, para que as pessoas tivessem uma leitura rápida e fácil, o que se chama em inglês *executive summary*, ou sumário executivo. Várias instituições fazem isso, uma maneira de divulgar os seus dados para um público diferente e isso foi uma publicação restrita, 200 cópias. Entretanto, a demanda dessa publicação foi muito grande e nos foi solicitado que fizéssemos mais 800. Está em andamento a publicação técnica; é um relatório técnico, deverá ter essa folha de rosto, todo esse estabelecimento. Aí, sim, se poderá fazer comparação entre a publicação do INPE, de janeiro de 1980 com essa publicação. Não é justo se pegar um relatório de divulgação e comparar-se com um relatório técnico. Está-se comparando laranja com banana novamente. Está é um relatório de divulgação; o relatório técnico, está aqui o autor, Antônio Jebralde Jardim, que foi autor do relatório de janeiro de 1980 e será o autor do relatório do INPE de maio/junho de 1989.

Srs. Senadores, é isso basicamente. Não quero me alongar. Eu gostaria de pedir um favor a esta Comissão Interparlamentar de Inquérito. O Sr. Victor Celso de Carvalho fez um pedido de desculpas ao Senhor Presidente da República, se não me engano. Gostaria que estendesse publicamente essa desculpa ao Senhor Diretor-Geral do INPE, Engenheiro Márcio Nogueira Barbosa e aos funcionários do INPE. Se ele reconheceu que foi um erro fazer as afirmações em relação ao Presidente da República, a mesma retirada de afirmações se aplicaria ao Instituto de Pesquisas Especiais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Senador Dirceu Carneiro, V. Ex.^a quer fazer alguma interpelação?

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Quero agradecer, inclusive, a gentileza da Comissão, de sempre me oportunizar a primeira intervenção.

Gostaria de refletir a seguinte questão: quando se vai oferecer um conjunto de informações que tem origem num instituto de pesquisa e que já tem uma definição na sociedade, como uma instituição científica e, portanto, goza da isenção e da credibilidade pertinentes, e se vai levar ao Presidente da República, portanto, à autoridade máxima do País que vai pelo seu pronunciamento, confrontar dados, assumir posições, etc, no meu entendimento, ela deve estar alimentada e implementada com o que há de melhor na instituição, do ponto de vista científico.

Acho que o Presidente da República não pode ser exposto a algo inseguro e não embasado em todo o conceito que a instituição tem. Neste aspecto, quando se fez o trabalho, pela premência do tempo bastante acelerado, segundo foi aqui exposto, e neste aspecto diminuíram-se bastante as tomadas, os diversos pontos examinados e levantados — parece-me que 40% foi o alcançado e, portanto, 60% deixou-se de examinar. Indago ao depoente, se isto não é um ponto fraco que deva ser examinado no confronto deste debate?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Inicialmente gostaria de responder ao ilustre Senador Dirceu Carneiro que, aliás, é um entusiasta de nossa atividade, tem participado inclusive de alguns eventos de sensoramento remoto que foi examinado 100% da área da Amazônia Legal. Esses 100% correspondem a um mosaico de todas as imagens que correspondem à Amazônia Legal.

A partir desse mosaico se fez o **selecionamento** daquelas áreas desmatadas, para se fazer a conseqüente medida. Naturalmente, como o próprio Dr. Celso mencionou, aquela imagem em que não há desmatamento necessariamente não precisa ser avaliada. Se fosse o inverso, sim. Se não estivessemos avaliando floresta, teríamos que examinar imagem por imagem. Mas nós avaliamos o desmatamento. Nós não fizemos avaliação da área de floresta; mas do desmatamento.

Então, em uma primeira etapa, examinou-se toda a Amazônia Legal, selecionaram-se as áreas críticas, as áreas que tinham desmatamento e, aí, ampliou-se para escalas maiores, para se obter mais precisão na medida.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Ainda sobre as observações que fez o expositor anterior, com relação às áreas que possivelmente não tenham sido cobertas, como aqui, ficou caracterizado uma do Acre e outras manchas em que teriam sido identificadas ocorrências de queimadas nos anos anteriores, que não foram, pelo menos pelo desenho apresentado hoje pela manhã, cobertas por este estudo, pelas imagens que foram classificadas para um estudo.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Com relação à área do Acre mencionada, o nosso gerente do Projeto Desmatamento afir-

ma que foi examinado todo o Estado do Acre. Está incorreta, então, a informação de que não foi examinado o Estado do Acre.

Com relação à queimada, nós não detectamos no mosaico que cobre todas essas áreas, uma área desmatada como assinalada, senão isso nos levaria a examinar as imagens correspondentes na escala para 250 mil.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Ainda sobre a disponibilidade das informações que o Instituto tem sobre a parte da floresta mesmo, assim definida pelo ilustre Relator no início da reunião, a Hileia Amazônica. O Instituto não tem esse dado ou tem com pouca precisão? O que se tem sobre este assunto nos registros, nos estudos e nos relatórios?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Com relação à Amazônia Legal, nós fizemos alguns exercícios e medições de matas, mas achamos que não era dados ainda confiáveis para serem comparados. Adicionalmente a isso, o que nós temos é uma série histórica: temos dados de 75, de 78, alguns dados esparsos de 80, do IBDF, de 83 do IBDF também, 86 — IBDF e Sudan, e alguma coisa de 87 nessa faixa, mas dados esparsos, que sempre se referem a áreas físicas: do Acre, do Amapá, do Amazonas; mas sempre em relação à área física dos estados, ou seja, a Amazônia Legal nada mais é do que uma somatória de áreas físicas, que são os estados componentes da mesma, conforme a Lei de Formação. Então, todos os dados do IBDF ou do INPE sempre são relativos a áreas físicas, quer seja os territórios, quer seja aos estados, quer seja à própria Amazônia Legal. Os dados da literatura de que expomos são tabelas do IBDF. Todos os dados do IBDF são em relação às áreas físicas, ou o total que é a Amazônia Legal.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sobre as alterações de áreas, aquela discrepância de áreas que foi localizada por Unidade da Federação dessa região, esta é aquela referência que V. S^a fez de que eram dados atualizados do IBDF e, portanto, aquela parte anterior, que vinha no relatório de 1980, é uma outra área não conhecida?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Para efeito de comparação da série histórica foram normalizadas dentro da mesma base física. No início do relatório foram colocados as áreas físicas e os percentuais. Essas áreas físicas fornecidas, como o senador mencionou, pelo IBGE. Por quê? Nós estávamos preocupados com a discrepância na literatura dos valores apresentados para a Amazônia Legal. Esses valores variavam de 5 milhões e 700 até 4 milhões e 900. Então, a forma que nós achamos mais adequada de esclarecer isso foi consultar o IBGE. Remetemos um telex para a Diretoria-Geral de Ciências, que está no processamento de publicação dos novos dados e nos antecipou esses dados: áreas de estado por estado, território por território. Entretanto, no último anuário estatístico do IBGE, ele não inclui a área da Amazônia Legal. Então, tivemos que nós mesmos calcular a área da

Amazônia Legal, porque o próprio IBGE não tinha como os novos dados atualizados.

Para os dados históricos, nós corrigimos; para se comparar mesmo as áreas físicas, para se ter uma comparação ao longo da história. Então, estão normalizados, inclusive os dados de 75, 78, 80, e 83. Estão todas normalizadas as percentagens da mesma área, para não se estar comparando dados com áreas diferentes.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Nessa questão dos cálculos, utilizando funções exponenciais ou lineares, qual é o conteúdo dessa mudança, qual é o embasamento, que motivações sustentam uma e outra? Elas devem dar resultados diferentes, não é?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Os resultados de uma exponencial livre são drásticos: é como o crescimento de uma população de coelhos. O *radioactive decay*, ou seja, o decrescimento radioativo. Essas exponenciais são usadas em geocronologia. E mesmo o geocronologista sabe que ocorrem incidentes de percurso e, obviamente, mudanças. Então, a exponencial livre não pode ser aplicada rapidamente. O que aconteceu, devido a inexistência de dados — a existência de dados só de 75 e de 78 — é que nesse período houve quase um crescimento exponencial, rapidamente. Como só existiam dados desses dois anos, assumiu-se que nos anos seguintes, o crescimento iria continuar exponencial.

Todavia, isto não aconteceu. Ocorre o mesmo com as próprias estradas. As estradas na Amazônia cresceram em 1960, de cerca de nove mil quilômetros para 45 mil quilômetros em 85. Então, houve um crescimento linear.

Nessa época, como só havia duas bases — 75 e 78 — assumiu-se que o restante teria um comportamento exponencial. Mas, hoje, o próprio pesquisador Philip Fearnside, que projetou em 82 uma forma exponencial, passou a usar projeção numa forma linear, porque ele notou que, nesses anos, o crescimento do desmatamento já não obedeceu mais aos dos anos 80 em diante. Não era um crescimento exponencial, era mais um crescimento linear.

Então, começou a projetar esses dados de 83, 86 e 87, e conseguiu um índice de 8% para 1988, baseado em projeções lineares. Em 1982, ele aplicou projeções exponenciais e atingiu um índice de 40%, quer dizer, são 40% comparados com cerca de 8%.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Bem, eu já ouvi as respostas às indagações que pretendia fazer. Gostaria de também encaminhar que uma das funções que procuramos sempre cumprir no Legislativo não é apenas apurar os fatos objetivos de cada um dos empreendimentos — aqui no caso, uma CPI — mas também outras questões importantes.

Atualmente, estou trabalhando numa lei sobre os bancos de dados, que são informações particularmente de natureza pública, que devem estar ao alcance de toda a sociedade e, muito particularmente, do Parlamento. Temos tido uma enorme dificuldade, até nos impedindo de cumprir melhor o nosso papel

aqui. Isto é alguma coisa histórica, não é de hoje; mas temos que superá-la.

Uma das coisas que percebo é que, realmente, a forma de apanhar os dados os critérios, não é plenamente convencionada. Há um conjunto de questões levantadas aqui, em que uma buscou uma linha, outro, outra linha, outro, outro dado, etc. Os dados do nosso País não estão ainda plenamente codificados dentro de um processamento metodológico, que realmente possa ser confiável e possa se extrair com facilidade.

Assim além das observações que procurei fazer sobre o fato específico, eu queria colher também essa observação, que é do interesse do Parlamento, das comissões, é nosso interesse, tentar trabalhar algum aspecto no sentido de fazer com que nosso País tenha uma sistematização de informações, para que elas possam ser acessadas, ser disponíveis até para o desempenho das instituições, particularmente, da instituição, onde trabalhamos praticamente só com informações.

Era isto que eu queria dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Relator, senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Roberto, o senhor deve ter notado a diferença de condições dos trabalhos da Comissão, a partir do momento em que tínhamos que esclarecer questões levantadas que são de natureza polêmica, mas que são extremamente importantes para que a Comissão possa chegar a uma conclusão.

Vou lhe fazer algumas perguntas agora de natureza pessoal e o senhor estando sob juramento. Quando e como o senhor entrou para o INPE?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Em 7 de janeiro de 1974. Inicialmente, uma admissão provisória, até um exame de seleção chamado exame de admissão. Após esse exame de admissão, seria aceito na instituição.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esse exame de admissão era aberto em caráter universal ou restrito?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Era para os funcionários, já selecionados os currículos previamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É o que se chamaria de concurso interno?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Sim, podemos dizer que, de certa forma, sim.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esse de certa forma seria o quê?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — A partir do momento em que foi selecionado em uma prequalificação, um grupo, esse exame só se aplicou àquele grupo previamente selecionado, que teve ingresso prévio.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Relativamente ao processo de seleção do Dr. Celso, há uma diferença?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Eu não sei como foi o processo de admissão completo do Dr. Celso.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ele nos disse aqui que foi um processo que praticamente correspondeu a um concurso de títulos, porque as pessoas que eram bem qualificadas em cursos é que tiveram o acesso ao Instituto, formalizado através da sua folha universitária, do seu resultado, universitário. Se eu não me engano, o Dr. Celso foi inclusive o primeiro lugar na Universidade Rural do Rio de Janeiro — ele está me corrigindo para o quarto lugar.

Eu até fico satisfeito por isso. É quando eu me permito uma outra averiguação dos nossos trabalhos, para que ele se tome um pouco mais ameno. Inclusive, eu quero lhe fazer uma apelo no final: eu estou tão satisfeito e, até certo ponto, entusiasmado em ver aqui pessoas, tão jovens com responsabilidades tão grandes. Isso é uma mudança da face do País: 39 anos, 37 anos, e já todos com responsabilidades, falando a linguagem dos mestres, dos doutores, o que mostra em relação à minha geração, uma evolução extraordinária na formação de recursos humanos no Brasil. Provavelmente, esta Casa aqui tem notado essa diferença. Então, o apelo que eu faria no final é aquele que ainda ontem eu dizia em uma conferência no Rio de Janeiro: o admirável, o extraordinário Goethe, no Fausto, dizia: "Já que não podeis amar-vos uns aos outros, tentar pelo menos fazer as pazes: e é o apelo que eu faria ao INPE: se não houver amor recíproco, que ache pelo menos paz entre as pessoas, porque o trabalho dos senhores é de extrema relevância para nós.

Eu verifico aqui, como Relator, Senador Dirceu, que tudo que nós ouvimos foi muito importante, exceto um pouco de, não diria futurologia, porque seria diminuir o que se fez, mas essa pergunta que V. Ex. fez ainda há pouco ao Dr. Roberto, sobre a diferença de trabalhar com expoencial e com linear, levou algumas pessoas a fazer projeções que ao longo do tempo não se confirmaram. Dizia o Dr. Celso que, às vezes, as pressões eram feitas para evitar que se conformassem.

E eu cheguei a ser malicioso em dizer que algumas eram feitas exatamente para que pudessem acontecer. Então, neste caso, nós temos como documento básico um elemento fundamental para nós, que é exatamente o INPE. Por isso é que eu estou, pela terceira vez, ouvindo o INPE. E, agora, pela primeira vez, ouvindo os que dentro do INPE discrepam dessa colocação. Quando o Dr. Celso diz que não é o primeiro, mas o quarto, eu me lembro dos tempos que fiz um livro sobre liderança militar em que o Comandante francês fazia uma brincadeira com o primeiro aluno eu não sei se o Sr. foi o primeiro aluno.

O SR. CELSO — Só na Universidade de Kansas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É perigoso isso, porque o comandante dizia que um dia os animais fizeram um concurso para

ver quem era o primeiro deles para ser o rei dos animais. Aí apareceu uma comissão — que devia ser parecida com a Comissão do DASP — e fez um concurso, de maneira que o animal tinha que voar um pouco, correr um pouco, nadar um pouco, etc. Quando chegou na hora de voar um pouco, foram inabilitados logo o tigre, o leão, o elefante, etc. Quem ganhou o concurso? O pato porque de tudo ele faz um pouco. Então, às vezes, o primeiro aluno é olhado pelo comandante como aquele que tinha a especialidade de saber fazer isso. Entre os que sempre estiveram bem classificados na sua turma, é raro o bom aluno se transformar em um mau profissional, e não é, entretanto, muito raro que o mau aluno se transforme em um bom profissional. Depende apenas da motivação.

A pergunta, portanto, é esta: verifico que, tanto o Dr. Celso, como o Dr. Roberto, na resposta que me deram, não caracterizam um concurso universal para ingresso no INPE; foram critérios, de algum modo, restritos.

Uma outra pergunta, Dr. Roberto, que tem sido, aqui, um dos principais expositores: há ligação política entre o Sr. e o Presidente da República?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Como lhe foi feita a encomenda do trabalhador? O Presidente da República fez ao Dr. Márcio, não é? — E como lhe chegou a encomenda do trabalho? Chegou com recomendação de direcionar números e abrandar resultados, para poder responder à Comunidade Internacional, ou lhe pediram para fazer um trabalho com o máximo rigor científico que lhe fosse possível fazer?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Correto. Usando o mesmo procedimento e critério usados em outros trabalhos anteriores. Exatamente com os critérios usados em relação à Amazônia Legal, em relação aos desmatamentos muito antigos que não são os critérios utilizados pelo Banco Mundial, e não são os usados pelo relatório do INPE e pela maioria dos relatórios que apresentei. São critérios que, independentemente de recomendação, estão de acordo com os critérios usados por outras instituições, como o INPA, ou como o Sr. Dennis Mahar, do Banco Mundial, independente de qualquer, ou melhor, estão dentro do mesmo critério de outros trabalhos publicados sobre o assunto. E não existem outros trabalhos sobre o assunto, que eu conheça. Se eu conhecesse outros trabalhos, até veria os outros critérios, mas não tive conhecimento de outro trabalho que indicasse índices de desmatamentos na Amazônia.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E, nesse caso, comparando com o tempo em que o primeiro trabalho foi feito e exposto, antes, pelo senhor, e, agora, pelo Dr. Celso, que foi aquele que se realizou entre 1975-1978, publicado em 1980, que foi um tempo muito maior do que este de que os Srs. dispu-

seram, reconhece o Sr. que o prazo de um mês foi exíguo?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Entretanto, o número de homens-hora-mês foi muito maior nesse trabalho. Nesse trabalho, tivemos cerca de 33 homens-hora-mês.

Talvez o próprio Antônio Tardim me possa ajudar. Foi muito maior o número de homens-hora-mês no trabalho de 1989 do que no trabalho com referência a 1975/1978. Foram nove pessoas, como mencionado aqui, no relatório de 1980, com 34...

O SR. ANTÔNIO TARDIM — Posso falar?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pode. Se o Presidente o permitir, pode. Use do microfone; não por que sua voz não seja audível, mas é pela gravação.

O SR. ANTÔNIO TARDIM — Tenho algum conhecimento de causa, porque, afinal, fui o responsável pelo relatório de 1980 e sou, atualmente, responsável pelo relatório de 1989.

Para efeito de comparação, em termos de tempo de realização do projeto, em 1979/1980, foram utilizadas nove pessoas, durante nove meses, o que corresponde a 81 homens-mês. Utilizando duas passagens de satélite e dois canais; isto correspondia a um volume quatro vezes maior do que atualmente, hoje, e foi feito com um único produto colorido, de muito mais fácil interpretação. Ou seja, naquela época, na mesma proporção, eu gastaria 20, 25 homens-mês. Então, o tempo foi mais do que suficiente para ser realizado o trabalho.

Outra coisa é que, surpreendentemente, o resultado alcançado em 1989 foi muito mais preciso, dada a qualidade do produto de que se utiliza, em termos de imagem de satélite este ano. Ainda mais, não foi considerada a área de cerrado, para efeito de alteração de cobertura vegetal. As dúvidas que existem no relatório de 1980, que o Victor levantou, referem-se a dúvidas em cerrado, e não em floresta.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Pelo que V. Exª se identifique, para efeito de gravação.

O SR. ANTÔNIO TARDIM — Sou Antônio Tebaldi Tardim.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Estou quebrando, aqui, a norma da comissão, que manda chamar de V. Sª e nos manda chamar de V. Exª. Tenho horror ao V. Sª por isso estou pedindo perdão ao presidente por o estar chamando de Senhor.

Posso concluir que, neste caso, o senhor sustenta que, apesar de o prazo ter sido muito menor, porque me parece que foram nove pessoas, nove meses no outro?

O SR. ANTÔNIO TEBALDI TARDIM — O prazo foi menor, mas a quantidade de pessoas foi muito maior.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pois é. Nove meses no anterior e nove pessoas empenhadas no trabalho, que daria os 81 ho-

mens-mês. Esse prazo, entretanto, de um mês, trabalhando com quantas pessoas?

O SR. ANTÔNIO TEBALDI TARDIM — Aqui foram 32.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Com 32 pessoas, o senhor considera que, com isso, e mais uma tecnologia mais avançada o resultado é mais apurado?

O SR. ANTÔNIO TEBALDI TARDIM — Exato. E mais preciso que o dado de 80.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Voltaremos ao senhor depois.

Como não houve resistência da área científica do INPE, naturalmente esse prazo foi considerado compatível. Está explicado agora pela colocação que faz o Dr. Tardim.

A pergunta que é feita ainda ao Dr. Roberto, cada depoente pode se servir de assessor, porque sempre utilizamos esse processo. Parece que o Dr. Victor não os tinha, só tinha um tucano amigo dele, não tinha outra ligação, mas poderia também utilizar, querendo.

Concorda o Dr. Roberto, e a afirmativa que suponho ter interpretado bem do Dr. Victor, de que 100 ou 101 imagens, como disse o Senador Dirceu Carneiro, ainda há pouco, correspondendo a apenas 41% da Amazônia Legal, elas tomariam o resultado duvidoso? Já deu essa resposta o Senador Dirceu, mas gostaria que me enfatizasse. Apenas 41% da área estariam cobertos. Na resposta que deu ao Senador Dirceu Carneiro, o senhor declarou que apenas fez a cobertura da área desmatada, não da floresta inteira, não é?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não, a seleção de imagens dentro de um conjunto de toda a Amazônia Legal.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas, de início, o mosaico cobriria toda a Amazônia Legal?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Toda a Amazônia Legal. Primeiro foi feito o mosaico de toda a Amazônia Legal.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mesmo com cem imagens apenas?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não. O mosaico de toda a Amazônia Legal tem cerca de 234 imagens.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — (Utilizado em 89?)

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não, eu tenho cópias desses mosaicos, inclusive podem ser fornecidas à Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Seria bom. Porque seriam as mesmas 234 imagens que foram utilizadas no documento anterior?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Digamos em quantidade. E o relatório publicado em 80 se refere a 234 imagens, não é isso? Ou estou equivocado?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — É o que está assinalado lá, pelo menos foi mostrado aqui na transparência pelo Dr. Victor.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Se quiser servir-se da transparência, pode utilizar-se.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Esse mosaico que foi elaborado também representou uma evolução metodológica.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esse é um mosaico controlado?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não, semicontrolado. Esse mosaico representou uma evolução metodológica no seguinte sentido: em 1979, quando foi feito para 75 e 78, não se tinha essa visão sinótica da Amazônia Legal. Então, não se sabia por onde começar o trabalho. Em agosto de 88, fizemos o primeiro mosaico da região Norte e vimos que ele servia para orientar que áreas se estudar, onde atacar o problema, como atacar o problema. Este ano, ampliamos o mosaico da região Norte e completamos para toda a Amazônia Legal. A partir da observação de cada imagem desse mosaico, na escala 1 por milhão, que dá uma parede grande, são 3m por 4m na escala por milhão, um mosaico muito grande, os técnicos começaram a observar esse mosaico da região Norte, que já tinha sido examinado também, para a seleção de quais áreas a se detalhar e quais a se fazer a medida, numa escala apropriada, e essa medida foi feita numa escala de 1.250mil. O que acontece é que o intérprete pode já fazer uma pré-qualificação de quais as imagens a serem interpretadas. Como foi mencionado aqui, não necessariamente uma área que não tem desmatamento precisa ser examinada, porque o percentual de desmatamento dele é zero.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Como devo entender então a colocação do Dr. Victor de que o exame não foi feito até a exaustão? Essa exaustão, estudada exaustivamente exigiria um número maior de imagens?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Creio que sempre se pode aprimorar um processo. Definir a exaustão é algo que pode ir *ad infinitum*. Pode-se dizer exaustão física, a exaustão de cansaço, de olhar uma imagem. Podemos olhar uma imagem durante anos e sempre querendo, tentando ver, identificar mais coisas. Quando temos avaliações mundiais, baseadas em projeções exponenciais, temos declarações baseadas não sei de que forma e avaliações baseadas nas formas mais rudimentares possíveis de estimativa de índice de desmatamento, ainda acredito que esse trabalho de estudos e pesquisas espaciais é algo não existente nem a nível mundial, na qualidade em que é apresentado. Essas palavras não são minhas, e sim de um cientista da Nasa, publicada num jornal desse tamanho que era o melhor relatório da Amazônia Legal que ele já tinha visto.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Obrigado. Relativamente ao problema do Acre, eu colocaria uma posição da comissão,

entre o que disse o Dr. Victor e o que está no relatório. Aliás, parece-me que já tratamos desse assunto. Um dos depoentes aqui é o Engenheiro Siqueira, Presidente da Fundação Tecnológica do Acre. S.º fez o levantamento completo a partir do Landsat também, chegando à conclusão, no documento que nos apresentou, que a área antrópica do Acre é de 7%, isso incluindo rios, as cidades existentes, áreas humanizadas etc., Isso se aproxima dos 5% apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que não levou em consideração exatamente os mesmos dados. Portanto, parece que aquela pergunta feita pelo Senador Dirceu Carneiro também tem importância, no momento em que se esclarece isso. Se uma parte substancial do Acre não tivesse sido considerada, provavelmente o dado da Funtaç fosse muito maior do que, no momento, está sendo comparado com o dado do INPE.

Dr. Roberto, qual o documento da FAO que estima em 370 milhões de hectares a floresta remida amazônica?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Ele está referenciado na própria publicação do Banco Mundial que está aí sobre a mesa. Se não me engano, o autor chama-se Gupda, 1984. Não tenho certeza absoluta do número, mas podemos verificar no relatório do Banco Mundial.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esses documentos que V. S.º nos deu são para ficar com a comissão? Estou vendo que eles pertencem à Biblioteca.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Eu diria que se trata de um empréstimo de muito curto prazo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas se pode tirar xerox disso? Senão vai ficar muito zangado aqui o Dr. José Carlos Epifânio, que é, responsável pela Biblioteca.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Acabará sendo suspenso da Biblioteca.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Há para nós uma confusão muito grande. O Dr. Victor Celso de Carvalho, quando apresentou o documento, ele o fez com o numerador, colocando embaixo e com razão uma interrogação sobre o denominador. Temos desde os dados de Clara Pandolfo na Sudam com 270 milhões de hectares até 350 milhões de hectares e até 500 milhões de hectares. Os 500 milhões de hectares foram dados pelo IBGE. Porém o do IBGE caracterizou que essa discrepância, na verdade, está muito bem explicada. Seriam 500 milhões de hectares na Pan-Amazônia, na Amazônia que não é apenas a brasileira, e sim toda a Amazônia na área da Hiléia. Como detemos 60%, a grosso modo, dessa área, teremos 60% de 500 milhões e teremos 300 milhões. Logo, é um número que fica entre os 270 e os 350 milhões de hectares. Isso, de qualquer maneira, está causando-me preocupação, porque se não tivermos um dado concreto sobre o que representa a Floresta Amazônica, pelo menos a par-

tir do momento em que se começou a fazer esse monitoramento, não temos uma certeza sobre o número que vamos afirmar do seu desmatamento. A meu ver, até historicamente isso está perdido. Não sei se o Dr. Roberto concorda comigo. Depois, gostaria de ouvir o Dr. Victor Celso de Carvalho.

Se nós, no Brasil, tivéssemos tido um levantamento original da Hiléia no tempo de Humboldt, por exemplo, que não teve permissão de entrar no Brasil, porque D. Pedro não o deixou, nós teríamos uma possibilidade de comparar a área histórica, e não apenas a área recente. Mas, a partir do momento em que começamos a fazer monitoramento e distinguimos o que é desmatamento recente de desmatamento antigo, pudemos, pelo menos, caracterizar em relação aos desmatamentos antigos, qual era o total da área coberta pela floresta, para podermos, então, dar uma resposta aos brasileiros, em primeiro lugar, e à comunidade internacional depois.

O SR. VICTOR CELSO DE CARVALHO — Senador, peço a palavra apenas para informar que existem dois mosaicos: um da região Norte, que existia realmente na parede; e este que é da Amazônia Legal, inclusive aqui está a data, elaborado em março de 89. Então, seria só para chamar atenção, que existiam dois mosaicos e não um mosaico apenas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, a última pergunta feita ao Dr. Roberto, aqui, é a seguinte: admitindo que os dados de desmatamentos antigos devessem ser incluídos, ainda que mudando a metodologia do trabalho, ou pelo menos o relacionamento, quando eu falei na série histórica ao Dr. Celso, nós poderemos chegar a justificar os 9,3?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Creio que possa ser palco de crítica, no caso. Que denominador a ser usado: 3 milhões e 700, 3 milhões e 500, 3 milhões ou 2 milhões e 800? Estão descontentos desse denominador as massas de água, os campos de várzea — as massas de água na Amazônia são muito grandes. Cálculos que atingem a esses 3 milhões e 700, baseiam-se em mapas, às vezes, genéricos de digitação na escala de 1 para 5 milhões, em que as massas de água são extremamente diminutas. Os próprios dados do IBGE sobre áreas de estado, territórios etc, têm uma declaração expressa: incluídas as massas de água interiores.

A Amazônia não é só floresta, existem grandes massas d'água. A grande dúvida também que surge nesses dados, além da forma que são calculados, se forem subtraídos desses valores, são as massas da água interiores. Existem imagens de satélites que observamos, que incluem grandes massas d'água muito grande, e quem conhece a Hiléia, mas a Amazônia, sabe que elas são consideráveis. Talvez, eu não sei, nem me arriscaria, a massa d'água na Amazônia seja maior do que área desmatada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A sua resposta não me satisfaz, por uma razão: eu tomo os 251 mil quilômetros quadrados,

que são dados oficiais do INPE sobre o mesmo denominador, porquanto não há variação de denominador; sobre o mesmo denominador que deu 5,12, se acrescento no numerador mais 90 mil quilômetros quadrados, é evidente que tenho um quociente maior; esse quociente é 9,3?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Em nossa opinião, no nosso quociente que apresentamos é 5,12%; nós não apresentamos nenhum outro quociente. O exercício de se obter outros valores não é nosso, nós não nos arriscamos a esse tipo de exercício.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sim, mas dispondo dos dados que os senhores nos ofereceram — não estou com os dados aqui, mas os tenho em memória —, os 251 mil quilômetros quadrados e uma fração sobre o valor da Amazônia Legal — pois o senhor tomou pelo 4.906 etc, daria 5,12%. Se acrescento 30 mil quilômetros quadrados do Pará e mais 60 mil do Maranhão, acrescento ao numerador mais 90 mil. Então, o máximo que eu poderia chegar a concluir, é que sobre a Amazônia Legal, havendo a queixa de que os desmatamentos antigos não haviam sido computados, eu teria uma alteração de 5,12% para mais, e esse mais me parece que vai a nove.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não. Ele vai a 7%, Senador, cerca de 7%. Seis e noventa e nove.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Gostei do aparte. É isso mesmo, porque eu tinha dúvida a esse respeito. Então, vai a 7%, e ainda ficaria abaixo dos 9% que foram considerados ali, e muito mais abaixo dos 12%, porque isso corresponderia a quase 600 mil quilômetros quadrados do Sr. Mahar.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Mas, V. Ex.ª teria que acrescentar, Senador, 190 mil quilômetros sobre os 600 mil.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Certo. No momento, não tenho dúvida de que devo me ater aos dados fundamentais da pesquisa, e não apenas ao da extrapolação. Agora, como eu responderia ao senhor a queixa apresentada de que fez, no primeiro documento, a extrapolação linear quando ela não deveria ser linear?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Primeiramente, de nada afetam os resultados dos dados obtidos de 5,12% da área da Amazônia Legal; não foram dados extrapolados, foram dados medidos. O que vem a ser histórica, porque esse é um dado fundamental para se entender a Hiléia ou a Amazônia Legal, como está se processando isso. Tão importante, talvez até mais do que as percentagens, são essas curvas de crescimento e como elas estão se comportando ao longo do tempo. Então, baseado nisso foi feito uma plotagem com dados do IBDF ou do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis; alguns dados são do IBDF, da Sudam e do INPE, de 1975 e 1978. Esses dados foram plotados

e conectados. Esses dados se referem a uma mesma quantia, a uma mesma grandeza, a grandeza é o desmatamento: o desmatamento de 1975, os desmatamentos de 1978, de 1980, e sucessivamente.

Então, essa curva, essa linha publicada no primeiro relatório, ela une pontos de desmatamento, as mesmas grandezas. E ela mostra, ao longo do tempo, a união da plotagem dos pontos; mais uma tendência linear do que exponencial, porque a gente coloca lado a lado a tendência exponencial. A tendência exponencial calculada por Fearnside ou por Denis Mahar, com a equação exponencial livre, e ao lado estão plotados os dados. São pontos de dados disponíveis, não existem outros dados disponíveis além daqueles. Então, vê-se por aquela linha que há uma tendência mais para linear do que para exponencial.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Voltando a uma objeção de natureza não metodológica, mas de escolha de pessoas para o trabalho, aceita o senhor a afirmativa, feita pelo Dr. Celso, de que o grupo acabou trabalhando em *petit comité*, sem permitir acesso a outros membros do INPE, é para isso qualificados, para a análise do trabalho, o que daria uma espécie de suspeição de que o trabalho estava sendo feito em grupo fechado?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Bom, vou responder e faço uma pergunta: quantas pessoas trabalhavam para calcular esses 9,3%? Então, respondo a pergunta. Há uma pergunta e, agora, vem a resposta. Acredito que existe regime de trabalho, modo de trabalho, que se chama estruturação de tarefas. Cada pessoa está alocada a um tipo de tarefa dentro do projeto. Uma pessoa cuida do desenho, uma pessoa cuida da datilografia, uma pessoa cuida de outra parte, etc. Isso se chama estruturação de tarefas. Isso, geralmente, é ensinado em cursos de liderança situacional, ou em cursos de gerenciamento. Para se gerenciar as tarefas têm-se que estruturar. Tarefas não estruturadas não levam a resultados. É mais ou menos como um americano uma vez disse: o que é um camelo? Camelo é um cavalo projetado por uma comissão. Quer dizer, existe uma forma de trabalho em que se deve estruturar por duas razões: para a eficiência do trabalho e, outra, para a própria consistência do trabalho. Outra coisa importante — que nós nos preocupamos esse tempo todo — é que sabemos que a Amazônia é um assunto que se chama mídia sensível, sensível à imprensa. Então, nós somos assediados várias vezes pela imprensa para saber qual o resultado do índice de desmatamento da Amazônia e, naturalmente, existe uma grande circulação de pessoal de imprensa dentro do próprio Instituto; mesmo dentro da minha própria sala, às vezes, encontro o pessoal da imprensa. Então, não se tentou estruturar, uma comissão, pessoas experimentadas, chefes de setores para se chegar a esse resultado. Isso se chama um comitê de trabalho, uma comissão executiva que se chama, isso é feito em qualquer instituição, em várias instituições se faz isso. Poderia se comparar,

por exemplo, com o cálculo do salário de cada funcionário. Onde se faz a folha de pagamento? É feito por um pequeno grupo, não é toda a instituição que faz a folha de pagamento, porque é um assunto que tem que ser tratado por uma comissão. Então, é isso que eu diria, foram feitos os cálculos, a homogenização dos dados, apresentados pelo Chefe do Projeto, Antônio Jardim, pelo chefe da divisão ou Departamento envolvido. O Departamento do Sr. Victor Celso Carvalho não participou desse projeto, não era da competência do departamento dele participar, esse projeto estava alocado na Divisão de Aplicações Operacionais, cujo responsável é o Sr. Novais. O Departamento de Pesquisas e Aplicações, que o Sr. Vitor Celso Carvalho chefiava à época, não participou desse projeto. Funcionários daquele departamento foram alocados a esse projeto, é diferente. Isso se chama alocação funcional. Então, participaram chefe do Departamento; o chefe do projeto; o coordenador do programa amazônico, como nós chamamos; o diretor da área de sensoriamento remoto, que sou eu; e teve participação, ciência do assunto, o Diretor-Geral do INPE. Essa a forma como foi trabalhado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, sugiro a V. Ex.^a, se concorda que, a partir de cá, inquirio o Dr. Celso, dando a oportunidade ainda, depois, ao Dr. Roberto de ultimar essa questão, para que tenhamos tempo, ainda, de ouvir o Dr. Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está dispensado. Então, Dr. Vitor, por obséquio.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Parto de uma constatação feita. Vamos ver se relembro bem. O senhor não fez uma acusação que invalidasse o trabalho no todo, não é verdade? Que invalidasse o trabalho no todo, o trabalho apresentado pelo INPE. Quando eu lhe perguntei, o senhor disse-me que não invalidava os dados, surpreendia-se com a forma pelo qual eles tinham sido levados a público.

O SR. VITOR CELSO DE CARVALHO — Fundamentalmente. Mas, vamos dizer, a grande questão são os índices em si, que mostramos claramente que não estavam compatíveis uns com os outros, que estão de áreas de queimadas que apareceram em 1987, e não foram interpretadas, porque se fossem interpretadas provavelmente modificaríamos o resultado. Então, o resultado em si poderia ser modificado.

A questão do índice. Se estamos trabalhando da forma como estamos trabalhando, como foi colocado aqui, onde estamos analisando só a parte do denominador; se esquecermos totalmente a parte do numerador, e se fizermos aquela comparação preocupados somente com a floresta Amazônica, somente com a floresta, o que vamos ter dentro da ótica que está sendo conduzido esse trabalho, é que nunca atingiríamos a 100% de desmatamento, mesmo que não existisse mais floresta. Por quê? Porque o numerador, ele nunca iria

Incluir o desmatamento antigo. Então, obviamente, passados 20 anos, que nós consideramos 20 anos como um marco para desmatamento antigo, a partir daquele momento não teríamos mais aquele desmatamento. Então, a floresta amazônica iria desaparecer e não iríamos atingir o nível de 100% do desmatamento. Então, acho que a colocação de se incluir o desmatamento antigo é capital. Se você não inclui, você nunca chegará a 100% de desmatamento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Certo. Nós fizemos a pergunta exatamente sobre isso. A partir do momento em que abandono uma série histórica, porque abandonei o denominador original, entretendo posso me aproximar mais da verdade do momento. Então, no momento, se eu tomasse o desmatamento mais antigo e soubesse exatamente quando ele foi feito, como no caso, por exemplo, da Bragançinha, no Pará. Se nessa ocasião eu tivesse um valor exato para a superfície da floresta, a partir daí eu poderia recalcular meus valores. E concluindo clarissimamente que, se eu tenho um desmatamento que se fez, portanto uma degradação da floresta, um mutilação da floresta naquele aspecto, da floresta e não dos campos, cobertura florestal e não vegetal, mineral, eu posso chegar a números que mais aproximados do que eu desejo na Comissão obter, do que, pura e simplesmente, ficar amarrado à Amazônia Legal. Esse é o meu desejo.

Mas, quando nós pegamos o dado do INPE, por exemplo, que dava 3,9, se não me engano, do resultado da região Norte e fizemos o nosso estudo, baseado nos próprios dados do INPE, chegamos até 5%. Mas chegamos a 5% de maneira um pouco precária, porque, também, se nós introduzíssemos aquilo que não é região Norte, e é Amazônia Legal, mas é floresta, também, nós automaticamente teríamos os dados do denominador modificados.

O que eu não tenho, e estou sentindo dificuldade, é a possibilidade de fazer a correlação exata entre a área mutilada da floresta e a floresta no seu todo, a partir de um momento histórico em que considero. Infelizmente, a Comissão não vai poder chegar a esse resultado, a menos que eu trabalhasse com algum número tomado oficial, o da FAO — foi tomado oficial, e faz todos os cálculos a partir dela. Mas não sei até que ponto seria exaustivamente científico. Eu pergunto a V. Ex.^a...

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Vamos dizer, eu acho que já se têm estudos científicos que mostram qual era a área nuclear da floresta amazônica. Isso daí existem dados. Então, é possível se chegar hoje, como segurança, a qual era a área original da floresta amazônica.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas V. Ex.^a falou mesmo com área nuclear. Ela sugere a existência de uma outra área, que seria uma área periférica.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — É, área periférica. Exatamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, eu ficaria na mesma dúvida.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Poderíamos cair nessa mesma dúvida.

Agora, um outro aspecto que eu acho que é interessante, também, colocar é que...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu quero voltar a esse dado das queimadas que não foram objeto de computação por parte do INPE. V. S^a mantém aquela colocação, inclusive mostrou num gráfico.

Eu pergunto ao Dr. Roberto se pode nos dar alguma explicação sobre isso.

O Dr. Celso estava aqui, assistiu à palavra, e mostrou, se não me engano, quatro áreas no gráfico, que teriam sido queimadas, não detectadas, ou não computadas. Pode dar alguma informação sobre isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Primeiro mencionou dados de queimada em 88, o INPE não publicou o relatório e não tenho o conhecimento dessa informação ainda. Talvez o Dr. Vitor Celso Carvalho esteja mais informado que eu nesse assunto.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso aqui no Senado acontecia muito. A Oposição, no meu tempo de Líder de Governo, sabia mais do que nós.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — E, segundo, seria o caso de nós plotarmos essas áreas de queimada ou mostrar numa transparência, numa escala exígua, eu diria, numa escala muito pequena no tipo de escala que nós trabalhamos. Nós trabalhamos em escala de 1 milhão para maior. Nós poderíamos plotar nesse mosaico essas áreas de queimadas, nesse pequeno mosaico que está com o Senador Dirceu Carneiro — nós temos esse mosaico em tamanho, vamos dizer, maior ou real. Poderiam ser plotadas e verificar isso. Entretanto, quando foi executado esse trabalho não eram disponíveis. E esse é um fato novo trazido aqui nessa apresentação, e não divulgado pelas denúncias apresentadas até agora pelos órgãos de imprensa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pelo elenco de objeções que tenho isso não figurava, realmente é um dado novo.

Agora, veja que a Comissão tem que se deter sobre isso, porque outra vez leva dúvida ao resultado final, ao 5,2 que, no caso, seriam mais de 7, considerando os desmatamentos antigos, e não 9 e, muito menos 12, mas, pelo menos, 7. Relativamente aos meus dados, eu também teria elementos precários porque não tenho o valor global da floresta amazônica.

PerGUNTO ao Dr. Vitor se ainda tem alguma coisa a acrescentar.

O SR. VICTOR CELSO DE CARVALHO — Eu só chamaria de novo a atenção quanto à questão de se comparar os dados da forma como está sendo feito. Nós não podemos comparar o dado de 1988 com o dado de 1975 e 1978, porque apesar de nós utilizarmos denominadores que se aproximam, na realidade não se correspondem porque da mesma

forma que foi dito aqui que o valor menor da Amazônia Legal pode contribuir para diminuir o valor do desmatamento, que seria o contrário do esperado, da mesma forma a eliminação daquela área do Estado de Mato Grosso que foi eliminada poderia compensar essa diferença, ou até mesmo subir o valor, se fosse considerada dentro da mesma metodologia que foi utilizada anteriormente, 75,78 que é a cobertura vegetal e não somente a cobertura florestal.

Então, há todo um efeito de compensação.

O que eu diria para concluir esta discussão, é que acho que esses dados podem ser usados de uma forma preliminar consciente das limitações em que ele pode estar incorrendo. Eu diria, com a minha sensibilidade técnica, que não seria tão grande assim que justificasse algum comentário a mais.

Mas, acho que é importante que se tenha em mente que o valor que está sendo apresentado não é definitivo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas, dentro desta objeção feita, ele tanto poderia ser mais como menos.

O SR. VICTOR CELSO DE CARVALHO — Sim, mais ou menos, exatamente.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Eu teria uma questão sobre o rigor científico. Os dados de 9,3 foram comparados com os 12% do Banco Mundial e mencionado que muito se aproximam. Então, foi aceito que os 12% do Banco Mundial teria muito mais rigorismo científico que os 5,12.

Isso é que eu gostaria de saber: quais os dados que têm mais rigor científico para avaliação do desmatamento da Amazônia Legal? Se são os dados do Banco Mundial, que são usados com a referência-padrão, como a verdade sobre o desmatamento da Amazônia, ou são os 5,12%?

Encurtando a pergunta: qual o melhor relatório existente sobre a avaliação de desmatamento na Amazônia Legal, existente até 6 de abril de 1989?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A mim me parece, Sr. Presidente e Srs. Senadores que se nós prosseguirmos nesta discussão apenas da metodologia, vamos ter dificuldades, como Senadores, apesar de supostamente ecléticos, de chegar a conclusões definitivas.

Quero apenas, diante dos técnicos que estão aqui presentes, lançar um problema e verificar qual a reação que teriam.

No momento, se eu tivesse que escrever o meu relatório preliminar, eu diria que o dado de 5,12 apresentado pelo INPE mantém-se respeitado na medida em que se considera uma série histórica em que sempre entrou o mesmo denominador na Amazônia Legal.

Diria, entretanto, que se nós tivéssemos mais rigor para poder dar resposta aos brasileiros e à comunidade internacional daquilo que tem sido mutilado na floresta amazônica, seria evidentemente mais preciso que eu to-

masse a área que eu conheci como floresta, e que hoje floresta não é mais, e, a incluísse no numerador correspondente à área desmatada.

Quanto ao denominador, eu ainda ficaria com o mesmo por falta de possuir um denominador que correspondesse àquele momento histórico. Então, com isso, passaríamos de 5,12 para 6,99. V. S^a está ajudando um centésimo da floresta amazônica de graça, o que é muito perigoso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou colocando o problema à própria comunidade científica, hoje aqui representada por cinco ou seis, e não apenas pelo Dr. Dimenstein. Essa é uma provocação para o Dr. Celso. Então, digamos 6,99.

É preciso que se caracterize uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como o Senador Dirceu dizia, ainda há pouco, porque elas são vítimas de julgamento equivocado no Brasil. Tem-se a impressão que a Comissão não faz nada, conversa, ouve e depois é inteiramente inócua. Pode ser até que algumas tenham sido. Mas nós temos resultados aqui que podem ser muito oportunos, muito bons para o estudo e embasamento de conclusões futuras. Esta, por exemplo, é uma que nós podemos ter.

O SR. ANTÔNIO TARDIM — O número é 7,01.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quer dizer que V. S^a estava escamoteando 0,2.

A terceira colocação que eu faço, que evidentemente, como estou colocando, é preliminar. Se eu considerar apenas a região Norte, admitindo os dados do próprio INPE, que dá essa região como área coberta de floresta 78,3% e os dados de desmatamento obtidos, eu posso concluir que me aproximo dos 5% do resultado e não dos 3,9 do INPE. Certo?

O SR. ROBERTO PEREIRA DA CUNHA — Não sei exatamente qual é o denominador, mas é possível, dependendo de se analisar o numerador e o denominador. O numerador é 140.163,72.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu posso chegar lá. Eu também tenho a minha maquininha.

Exato. Os números com o que trabalhei: de desmatamento, 140 mil, 163 quilômetros quadrados e 72 centésimos de quilômetros quadrados. Foi com este valor de desmatamento, hipótese que eu coloquei se todo esse desmatamento tivesse se dado na região Norte tivesse todo incidido na floresta e não nos 20% ou 18% de campos naturais, savanas e matas ciliares, ou teria então 5% redondos da floresta abatida, e não os 3.921. Mas, se eu tivesse dados, que o INPE me fornecesse, da entrada da área de Mato Grosso, da área de Maranhão, da área de Tocantins, para aumentar o denominador e, automaticamente, dessa área também, o que está desmatado, eu tivesse a variação do numerador, eu poderia ter o número menor. Concordam? Troquem idéias e me digam, porque não espero dar outra despesa ao INPE para chamá-los

aqui. São dados do próprio Instituto, não são? Eu trabalhei com a primeira versão. Mas a segunda versão está igual. Não há problemas. A segunda versão, naturalmente, tem correções, como o Dr. Celso mostrou aqui e que nós já tínhamos visto, como aquele erro de soma, a mudança de uma projeção linear que não se confirmou. Esses são dados que o segundo relatório corrigiu, mas não alterou os valores dos quocientes referidos.

Com isso, se não houver, Sr. Presidente, sugestão de V. Exª ou de algum Senador...

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Permita-me só uma sugestão, Senador Jarbas Passarinho, como Relator? Essa última indagação a que V. Exª fez referência, se posso traduzir, seria utilizar a maior área, compreendendo a Amazônia Legal ou com as partes que estão fora da região Norte.

Portanto, a maior área possível e imaginável para ser computada num tipo de exame que estamos fazendo, seria o máximo que se poderia...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Foram três hipóteses.

A primeira é esta: tomamos toda a Amazônia Legal e introduzimos nela, no numerador de desmatamento os desmatamentos antigos e mantemos rígido o denominador como se ele fosse verdadeiro àquela época. Então, sobe de 5,12 para 7,01.

A segunda hipótese foi quando levantei o problema da região Norte, só a região Norte. A região Norte, pelos dados que deduzi dos números apresentados pelo INPE, representa 78,3 — se não estou equivocado — da floresta; floresta, na região Norte, seria 78,3. Porque são os números, o total da superfície da região Norte é de 3 milhões, 374 mil, 238,5 km², então, sobre este valor, sobre ele tomei o valor desmatado e cheguei, então, à conclusão de que o valor da floresta era de 78,3. Valor esse que se aproximava dos 80% do antigo conceito do Conselho Regional de Geografia.

Daí, parti para os 140 mil sobre este valor e cheguei aos 5%. Então, como 3 e 9 era o dado para a região Norte, pelo INPE, e o meu discrepa, eu fiquei, também, com o problema de preocupação de ter número mais confiável. Para isso era preciso que eu acrescentasse à região Norte o montante da Amazônia Legal que correspondesse à floresta, e esse montante só pode estar em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Ora, se acrescento esse valor, eu, automaticamente, estou aumentando o denominador, se eu mantivesse o numerador igual eu estaria diminuindo o quociente. Mas tenho que ver também na mata de Mato Grosso, na mata de Tocantins e na mata do Maranhão qual teria sido a degradação da floresta. E esse dado me falta.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Eu resumo, a observação que gostaria de fazer era exatamente essa. De que se se torna a maior amplitude da floresta ou da região compreendida, relativa a essa questão da floresta, e deixa-se de lado os desmatamentos mais antigos e, portanto, só utilizando os mais recentes, evi-

dentemente que vai dar um número bem menor.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Esse bem menor é exatamente o correspondente entre o 5 e o 12 e o 7 e o 0,1 que é alguma coisa, 2%, porque a moda agora é fazer comparação com a Bélgica, com a Holanda, com São Paulo, com Segipe e nós vamos traduzir isso em tantos Sergipes e até no meu antigo território do Acre, onde nasci brasileiro, graças a Plácido de Castro, se não hoje eu estaria "hablando castellano".

Aqui, Sr. Presidente, tínhamos feito a solicitação ao INPE para nos apresentar o Diretor de Meteorologia, que eu conheço que é o Dr. Meira, mas aqui queríamos falar com o Dr. Alberto Setzer, que foi outro dos contestadores dos dados pelo que li na *Folha de S. Paulo*. E pergunto ao Presidente se podemos encerrar essa primeira parte para ouvir o Dr. Alberto? Se neste casamento ninguém fala mais, o casamento está assegurado.

Eu queria apenas dar uma explicação aos Srs. que são jovens cientistas e notáveis, que não se impressionem tanto com o problema de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós somos muito mais uma comissão parlamentar de estudo, de avaliação. Mas, quando os números começam a conflitar, temos que pôr as pessoas sob juramento, o que é natural, alguns ficam com a mão fria, outros não podem fazer o juramento todo, porque o Presidente leu de uma vez todo um período. Mas devemos tratar aqui do nosso trabalho o mais possível civilizadamente, por isso é que seria, no momento, oportuno que eu agradecesse. Acho que a Comissão recebeu um valioso conjunto de depoimentos, alguns fora do INPE foram muito polêmicos, como o depoimento do Dr. Alvim, por exemplo, e há coisas contrastantes, mas já estaríamos, Sr. Presidente, em condições de apresentar, depois de ouvido o Dr. Alberto, nosso relatório preliminar no dia em que V. Exª marcar, na semana entrante.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Antes de convocar o Dr. Alberto Setzer a prestar juramento, suspendo a reunião por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está reaberta a reunião.

Convoco o Dr. Alberto Setzer a comparecer perante a Mesa para prestar o depoimento.

O SR. ALBERTO SETZER — Juro dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ciente das penas que a lei comina ao crime de falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Dr. Alberto, V. Sª, prefere expor ou quer ser indagado imediatamente?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, a colocação de V. Exª está certa, o problema modificou-se na medida em que não estou com os dados de que disponho, quando eu estava preparando a tentativa do

meu relatório, a *Folha de S. Paulo*, que tem sido o jornal mais constante nessas notícias, trouxe um dado que eu clarissimamente entendo como tendo sido uma divergência entre algumas afirmativas feitas aqui antes, especialmente no campo da meteorologia e supostas declarações do Dr. Alberto. Por isso, pedi a V. Exª que fizesse a convocação. Então, infelizmente, não estou com os dados aqui — isso é uma falha minha — e o Dr. Alberto, com quem conversei há pouco, não se recorda — talvez nem tenha sabido — que o nome dele foi envolvido numa publicação do jornal. Por isso, pediria a V. Exª que lhe desse a palavra, só para uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Dr. Alberto Setzer.

O SR. ALBERTO SETZER — Muito obrigado.

Inicialmente, gostaria de esclarecer que minha área de atuação, o Inpe, tem sido com satélites meteorológicos da série NOR, especificamente para detecção e vigilância de queimadas na Região da Amazônia. Não tive participação alguma direta no trabalho que fez o levantamento das áreas desmatadas que gerou esse primeiro relatório. Participei apenas de uma equipe que auxiliou na revisão da primeira edição, objetivando a edição da segunda, que acredito seja do conhecimento da Comissão. Foi apenas uma participação limitada na revisão da primeira edição.

Acredito que os dados do meu trabalho de queimadas tenham sido trazidos como uma espécie de contestação aos dados do relatório de levantamento e se for este o caso gostaria de dar a minha explicação pessoal sobre essa situação.

Fizemos, pela primeira vez, um levantamento de queimadas para o ano de 87, cujos resultados foram divulgados e eu os apresentei a esta Comissão há questão de um pouco mais de mês. Os dados de 88 estão prontos, ainda não foram publicados, serão em breve, e estamos prontos também para iniciar a campanha, agora, de 89.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Essa foi a pergunta feita pelo Deputado Fábio Feldmann?

O SR. ALBERTO SETZER — Correto. Nos dados de 87 tínhamos dito que na Amazônia Legal teriam sido queimados cerca de 250.000 km², isso apenas a título de uma estimativa de ordem de magnitude do fenômeno.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Um momento. Só no ano de 87 ou até.

O SR. ALBERTO SETZER — Só no ano de 87 foi queimada uma área de cerca de 250.000 km² na Amazônia Legal, incluindo regiões cobertas por florestas e por cerrado. Apenas a título de uma estimativa da ordem de magnitude do problema dissemos que 40% dessa área correspondiam a desmatamentos recentes, ou seja, cerca de 80.000 km². Na época, esse número foi considerado extremamente elevado, fomos muito criticados por termos divulgado este número e, acre-

dito que hoje seja possível de uma forma uma comprovação desse número.

Para o Estado do Pará, uma equipe da Sudam e do IBDF fez um levantamento bastante detalhado sobre as áreas de desmatamento no Estado do Pará, indicando que no ano de 87 teriam sido desmatados, só no Estado do Pará, 20.000 km².

A nossa estimativa que para a Amazônia inteira foram 80.000 km² ou seja, quatro vezes aquilo que foi desmatado no Pará, me parece ainda, hoje um número razoável como a primeira estimativa de um problema que antes não havia sido estimado.

Acredito que não há nenhuma contradição entre os dados de levantamento de queimada, os dados do levantamento dos colegas do Inpe e outras instituições, como IBDF e Sudam.

Essencialmente, queria dizer que me coloco à disposição da Comissão e de quaisquer outras pessoas que tenham dúvidas ou perguntas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora, aquela afirmativa feita aqui permanece de pé, não é? Nem toda queimada é desmatamento.

O SR. ALBERTO SETZER — Sem dúvida. É o óbvio.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É o óbvio, mas foi objeto de equívoco de interpretações.

O SR. ALBERTO SETZER — Perfeito, esse equívoco existe e para nossa surpresa até nos meios científicos é muito comum encontrar uma pessoa que na hora em que fala em queimada visualiza apenas desmatamento. Isso não é verdade.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É uma curiosidade aos cientistas de meteorologia. Andei vendo meteorologia quando tinha 14 anos. Companhia Nipônica, no Pará, estava iniciando os trabalhos e eu tinha lá uma situação de primeira classe, um trabalho altamente científico, fazia essa tomada três vezes por dia, 9h da manhã, às 2h da tarde e às 9h da noite. Não há um termômetro em máximo e mínimo, pluviômetro, insolação e passava-se um telegrama para o Ministério da Agricultura, então ficava com os dados para depois estudar um pouco de Meteorologia.

A pergunta que faço é exatamente essa: como é que se pode explicar esse escândalo feito pela Nasa, publicadas as fotografias no *Estado de S. Paulo*, e que teria sido feita pelo Discover em setembro do ano passado, que é um período de queimadas na Amazônia. E aparece toda a Amazônia coberta de fumaça. A interpretação de um leigo é que toda ela está pegando fogo. Qual seria a interpretação científica do fato?

O SR. ALBERTO SETZER — Tenho tido bastante contato com esse grupo da Nasa que divulgou essas imagens, um dos astronautas a bordo do ônibus espacial foi instruído justamente com a finalidade de detectar queimadas na Amazônia. Poderia até ter trazido, tenho cópias de todas essas fotografias, que estavam

na minha sala, mas não me ocorreu que isso fosse ser abordado nesta apresentação.

Poderia dar apenas minha interpretação pessoal do que está ocorrendo. São dois problemas distintos. O fato é de que na época seca de agosto, setembro, principalmente, a Amazônia fica totalmente coberta por uma nuvem espessa de fumaça. Tive oportunidade de mostrar isso à Comissão, na última apresentação dia 7 de abril; tenho aqui alguns slides.

No caso específico dessas fotos da última missão do ônibus espacial, elas foram obtidas durante o período de chuvas na Amazônia. Então, quando examinei as fotos, a minha primeira pergunta foi: como é que sabe o que é nuvem de chuva e o que é nuvem de fumaça, porque aparece uma nebulosidade só. E o pessoal titubeou. Eles também não tinham como explicar isso. Pelo meu conhecimento, não existe nenhuma base para se afirmar que as fotos obtidas durante a estação chuvosa correspondem a queimadas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas ele disse que as fotos não foram obtidas na estação chuvosa. Elas teriam sido reveladas e publicadas na estação chuvosa, mas fotografadas em setembro do ano anterior. Por isso é que, então, estava toda área coberta de fumaça.

O SR. ALBERTO SETZER — Não, naquela época não havia nenhuma missão espacial tripulada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas o *Estado de S. Paulo* publica isso exatamente, com as datas inclusive. E o fato é que aparece a fotografia. Acho que V. Sr. viu a primeira página do *Estado de S. Paulo*. Isso me parece extremamente importante, porque imagine uma página dessa publicada na revista *Times* ou numa revista americana mostra a irresponsabilidade brasileira, queimando a Amazônia de uma vez só, toda ela de uma vez, sendo submetida a queimadas.

O SR. ALBERTO SETZER — pessoalmente, acredito que no caso dessa foto publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, acho que inclusive na última página, uma foto de página inteira, houve um engano. Na minha visão particular.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — um engano do fotógrafo?

O SR. ALBERTO SETZER — Não saberia dizer de quem. Acho que o resultado final não corresponde.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É se fosse tirada pela Nasa, por exemplo, uma fotografia nessa ocasião, em pleno período de queimada? Não poderia dar essa imagem?

O SR. ALBERTO SETZER — Tenho trabalhado em conjunto com a Nasa; estive ano passado lá e passei alguns meses. Conversei com todos os cientistas da Nasa que têm trabalhado na área de queimada. As fotos que eles dispõem de queimada são exatamente as mesmas que nós, do Inpe, dispomos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Quer dizer que posso concluir, então, que essas fotos foram publicadas por equívoco — equívoco na medida em que elas consideram que é a Amazônia que está sendo queimada?

O SR. ALBERTO SETZER — Pessoalmente, acredito que elas tenham sido publicadas por equívoco, em especial essa foto a que V. Ex. está se referindo, pela época em que ela foi tirada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Por que se analisarmos aqui o período de secas nessa região do Centro-Oeste, é possível que dê uma imagem toda de fumaça, como se fosse nebulosidade. E, no entanto, daí a razão da minha pergunta a V. Ex. se várias queimadas diferentes, embora de pequenas áreas, poderiam somar, no espaço, as fumaças.

O SR. ALBERTO SETZER — Não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não teria sido possível.

O SR. ALBERTO SETZER — Não. Na estação chuvosa quando foram obtidas.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Na estação chuvosa, não, porque, inclusive, não haveria queimada.

O SR. ALBERTO SETZER — Claro. Essa é que é a minha dúvida com relação às fotos da Nasa, que o "Estadão" atribuiu...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Parece que o fogo não se dá bem, com a água quando a água é maior que o fogo. Então, nesse caso, não teríamos realmente a imagem. E fica essa dúvida para nós, Sr. Presidente, porque isso foi muito explorado contra o Brasil.

O SR. ÁUREO MELLO — Sr. Presidente, eu, que sou um notório, medroso de avião, como V. Ex. sabe, nobre Relator, tenho viajado muito por terra, tanto ao longo de Goiás, do Maranhão e também de navio. Eu observo que a fumaça, mesmo que de uma simples queimada, ela se espalha de maneira enorme, quilométrica, ficam quilômetros e quilômetros de fumaça, quando, em realidade, não há queimada em toda aquela extensão, principalmente na região das ilhas de Marajó, das chamadas "Ilhas". De modo que, tenho a impressão de que a fumaça tem assim uma capacidade de ser retida em determinada altitude. É uma impressão que tenho ao vivo, mesmo.

O SR. ALBERTO SETZER — Apenas a título de esclarecimento, gostaria de retornar a uma transparência que mostrei na última apresentação. Acredito que alguns dos presentes não tiveram oportunidade de acompanhar.

Essa é uma imagem de um satélite meteorológico que cobre todo o continente sul-americano.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Essa, Dr. Alberto, é aquela que volta e meia aparece, também, publicada no jornal, quando faz a previsão do tempo.

O SR. ALBERTO SETZER — Correto. Ela aparecia assim, hoje, em função de uma signi-

ficativa alteração na posição de satélite ela aparece um pouco distorcida, o Brasil aparece bem na borda da imagem, e não no centro como aparecia nessa época.

Nessa imagem, percebemos que toda a parte central do continente está coberta por uma nuvem branca muito grande.

Essa nuvem branca é a nuvem produzida pelas queimadas que ocorreram durante esse período seco de 1987 e a que já se referiam hoje mesmo como causadora de problemas de tráfego aéreo, de visibilidade em aeroportos, mesmo aqui na região de Brasília. Essas nuvens existem, mas na estação seca, durante a época de queimadas.

A foto da Nasa, publicada pelo "Estado", foi obtida durante a estação chuvosa, quando acredito que isso não ocorre.

Gostaria apenas de passar uns *slides*, alguns selecionados daquela sequência grande que apresentei no dia 7. As queimadas que temos detectado por satélites, queimadas muito grandes como essas, observadas aí no Norte do Mato Grosso (por favor, o seguinte) *slide* que produzem nuvens de fumaça muito grandes, comparativas a nuvens meteorológicas em termos das proporções, das dimensões delas.

(O próximo *slide*, por favor.)

Essa foi a situação de 1987, isso é uma imagem de um dia, apenas, dia 1º de setembro de 1987, mostrando um cinturão de queimadas que se estendem de Belém a Porto Velho. Observa-se também Brasília e Cuiabá no Centro da imagem. Essa é uma imagem formal, em que cada ponto corresponde a uma grande queimada que ocorreu nesse dia, em 1987.

(O próximo *slide* por favor.)

Havia mostrado esse *slide* também, que é como se fosse uma exposição múltipla, uma exposição alongada, que cobre o período de 1º de agosto a 18 de setembro de 1987, mostrando o Estado de Rondônia, a parte Norte de Mato Grosso, a Bolívia também, no canto esquerdo, e tudo que está em branco corresponde às áreas em que ocorreram queimadas nesses períodos.

V. Ex.^a podem ver no título a casa, Inpe Jim Nasa — é o grupo da Nasa que tem feito esses trabalhos e com o qual temos trabalhado em cooperação.

(O próximo, por favor.)

Isso é o caso de Rondônia, com incidência maior de queimadas, onde cada ponto aqui corresponde ao foco de uma das grandes queimadas.

(O próximo, por favor.)

Essa é a nuvem de fumaça produzida por aquelas centenas de queimadas apresentadas no *slide* anterior, na região de Rondônia, concentradas principalmente ao longo da BR-364.

(O próximo, por favor.)

Um outro *slide* bastante conhecido, mostrando a ocorrência de queimadas na região próxima ao Xingu, ao Norte de Cuiabá e em Rondônia, onde cada ponto vermelho corresponde a uma queimada nesse dia.

(O próximo, por favor)

A mesma foto indicando a fumaça das queimadas individuais. Pode-se observar onde, no *slide* anterior havia um ponto vermelho, agora existe um traço correspondente à fumaça produzida por aquela queimada e, somando-se o efeito dessas milhares de queimadas, se obtém essa nuvem muito espessa que está na região esquerda desse *slide*, muito densa e que é visível pelos satélites ou pelas tripulações das naves espaciais.

(O próximo, por favor.)

Essa é a situação de 1988, que, essencialmente, se repetiu, mostrando novamente aquele cinturão de queimadas, que vai de Porto Velho em direção a Belém, e obviamente cobre também a parte de Cuiabá, Brasília, regiões de cerrado mais ao Sul, uma vez que a queimada é prática comum na metodologia agropecuária em nosso País.

Outro *slide* que eu havia apresentado no dia 7: Brasília está localizada aqui. Então, toda essa região mostra a fumaça produzida pelas queimadas a Oeste de Brasília, portanto, nas regiões de cerrado. Alguém aqui na plateia referiu que as queimadas produzem nuvens que se propagam por centenas de quilômetros e isso é bastante evidente nessa fotografia. O efeito das queimadas vai se somando.

Se houver mais alguma dúvida, algum esclarecimento?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, apenas, talvez, uma observação para nós. Os seus *slides* são quase todos de 1987 e mais alguns de 1988. Então, uma das conclusões a que chegamos aqui é que, estando em funcionamento a Constituinte, e discutindo-se, naquele momento, problema de reforma agrária, e como a Constituinte acabou preservando propriedades que eram consideradas produtivas, tivemos um resultado desastroso, e até subsidiado pelo Governo, porque a Sudam, por exemplo, subsidiava determinados tipos de projetos para a agropecuária da Amazônia e se a área não estivesse trabalhada era considerada como improdutiva, mas se ela estivesse trabalhada era cotada como produtiva. Como era de trabalho, começava queimando. Então, além de queimar, pagava menos Imposto Territorial Rural e ainda recebia subsídios dos incentivos fiscais. A impressão que eu tenho, como Relator, para propor à Comissão Plenária é que esses dois anos foram, na linguagem atual, atípicos. Porque foram dois anos em que os proprietários de terra começaram a acelerar as queimadas para poderem se garantir, em relação ao texto constitucional. Para não terem expropriação de suas propriedades. O que, naturalmente, depois de votado o texto e eliminada esta ameaça é provável que não aconteça o que está acontecendo. Porque eu tinha a impressão de que era só até 87, mas pelos *slides* que o Sr. mostrou também em 88, até antes de outubro. Setembro de 88 está aí, queimada igual à de 87. Eu acho que é uma impressão que nós podemos ter, pacífica.

O SR. ALBERTO SETZER — Os dados de 87 foram aqueles apresentados. Os de 88 já estão concluídos e eu poderia adiantar que,

em termos de área, em inúmeras queimadas houve uma redução muito grande, de 87 para 88. Quando nos perguntam: como explicar isso? A explicação é, mais ou menos, nas linhas em que o Sr. apresentou. 87 foi um ano atípico, por duas razões. Isso em função de informações que nós obtivemos em trabalho de campo. Primeiro foi o fim do Plano Cruzado, um período de grandes investimentos na economia nacional. E o segundo foi um ano pré-constituente, como o Sr. mencionou, onde havia um temor de que inúmeras áreas fossem desapropriadas por não estarem sendo...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então, já não era pré-constituente era pré-constituição. Era à época da constituinte e, aí, as ameaças de desapropriação, para fins de reforma agrária de todas as propriedades que fossem consideradas não produtivas.

O SR. ALBERTO SETZER — Então, o Sr. tem razão, nessa colocação, nessa visão.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, por mim, eu agradeço ao Dr. Alberto e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Algum dos Srs. Senadores deseja interpelar o Dr. Alberto Setzer? (Pausa.)

Está dispensado.

Voluntariamente, o Dr. Meira deseja dar algumas explicações à Comissão.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, eu quero pedir licença, para me ausentar agora, porque tenho de estar presente à instalação de uma Comissão Parlamentar.

O SR. LEOPOLDO PERES — A Presidência lamenta, mas concede. (Pausa.)

Convindo o Dr. Meira para prestar juramento. Ao microfone, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Juro dizer toda a verdade.

O SR. GYLVAN MEIRA — Juro dizer toda a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Nada omitindo, que seja do meu conhecimento.

O SR. GYLVAN MEIRA — Nada omitindo, que seja do meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. GYLVAN MEIRA — Sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Ciente das penas que a lei comina ao crime de falso testemunho.

O SR. GYLVAN MEIRA — Ciente das penas que a lei comina ao crime de falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Dr. Gylvan Meira.

O SR. GYLVAN MEIRA — Sr. Presidente, obrigado. Eu pedi a V. Ex.^a a oportunidade de

dizer algumas palavras, ao final, sem a intenção de prolongar nenhuma polêmica, como sugerido pelo Senador Jarbas Passarinho, como Relator, mas eu me sinto no dever de deixar registradas algumas colocações que dizem respeito ao Instituto de Pesquisas Espaciais.

O INPE é, com muito orgulho, uma instituição de pesquisa, mas é, na realidade, mais do que isso. Ele tem trabalhos importantes na área tecnológica, na área de aplicações e, recentemente, a legislação determina as responsabilidades, do órgão, que aumentaram, expandiram a sua área, para incluir aspectos, inclusive, operacionais na área de meteorologia e várias outras. Somente para efeito de registro.

Eu gostaria de assegurar aos Srs., como uma resposta à preocupação que foi colocada, aqui, que os mecanismos de avaliação pelos pares, que são os mecanismos usuais dos meios científicos, estão em pleno funcionamento no Instituto, não somente a nível interno como perante as comunidades científicas nacional e internacional, quando cabe.

Gostaria de voluntariamente o meu depoimento, embora não me tenha sido perguntado. Mas, como membro da Diretoria, estava presente à reunião em que o Diretor-Geral do INPE, Engenheiro Márcio Nogueira Barbosa, transmitiu a solicitação de preparação de trabalhos, principalmente relativos ao levantamento de área desflorestada da Amazônia, e também incluindo outras atividades do Instituto na área de detecção de queimadas e de estudos de clima ou de química da atmosfera. A solicitação foi feita em conjunto e, na ocasião, a determinação transmitida não só não incluiu nenhuma orientação no sentido de falsear ou de puxar os dados para qualquer lado, mas eu diria que, pelo contrário, foi no sentido de promover a maior amplitude possível na apresentação dos resultados de que o INPE dispunha em todas essas áreas.

O INPE continua com os seus dados abertos à discussão, ao exame e ao trabalho de outros técnicos de outras organizações e continua com o esforço no sentido, inclusive, de equipar outras instituições para que possam trabalhar com essas informações de que dispõe.

Como último comentário, para efeito de registro, gostaria de lembrar que, independentemente das diferentes formas sugeridas de cálculo de índice de desflorestamento, de desmatamento da floresta amazônica brasileira, resta o fato de que o levantamento feito demonstrou que a superfície desmatada, com a data de referência de 1988, é da ordem de 250 mil quilômetros quadrados e não de 600 mil quilômetros quadrados, como se aceitava anteriormente. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Relator, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vou aproveitar a oportunidade da presença dos Senhores aqui, o que é um fato muito auspicioso, como disse ainda há pouco. Ale-

gra o coração de um homem que entra na terceira idade verificar jovens tão bem preparados, e isto me faz acreditar mais firmemente no destino que este País terá.

Quero fazer um apelo: percebo, pela reunião de hoje e pelo que os jornais, principalmente a *Folha de S. Paulo*, têm publicado, que há uma divergência interna no Instituto, e o Dr. Meira acaba de fazer uma colocação que me proporciona este apelo.

Naturalmente, ele não teria a intenção de ofender nenhum dos presentes, admitindo que, seguramente, não admite que haja uma luta por postos dentro do INPE. Não se trata disso. Acho altamente salutar que haja discussões e divergências quando se trata de uma metodologia, para ser apresentada como documento final. Portanto, o que aconteceu até agora, foi bom; foi explorado de uma maneira que não ajuda a Comissão, inclusive, porque de qualquer maneira essa exploração se transformou em julgamentos unilaterais. Vi, por exemplo, se não me engano de domingo, documento da *Folha de S. Paulo* numa mesa-redonda, com evidente simpatia por um dos participantes e nenhuma simpatia por outro participante. Essa não é a posição da Comissão. Não vou dizer que eu tenha chegado a uma posição em que, esteja acima do bem e do mal. Mas, como Relator da Comissão, quero apresentar aos meus pares algo que me pareça que represente a verdade. E a tarde de hoje, a manhã de hoje foram muito importantes para que eu chegasse a uma conclusão para apresentar ao Presidente e aos Membros da Comissão.

Quanto à questão do desmatamento, eu me considero suficientemente informado. E creio que não há razão para se pôr em dúvida o trabalho final realizado. Pode-se pôr em dúvida, se ele não foi o mais preciso. Mas, entre aquilo tudo de que dispomos, suponho que ainda é o que existe de mais acreditável, na medida em que substituo projeções que podem partir de dados, que não são constantes, são variáveis, e verificações feitas através de pesquisa de satélite. Eu lembrava ao Dr. Celso, ainda há pouco, que uma parte poderia ser o trabalho de campo, complementado; outro também seria que a pesquisa de satélite, no meu entender, não vai poder cobrir aquele desmatamento seletivo — aquele que se faz dentro da floresta, a busca, por exemplo, só de mogno que seja. Isso, automaticamente, também não constará no total de área desmatada. E acho que a Diretoria como está aí, deve prosseguir no seu trabalho e evitar que o trabalho dos técnicos possa ser objeto de apropriação, porque técnico não é, mas também não tenha espírito público suficiente para buscar a verdade, e apenas tente impugnar determinadas colocações.

Acho que foi uma imprudência do Presidente da República dizer que o desmatamento, desde Cabral até agora, foi de apenas 5,12%. Mas os poetas são normalmente imprudentes! De maneira que, com isso — se o Aureo não admitir que o poeta é imprudente, ele não faz versos eróticos, e ele os faz, que eu sei! (Risos) — de modo que, Presidente,

esta é a colocação que temos. Talvez eu peça apenas, especialmente no campo do INPE, já agora não na área propriamente da avaliação de desmatamento, mas na da química de atmosfera, alguns dados complementares para poder apresentar à Comissão, na semana que entra, por determinação do Presidente Leopoldo Peres, uma conclusão também sobre o efeito estufa. Vou ler os relatórios resultantes da palestra de cada um dos Senhores. Naturalmente, lá, eu já tenho dados que são importantes, mas gostaria de ter a liberdade de, a qualquer momento, por exemplo, particularmente com o Sr. Dr. Meira, falar por telefone sobre alguma dúvida que eu possa ter. No resto, é esta exortação, aqui, aos nossos técnicos brilhantes, repetindo Goethe: "Se não podem se amar uns aos outros, que ao menos façam as pazes". E agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores, Srs. Depoentes, meus Senhores:

Agradeço a presença e a contribuição que trouxeram a esta Comissão... falar por telefone sobre alguma dúvida que eu possa ter. No resto, é essa exortação aos nossos técnicos brilhantes, repetindo Goethe: "Se não podem se amar uns aos outros, que pelo menos façam as pazes".

Agradeço, Sr. Presidente pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Srs. Senadores, Srs. Depoentes, agradeço a presença e a contribuição que trouxeram a esta Comissão, ao Dr. Vitor Celso de Carvalho, Dr. Roberto Pereira da Cunha, Dr. Alberto Sete-zer e ao Dr. Meira.

Convoco uma reunião desta Comissão para avaliação preliminar do seu trabalho; terça-feira, às 9 horas e 30 minutos da manhã.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 40 minutos.)

10ª Reunião, realizada em 31 de maio de 1989

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas, na Sala nº 04, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Edison Lobão, Mário Maia, Nabor Júnior, Chagas Rodrigues e Ronaldo Aragão, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presentes, ainda, os Senhores Senadores Francisco Rollemberg e Ney Maranhão. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Odacir Soares e Teotônio Vilela Filho.

Havendo número regimental, assume a presidência o Senhor Senador Edison Lobão e declara abertos os trabalhos da Comissão. A seguir, solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que logo após foi considerada aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Jarbas Passarinho, esclarece que a Comissão, ao iniciar, propôs dividir seus trabalhos em três fases sendo que: a primeira, era chegar a números confiáveis do quanto a floresta amazônica está realmente desmatada; a segunda, seria estudar as informações contraditórias sobre alguns aspectos relativos à floresta amazônica.

A seguir, inicia a leitura do relatório parcial da Comissão, referente à primeira e segunda fases dos trabalhos.

Assume a presidência o Senhor Senador Leopoldo Peres.

Prosseguindo, passa-se à fase de discussão do relatório quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Ronaldo Aragão, Chagas Rodrigues, Ney Maranhão e Mário Maia.

O Senhor Presidente, coloca em votação o relatório que, em seguida, é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da Comissão às onze horas e cinquenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, DE 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A APRECIAR E VOTAR O RELATÓRIO PARCIAL DA COMISSÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Leopoldo Peres.
Relator: Senador Jarbas Passarinho

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da Reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Está iniciada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia.

Srs. Senadores, desde logo, queremos agradecer a presença honrosa de cientistas da Alemanha, dos Estados Unidos e do Canadá que aqui vieram para acompanhar esta fase importante da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje, teremos o relatório preliminar da Comissão, elaborado pelo Relator, Senador Jarbas Passarinho. Não tenho dúvidas de que se trata de um documento sério, profundo, esclarecedor de tudo quanto se tem dito a respeito da Amazônia, esta Amazônia misteriosa e que hoje, é objeto dos debates internacionais de uma maneira curiosa. O que nós, brasileiros, desejamos é, de fato, um diagnóstico perfeito do que existe na Amazônia. Não temos nada a esconder de brasileiros ou de estrangeiros; o que não queremos é que nos impinjam uma versão não verdadeira sobre a Amazônia. A responsabilidade de defesa da

Amazônia, de preservação dela, é muito mais dos brasileiros do que de qualquer outro povo. A nós incumbe esta responsabilidade, e haveremos de ser dignos deste País no cumprimento desta responsabilidade.

Tenho, portanto, o prazer de dar a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, para que emita o seu relatório preliminar.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, esta CPI se propôs, ao iniciar os seus trabalhos, a sucessivamente esgotar três fases. A primeira fase era chegar a um número confiável que representasse quanto da floresta amazônica está realmente desmatada até hoje. Esse até hoje é muito importante, nesta exposição eu direi porquê.

A segunda parte seria estudar a Amazônia segundo algumas sugestões ou informações que parecem míticas. Por exemplo, a Amazônia como o "pulmão do mundo". Vamos verificar se, realmente, a Amazônia é o "pulmão do mundo". E se um sueco, um holandês, um canadense, um francês ou um americano começam a respirar mal, se o problema é do pulmão dele ou é da Amazônia. Então, é sobre esse ponto que nós também vamos analisar.

Terceiro, é verificar qual a situação real da nossa contribuição para o chamado "efeito estufa".

Trabalhamos, aqui, intensamente, tivemos a oportunidade de realizar reuniões aqui que duraram cerca de dez horas, em diversos depoimentos, e na primeira fase, fizemos questão absoluta de que as informações fossem dadas por técnicos. Nós, como políticos, evitamos houvesse a contaminação política do problema; queríamos apenas que os técnicos falassem. E, para surpresa nossa, os políticos são polêmicos e os cientistas mais polêmicos que os políticos. Então, começamos a ter problemas de polêmica entre os cientistas de mesma formação, doutores, mestres e pesquisadores em geral, e isso nos fez com que este relatório, Sr. Presidente, que podia ter sido apresentado à cerca de um mês, fosse retardado para ser apresentado hoje, porque tivemos que reinquirir pessoas. E essas pessoas chegavam aqui e falavam como convidados. A partir do momento em que os números começaram a se chocar, então utilizamos o que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem direito a fazer: chamamo-las como convocadas, essas pessoas prestaram juramentos para dizer a verdade, e, também, nesse juramento estava implícito que eles sabiam qual seriam a consequência de um perjúrio e, então, tivemos réplica e tréplica, aqui, nesta Comissão, entre cientistas do Instituto de Pesquisas Espaciais.

A primeira parte, eu faria uma referência sobre o primeiro depoimento, que foi do Dr. Herbert Schubart, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. E, logo aí, começamos a ver a primeira dificuldade que já nos ter, reproduzida ainda neste relatório. Qual é a área real da Amazônia? Começamos, então, pela variedade desses números. Na SU-

DAM, a Dr. Clara Pandolfo — que tem trabalhos realizados e nós não os vimos aqui, porque não foi necessário — se refere a uma área de 260 milhões de hectares; por aí, vemos que é o número redondo. Então, seria da ordem de 2 milhões e 600 mil quilômetros quadrados só de floresta Amazônica. A FAO — não sei baseada em quê, mas deve ter a sua fundamentação — eleva esse número para 350 milhões de hectares. E nós vamos ver que o primeiro trabalho do INP-AIBDF, foi o primeiro de levantamento através do satélite, confirmou 280. Então, nós ficamos com três números, que são díspares, e com diferenças importantes: 260, 280, 350, e ainda aparece outro número, 370, que o Dr. Vítor Celso de Carvalho, que contestou os dados fornecidos pelo INPE trouxe para o nosso conhecimento. Isso vai-me deixar com dificuldade, que vou expor depois, em relação a referenciar o desmatamento que hoje tenho condições de saber qual é, à superfície completa da floresta amazônica.

Então, vou passar, Sr. Presidente, se me permite, para o microfone de peito, a fim de poder conduzir as transparências. Temos este relatório pronto; apenas por uma questão de metodologia de trabalho, não queria distribuir o relatório agora. Conversei com os Senadores, a respeito porque senão, começamos a falar aqui e — quem sabe! — com o relatório, começam a ter: curiosidade em ver a página seguinte, mas outra e outra, e vamos falar sem ser, naturalmente, objeto de atenção. Assim, o relatório será entregue em seguida, não tem nada de confidencial, é público e, se for aprovado pela Comissão, sugiro ao Presidente façamos a primeira impressão no serviço gráfico do Senado, porque a terceira fase, então, será a análise, um balanço do resultado das diversas políticas de ocupação da Amazônia.

Sr. Presidente, me permite passar para lá! (Transparências)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Pois não!

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A primeira transparência — vou passar uma série delas — é do documento original, o primeiro que se fez com o levantamento feito com técnicos do IBDF e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil. Esse trabalho resultou na apresentação deste relatório. É um relatório do Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil, Relatório do Projeto Desmatamento da Amazônia Brasileira. O relatório mostra aqui, exatamente — esta folha de apresentação está pouco visível, porque a transparência está com letra muito pequena, mas eu chamaria a atenção exatamente para isto aqui: a pessoa cujo nome vou indicar aqui, é o Dr. Antônio Tebaldi Tardim. Foi o coordenador dos trabalhos, dos quais resultou este relatório. É importante chamar a atenção, porque o Dr. Vítor de Carvalho, que nos fez ter que inquirir e reinquirir os técnicos, partiu do pressuposto de que sobre este documento não há nenhuma dúvida, ele não merece qualquer censura. Então, vamos basear nele. E o Dr. Tardim foi exatamente o responsável por isso, por essa coordenação

do trabalho. Era um grupo de doutores e mestres do INPE e do IBDF, treinados para isso.

O que eles fizeram nessa ocasião? Isto é importante para a nossa conclusão. Eles partiram do princípio de que a Região, que deveria ser examinada, era a Amazônia Legal; não partiram apenas da floresta amazônica ou mesmo da região Norte, porque esta não é apenas detentora de floresta — Mato Grosso, Tocantins e Maranhão têm florestas e excedem; esses Estados, a região Norte no conceito tradicional do Conselho de Geografia. Então, é preciso ir para a Amazônia Legal. E deram essa justificativa, quer dizer escolha, pela sua expressão, em termos de superfície; nessa ocasião, estava sendo considerada com 4.975.527 Km², pelo IBGE — era no ano de 1973 — sua localização, em relação à América do Sul — é o problema geopolítico —, a importância das unidades federativas. A falta de informações concretas com relação ao quanto da área desmatada existe, efetivamente, nessa Região, bem como a taxa de incremento e a distribuição geográfica destes desmatamentos. É o grande interesse que a Amazônia tem despertado, gerando polêmicas quanto a sua forma de ocupação.

Hoje, vemos que isso é uma questão mundial. Temos um Chefe de tribo que é recebido quase com pompas de Chefe de Estado pelo Presidente Mitterrand, pelo Papa também, e, vimos, outro dia, uma série de apresentações da célebre cantora Madonna, fazendo um texto, muito bem lido, segundo o qual a Amazônia acaba dentro de quarenta ou cinquenta anos.

Esse, o problema que está suscitando na Amazônia inteira. Portanto, a Região da Amazônia Legal seria esta da transparência.

Acompanhar esta área toda, pelas linhas cheias — isto é a Amazônia Legal.

Houve dúvidas, durante as apresentações, a respeito de qual seria a Amazônia Legal como se ela houvesse mudado; ela não mudou nada; apenas, quando foi criada, existia o Território do Guaporé que, posteriormente, foi chamado de Território de Rondônia; depois, algumas Unidades transformaram-se em Estados. À proporção que isso foi-se dando, havia novos decretos que delimitavam a Amazônia Legal, mas a superfície não alterou. E, agora, vai mudar de novo, porque temos Roraima transformando-se em Estado e também Amapá, e assim por diante.

A Amazônia Legal é aquela que, desde o início, se transformou numa espécie de ficção fiscal para poder dar benefícios fiscais. Começamos o nosso problema. O Dr. Schubart usou esse documento, esse quadro numa palestra para o Instituto de Ciências de São Paulo. Não ficou citado aqui, mas o colocamos. O documento é baseado em um norte-americano, que está há 14 anos na Amazônia, trabalha no INPA e tem-se dedicado exatamente a isso, que é o Dr. Philip Fearnside. Ele irá ser citado algumas vezes mais. O Dr. Fearnside fez uma projeção. Vejam bem; ele coloca a área da Amazônia Legal, que já são, ao invés daqueles 4.900.000, 5.000.000 de Km², que era a idéia inicial — esses 5.000.000 estão aqui indicados por ele, mostra qual era a área

que estava desmatada — que ele chama de área clear — chegava a 598.921 Km² e, nessa projeção, que vem do que aliás equivoquei-me este documento do qual estou falando é do Sr. Mahar, Assessor do Banco Mundial — ele se baseou na projeção de Fearnside. Chega a cerca de 600.000 Km², que estariam desmatados até 1988, o que daria, em relação à Amazônia Legal, 12%.

Começaram as dúvidas: projeções e cientistas internacionais falam em 12%. Vamos ver, mais tarde volto a esta transparência porque, quando verificamos que os desmatamentos antigos irão entrar para modificar os dados do INPE, que foi a grande contestação, os desmatamentos antigos deveriam entrar neste também. E não haviam entrado. Se eles entrassem neste aqui, ao invés de 12%, seriam 13,8%. O número real, que se tem apresentado como sendo do Banco Mundial é de um assessor, e o Banco deixou claro, na publicação do documento, que é o pensamento de um assessor, que não representa, necessariamente, o pensamento do Banco nem dos países no Banco representados.

Começa o problema de discutir a área da Amazônia Legal. O que fez o INPE? Os Senhores, veem que, para cada Estado da Federação, temos dois números. O INPE, na dúvida sobre estes números — 5 milhões de Km², 4 milhões e 900 mil o que seja — pediu ao Departamento de Geociência do IBGE que fizesse uma reavaliação. E o IBGE, trabalhando agora com cartas com escalas bem mais amplas, portanto, de menor denominador, começou a fazer modificações. Por exemplo, no Acre ao invés de 153.692 Km², baixava para 152.589 Km².

O Estado do Pará, que represento, sempre falávamos de 1.200.000 Km². Eram 1.246.000 Km². Feita a retificação, foi a 1.227.000 Km². Mas, há casos em que houve aumento. Por exemplo, neste caso de Mato Grosso. Ao invés de 802.402 Km², passou para 881.000 Km². E o resultado final a que o IBGE chegou foi de 4.975.000 Km² passou para 4.906.000 Km². O dado com que o INPE irá trabalhar é de 4.906.784 Km².

Quero chamar a atenção para o seguinte: se isso foi uma das objeções — trabalhou com 4.906.000 e não 4.975.000 — ora, se tenho um denominador maior, tenho um quociente menos; ao invés de o dado do INPE ser acusado de maquiagem; ele estaria trabalhando contra si próprio. Se, no momento, ele toma a área desmatada e divide por 4,9, tem um número evidentemente menor do que se ele trabalhasse com 4,9 e qualquer coisa, quatro, novecentos e tantos. Esse primeiro dado é importante guardar.

No anexo que os Srs. irão receber, aparece um artigo da *Folha de S. Paulo* — tive que juntar um artigo, nesse veículo, pois foi o jornal que mais se dedicou a isso, do Sr. Thomas Lonejoy, que foi vice-Presidente da *World Wildlife Foundation*. Mas faz um artigo no qual os Srs. irão ler, que não pude levar em consideração. Ele disse que o desmatamento da Amazônia figuraria entre 15 a 20%. Mas, no próprio artigo, disse que Rondônia já estava com 20%.

Ora, se Rondônia era por ele considerado o maior, com 20%, como é que a média poderia ficar também em 20%? Esse dado pareceu-me irrelevante, sem nenhuma sustentação científica.

Essa questão iremos ter que analisar. É o crescimento do desmatamento. Houve uma discussão muito interessante porque se tomava a diferença entre queimada e desmatamento. Tomou-se, às vezes, como toda a queimada sendo proveniente do desmatamento. E, na verdade, muita queimada não vem do desmatamento; é queimada que se realiza nas savanas, nos campos naturais, na pequena agricultura que se faz no Brasil, pequenos agricultores, imemorialmente.

Modificado isso, chega o primeiro problema nosso que me preocupa no próprio documento, que já está agora juntando esse programa inicial do monitoramento do INPE/IBDF com o atual do INPE, fiz uma referência numérica entre esses dois, e vejam como comecei a preocupar-me: por exemplo, a Região Norte, em 1975, tinha um desmatamento de 0,336 e passa para 0,873, em 1978; para 1,383, em 1980; para 1,954, em 1983 e, agora, no último levantamento feito, 3,115 — o que dá um crescimento, na década, de 826% de desmatamento. Nesse sentido, parece-me que existe alguma coisa que dá o que pensar.

Se vamos para a Amazônia Legal, os números vão crescendo 0,5; 1,5; 2,44; 3,124; 4,39, dando 673% na década. É, realmente, importante pensar nesse progresso.

O SR. MÁRIO MAIA — São 673% na década.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Na década.

O SR. MÁRIO MAIA — Sobre a origem?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sobre a origem. Tomamos a origem de 1975 até 1986. Praticamente, uma década.

O SR. MÁRIO MAIA — São então de seiscentos e tantos por cento.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Na Amazônia Legal, e, oitocentos e tantos, considerada só a Região Norte.

Aqui estão os números que começaram a ficar em discussão, nacional e internacionalmente. O INPE terminou o seu trabalho, publicou este documento, que aqui está, e de que o Presidente da República se utilizou no lançamento do programa Nossa Natureza, e diz que, na Região Norte, o desmatamento é de 3,921%, sendo, na Amazônia Legal, de 5,124%.

O INPA, que vou mostrar em uma outra transparência, (depois volto a esta) ...

Este é o do próprio Fearnside, utilizado pelo próprio Dr. Schubert, como eu dizia, quando me equivoquei, mostrando que esse era o do Banco Mundial, que mostrou isto em São Paulo, numa academia de ciências de São Paulo, entre os dias 7 e 9 de novembro do ano passado.

Então, reparem que o Dr. Fearnside chega a 8%, e há um total de 399.765 Km². Peço a atenção para que o documento do Banco Mundial era seiscentos mil, quase; quinhentos

e noventa e oito. Já esta projeção, do próprio Feamside, e o Sr. Denis Mahar, do Banco Mundial, diz que se loubou em Feamside, chega a seiscentos. E o Feamside chega à 399, o que representa 8%. Também aqui não estão incluídos os desmatamentos antigos; são só a partir do momento em que ele considera os levantamentos iniciais feitos, os chamados recentes, e compara, voltando ao anterior, e ficamos com os três números para discutir. Quem tem razão nisto aqui? Começamos a procurar, para sabermos. Estávamos prontos para dar esse resultado quando o Presidente da República cometê-lo, no meu entender, *data venia*, uma imprudência, quando, oferecendo o resultado, disse que, desde Pedro Álvares Cabral, o desmatamento havia atingido 5,12%.

Ora, quando Sua Excelência disse desde Pedro Álvares Cabral, Sua Excelência pegou os desmatamentos antigos. E surgiu uma impugnação disso.

Eu mesmo fiz o meu exercício de especulação, e, em vez de os 3,9%, aqui, da área Norte, cheguei a 4,9%. Por quê? Peguei o documento do próprio INPA (vamos ver, depois, uma transparência), onde, já no último levantamento, que vai até 1988, ele dá, como alteração da região Norte, 140.163 km² de fração, e dá área da região Norte, 3.574.238 Km².

Então, que fiz eu? Admitindo que toda essa alteração na região Norte se dá sobre a área da floresta, qual é a floresta da região Norte? Quem o sabe no Brasil? Servi-me, então, de estudos antigos, inclusive, do Estado-Maior do Exército Brasileiro: considera-se, em regra geral, que 80% da região Norte é constituída de florestas e 20% constituída de matas ciliares; são savanas, campos naturais, os campos de Roraima, os campos do Amazonas, os campos de Rondônia...

O SR. MÁRIO MAIA — De Humaitá.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ... de Humaitá, e, com isto, apliquei sobre 80%. Mas é uma especulação pura. Apliquei 80% de 3.574 e obtive um valor. Em seguida (veja-mos o nº 4.), este aqui, que mostra o desmatamento, como falei, dos 140.000, nos 3.000.000 da região Norte. Apanhei esse dado e joguei no seguinte, nesta minha especulação pessoal: se tenho 3.500.000, oitenta por cento disto são 2.859.000, o desmatamento é 140; numerador, denominador: 4,9%. Mas é, na base do que dizemos aí, na nossa linguagem de político, o "euachismo", eu acho que... O "euachismo". Não tenho fundamentação científica para isto. Aí entrou a polêmica dos cientistas. Cinco e doze, levantou-se o antigo Diretor de Censoriamento da região, e disse que não eram os cinco e doze; que era muito mais; e defendeu, praticamente, o número do Sr. Denis Mahar, dando como do Banco Mundial.

Temos, ainda, um pouco, isto no Brasil, não é? O complexo colonial é muito grande. Então, quando queremos ter importância, em vez de dizermos: é do Passarinho. Passarinho não quer dizer nada; agora, dizendo do Bobs's, este é importante. O Feamside é importante! Então, colocou um nome inglês, alemão, fran-

cês, imediatamente, é respeitado. Canadense também. Agora, colocou o nome do Silva...

O SR. MÁRIO MAIA — Se o Passarinho virasse Bird...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Se virasse Bird, Olinto Bird, o Bird já teria mais credibilidade. E acho até engraçado como está, no Brasil, proliferando o genitivo possessivo em inglês absolutamente errado. Escreveram Bob's, e, agora, escrevem tudo com ('s), para poder vender o seu produto.

Quando apareceu o documento, a *Folha de S. Paulo*, que, como eu disse, tem dado a maior cobertura nesta área, tomou um partido, tomou o partido exatamente dos contestadores dos dados. E, aí, apareceu: o Presidente da República maquiou os dados. Aí, de maquiagem, passou para fraudar. Foram fraudados os dados. Bom, parei o relatório que eu ia apresentar, e vamos reouvir esse pessoal todo.

Então, chamamos o Dr. Roberto. Quando o INPE veio, trouxe os seus, climatologistas, pessoal especializados em diversas seções do Instituto. Agora, trouxemos apenas os que interessavam ao problema de desmatamento. Ele sustentou os mesmos pontos de vista, mas começou a ser objeto de perguntas nossas e começou a admitir, realmente, o problema de desmatamento antigo, que não incluía. Mas ele se defendia. E é melhor acompanharmos agora apenas pelas objeções fundamentais do Dr. Victor, que chegou, aqui, falando uma linguagem tipicamente política. Nossa Comissão estava com poucos presentes e fui obrigado a dizer a ele: o Sr. está sob juramento. Então o Sr. vai-me dizer: o Sr. faz política, e se faz política, em que partido está fazendo? Porque percebi que os dados eram todos impregnados de contestação ao Governo, diretamente, e começaram a misturar coisa que estou acostumado a ouvir aqui nos Plenários do Senado e da Câmara, mas não dos cientistas. E ele me disse que, realmente, militante ele não era. Ele até tinha entrado para um partido, militante ele não era. Mas estava aqui presente, pela primeira vez, o Senador Dirceu Carneiro. E houve uma coincidência: o Senador Dirceu Carneiro, veio pela primeira vez aqui e o Dr. Victor declarou que era tucano. Então, houve presença de um tucano, pela primeira vez, aqui na Comissão, e de um cientista tucano também.

Mas chegamos, depois, a bom termo, e as colocações dele, fundamentais, vejamos os Srs., como são importantes: primeiro, disse que a finalidade básica do INPE não era esta. Então, ele discorda de o Presidente haver designado o INPE para fazer o levantamento. Um ponto de vista pessoal. Mas pergunto Dr., quem deveria fazer? O IBDF. O IBDF já está extinto. Como vou dar uma determinação a um órgão que está extinto. Estando extinto, vai ser difícil reunir esses técnicos outra vez, para fazer esse tipo de trabalho.

De maneira que, essa primeira consideração, não levei a sério. A segunda, ele disse: comprometimento metodológico. Aí, impressionou-me. Se tenho um comprometimento metodológico e tenho, depois, um compro-

metimento na precisão... Ah! Então, todo esse belo documento, aqui, com não sei quantas imagens tiradas e projetadas, eu jogaria no lixo.

Então, comecei a perguntar-lhe, na presença também do Dr. Roberto Cunha, do INPE. E houve, aqui, apartes, contra-aparte; houve réplica, tréplica, para se chegar a uma conclusão.

Vamos analisar, um por um, esses pontos levantados pelo Dr. Victor. Ele disse que a interpretação em contagem é, no máximo, doze dias, porque o que ele disse, que houve comprometimento metodológico foi porque só se deu um mês para o Instituto fazer esse trabalho, enquanto que o monitoramento, aqui, tinha levado vários meses, o anterior.

Ouvindo o outro cientista, ele disse: mas é muito simples. Esse monitoramento que está aqui levou mais tempo, mas utilizou um número de homens dia muito menor do que nós utilizamos agora.

Então, se nós aumentamos o número de técnicos foi capaz de chegar à conclusão, não tem por que considerar que a metodologia está errada. Até certo ponto, eu digo que está certo porque que eu sei, por exemplo, que se nós vamos construir a ponte de 1 km de distância, se eu aplicar 5 pessoas na construção eu levo dezenas de anos, se eu aplicar 500 pessoas leva menos, mas também se eu aplicar 5 mil pessoas, não construo. Então, é preciso ter cuidado essa colocação de quantos técnicos, de quantos homens-dia. A mim me pareceu que o INPE defedeu bem a sua colocação.

Ele fala no comprometimento científico da precisão do INPE em seu documento, que aplica maior número de doutores e mestres na pesquisa do que na passada. Então, tinha maior sustentação de base científica. Logo, isso também não me impressionou. Quanto ao produto utilizado, o Dr. Victor achou que foi o melhor que o Brasil tinha e em determinado momento, na segunda parte das suas objeções — ele fez uma exposição muito longa, inteiramente à vontade, começam a aparecer coisas realmente discutíveis. A primeira é que ele levanta a questão de que as Amazônias são diferentes pela superfície, mas isso não é resultante de decreto que cria a Amazônia Legal e depois modifica, mas dos trabalhos do IBGE que, a proporção que foi trabalhando em escalas maiores do que as escalas anteriores, foi retificando os dados. E aquele último que ele deu chegou a 4 milhões, 906 mil e tal, que é o mais preciso que ele tem.

Mas, aparece aqui essa outra questão das imagens utilizadas. Foi um ponto importante na hora em que nós discutimos, porque quando o Dr. Victor declarou que eram necessárias 234 imagens para cobrir a área da Amazônia Legal e só tinham sido utilizadas 100, embora dissesse que o índice era 101, ficava reduzida a 41%. Eu me lembro que o Senador Edison Lobão que estava presidindo a sessão, disse: "Mas então, isso elimina, inutiliza todo o trabalho feito pelo INPE." Na hora da pesquisa, Sr. Presidente, — V.Exª já não estava aqui,

na hora do debate — eu fiz claramente a pergunta a ele: “O Sr. admite que com 41%, esse resultado deve ser considerado descartável, não merece fé?” Ele disse: “Não, não admito isso, eu acho que é mais censurável a forma sensacionalista com que os documentos foram apresentados, do que os documentos em si”

Aí veio o INPE para falar de novo. “E, agora, qual é a sua defesa em relação a isso, porque só 41%?” Ele disse: “Absolutamente. Nós trabalhamos com 234 imagens que cobrem, como o Dr. Victor considerou, toda a área amazônica, e selecionamos 101 das 204 que mostravam alteração. Como as outras não mostravam alteração, nós separamos”.

Então, a rigor, sustenta o INPE que das imagens obtidas, só 41% delas mostravam alteração florestal. Isso também me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Senador Jarbas Passarinho, é impossível que o Dr. Victor não soubesse disso; se ele sabia disso, deu essa informação, que realmente me impressionou, ele o fez de algum modo de má fé.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ele se cobria sempre dizendo que ele não tinha tido acesso a tudo e foi muito cauteloso em sua exposição. Tanto quando eu sei, ele colocava assim.

Quando eu for concluir, vou mostrar que uma das minhas tristezas é essa luta no Instituto de Pesquisas Especiais. Eu disse a ele: “Um homem na minha idade, ver jovens de 39, 37 anos, tendo defendido tese de doutorado, aplicando esse conhecimento, eu vou pedir que pensem bem no que é uma desvantagem, no que é até uma ameaça à credibilidade de um Instituto dessa natureza, uma briga interna. Ainda brinquei: “Vamos nos lembrar de Goethe, que escreveu num certo momento”: Já que não podeis amai-vos uns aos outros, como diz o Ecclesiastes, ao menos tentai fazer as pazes, para ver se, pelo menos, entre eles, havia um entendimento melhor.

Essas colocações ficaram praticamente esclarecidas. Resta essa que vem agora — foi outra colocação que o Dr. Victor e me parece que ele tinha razão: Primeiro, o problema de região Norte e Amazônia Legal, como eu levantei aqui, ninguém sabe qual é da Amazônia Legal exatamente a superfície, da região Norte também, mas não se sabe a floresta.

O segundo problema era a cobertura vegetal e cobertura florestal. Nós, que somos leigos, podíamos nos enganar nessa ocasião, porque o levantamento do satélite cobria a área que teve alteração vegetal. Mas essa alteração não fica só na floresta: vem a floresta, vem a sabana, vêm os campos; onde houve uma queima de campo, aparece uma alteração vegetal. Então, o nosso interesse — e, aí, o caso dele me parece é certo — é que devíamos ter mais cuidado exatamente sobre a alteração vegetal. E o Dr. Roberto Cunha, do INPE, reconheceu que os dados são sobre alteração florestal e não vegetal, tanto que eles vão modificar o texto de algumas tabelas.

Aí entra essa questão bem mais séria: desmatamento recente *versus* desmatamentos antigos. Isso nós vamos mostrar em seguida aos Srs. rapidamente. Que não houve grupo de controle foi uma questão pessoal dele, porque o dele teve, o outro não teve, e não houve revisão e interpretação. Vem o outro técnico e disse que houve e, neste caso nós ficamos, como políticos, numa situação meio difícil como vou dizer no final do relatório. Até é preciso chamar aqui peritos desempatadores, porque eu não posso saber se a objeção dele tem razão de ser ou não. Mas entra, então, a questão que vai alterar os números, que é esta dos números de desmatamentos recentes e outros mais.

Esse é o dado final apresentado pelo INPE. O que aconteceu no dado nesse documento que eu mostrei ainda há pouco? Foi esse documento em que nós nos baseamos.

Quando chega em dois Estados, o Pará e o Maranhão, nós vamos ver que eles introduziram agora o que eles chamaram desmatamento recente. Esta linha cheia foi a que o INPE apresentou como resultado final. O que é que diz nesse resultado? Só selecionei essas duas de todas as tabelas apresentadas, porque são as que vou mostrar a diferença. Ele diz está muito pequeno o valor disso: valor projetado e valor real. O valor real para 1988 daria 7,1% do Estado do Pará desmatado, mas ele comparou esse valor real com o valor projetado, que era baseado num daqueles dados, ou do Banco Central, ou do Sr. Feamside, ou de quem fosse, ia para esse número menor que está aqui, que seria de 500.508,42 km². Ora, isso já seria 41% do território do Pará desaparecido agora neste ano; o que evidentemente não se deu.

Então, a primeira conclusão nossa: as projeções são perigosas. O Dr. José Goldenberg, como cientista, diz que os cientistas utilizam isso, mas o fazem com reserva, com cuidado, porque as projeções podem levar ora a um projeção de tipo linear, ora a uma projeção de tipo exponencial, de acordo com o período anterior que foi considerado e, como tal, mantido constante.

Ora, a partir do momento que essa coisa não é mais constante, altera todos os valores. Por exemplo, se nós nos baseássemos só no ano de 1987, realmente todas as projeções seriam válidas, porque o que houve em 1987 foi uma devastação. A Constituinte estava funcionando, o medo dos proprietários de terras de terem consideradas as suas terras improdutivas, queimaram para dar a impressão de que estavam transformando aquilo em uma área trabalhada para ser produtiva. Com isso, ganharam o financiamento da Sudam e pagaram menor imposto territorial rural, porque a queimada mostrava que estaria sendo utilizada e, com isso, melhora o Imposto Territorial Rural.

Quando entra esse valor, o dado do Estado do Pará vai mostrar que, com o desmatamento muito antigo, são cerca de 30 mil km² que não foram colocados.

Eu estou pedindo desculpas por essa transparência, porque ela foi tirada direta de dados

do INPE e os algarismos estão pequenos, eu estou lendo aqui. Mas tudo isso está no anexo e será visto pelos Srs. Senadores.

Quando chega o dado do Maranhão, aparece a mesma coisa: um problema de 60 mil km², de modo que isso vai alterar os números do INPE. Por exemplo, o valor real para 1988, de 23 mil km², há uma soma equivocada pelo próprio documento do INPE, que vai ser mudado, porque esse 60 mil são no Maranhão, e 30 mil no Pará, antigos. Ora, teria que somar 60 mil com o número anterior deles e, evidentemente, esse valor dá 80 mil e não 60 mil. Esta curva que está aqui já corrigindo a anterior viria aqui para cima e aumentariam os dados do Maranhão. Isso reflete no dado final da região Norte. Na região Norte temos também uma projeção que daria 746.652 km² de valor projetado e o valor real seria de 140 mil. Mas, a partir do momento em que entro com os desmatamentos antigos, terei um valor diferente, ou seja, isso altera a região Norte.

Passa-se, afinal, para a Amazônia Legal. Ela vai sofrer também o mesmo problema, a partir do momento em que entram os números correspondentes aos desmatamentos antigos. Não posso ficar com esse número. Esse aqui é de 250 mil km² que seria o valor real para 1988. Não serão 251 mil, mas 334 mil. Lerei o trabalho depois.

Pediria que passasse à Mesa novamente, depois voltarei à transparência.

A Folha de S. Paulo fez também um exercício especulativo. A área desmatada chegou a 9,3%. A Folha de S. Paulo chegou a esse numerador a soma de desmatamentos antigos e novos e, embaixo, atribuiu um valor à floresta: Somou 370 milhões de hectares. Se eu tomasse 280, o número é outro, se eu tomar 350, da FAO, o número é outro: Assim como eu fiz o meu exercício especulativo, ela fez o seu.

Eu diria, nesta primeira conclusão parcial deste trabalho que o INPE não produziu documento fraudado ou adulterado intencionalmente; que observou, para uma série histórica, a referência do desmatamento a superfície da Amazônia Legal, que eu mostrei desde o primeiro documento, igualmente como todos os cientistas nacionais e estrangeiros o fizeram antes, e agora; que os 5,12% da série histórica devem ser elevados para 7,01%. Quando entramos com o desmatamento, o valor sobe para 7,01% — é o desmatamento real. Esse, sim, desde Pedro Álvares Cabral até agora e despreza, por menor precisão científica, os 12% do Banco Mundial e os 8% que até se aproximam do Sr. Feamside, do INPE, que não havendo precisão para a superfície coberta exclusivamente pela Hileia Amazônica, é impraticável saber o percentual quando referido a ela; que se o percentual referido à Amazônia Legal é relativamente pequeno, causa apreensão a velocidade de desmatamento que mostrei a V. Ex.: 800% e 600%, principalmente porque o Estado de Rondônia já acusa o índice de 12% de desmatamento real.

Concordo que o problema ecológico da Amazônia não se altera substancialmente, se

os números dos desmatamentos são de 5%, 7% ou 8%, mas é preciso chegar a números confiáveis.

A propósito dos erros de projeções, o Professor Samuel Benchimol, que não veio, porque houve um problema, uma dificuldade minha de estar presente, ele enviou um trabalho seu o qual foi usado algumas vezes, considerado muito bom. Vou ler uma parte do que ele diz no seu trabalho:

"Feamside, por exemplo (in "Desmatamento da Amazônia Brasileira", Acta Amazônica, 7/1982), estimava que em 1978 já haviam sido desmatados, 7,7 milhões de hectares, prevendo, no entanto, que dada a taxa de crescimento exponencial — que felizmente não se verificou — toda a floresta de Goiás e Rondônia já teria sido extinta no ano de 1988, a de Mato Grosso em 1989, a do Pará em 1991, a do Amazonas em 2003, a de Roraima em 2002, e a do Amapá em 2159. Esses dados servem para ilustrar como enganosos são os cenários prospectivos baseados nos cálculos matemáticos e estatísticos de predições de eventos futuros."

Essas são as palavras do Dr. Samuel Benchimol, citando Feamside.

Paramos nesse ponto, porque chegamos à conclusão de que o número real, uma vez que os desmatamentos antigos são considerados, seria de mais de 300 mil Km² já atingidos.

Passo agora para o mito: "A Amazônia como pulmão do mundo!"

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Senador Jarbas Passarinho, peço licença a V. Ex^a um instante, porque preciso transferir a Presidência ao seu titular, Senador Leopoldo Peres. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Os dados novos que entraram: são 92.546,43 Km², dados fundamentalmente do Pará e do Maranhão. Esses dados entrando, elevam os 251 mil Km² para 343 mil Km².

Vamos ver a Amazônia como o pulmão do mundo. Trata-se de um mito. Todos os botânicos que passaram por aqui asseguram que isso não existe, absolutamente. De fato, existe um ciclo de 24 horas que uma floresta madura como a floresta Amazônica, o que produz de oxigênio durante o dia, esse oxigênio é consumido normalmente no ciclo de 24 horas com a produção de CO² durante a noite. Isso levou alguns de nós até a não querer dormir em quartos que tenham árvores, porque isto produz CO² durante a noite. De qualquer maneira, eu cito Herbert Schubart, Dr. Paulo de Tarso Alvim, que fez aqui uma excelente conferência a respeito desse assunto e, ainda, o Dr. Samuel Benchimol, quando cita a origem do equívoco, que está com o Professor Sternberg — apesar de o nome inspirar muita credibilidade, S. S^a é brasileiro — e o Professor Berkeley.

Diz o Professor Samuel Benchimol que ele usou o trabalho de um notável limnologista chamado Harold Sioli que afirmou, a respeito

do balanço oxigênio/gás carbônico, que 25% do carbono existente na atmosfera terrestre estava armazenado na biomassa da floresta Amazônica. Daí a estória se divulgou como a Amazônia sendo produtora do mínimo de 25% do oxigênio do mundo, e para o seu uso. Nesse aspecto, ficou claríssimamente demonstrado que é um equívoco muito grande.

Passamos, então, para o outro problema que me parece importante que, esse sim, é o "efeito estufa". Volto a pedir a passagem dos slides.

Senhores, estamos nos servindo até de um quadrinho didático da *Folha de S. Paulo* ou do *O Estado de S. Paulo*, não me lembro. O que se considera no "efeito estufa" é exatamente esse problema. Daí por que eles chamam "estufa". Por exemplo, a Holanda cultiva tulipas em estufas, seus tetos e laterais são de vidro. Por isso, o raio solar penetra, porque elas são transparentes. Depois aquece o interior e esses raios de calor não voltam para o exterior, porque os vidros são isolantes, térmicos. Consequentemente, é a mesma coisa que acontece com o automóvel: deixa-se um automóvel debaixo do sol, fecha-lhe os vidros. Quando se entra a temperatura interna do automóvel é muito maior do que a externa. Isso é, baseado no fato de que temos uma emissão primeira de 70% de raios solares que penetram na atmosfera, que essa é constituída desses gases, onde figuram fundamentalmente o CO², o dióxido de carbono, o ozônio, o vapor d'água, fundamentalmente o metano, mas são todos transparentes. Quando raio de sol passa, passa por eles. Uma fração de 30% refletem para cima e vão criar problema com o ozônio, mas 70% penetram. E no momento de penetrar, eles aquecem o solo, o que eles acham de calor sensível: a pessoa sente o calor pelo termômetro. E parte disso sobe de novo, pelo efeito da evapotranspiração. Quando sobe de novo, provoca as nuvens, provoca as chuvas, provoca as correntes marítimas, mas não consegue passar do escudo do CO². Por isso eles ficam retidos, como o calor do automóvel — então, fica retido no escudo do CO². Com isso, a presença do CO², do carbono, é importante para saber a possibilidade de mudar, de acordo com a sua concentração na atmosfera, o próprio clima do mundo.

Aí entra uma preocupação enorme do mundo industrializado, porque está todo mundo com medo de duas coisas, uma seria o desmatamento total da Amazônia que levaria, no momento, a ter menor calor latente, porque tendo menor evapotranspiração, tem menor calor latente; menor calor latente, mais frio no mundo, ou seja, o que é frio ficava mais frio, o que é quente ficava frio. Resultado: entrava uma nova era glacial.

Pior o outro efeito: se as queimadas da Amazônia, mais a poluição da atmosfera dos países industrializados crescer, como está crescendo, está jogando 5 bilhões de toneladas de carbono, por ano, só no mundo industrializado, queimando combustíveis fósseis. Então, se isto crescer — eu tinha os dados aqui, por exemplo, em 1955, a concentração medida de CO² na atmosfera era de 320 por milhão; 30 anos

depois ela já estava em 350 por milhão. Aí entram os alarmistas: 30 anos mais para a frente está 500 por milhão. Ora, se chegar a 500 por milhão, o que é que vai acontecer? Vai aumentar a temperatura média do mundo. E aumentando a temperatura média do globo, nós vamos ter o derretimento das calotas polares; derretendo as calotas polares, o nível do mar vai crescer até 20 metros — a Holanda já está submergida; já acabou Holanda com as suas tulipas, já acabou tudo.

Nós também vamos perder a cidade de Belém, vamos perder as cidades litorâneas, nós também estamos interessados em que isso não aconteça. Então, não queremos causar um novo dilúvio, porque eu acho que nenhum de nós, nem mesmo o Senador Ney Maranhão, está preocupado em fazer uma Arca de Noé. Nós temos Arca de Noé em outros partidos políticos, mas não propriamente com a preocupação de conseguir fugir desta estória.

Esse quadro mostra realmente uma preocupação. Qual é esta preocupação que nós temos? Vamos ver o quadro seguinte: estamos contribuindo para o aumento de CO², estamos contribuindo de acordo com esta tabela — esta aqui é a fonte. Esta tabela mostra que nós jogamos com as queimadas no Brasil — não é só a Amazônia, pois queima-se no Brasil todo — jogamos aqui 336 milhões de toneladas de CO², por ano, na atmosfera. No Terceiro Mundo nós somos, desgraçadamente, os campeões.

Agora, isto comparado com 5 bilhões, que o nosso mundo industrializado joga — e o Brasil está dizendo que ainda é muito pouco, podemos queimar muito mais —, acho que não é de certo esta conclusão. Acho que nós temos que tomar cuidado. Inclusive, por exemplo, quando nós vemos a questão do calor latente, que provoca nuvens e, consequentemente, as chuvas, elas são torrenciais na área do Equador. Então, onde estão as florestas úmidas fundamentalmente? Equador, até 30° de Latitude Norte, e 30° de Latitude Sul. Se nós analisarmos um giro de horizonte no mundo, vamos encontrar e florsta aí. Devido os ventos secos acima de 30° de Latitude Norte, nós temos os grandes desertos do mundo, inclusive o deserto de Saara. Daí nós temos a nossa contribuição e temos que ter cuidado para não termos uma responsabilidade amanhã, desastrosa, no aumento de CO².

Agora, tudo isso dito — parece perfeito — passa a ser discutível. Aí entram os cientistas e dizem: "Eu quero que me provem que a concentração de CO² faz essa alteração no clima."

Há aqui um cientista brasileiro, que é climatologista, Dr. Monilhom, que se deu o luxo de fazer um cálculo: se a floresta amazônica fosse toda derrubada, quanto ela diminuiria de grau, de temperatura no mundo? Chegou a conclusão surpreendentes: de 2 a 5° centígrados. Agora, quem é que vai derrubar toda a floresta amazônica para ter uma nova era glacial? Ou então, no contrário: ao invés de derrubar toda a floresta amazônica, queimá-la, e, aí, nos che-

gamos a conclusão de que se toda a floresta amazônica fosse derrubada e queimada de uma só vez, nós estaríamos verificando que o mundo industrializado queima uma Amazônia de 10 em 10 anos pela contribuição dos 5 bilhões de toneladas de CO₂.

O Dr. Monilhon entrou também com uma outra teoria de que a floresta serve como filtro. Então, partiu de um princípio tirado de um outro climatologista, de que há uma concentração; quer dizer, a floresta retira do ar 9 quilos de carbono por hectare, por dia, através da fotossíntese. Admitindo que essa taxa seja constante ao longo do ano, apenas a floresta de terra firme da Amazônia seria capaz — são 350 milhões de hectares, — segundo ele, de retirar 25% de todo o carbono lançado atualmente na atmosfera, quer dizer, ela filtraria o carbono, só a floresta de terra firme, o que teria uma grande vantagem: nós estaríamos nos comprometendo com 336 milhões de toneladas, mas estaríamos filtrando 25% de tudo.

Desta teoria, eu discordo, e o Dr. Alvim fez essa pergunta aqui: quero saber se esse ilustre cidadão me explica como é que o gás carbônico é fixado por uma floresta, se não através do processo da fotossíntese? Ficou também a dúvida entre os dois cientistas.

Agora, as conclusões que eu me permito ler, por ser o ponto fundamental da nossa apreciação e votação, posso concluir que:

A) O relatório do INPE merece fé e não pode ser censurado, se considerada a mesma sistemática de trabalho adotada também por cientistas estrangeiros, ao tomarem a Amazônia Legal como referência para os desmatamentos, sem incluir os antigos, e não fazerem referência a superfície da floresta. Isso foi feito por todos, Fearnside, Mahar, etc, todos eles tomaram o mesmo princípio.

No caso de Mahar, como eu disse, se ele levasse em consideração os desmatamentos antigos, em vez de 600 mil km², que ele admitiu, queimados em até 1988. Já seriam 692 mil e os 12% dele seriam 13,8%. Então, há uma coerência no que se pode chamar uma série histórica de 15 anos que o INPE fez.

B) Essa sistemática, porém, apresenta desvantagem importante: é que a alteração florestal acaba sendo comparada com uma área maior, que é a que contém a floresta, porque a Amazônia Legal contém uma área maior do que a floresta. Em termos relativos, esta floresta está realmente desflorestada. Assim, o melhor seria Comissão se precaver de não fazer referência percentual à floresta, mas dizer: desmatamentos recentes, posteriores a 70, somam 250 mil km², como disse o INPE. Somados aos antigos do Pará e do Maranhão chegam a 343.975,98. É uma diferença de mais de 92 mil km². O que se deve comparar, com o quê? Com 48 mil km² de desmatamento recente, verificado pelo INPE, naquele documento que eu apresentei — o primeiro — somados aos 92 mil de desmatamentos antigos, não computados, daria 141.

Então, aquele primeiro documento de monitoramento, em vez de falar em 48, tinha que

falar em 141 e teria que alterar, automaticamente, o percentual.

Isso mostra, entretanto, um fato que me preocupa, Srs. Senadores é que na década, se deu um crescimento — agora considerando os antigos e recentes — de 144%. Se considerássemos só os recentes, o crescimento foi de 230%, o que prova claramente que a velocidade cresce recentemente. Ela é muito mais preocupante recentemente, do que no passado. Então, uma vez incluídos os desmatamentos antigos, os 5,12 do documento do INPE passam para um total de 7,01 da Amazônia Legal.

As projeções do Sr. Mahar, Consultor do Banco Mundial, não se confirmam, evidenciando que a velocidade de desmatamento levada em conta na projeção não se manteve. Ademais, para ser correto; adotando-se a inclusão de desmatamentos antigos, a estimativa do Sr. Mahar, como já disse aqui, iria para 13,8%.

Outras estimativas, como a do Sr. Lovejoy, entre 15 e 20%, e a do Deputado Fábio Feldmann — a quem convidei ontem para estar aqui, e disse que ele ia ser citado — que citou 10% e eu queria saber baseado em que, pois pode ser uma afirmativa meramente especulativa.

A velocidade de crescimento do desflorestamento merece a maior atenção, pois causa apreensão em relação ao futuro, especialmente quanto ao Estado de Rondônia, e recomendo urgente adoção de uma política de ocupação da Amazônia, racional, que leve a um desenvolvimento sustentado, conservada a floresta.

A Floresta Amazônica como pulmão do mundo é uma falácia, resultante da ignorância de botânica e de geofisiologia.

Finalmente, embora sejam os países industrializados os maiores poluidores da atmosfera terrestre e da emissão de CO₂, o Brasil já contribuiu com mais de 300 milhões de toneladas/ano para essas emissões, se mantida a média de queimadas ocorridas em 1987, o que já se provou aqui, pelo Dr. Setzer, meteorologista do INPE que, em 1988, os levantamentos já mostram um crescimento menor. De qualquer maneira, alguma coisa que se impõe controlar.

É esse o relatório, Sr. Presidente, que tenho a honra de apresentar à Comissão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Sr. Relator, Srs. Senadores, meus senhores, vai iniciar-se a discussão do relatório preliminar, apresentado pelo Relator, Senador Jarbas Passarinho.

Estão, aqui, no recinto, quinze Prefeitos da área do Marajó, que querem merecer uma alusão, agora, feita por mim. Quero aqui, em nome da Comissão, agradecer a presença desses homens públicos que tantas responsabilidades têm na condução do futuro da área que pertence a todos nós, amazônidas, mas ao Brasil, como um grande patrimônio que será, algum dia, legado à posteridade.

Sr. Relator, quero cumprimentá-lo pelo brilho, pela justeza e pela seriedade do trabalho de V. Ex^a

Neste momento, dou a palavra ao Senador Ronaldo Aragão, como primeiro inscrito para discutir o relatório.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores componentes desta Comissão da Amazônia, inicialmente quero cumprimentar o Senador Jarbas Passarinho por esse belíssimo relatório sobre a Amazônia.

Senador Jarbas Passarinho, depois da exposição feita por V. Ex^a, o que podemos constatar é que o que ocorreu, o que ocorre e o que poderá ocorrer com relação à Hileia Amazônica é o sensacionalismo da imprensa internacional.

Com que interesse? Interesses escusos. Nós sabemos e temos conhecimento de várias propostas feitas, anteriormente, para a dominação da tão cobiçada Região Amazônica.

Foi o Lago, foi a Fordlândia, foi, recentemente, a proposta feita pelo Presidente François Mitterrand da soberania relativa, onde aventou-se que a Região Amazônica era propriedade do mundo, e até existe um estudo de se colocar, nesta região, a superpopulação da China e até do Japão. Toda essa orquestração sobre a Região Amazônica, que o Brasil, quando falamos da Região Amazônica, Amazônia Legal, nós nos referimos especialmente ao Brasil, a parte que está inserida no nosso País, o desmatamento, a irresponsabilidade etc. Os dados, ou com interesse, ou por falta de conhecimento, sobre o desmatamento, onde, se não me engano, chega V. Ex^a no seu brilhante relatório, a um percentual de 7,1. Não é o que dizem aí muitos dos chamados cientistas, estudiosos da Região Amazônica, não, é até 20%.

É a comprovação do estudo feito por V. Ex^a aqui, através das conclusões do seu relatório, através de depoimento de cientistas que estudam a Região Amazônica, continuamente, e que tudo isso, no meu entendimento, é uma orquestração, preparada por interesses — aqui, faria uma interrogação —, será que interesses escusos? Qual o interesses?

E aqui o Senador Jarbas Passarinho, na conclusão, faria uma indagação: se é na conclusão de V. Ex^a e por esta conclusão, que dá V. Ex^a ao seu relatório, é esperando que o INPE corrija os seus percentuais? A conclusão de V. Ex^a é com a correção do INPE, ou sem a correção do INPE, nos percentuais?

Seria esta a primeira indagação. Essa conclusão a que chega V. Ex^a de 7,1% desse desmatamento é com a correção que o INPE vai fazer nos seus dados, apresentados inclusive aqui na comissão, ou é sem esses dados de correção?

O que nós estamos vendo, pela conclusão dita por V. Ex^a, é que até depois do interesse transparente da mídia internacional, ou de países, é que o desmatamento se acelerou, porque nesta conclusão temos, na década, de 114%, se não me engano é esse o percentual, e, recentemente, isso aumentou para 230%, esse foi o percentual dado por V. Ex^a.

Então, será que está relacionado esse interesse até dessas potências internacionais, tributando à Região Amazônica, que é o grande

vilão, pelo efeito estufa, enquanto disse muito bem V. Ex^a, que esses países industrializados, com a relação do que eles jogam na atmosfera — podemos até dizer que o desmatamento contribui para isso — é insignificante para uma relação de 5 bilhões de toneladas. É, podemos dizer assim, um grão de areia num oceano, e querem tributar, com especialidade, ao Brasil, este crime, a verdade dos fatos é outra.

Então, veja, nobre Senador Jarbas Passarinho — e aqui fica uma indagação minha, para concluir — se, com esse interesse, tão patente que está aí, se esse desmatamento não tem nada a ver com isso também? Pela velocidade constatada pelo relatório de V. Ex^a, que, na década, foram 114% e depois desse interesse assim, brutal, passou de 114 para 130%. Querendo caracterizar isso, talvez, como se a humanidade tivesse que vir em socorro da ocupação da Amazônia para libertá-la até da irresponsabilidade que estaríamos praticando com relação à Hileia Amazônica. Seriam essas as minhas indagações e não sei se com essas conclusões de V. Ex^a eu estou aventando ou vendo fantasmas com essas minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Com a palavra, o Sr. Relator Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Senador Aragão, em primeiro lugar, temos que ter o cuidado em fazer referências no geral, quando elas são particularizadas. A mim, também me impressionou muito essa posição do Presidente Mitterand, porque ele anunciou em Tóquio, repetiu em Haia, e mais tarde em Paris, falando em soberania relativa. Isso, evidentemente, nos arranhou, porque entender como soberania relativa é entender a Amazônia, amanhã, como uma espécie de protetorado, uma Namíbia nova ou coisa parecida. Não creio que a frase seja infeliz, mas, interessante que fui anteontem a um debate em São Paulo, na Universidade de Campiñas, sobre a Perestroika. Então, fui ler um documento que foi apresentado pela *Expressão e Cultura*, uma editora que edita os discursos do Sr. Mikhail Gorbachov e qual não foi a minha surpresa ao ver em seu discurso, sobre o meio ambiente, soberania relativa. Quer dizer, tanto o Sr. Mitterand, como o Sr. Gorbachov falam em soberania relativa dos países que detêm florestas úmidas, no mundo. Então exatamente naquela faixa entre os 30 graus norte e 30 graus sul de latitude.

Não colocaria logo o problema de interesse exclusivo, coloco a questão da seguinte maneira. A revista *Time*, sobretudo, publicou um número especial sobre isso, ela faz sempre o Homem do Ano, a Mulher do Ano e dessa vez ela fez a Terra como sendo o objeto do ano. E foi muito criteriosa, porque no problema de CO₂ ela mostra claramente que é muito mais relacionado com países industrializados do que com países em desenvolvimento. Mas criou uma espécie de alarmismo no mundo, no chamado mundo desenvolvido. Fica todo mundo com medo daquela estória: ou vai queimar, vai ter mais CO₂ ou vai aumentar

o nível do mar e então somos nós que vamos sofrer ou então vai ficar tudo gelado. No caso, por exemplo, do aumento da temperatura, o Dr. Paulo de Tarso Alvin fez até uma brincadeira que os americanos podem achar ruim, mas os russos vão gostar, porque a Sibéria vai se tornar habitável. Então, é uma posição que dá margem a todo tipo de chiste de qualquer maneira.

A única dúvida que temos agora sobre interesses que podem estar contrariados, infelizmente, o Senador Nabor saiu, mas está aqui o Senador Maia, do Acre, é quanto à questão da Rodovia 364, que, como sabemos, já está construída, ela não está pavimentada, mas tudo aquilo que precisava se cortar da floresta para fazer o caminho de serviço e a pista de rolamento já foi feito. O asfaltamento não vai criar, provavelmente, novas áreas grandemente desmatadas. Então, por que essa guerra? Por que essa luta? Aí, é justo que coloquemos, ao menos como especulação, a questão da produção de grãos de Rondônia, a produção de maneira que, em grande parte, acho que as serrarias estão sendo responsável muito mais pelo desmatamento do que a própria "pata do boi". Estou sugerindo ao Presidente que agora se tiver a alegria de ver esse relatório aprovado passamos para a terceira fase, de discussão de política de ocupação. Então, essa produção de madeira, da qual o Japão precisa muito, é um grande importador de madeira, mas a Alemanha também é um grande importador de mogno, os Estados Unidos também são. Então, a saída, por exemplo, para o Japão por essa área de soja produzida no território, superfície do Estado que V. Ex^a representa, e mais o que pode sair a partir do momento em que tivéssemos uma interligação com o Peru, através de Apucalpa, chegássemos a um porto no Pacífico, isso representaria alguns milhares de quilômetros a menos, doze mil quilômetros a menos no transporte desses gêneros que vão exportados para o Peru. Aí é possível, e o Congresso americano muito sensível, naturalmente, ao lobbyismo dos seus produtores locais podem achar uma desvantagem ter que competir, de maneira que saiam do Canal do Paraná e nós saíamos do porto do Peru. Isso pode ser, perfeitamente, e sei, todos nós sabemos; tive oportunidade de fazer debates com senadores americanos em outras ocasiões e eles mostram que são muito sensíveis ao seu eleitorado. Nós nos lembramos, pelo menos os mais velhos, que um senador resolveu fazer um boicote de café, de consumo de café na América do Norte e só a diminuição do consumo de café arrebatou a nossa balança comercial.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Chamava-se Senador Gilete.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — De qualquer maneira, representam, como nós representamos também os nossos produtores. Então, a BR-364 me leva a pensar que pode haver um interesse para evitar que o Brasil tenha melhores condições de competitividade para exportação.

O SR. (Fora do Microfone)

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Acompanhando pelo jornal, não vi o Presidente Bush confirmar, mas já tivemos. Eu era relator de uma comissão muito importante, aqui, a Comissão do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, e quando o Presidente Carter foi eleito, no dia seguinte à posse, o vice-presidente foi mandado à Alemanha Federal, pelo Presidente Carter, para tentar impedir o prosseguimento do acordo. Quer dizer, pressão internacional nítida, indiscutível. De modo que isso, nós devemos levar em consideração que existe.

Quanto à correção do INPE, eles, no momento, se recusaram a fazer, mas vão fazer uma segunda versão do documento. O dado de 5,2% até por uma questão de brio, eles mantêm, porque estão mantendo, baseados numa série histórica que os outros também fizeram igual. Então, o grande argumento deles eu citei aqui; se os outros levaram em consideração a Amazônia Legal, eles também. Se os outros não levaram em consideração o levantamento antigo, eles também não. Estão cobertos quanto a isso, por isso é que não lhe atribuí, em nenhum momento, intenção dolosa. Agora, não é a realidade. Para mim não é. Acho que o documento de segunda versão do INPE deve ser o INPE exportado a apresentar o documento corrigido. É a resposta, Senhores.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, eu devia estar na Comissão de Relações Exteriores, relatando um projeto, mas como tinha conhecimento de que o nobre Senador Jarbas Passarinho iria apresentar o seu relatório preliminar, não poderia deixar de vir aqui e confesso a V. Ex^a que saio daqui satisfeito e orgulhoso como Senador, como membro do Senado. O trabalho do Senador Jarbas Passarinho dispensa elogios. Por si mesmo é um trabalho extraordinário, feito com métodos científicos. Um trabalho dessa natureza não pode ser ignorado por quem quer seja, pretenda ser um estadista ou administrar qualquer país, sobretudo o nosso, com o espírito de estadista. Quero, portanto, congratular-me com o nobre Senador, pelo seu trabalho extraordinário, e pedir permissão para me retirar e dizer que o meu voto é favorável. Não tenho vindo à Comissão, sou suplente, e a minha obrigação maior é ir às comissões em que sou titular. Sempre que possível, estaremos aqui, onde só teremos a ganhar e a aprender. Receba V. Ex^a as minhas congratulações; o seu trabalho é um trabalho sério, um trabalho rigorosamente dentro de princípios científicos, o trabalho de um patriota, de um homem que ama este País e que se debruçou e está examinando um dos problemas mais sérios do Brasil e por que não dizer, da atualidade. Parabéns, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Senador Chagas Rodrigues, antes que V. Ex^a

se retire, recolho o seu voto e quero dizer que o orgulho é deste humilde Presidente de presidir uma Comissão constituída de homens com o estofo de Jarbas Passarinho, de V. Ex.^a, de Ronaldo Aragão, de Mário Maia, de Francisco Rollemberg e de tantos outros que aqui têm ajudado — como membros ou não da nossa Comissão — os nossos trabalhos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues. Muito me incentiva o julgamento de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Senador Mário Maia.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr.^s e Srs.: quero confessar-me satisfeito com o relatório apresentado pelo nobre Senador Jarbas Passarinho, porque vejo que ele teve capacidade de sintetizar os depoimentos que foram feitos nesta Comissão pelos vários técnicos e cientistas convidados que aqui compareceram.

Não quero entrar no mérito da discussão dos dados que foram amplamente debatidos e tão bem colocados, concatenados e arrumados da melhor forma possível para que tivesse-mos uma compreensão mais sedimentada do que aqui foi dito até hoje.

Concluímos pela apresentação do relatório, que os dados manipulados pela imprensa e apresentados pelos técnicos que se utilizaram de dados, são diferentes, mas não tão diferentes que não nos causem preocupação. Eles variam de intensidade, mas mantêm uma faixa que é suficiente para termos preocupação cada vez maior sobre a nossa grande Região Norte, sobre a nossa Amazônia. E devemos dar graças a Deus que os dados não sejam aqueles exageradamente apresentados. Computadas todas as observações científicas, perto da realidade, apresenta-se um dado ainda de dramaticidade regular, mas não trágica. Realmente, há um processo crescente de desmatamento da Amazônia, como prosseguimento do desmatamento que ocorreu desde 1500, quando os europeus invadiram a América. Digo invadiram, porque aqui já havia populações indígenas que eram donas da terra na parte brasileira. A história registra 4 ou 5 milhões de pessoas; portanto, não se descobriu nada: os espanhóis e os portugueses invadiram territórios que já estavam ocupados. Verificou-se que de 1500 até o presente houve um desmatamento considerável no litoral, na Mata Atlântica. Os dados registram que restam cerca de 3% ou 4% da Mata Atlântica original, que se fazia contínua com a Floresta Amazônica. A partir de 1970 para cá, com os dados que foram aqui apresentados pelos cientistas e condensados pelo Relator, nobre Senador Jarbas Passarinho, verifica-se que, maior ou menor, 5%, 6%, 7%, 8%, ou 12%, há uma tendência crescente, à proporção em se registra esse crescimento a partir de uma data fundamental, que acredito que seria o marco de uma nova era de método de exploração de florestas, porque a partir de 1970 para cá, instrumentos de agressão à floresta, que eram basicamente o machado, o terçado e a foice e por vezes a serra manual, tocada à força

muscular, foram substituídos pela motosserra. A introdução da motosserra, esse aperfeiçoamento industrial incitou, parece-me, a capacidade de ocupação das áreas de florestas pelo desflorestamento. A partir desse levantamento, dessa grita universal que teve também um marco, que foi uma tragédia também acontecida entre milhares de tragédias que vêm acontecendo no Brasil e na Amazônia, uma se destacou, por sinal no nosso estado, espetacularmente Jarbas Passarinho, lá em Xapuri, que foi o assassinato de Chico Mendes, um seringueiro que tinha se projetado no noticiário nacional e principalmente internacional. O seu assassinato foi um marco para chamar a atenção para uma nova visão do estava ocorrendo na Amazônia.

Para não me estender mais, entendo que deste relatório preliminar já podemos até tomar algumas decisões. Já no princípio dos nossos trabalhos, com a apresentação de um relatório preliminar, já podemos tomar a decisão de recomendar aos órgãos executivos para que se voltem com maior cuidado para a Amazônia, dando a instrumentalidade através de recursos substanciais aos órgãos de pesquisa daquela região — o Museu Gpeldi, o Inpa — que estão à míngua de recursos. Recentemente, pedi uma informação; depois de duas semanas recebi um trabalho penosamente datilografado, batido, à máquina com fita velha, porque estava meio apagado, e junto uma carta do funcionário dizendo que lamentava o tempo que levou para responder, porque aquele trabalho havia sido feito com os recursos do próprio funcionário. Deste modo, creio que temos de incentivar o Inpa.

Assim sendo, se queremos levar, de agora para diante, mais a sério a Amazônia, esses órgãos devem dar os elementos necessários para que se faça uma exploração da Amazônia, com o fito de não só preservá-la, mas conservá-la, fazendo uma reposição das riquezas renováveis que sobre ela estão colocadas, como por exemplo a formação em todos os Estados de bancos de germoplasmas, de bancos de espécies, de bancos de mudas para quando se fizer um programa de desmatamento maior ou menor, tenha-se feito previamente o inventário da floresta existente, como ela será aproveitada e reposta nas suas espécies e heterogeneidade como a natureza estava, naturalmente enriquecendo mais aquelas espécies de maior valor econômico, como sói acontecer com a castanheira, a seringueira, o mogno, o cedro, a itaúba, a maçaranduba, o freijó, inúmeras madeiras nobres que existem. Que se faça um zoneamento também para ver onde fazer a implantação de pecuária, agropastoril, ou silvo-cultural. Que também se desenvolvam outros elementos de riqueza da Amazônia, como a piscicultura, o aproveitamento das várzeas, como repor as espécies vegetais nas terras firmes.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — A nossa terceira fase vai ser exatamente para examinar uma política nesse sentido.

O SR. MÁRIO MAIA — Então, isso tudo já nos indica que já temos elementos para fazer

uma recomendação sobre esta situação, e dar uma continuidade, uma perenidade à nossa ação, de agora por diante, porque nos temos feito várias tentativas, como "desenvolvimento da Amazônia"; muda-se de nome, tivemos a Sphevea, a Sudam, e se sente que assim as preocupações com a Amazônia têm sido, do ponto de vista do Poder Central, espasmódicas, têm sido como um pulsar; ela, às vezes, é intensa e, às vezes, se arrefece e fica quase dormitante.

Então, que haja uma continuidade sob a visão técnica e científica para que tenhamos uma Amazônia realmente dos brasileiros, a serviço do Brasil e também do mundo, porque só assim nós poderemos realmente dar uma resposta internacional, tendo-se uma preocupação mais profunda, e baseados no relatório do Senador Jarbas Passarinho nos já, de início, temos essa satisfação de encontrar as veredas neste relatório tão bem feito.

Concluindo, quero parabenizar esta Comissão, congratular-me com meu confratão amazônida e acreano e declarar que me sinto muito honrado, muito orgulhoso de estar pertencendo a esta pleiade de políticos que têm como Presidente um Leopoldo Peres e como Relator um Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Antes de passar a palavra ao Sr. Relator quero me penitenciar por uma omissão, porque o Senador Chagas Rodrigues estava sentado ali na frente e deixei de citar um dos membros mais conspicuos desta Comissão, que é o Senador Ney Maranhão, meu velho amigo e que além do mais este representante pernambucano traz no nome aquele hífen entre o Nordeste e a Amazônia que é o Estado do Maranhão. Desculpe-me prezado amigo.

Com a palavra o senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, agradeço muito as palavras do meu fraterno amigo senador Mário Maia e, acho que as colocações que S. Ex.^a fez são altamente pertinentes, porque agora é que nós vamos chegar ao ponto crucial. Estávamos até agora discutindo números e alguns mitos, mas, agora, devemos chegar exatamente a um trabalho que pode ser muito útil para nós, que eu sugeri, como vamos analisar as três fases da ocupação da Amazônia?

A primeira fase inteiramente com espontaneísmo; a segunda fase já apareceu o problema da Shevea, quando se criou — o constituinte de 46 — criou aqueles 3% que deviam ser havidos da renda tributária da União e aplicados na Amazônia; nenhum Presidente da República aplicou, todos eles deixaram de aplicar. Isso é crime de responsabilidade, mas nenhum foi submetido a isso.

E, finalmente, a terceira fase que é essa do pólo-amazônia, que gerou a possibilidade de aplicações de grandes empresas.

Outro dia discutia com um Deputado do PT que dizia: "Não, a gente pode falar da Amazônia, tentar defender a Amazônia num discurso, por exemplo, como este que faz o senador Ronaldo Aragão porque o Governo já já aceitaram a internacionalização da Ama-

zônia há muito tempo, porque lá existem multinacionais."

Eu replico: "Neste caso então o Estado de São Paulo é o mais internacionalizado do mundo, porque a Volkswagen está lá, a General Motors, a Shell, tudo está lá em São Paulo, então, se esse fosse o critério de internacionalização, o primeiro Estado que estaria totalmente vendido seria o Estado de São Paulo. Não tem sentido.

Agora, o escândalo se fez porque, por exemplo, quando a Volkswagen fez a compra de uma área muito grande de terra e fez a queimada para transformar aquilo exatamente em pasto, houve o primeiro escândalo que foi este incêndio detectado pelo satélite. Então, aí, ocorreu logo o grito de que estavam acabando com a Amazônia em nome de uma multinacional alemã e isto criou o problema.

Mas, acabo de sugerir ao Presidente que nós pudéssemos já pensar nesta reunião antes dela encerrar, quais seriam os novos depoentes que nós chamaríamos aqui para discutir este tipo de matéria.

Lembro que a palestra do Dr. Alvim deve ser um referencial para nós. Lembram quando ele mostrou uma parte que responde ao Senador Mário Maia, que é o zoneamento, qual a área da Amazônia vocacionada para a agricultura? Podemos fazer agricultura lá ou não? Podemos. Agora, em toda ela, não.

A Embrapa ofereceu um mapa que está no meu gabinete onde há uma área do Estado do Amazonas que a Embrapa considera completamente inútil para qualquer tipo de atividade exploratória; nem é própria para extrativismo geral, nem para pasto, nem para agricultura. É uma área enorme, deve ser maior que o Estado da Bahia, está inserida no Amazonas.

Mas, há um perigo para a terra do meu nascimento que o senador Mário Maia representa com tanto brilho aqui na Casa. É que as terras do Acre são consideradas pela Embrapa as mais férteis e as mais indicadas para a agricultura, então lá vamos nós ter um problema com o desmatamento do Acre ou tentativa das reservas extrativistas, que praticamente é uma eliminação das propriedades privadas, é apenas a coletivização; então, enquanto o Gorbachev está fugindo da nós vamos para. Isto é preciso ser analisado com cuidado em relação à política de ocupação.

Sugeriria o seguinte, que um dos primeiros passos que nós devêssemos dar é analisar o programa do Governo, este Programa Nossa Natureza, que foi remetido para cá.

Discutir, por exemplo, as questões das hidrelétricas, vamos deixar de fazê-las? Essa questão de que a Eletrobrás vai inundar... O que nós verificamos aqui por um dos depoentes, é que se ela executasse tudo que está previsto até o ano 2010 inundaria 2% da área; agora, 2% da Amazônia se desse petróleo nós estávamos na OPEP. Esse é o problema da grandeza da Amazônia.

Mas, acho que a colocação do Senador Mário Maia é extremamente pertinente e nós devíamos ganhar tempo porque vamos ver se nós mostramos que esta CPI, ao contrário do

que se diz por aí, tem resultados positivos. E a nossa data fatal da primeira convocação é dia 30 de junho, nós temos um mês ainda para fazer isso e podemos chegar lá.

Agradeço muito as palavras do meu amigo.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, se me permitisse complementar?

As terras do Acre são as mais férteis e, portanto, são objeto da cobiça de ocupação. Mas, realmente, nós podemos fazer o zoneamento lá, levando em consideração inclusive a partir da indicação da natureza, da floresta, como já foi referido em outra oportunidade, que é uma característica singular, já na composição da floresta, na extensão territorial do Estado do Acre.

No Vale do Juruá é sabido popularmente que não existe a castanheira, só existe as seringueiras. A exploração do extrativismo da borracha complementado pela castanha, essa atividade econômica não existe no Vale do Juruá, só o extrativismo da borracha, porque lá não há castanhas.

Já entre o Vale do Purus e o Rio Madeira naquela mesopotâmia, é a maior mancha de incidência na Amazônia Ocidental de castanhas, onde as terras são férteis também. Interessante é que no Vale do Juruá a partir do Purus para o Ocidente, as terras são mais férteis, segundo estudo da Embrapa, porque realmente, coincide com o solo ondulado, cheio de morros, onde forma nos entremorros a camada do úmus, que deve ser bem maior do que na planície, no leste, onde pode-se fazer um zoneamento, um manejo de adaptação. De modo que, daí, a necessidade de zoneamento e estudos científicos.

Agora queria, Sr. Presidente, dentro do contexto da próxima reunião, na oportunidade, sugerir também não sei a fase se nós vamos convidar ou convocar novas pessoas, queria apresentar a sugestão que é importante, porque o tempo também urge, que nós ouvíssemos o Sr. Presidente e o Sr. Relator poderiam estudar a possibilidade — uma vez os candidatos a Presidente homologados pelas suas convenções, serem chamados a comparecer a esta Comissão, para dizerem à Nação, através desta Comissão, o que pensam da Amazônia. Então, todos, indistintamente, seriam convidados a vir aqui para dizerem o que pensam e o que pretendem da Amazônia e o que fazer com ela.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É extremamente importante, mas nós vamos prorrogar o prazo. São 11 candidatos, ou 12, 15, sei lá quantos!

O SR. MÁRIO MAIA — Mesmo se for necessário prorrogar o prazo, acho que seria um trabalho que esta Comissão prestaria à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Também creio. É um assunto da maior importância, e creio que a sugestão de V. Ex.^a merece acolhida da Comissão.

Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, também sugiro que se convide, para depor na próxima terça-feira, o ex-

Presidente da SUDAM, o Sr. Heury Kayath, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, o Professor Samuel Beuthimol e, por último, o Presidente da Embrapa. São Pessoas que vão dar depoimentos muito importantes nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está acolhida a sugestão de V. Ex.^a

Com a palavra, para as considerações finais, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Bem, meus estimados Colegas da Comissão. Eu dediquei, realmente, algumas horas importantes da minha vida, na tentativa de aprender coisas. Não foi fácil, por exemplo, aprender o efeito estufa. Eu tive que ler, reler e chegar a determinadas conclusões. E depois, menos fácil ainda, foi isso que o Senador Mário Maia falou, que é consolidar números tão díspares.

Uma das sugestões também que eu faria, Sr. Presidente, era paralelamente, não para ser ouvido, mas paralelamente como recomendação da Comissão, pedir ao IBGE e ao Projeto Radam que com a maior brevidade possível, e sem prejuízo, portanto, sem comprometimento científico, chegassem a um número que correspondesse ao mais aproximado da superfície coberta pela floresta amazônica. Porque, como salientei, nós temos Clara Pandolfo com 260 milhões de hectares; Fao com 350; o documento original do INPE e do IBDF foi 280 e há documentos com 370 trazidos pelo Dr. Vitor. Então, cada um traz um número, e isso para nós é muito importante para que possamos chegar ao fim, a uma relação, uma relação entre a área desmatada e o mato, a área desflorestada e a floresta. Com isso poderíamos fazer, independente de ouvidos, uma solicitação nesse sentido.

Na parte política, que foi levantada, inclusive ainda há pouco, pelo Senador Ronaldo Aragão, há um fato importante que como Relator quero submeter aos meus Colegas de Comissão: Há meses, quando iniciamos os nossos trabalhos, um Embaixador do Brasil em Washington, deu uma declaração — e eu tenho o recorte do jornal *O Globo* — de que havia na verdade, por trás de toda essa campanha internacional, um objetivo de países industrializados, que estão no Primeiro Mundo, de não deixar o Brasil chegar ao Primeiro Mundo.

Ora, isso dito por um Deputado, por um Senador já é importante, quanto mais pelo Embaixador brasileiro em Washington, que vem acompanhando a repercussão que nos Estados Unidos da América está havendo a esse respeito; coisas, como eu disse, que fazem, como vimos, não apenas a presença do nosso Cacicque Raoni, que, apoiado no cantor Sting, levou a sua pessoa para ser recebido, parece-me até, com honras próximas de um Chefe de Estado, e terminou em Milão. Veio lá da França e terminou em Milão, e cada vez se faz mais um movimento em torno disso. Eu não tenho nada com isso. Acho até que o Sting foi muito simpático.

Certa vez, já referi num artigo, eu fui visitado por um personagem alemão, que se propunha a dar, através de uma fundação, auxílios para que o Brasil pudesse ter recursos humanos

treinados para melhor manejo da floresta. Eu concordei plenamente, depois tive a alegria de receber, não do Embaixador mas do Encarregado de Negócios da Alemanha Federal, uma carta nesse sentido, colocando à disposição.

Conversei com Diplomatas do Canadá, também disse que eu gostaria muito de ter uma polícia montada florestal no Brasil, se nós pudéssemos ter para poder acompanhar isso aqui.

Então, é o momento em que podemos chegar à parte fundamental dos trabalhos da CPI. É termos a humildade suficiente de saber que dispomos de um patrimônio que é nosso, mas que faz referência ao mundo, porque não é possível devastá-lo sem que nós sofram e o mundo também sofra. E ao mesmo tempo, entrar no Direito Internacional Público, e discutir com o Dr. Mitterand e com o Dr. Gorbachev que diabo é soberania relativa. Isso seria importante nós fazermos.

De maneira que, quando eu falo aos meus prezados Colegas, o faço numa linguagem que me parece ser uma linguagem parlamentar, porque com a Revolução Francesa, que está aí com 200 anos, todo mundo passou a cidadão. Depois de matarem o Rei, a Rainha, todo mundo então virou cidadão. O cidadão isso, o cidadão aquilo... Depois veio a Revolução Bolchevista e passamos a camaradas. E agora, aqui no Congresso Nacional só vejo companheiros — o companheiro, a companheira... Eu ando preocupado com isso, porque o parlamento burguês trata de V. Ex.; de maneira que agradeço muito, Sr. Presidente, a atenção que me deram, foi um dos dias mais frequentados na nossa Comissão.

O problema da Imprensa. Eu sugeriria, se V. Ex. e os Senadores concordarem, que nós entreguemos a ela apenas as conclusões. A Imprensa não está interessada em muito tempo, para saber o que é efeito estufa, qual é o dado número tal. Mas as conclusões a que a Comissão chegou num relatório preliminar aprovado. Se concordarem, nós poderíamos passar.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Perfeitamente, determino à Secretaria as devidas providências.

Está em votação o relatório. Eu já tomei os votos dos Senadores Chagas Rodrigues e Nabor Júnior, que são favoráveis. (Pausa.)

Está aprovado.

Agradeço a presença de representantes diplomáticos a esta reunião, a presença da Imprensa e de todos os brasileiros que aqui estão, interessados nos destinos da Amazônia, do Brasil e alguns até do mundo. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

11ª Reunião, realizada em 6 de junho de 1989

Aos seis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres (Presidente), Jarbas Passarinho (Relator), Mário Maia, Aluízio

Bezerra e Nabor Júnior, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as denúncias sobre a devastação da hileia amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias. Presente, ainda, o Senhor Senador Carlos Patrocínio. Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Ronaldo Aragão, Odacir Soares, Edison Lobão e Teotônio Vilela Filho.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada.

A seguir, convida o Dr. Henry Checralla Kayath, ex-Superintendente da Sudam para tomar assento à Mesa.

Com a palavra o Senhor Senador Jarbas Passarinho, presta alguns esclarecimentos preliminares ao depoente.

Com a palavra, o depoente inicia sua explanação, tecendo algumas considerações sobre: pólo-amazônico; a amazônia continental; formações vegetais na amazônia legal e as regiões fitoecológicas. Aborda, ainda, o estudo integrado das potencialidades naturais, zoneamento e o convênio Sudam/IBGE realizado em janeiro de 1988, com o objetivo de estudar a consolidação de dados e informações existentes.

Finalizando, fala sobre o programa de desenvolvimento florestal e pesquisas tecnológicas.

O Senhor Presidente suspende os trabalhos por cinco minutos.

Reabertos os trabalhos, passa-se à fase interrogatória quando usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Mário Maia, Nabor Júnior e Jarbas Passarinho.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Kayath e encerra os trabalhos da Comissão às doze horas e quarenta minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e assinada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 10, de 1989, DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA HILÉIA AMAZÔNICA E A PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NESSAS DENÚNCIAS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. HENRY CHECRALLA KAYATH, EX-SUPERINTENDENTE DA SUDAM, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Leopoldo Peres
Relator: Senador Jarbas Passarinho
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Estamos aqui reunidos, hoje, para ouvir, na qualidade de convidado, o Sr. Henry Kayath.

que até há bem pouco tempo administrava a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia, Sudam. Acredito que a sua exposição será de muita valia, para os propósitos desta Comissão.

Tem alguma sugestão a fazer Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu acho que seria interessante começar pela exposição do convidado, e depois, então, nós faremos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao Dr. Henry Kayath.

O SR. HENRY KAYATH — Eu desejo de início...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Desculpe-me interrompê-lo por um momento, Dr. Kayath. A Comissão tem três fases. As duas primeiras fases já foram praticamente esgotadas e resultaram num relatório preliminar que foi aprovado pela Comissão.

Na primeira fase era chegada a um número confiável do que realmente está desmatado da floresta Amazônica. E a nós não interessava saber que parte da Amazônia Legal que não sendo floresta estava queimando. Quer dizer, que não caracterizaria uma agressão à floresta. O grande objetivo da parte internacional. Então, chegamos um a número confiável, por parte, especialmente, do relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais comparado com o INPE, comparado com alguns órgãos estrangeiros também, assim como é o do assessor do Banco Mundial. Depois eliminamos o mito do chamado "pulmão" da Amazônia, Amazônia como pulmão do mundo. Chegamos a uma participação já do Brasil, de algum modo preocupante, no chamado "efeito estufa". E, agora, seria o objetivo fundamental chegou a análise uma espécie de balanço das diversas políticas de ocupação da Amazônia. E entre elas, fundamentalmente, a crítica positiva ou negativa do pólo amazônico. Isso seria o fundamental; o Sr., Como Superintendente da Sudam teve a aplicação dessa política em projeto, se traduz nos projetos aprovados, e uma das críticas que aconteceram, aqui, normalmente, por depoimentos anteriores, Dr. Alvim, e outros mais, era quanto à questão da pecuária se os projetos de pecuária deveriam prosseguir ou não. Então, o objetivo nosso era praticamente obter do Sr. uma exposição a respeito dessa política de ocupação. Se quiser voltar à origem, desde a quando ela teve um tipo de política de ocupação, até chegar ao Polamazônia, enfim, ficaria ao seu critério.

O SR. HENRY KAYATH — Eu quero agradecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia, a gentileza do convite que me fez para vir aqui prestar alguns esclarecimentos, sobretudo pela vivência, não somente como Superintendente, mas, também, por outros cargos públicos que eu já assumi no meu Estado, no Estado do Pará, e dizer a V. Ex. que as colocações feitas pelo Senador, não são aquelas que eu recebi na sexta-feira quando eu recebia o convite. Eu teria que falar ou dizer alguma coisa sobre devastação da Amazônia e a participação estrangeira sobre

esse mecanismo. Mas me agrada muito que as coisas tenham mudado um pouco, porque é importante que numa colocação da Comissão Parlamentar tragamos aqui experiência de vida e as transformações que assistimos dentro da Amazônia, e as soluções que buscamos para que, num debate amplo, V. Exª tomem conhecimento do que se fez, do que se está fazendo, e a retificação de rumos que adotamos.

No que diz respeito especificamente ao Polamazônia foi um programa existente desde a década de setenta, um pouquinho antes da década de setenta, e que em 1985, com a assunção do Presidente Sarney, esse Polamazônia foi desativado. Então, o Programa Pólo Amazônia, entendido como Pólo, escolha de determinadas regiões na Amazônia para lá intensificar as ações, foi desativado a partir de 1985. Tanto que, em 1985, 1986, o trabalho da Sudam foi exclusivamente no sentido de não perder imenso acervo de informações gerados pelo Programa Polamazônia, evidente que não poderíamos ficar parados, ver desativado um programa e não substituí-lo por um outro tipo de ação na Amazônia. E, no decurso em que falamos veremos como as coisas aconteceram na Amazônia em substituição ao Polamazônia. Essa desativação eu devo, por dever de justiça, dizer que a iniciativa não partiu da Sudam. A Sudam não pleiteou e não propôs extinção do Polamazônia na sua concepção original. Foi uma determinação do Ministério do Planejamento da Presidência que achou de fazer uma integração de planejamento no País e, como tal, o Polamazônia foi excluído desse processo de ações governamentais na Amazônia. Nós o substituímos por outras ações, como veremos.

Diante disto, então, eu vou expor a vivência e a experiência da Sudam na Amazônia.

Desde 1985 para cá, nós temos lido e sabido de manifestações sobre a Amazônia, manifestações essas que são feitas uma na Amazônia mesmo, outras no resto do Brasil e outras no mundo, e nos assustou muito quando todas as vezes em que fazíamos comparações entre os dados e as informações que nos chegavam com os dados que dispúnhamos e nós encontrávamos, frequentemente, uma grande diferença entre as informações que a Sudam dispunha e as informações que apareciam — da Amazônia, do Brasil e do mundo — e ficamos muito preocupados no momento em que, baseado nas informações existentes, tínhamos que planejar, programar uma ação na Amazônia, ficávamos com as mesmas dúvidas que, hoje, V. Exª têm e que todos nós estamos tendo. Vamos confiar em que dados para planejar corretamente a Amazônia. A nossa preocupação, então, logo de começo, em 1985, foi sabermos quais são os dados confiáveis. Em princípio, todos os dados eram válidos mas, dentro daqueles dados diferentes sobre a Amazônia, nós tínhamos que ficar com alguns para termos, pelo menos, coerência de trabalho.

Vou projetar algo sobre isto para que V. Exª percebam que essas informações são diferentes, são diversas, conforme a fonte em que

elas são colhidas e muito me agrada saber que, agora, aqui na Comissão, esses dados já estão como que ajustados de tal maneira que passamos a ter um dado confiável para a Amazônia e que todos passem a usar esse mesmo dado.

Por favor, queira projetar. (Pausa.)

Essa primeira transparência é importante porque na literatura mundial tem aparecido Amazônia e sempre se fala em termos de Amazônia. Eu vou mostrar para os Senhores porque essas confusões numéricas que aparecem em relação e a dificuldade que nós tivemos.

Aqui está a tentativa de mostrar a Amazônia Continental. Essa Amazônia Continental é essa que está em róseo e, dentro da Amazônia Continental, a Amazônia Brasileira. A área total da Amazônia Continental é de 7 milhões e 902 mil quilômetros quadrados. Qual a importância de eu dizer isto? É porque nós — e, agora há pouco, o nobre Senador Mário Maia estava me falando — nós não podemos pensar na Amazônia como uma área estranha ao conteúdo ou ao continente a que ela pertence. Então, esta Amazônia Brasileira faz parte de uma Amazônia Continental que, por sua vez, faz parte da América do Sul que, por sua vez, faz parte da Terra e do Universo. Qualquer solução a pensar sobre a Amazônia, tem que pensar na sua integração com o resto do Universo, e observem que, pela participação física de uma Amazônia Brasileira, tomando 70% da Amazônia Continental, é natural que as soluções encontradas na Amazônia Brasileira, com certeza, refletirão na Amazônia Continental e vice-versa: tudo o que acontecer na Amazônia Continental poderá ter reflexos na Amazônia Brasileira e isto é muito importante por causa do nosso Pacto Amazônico. Então, nós somos líderes dentro da Amazônia Continental, aquilo que nós fizemos aqui, servirá de reflexo, de paradigma, para o que acontecer na Amazônia Continental e, aí, então, cresce a nossa responsabilidade de darmos as soluções adequadas para os mesmos problemas da Amazônia Continental, que são os mesmos, não há diferença entre os problemas da Amazônia Continental e os da Amazônia Brasileira. São os mesmos, mas nós temos, como brasileiros, a grande responsabilidade de acertar, porque nós seremos certamente o espelho para as soluções encontradas na Amazônia Continental.

Vejam que o número de sete bilhões, novecentos e dois, é o do Pacto do Tratado de Cooperação Amazônica.

Observem que na Amazônia Continental — aqui já está-se vendo o que é Amazônia Continental — há a parte da Amazônia Brasileira e o resto da Amazônia Continental. Coloquei aqui a participação de todos os países desse Tratado de Cooperação Amazônica: o Brasil com 63 e os demais que aí estão. Reparem que a porcentagem de cada um dos países que faz a Amazônia Continental, com os mesmos problemas, com a mesma identidade, o Brasil realmente tem a maior expressão e, por isso, a maior liderança.

Observem um dado, aqui: no Tratado, a Amazônia Brasileira tem 5 milhões e 29 mil km². Fonte: Tratado de Cooperação Amazônica, portanto, uma estrutura extremamente idônea na informação.

Observem a Amazônia Brasileira, que é constituída por nove Unidades da Federação. Aqui já não temos mais Goiás, é o Estado de Tocantins, e a fronteira deixou de ser esse paralelo, para ser recortado todo ele por causa dos municípios cuja sede estão dentro ou fora.

Então, esta área que aqui está, ainda mantivemos 5 milhões e 29, o mesmo valor do Tratado de Cooperação Amazônica, que é a Amazônia Brasileira, cujo interesse da Comissão é de participar a floresta. Reparem que o valor passa a ser de 280 milhões de hectares de floresta, sendo 20 milhões de várzeas. É preciso observar que este número de 20 milhões que aí está colocado ainda é o número oficial que nós contamos como Amazônia Continental.

Outro dado importante nesses 20 milhões, não diz respeito aos afluentes principais do rio Amazonas, nem da margem esquerda, diz mais respeito à calha principal do rio Amazonas.

Observem, nesta outra transparência, as formações vegetais. Eu estou chegando ao tema específico que é o que nós vamos falar.

Observem que a Amazônia Legal que aí está, aquela Amazônia que foi definida por lei, apresenta do ponto de vista de cobertura vegetal, características diferentes. E vejam que os números já começam a modificar.

Floresta de terra firme, que é exatamente esta área branca — esta parte é floresta de várzea, parte branca — observem que os valores já começaram a mudar.

Floresta semi-úmida é esta que aqui está, o cerrado, que não faz parte do que nós vamos falar e, então, nós vamos nos limitar a esta região daí para cima. Quando se falou na Hileia, quando se falou na floresta da Amazônia brasileira, nós vamos excluir cerca de 1/3 daquele número que nós estávamos falando há pouco.

Observem que o total já começou a mudar: 5 milhões. Há pouco eram 5 milhões e 30 e, agora, nós já estamos com 5 milhões.

Acho que a preocupação de encontrarmos os números certos, em virtude da imensidão geográfica que constitui a Amazônia é irrelevante. Por quê? Porque se nós colocarmos esse número 39 ou 5 milhões e 5, etc, em relação ao total, passa a ser um erro que se pratica da ordem de 0.0 qualquer coisa. Isso não invalida os fatos que estão acontecendo na região, mas eu acho que nós não devemos ficar muito preocupados se o número tem um erro da ordem de 0.0 alguma coisa, pois isso não invalida o básico essencial das afirmações e dos trabalhos que se fazem nesse sistema.

É o mesmo, para mostrar coisas mais importantes: a floresta densa e a floresta aberta e a distinção entre uma e outra, em termos de tópicos, chega a ser quase 70% da Amazônia inteira. Nós temos de cerrados, 17 e campos naturais, 6,9.

Observem que esses números podem não coincidir com outros números, mas não haverá grandes diferenças em torno disso. Mais uma vez, digo que como é percentual, as diferenças efetivas que podem acontecer no número são irrelevantes para o problema de planejar, de determinar certas ações na Amazônia brasileira, sobretudo na parte florestal.

A nossa preocupação na Sudam, uma vez definida a área aproximada da realidade da verdade, buscada de várias fontes, é colecionar as informações necessárias para saber o que fazer. Vocês sabem que a minha formação é de médico e, como tal, antes de planejar o tratamento, eu tenho que diagnosticar. Então, a minha preocupação não é fazer com que a Sudam diagnosticasse tudo; o que não podia admitir, como de fato não acontece, é que o conhecimento da Amazônia começou em 85. Os conhecimentos e as informações a respeito da Amazônia começaram desde a época da SPHVEA e muito antes. Então, o esforço de todos esses brasileiros, de estudiosos, das universidades, da iniciativa privada na Amazônia produziram informações válidas, cientificamente corretas, apenas estavam dispersas, apenas estavam difusas. A manipulação dessas informações era muito setorizada: cada um interpretava os dados da maneira que lhe convinha. Então, a preocupação da Sudam em 85, foi colecionar, juntar essas informações e fazer o trabalho que os senhores fizeram aqui, que eu ouvi há pouco: juntaram várias informações para chegarem a uma informação válida — foi isso que nós fizemos a partir de 85.

Esses dados, na floresta, permitiu-nos fazer um zoneamento de árvores — essas informações já existiam, nós as completamos, juntamos as informações e conseguimos em 65 espécies de árvores, determinar a sua localização na floresta amazônica. Eu trouxe aqui apenas um esquema para que os senhores percebam que isso foi feito. São informações que só nós temos, que só o Brasil tem, que foram feitas por brasileiros, por amazônidas, por técnicos, por cientistas da Amazônia que produziram aqui e ali informações, e as publicaram — faltava apenas nós as juntarmos. Isso vem desde o esforço da SPHVEA, que foi criada para esta finalidade. Daí em diante, as coisas foram acontecendo e, a partir de 85, eu tive o cuidado de consolidar essas informações.

Hoje nós temos, por exemplo, nessa legenda que aqui está, a distribuição dessas árvores, quando se sabe que as árvores na Amazônia não são todas elas heterogêneas e todas elas da mesma qualidade. A densidade varia, a estrutura qualitativa de cada área é diferente — isso todo mundo dizia, mas não se quantificava e é o que nós estávamos fazendo desde 85: colecionar informações existentes.

Nós temos o número estimado de 50 bilhões de m³ de madeira, sendo apenas 15 bilhões comercializável. Ora, nós temos uma biomassa estimada de 50 bi e comercializável 15 — 1/3 apenas. Então, esta diferença existente aí tem um potencial econômico. O que fazer com ela? Que soluções damos a ela? Que soluções mais adequadas damos aos

15 bilhões de m³ que existem comercializáveis, para que ela seja aproveitada na totalidade, e não como agora, quando apenas 12% dessa madeira é aproveitada. E 12% não é 12% de 15, não; se nós extrairmos uma árvore, 12% apenas é vendido e 88% fica na mata perdida, como fonte de energia perdida, como fonte de transformação perdida e uma série de coisas assim.

Aí foi que começou para a Sudam a preocupação de dar a resposta adequada e planejar as suas ações. Eu pergunto: "Nós sabemos disso — o estrangeiro sabe?" Não. Por quê? Porque ele está preocupado apenas em receber comercialmente a madeira, os 12%, e nós ficamos com o ônus. Eu pergunto: "O estrangeiro está realmente falando da gente, mas ele não estabelece um preço bom para que os 12% da nossa venda de madeira cubra os 88% que ficam destruídos. O ônus é nosso, nós não lucrarmos, os benefícios não são nossos, são deles.

Então, esse aspecto do que nós fazemos com a nossa floresta em relação ao mundo é muito importante, porque o aspecto comercial econômico não pode ser esquecido nunca.

Vejam por aqui que esse é apenas um esquema. Nós já zoneamos 65 espécies. Quando eu digo "nós", estou falando de há dois meses, de agora por diante eu não sei como está, mas 65 espécies são zoneadas.

A mesma coisa fizemos com o solo. Reparem o mapa esquemático dos solos da Amazônia, o que mostra a heterogeneidade dos solos amazônicos. Evidente que como há heterogeneidade de solo, heterogeneidade da cobertura florestal, há uma heterogeneidade de clima, há uma heterogeneidade de correntes, há uma heterogeneidade de recursos hídricos e etc. Todas essas variáveis juntas formam uma unidade, uma microrregião, cuja solução é diferente da outra.

Então, quando o mundo procura uma solução única para a Amazônia, já começa errando, porque não existe uma solução única para a Amazônia. Cada região terá suas características específicas, climáticas, etc, de cobertura vegetal, de natureza de solo, de aptidão agrícola, tem que ter um tratamento diferente. Daí, o ordenamento ser absolutamente necessário, mas não esse ordenamento que andam falando aí, não esse ordenamento. O ordenamento em que o satélite diz tudo, pretende dizer tudo. O ordenamento de que nós, da Amazônia, precisamos e queremos, é o ordenamento em que a parte física, a parte biológica e a parte social estejam integradas para fazer o ordenamento adequado. Isto é o que está faltando, o satélite só dá isto. Dá uma distribuição, um zoneamento físico. E o resto? Então, o que se fala aí é apenas aquilo que o satélite mostra e vamos ver que o satélite não é infalível.

Então, preocupado com isso, o Brasil já vinha fazendo, pelos seus estudiosos, esses levantamentos na busca, numa tentativa de conseguir a unidade de informações físicas, biológicas, etc. E o primeiro esforço foi feito pelo Projeto Radam, em que a primeira fase foi

esta; a segunda fase, esta e a terceira é esta, cobrindo toda a Amazônia Legal. Evidente que, como primeira impressão, o Projeto Radam foi excelente, porque, a partir daí, o Brasil passou realmente a, baseado em dados científicos, planejar, a programar a Amazônia. Não é suficiente, porque o nível de informações que o Projeto Radam dá, são insuficientes para a busca de projetos de profundidade.

Para completarmos os estudos do Radam — vejam bem que eu estou me situando apenas na questão de informações, a necessidade que temos de ter informações corretas, para planejar e programar a Amazônia. Então, partindo do Radam, a nossa preocupação foi fazer um pré-zoneamento. O que significa isso? É tomar todas as informações existentes no Radam; pegar todas as informações geradas no IBDF; pegar as informações geradas pela própria Sudam; tomar as informações das universidades, dos estudiosos, as manifestações de organizações não-governamentais e tentar fazer um primeiro mapa, uma primeira distribuição, um primeiro plano que nós chamamos de pré-zoneamento e que, por aí, saiu espalhado como zoneamento. Não zoneamento, é um pré-zoneamento, em que usamos quatro temas: o início foi feito em janeiro de 88. De 85 a 87 o nosso trabalho foi buscar essas informações, foi capacitar recursos humanos capazes de estudar todos da Amazônia, é preciso que eu cite bem isto, para mostrar que há uma necessidade de darmos valor aos técnicos e aos cientistas que estão na Amazônia, porque eles têm capacidades de fazer. Então, essas pessoas que trabalharam nisto, são pessoas da Amazônia; não são pessoas do Pará, só, são de toda a Amazônia. Juntamos estas informações todas e levamos dois anos e senti, em 1987, a necessidade de termos um instrumento capaz de estudar, corretamente, as informações tecnológicas modernas e, por incrível que pareça, verificamos que a Amazônia não tinha capacidade de fazer o estudo das imagens do satélite. Por isto, em 87, nós criamos o Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia. Fizemos um acordo, um convênio com o INPE e o INPE nos assessorou, nos deu a consultoria técnica, e inauguramos em outubro ou — novembro de 87 o Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia. É o primeiro Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia e está servindo à Amazônia brasileira e, agora, eu deixei, em 88, servindo aos países do Pacto Amazônico. Recebemos pessoas dos países vizinhos que, também, não dispõem do Centro e a Amazônia passou a ter um Centro de Sensoriamento Remoto da melhor qualidade de equipamento, porque nós compramos a última geração e treinamos o nosso pessoal, o pessoal da casa, nas instituições, tipo INPE, e em outras instituições estrangeiras e o nosso pessoal, pessoal da casa, está extremamente capacitado para trabalhar, com a vantagem sobre os outros Centros de Sensoriamento que existem por aí... que existe em São José dos Campos, que existe em Washington, que existe na Rússia. Por que a diferença? É porque as imagens estudadas em São José, estudadas em Wa-

shington, estudadas na Rússia, essas imagens não têm a confirmação física, no local. A imagem é uma fotografia que tem apenas uma eficácia, uma eficiência de trinta metros, e, agora, com os novos satélites podem fazê-las até dez, pode dar imagens errôneas da realidade, porque aquela imagem pode não interpretar corretamente o que está acontecendo no espaço geográfico.

Então, nosso sistema de trabalho com o Centro de Sensoriamento é diferente: analisamos as mesmas fotografias e confirmamos a interpretação com a visita ao local. Então, a soma de informações reais, verdadeiras, corretas, na interpretação das fotografias, ninguém no mundo tem, nem mesmo o Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais de São José dos Campos, mas não é por incapacidade, é porque eles estão longe e nós estamos aqui. Qualquer dúvida numa imagem fotográfica em que aparece uma determinada cor e que fiquem alguma dúvida, as equipes se deslocam, por barco, por montaria, por avião, seja por que for, e vão checar aquela cor com a realidade e aí têm uma interpretação temática correta, coisa que os outros não fazem. Então, quando eu vejo a imprensa internacional dizer que "Washington disse...", eu tenho minhas dúvidas, porque ele se baseou em imagens fotográficas, que não têm 100% de verdade ou podem ter as suas falhas que vão além do percentual admitido numa investigação científica de erro. Nós sabemos que, para dar confiabilidade a um dado científico, tem que ir, no máximo, 5%, no máximo; além disto, os dados têm que ser olhados com muita reserva.

Nós não praticamos esse tipo de erro; não porque somos melhores, mas é porque estamos lá. Qualquer dúvida, ela é, imediatamente, esclarecida, porque eles vão lá, olham, conferem. E quantas vezes, a partir daí, os técnicos do INPE, a turma de Washington, do Banco Mundial, quando nos visitam, ficam surpresos de ver a qualidade do trabalho feito por nós. Nós, quando digo, não sou eu, nós, quando digo, somos os amazônidas. E ficam surpresos de ver a qualidade técnica-científica da mesma fotografia que eles deram uma interpretação lá em Washington e a nossa fotografia... porque o satélite é o mesmo, e o Landsat mas a interpretação nossa é mais profunda, é mais perto da verdade do que a deles.

Então, o que eles divulgam a respeito da Amazônia, nós temos que pensar muito antes de aceitá-la plenamente, porque eles cometem o erro de interpretação fotográfica. Não digo que seja de 100%, mas existe, por causa das razões que estou dando a V. Exª que nós, da Amazônia, não praticamos.

Então, baseados nisso, é que em 88 a Sudam programou, para um prazo de execução de doze meses, com um gasto de 23.228 OTN que é a moeda forte que tínhamos — para fazer um estudo integrado dos recursos naturais através da consolidação dos dados e informações existentes. Vejam bem, nunca foi a minha preocupação dizer que nós criamos tu-

do, que nós fizemos tudo. O mérito que a Sudam tem é de juntar as informações e dar a ela um tratamento científico que pudesse ter dados aceitos internacionalmente. Nós queríamos — e pretendemos — que os dados da Amazônia sejam reconhecidos mundialmente e, não ao contrário, que os dados do mundo queiram que a gente os aceite, na Amazônia, como verdadeiros. Nós queremos mudar esta colocação. Mas, mudar como? Para discutir cientificamente. As comparações de nossos números nem sempre coincidem com os números internacionais, por esta razão os por metodologia científica. Aliás, eu li uma entrevista do Senador, em que falou que os dados atuais que a Comissão tinha conseguido é porque existia a diferença por causa da metodologia. Realmente, estou mostrando que os dados da Sudam, não sei se foram ou não analisados pela Comissão, foram conseguidos por essa metodologia.

O produto final que buscamos foram quatro temas: solo, geologia, hidrologia e vegetação, e o mapa final é o Mapa síntese.

Quando sai da Sudam os mapas de todo o solo amazônico estavam prontos, de solo, da geologia, da hidrologia e da vegetação e estávamos trabalhando sobre o mapa síntese todas as suas potencialidades. Vamos produzir cinco mapas — cuja impressão seria caríssima, feitos em São Paulo — e numa escala de 1 para 250 mil seriam distribuídos na tentativa de dizer que os dados na Amazônia foram feitos com essa metodologia e se aproximam muito mais da verdade do que os dados mundiais que querem que aceitemos. Esse projeto foi todo executado no ano de 1988, foram cumpridos os prazos, e quem conhece o gerente desse projeto é a Professora Drª Clara PRondolf, que com muita perseverança, muita habilidade o soube levar até o fim. Esse mapa, existe, não sei qual seria o seu destino, mas ele está à disposição dos estudiosos e da ciência. A informação aí está, para mostrar o que fizemos, sempre na busca, a Amazônia tem os seus números e quer ser ouvida e que seus números sejam considerados. O padrão desses números é internacional, são válidos para o Brasil, para a Amazônia e muito mais para o mundo, por causa dessa metodologia.

Após esse pré-zoneamento, estamos buscando efetuar o zoneamento ecológico e econômico da Amazônia, vencendo as etapas: primeiro, coleção das informações, segundo, o pré-zoneamento, e agora entrar no zoneamento econômico ecológico. Situamos na Amazônia as áreas em que vamos fazer o zoneamento econômico ecológico, mais completo, correto, e que levará três anos para ser feito, apenas a metade, e localizamos as áreas que achamos mais importantes, por enquanto, como opção, por causa da densidade, da importância geoconômica, etc. Tivemos certos critérios, inclusive alguns dados já existentes nos permitiram começar por aí, vai levar tempo, porque não dispomos de recursos suficientes, mas, estamos batalhando para os conseguir, mas chegaríamos ao depois, final dela a termos informações corretas sobre a Amazônia, produzidas por nós, com a metodologia ama-

zônica e à disposição dos cientistas, dos estudiosos, dos aplicadores, dos investimentos da Amazônia. Esse ordenamento, olhando o aspecto físico, social, bioquímico, recursos naturais, tudo tem que estar nesse zoneamento, são temas que fazem parte desse zoneamento econômico-ecológico da Amazônia. Não isso que está aparecendo no jornal, na imprensa mundial, onde dizem que é fácil fazer o zoneamento; não é, é um trabalho difícil. Temos competência? Temos. O Brasil pode fazer? Pode. Mas não atrapalhem os técnicos brasileiros porque são extremamente capacitados para fazer esse tipo de trabalho. O máximo que podemos desejar é a participação, como consultores, de técnicos estrangeiros em experiências. Não pretendemos dizer que somos os maiores, mas também não posso afirmar que somos os menores, temos gente no Brasil com extrema competência para fazer esse tipo de trabalho, só precisamos talvez de tecnologia, um instrumental, um equipamento adequado para estarmos de acordo com os padrões mundiais.

Baseados no zoneamento, fizemos um estudo das potencialidades naturais da Amazônia Legal em 1988. O clima, hidrografia, relevo e as informações necessárias para buscar estudo das viabilidades das nações, os estudos temáticos, o estudo integrado e o estudo analítico, cada um deles tem projetos específicos.

Admiti que na Sudam não podia nomear, não tinha recursos para contratar ninguém, assim só tinha uma maneira que era dar uma administração matricial, cada assunto teria o seu gerente de projeto e o executoria, e matricialmente eu faria depois uma junção. Cada um desses grupos que se veem aqui são subdivididos em projetos específicos, cada um deles tendo um gerente brasileiro, da Sudam, que foi da SPVEA, gerente que tenha vivência, ninguém de fora. Receberam um treinamento e o estavam executando.

No Departamento de Recursos Naturais, no que diz respeito à floresta, de imediato, foram levantadas áreas de preservação e conservação ambiental. Isso não significa que a verdade esteja com a Sudam, esteja conosco, mas é uma primeira colocação feita pela nossa equipe, no sentido de distinguir onde achamos, de acordo com as informações que dispomos, o que fazer com o Parque Nacional, o que fazer com a reserva biológica e onde fazer as florestas nacionais. Isso por quê? Porque nosso objetivo é manter intacto a biodiversidade da floresta, o potencial genético dessa floresta, e para isso tínhamos que escolher regiões geoconômicas compatíveis para que isso pudesse ser conservado. Fez-se então uma primeira colocação e é isso que aí está, os parques, as reservas, as florestas, etc. Tudo isso determinado agora, se será executado é outra coisa a discutir.

O mesmo fizemos para as florestas de rendimentos. Quero fazer um parêntese com os senhores, para dizer que nós da Sudam, que nós, da Amazônia, admitimos que a floresta é um recurso natural, que a manutenção dos recursos naturais, como base da economia, devem ser conservados. Quando falamos em

programas de conservação do meio ambiente, admitimos nesta expressão "conservação" três variáveis: a primeira, a recuperação de áreas degradadas; a segunda, a manutenção da biodiversidade da floresta, e a terceira, é a manutenção desses recursos naturais como base da economia. Conservar, para nós, tem esse triplice significado.

Buscamos algumas florestas, algumas áreas que contêm florestas e que nelas poderíamos mostrar que o manejo sustentado e a biodiversidade podem ser conservadas. Com isso podemos demonstrar, como veremos a seguir, que a economia pode ter como base esses recursos naturais que aí estão.

Selecionamos várias florestas. Diriam os senhores: estão trabalhando nestas florestas? Não, porque isso depende de recursos, a única floresta que estamos usando como modelo é a floresta da Sudam de Curuáúna, que veremos com detalhes em que consiste.

O programa Poloamazônia foi substituído em função de novas informações, em função de um fato consumado que me colocaram em 1985, de eliminar o Polamazônia, e eu tinha que buscar novos objetivos para a Sudam. Fui buscar de que maneira? Recolhendo as informações existentes, aprofundando-as e dando a elas um tratamento de conservação, respeitando a biodiversidade, os recursos naturais e recuperando as áreas degradadas. Nossos projetos de trabalho da Sudam, em substituição ao Polamazônia, foram nesse sentido.

Observem que quando analisamos as áreas em que fizemos projetos e que a Sudam está executando, é um trabalho do nosso Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia, localizado em Belém do Pará, no edifício da Sudam.

Esta é uma região próxima de Belém, a região do Acará. Aguamá, etc, com floresta densa, vegetação secundária, área agrícola e pastagem, cada uma delas simbolizadas aqui a fim de demonstrar o que acontece. Agora, este é um dado real, é um dado verdadeiro. Por quê? Porque qualquer dúvida existente a equipe se deslocou e pôde estudar, verificar e confrontar a fotografia do satélite com a que aqui se achava.

Com esses dados tornam-se muito mais fácil planejar algo para esta área, com o propósito de buscar os três objetivos: manter a biodiversidade, manter os recursos naturais e fazer-mos o aproveitamento como base da economia, agora se tornou fácil. Isto é produzido por nós, da Amazônia, que trouxemos o sensoriamento remoto com as fotografias de satélites.

Vejam este detalhe que os Senhores não irão encontrar em nenhuma das fotografias que lá estão.

Então, quando os Srs. dizem: qual é a agressão do estrangeiro contra nós? Aí está. E só comparar o que eles dizem com o que temos, e vão ver que existe uma diferença. E verdade é que, se falarmos, baseados nisso, estaremos mais próximos da verdade. Se falarmos sobre uma fotografia que não reflete a realidade, irão falar coisas que não são verdadeiras.

Esta é uma região que já estudamos.

A outra região, é a do Tapajós. Estamos estudando-a porque é uma região que já foi pesquisada, anteriormente.

Em 1958/1959, a Spevea fez um convênio com a FAO — A Spevea é um órgão que antecedeu à Sudam — e eles quiseram estudar junto com a FAO, numa região da Amazônia, a floresta amaxônica, a regeneração natural da floresta, e quiseram fazer uma série de estudos desse tipo. Então, de 1959 a 1964, a Spevea fez esse tipo de trabalho numa região chamada Curuáúna — vamos ver, daqui a pouco, com detalhes — de 1964 até 1968, o programa continuou sem a FAO, só com técnicos brasileiros, apenas com o interesse de ampliá-lo. De 1978 até 1985, as coisas foram abandonadas, deixadas ao léu.

Em 1985, resolvi retomar os estudos nesta busca de informações e de pesquisa. Entretanto, chegamos a uma experiência, que reconheço, mundialmente, não existe. Por quê? Porque vinte e oito a trinta anos atrás, alguém tinha estado na floresta amazônica e feito uma derrubada, cientificamente organizada e estruturada, posto que sofreu as intempéries da natureza: algumas foram deixadas à toa; outras foram atendidas, outras, não. Vinte e oito anos depois, uma equipe altamente qualificada foi ver o que aconteceu, se se deixar uma área da floresta amazônica (floresta do planalto de Curuáúna) com a natureza nessa região.

Os subsídios que conseguimos, mercê dos trabalhos dessa equipe, são extremamente agradáveis. Os subsídios são privativos da Amazônia e mostram o quanto de balela andasse divulgando neste mundo em relação à realidade da Amazônia. Vamos ver esse detalhe.

Observem neste estudo, aqui, Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia, feito por nós, com a equipe da Sudam, com gente da Amazônia. Insisto neste ponto, porque, parece-me que, aqui em Brasília e no resto do Brasil, quando se fala em zoneamento, em estudo de uma área, imediatamente pensam: temos que buscar o Inpe, temos que buscar não sei quem, para poder dar confiabilidade aos dados. Digo aos Srs. que esses são dados produzidos por nós, da Amazônia, e que têm padrão internacional.

Observem um aspecto que o Senador Jarbas Passarinho há pouco me falou. Vejam esse ponto aqui que constitui desmatamento. Observem onde aconteceu desmatamento. Ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá, perfeitamente delimitado pela imagem do satélite, à margem do rio Tapajós. A região, onde não existe uma ação antrópica, onde não há penetração do homem — reparem — que ela continua ainda com a mesma estrutura...

Vejam um detalhe, conseguimos subclasseificar uma pequena região para mostrar o cuidado das equipes ao percorrer, para que cada uma das fotografias, cada uma das cores, signifique realmente a verdade do local e não a sua suposição.

Observem — é a lição que devemos ver que com a penetração do homem — aqui a ação estava em Cuiabá; e está aqui a mar-

gem do Tapajós — a ação antrópica com o desmatamento estava acontecendo, mas grande parte está preservada.

Observem a situação — aqui está o mapa do Pará, onde se resalta a cidade de Santarém — que foi uma carta feita por nós, embora usasse a imagem da fotografia do satélite Landsat, no nosso Centro de Sensoriamento Remoto da Amazônia, que é mesma que corre o Mundo com interpretações que não são nossas.

O SR. — Que é o mesmo da Rússia e dos Estados Unidos.

O SR. HENRY KAYAT — Os Estados Unidos e o Inpe usam o Landsat; o francês usa o Spot. A Rússia faz diferente. A Rússia não busca a nossa imagem de Satélite Landsat, ela manda o seu satélite, fotografa, recupera esse satélite e revela a fotografia. Então, é diferente do sinal.

Então, tentei — em 1987, estive no Brasil uma missão russa — porque o Presidente José Sarney esteve naquele país em visita oficial — que eles me mandassem umas fotografias da nossa região, para que pudesse comparar e ver as diferenças entre uma e outra. Um técnico russo, que fez parte daquela missão, disse-me que a sensibilidade deles maior do que a do Landsat. Entretanto, não vi; nem meus técnicos tiveram essa oportunidade. Pedi-a, mas não me foi dada essa fotografia. No entanto, a metodologia deles é diferente. Eles enviam o satélite, esse fotografa, recupera-o e, depois, revelam a fotografia. Ao passo que o Landsat, envia as radiações eletromagnéticas para serem processadas, em Mato Grosso; recebidas num filme, e a fotografia nos chega e a analisamos: São metodologias diferentes. Gostaria de ter — curiosidade, agora, científica — a fotografia russa para comparar. No entanto, não temos acesso.

Eis, aqui, a reserva da Sudam, onde se fez todo um trabalho de floresta dentro do seu objetivo, que, ainda há pouco disse. Aqui, estão o rio Tapajós, Santarém-Cuiabá e Curuáúna. Temos uma experiência, que não começou agora, mas em 1959. A Sudam tem o Centro Tecnológico Madeireiro, o CTM, em Santarém e a reserva florestal de Curuáúna. Então, fizemos um projeto, em que se estudava o manejo sustentado da floresta ali — aproveitar a floresta de uma maneira tecnologicamente correta para ver o que acontecia com o seu aproveitamento econômico no Centro Tecnológico Madeireiro. Encontramos, em 1985, isso, como disse, abandonado. Não é uma crítica. Com relação ao abandono estamos tirando uma lição. O que acontece na natureza amazônica, quando se abandona a terra. Até isso, serviu, inconscientemente, para que saibamos, hoje, o que aconteceu na Amazônia.

Demos um nome ao projeto de Programa do Desenvolvimento Florestal, e tentamos fazer um diagnóstico dessa situação. Em virtude da exploração predatória que foi feita, o desconhecimento sobre o inventário florestal, que é o que ela tem; desconhecimento sobre as características das madeiras; escassez de

mão-de-obra especializada; e a ausência de tecnologia adequada. Então, esse foi um dos pontos principais desse nosso projeto.

Montamos, então, dois projetos básicos. Este projeto, que foi começado, em 1988, em Curuáúna, a respeito de "Pesquisas Silvo-Culturais", "De Manejo Florestal", "Tecnologia de Madeiras", "Laboratório de Produção Florestal" e "Monitoramento da Área Florestal e Ambiente". Em resumo, isto aqui significa aquilo que disse há pouco: quando se tira uma árvore só doze por cento dela é aproveitado e todos os resíduos são abandonados. O que fazer com esses resíduos para ter aproveitamento econômico?

Existem as madeiras, já comercializadas, que o comércio, por sua vez, encarregou de dizer que são boas. Entretanto, e as outras, que são tão boas quanto àquelas, mas que não têm divulgação comercial? Então, tínhamos que montar uma maneira de fazermos uma tecnologia adequada e aprender as características técnicas da madeira.

Quanto ao Laboratório de Produção Florestal, chegamos à uma conclusão — e os trabalhos estão em andamento, existe alguma coisa concluída — de que, nesse nosso laboratório, lá, conseguimos sementes da floresta que germinaram, e verificamos determinadas condições em que essas sementes não germinaram bem. Temos no Centro Tecnológico Madeireiro, em Santarém, um laboratório que é excelente no sentido de estabelecer quais as plantas, as sementes nativas adequadas à região, e não buscar as coisas exóticas, as árvores que não pertencem ao nosso *habitat*. Então, estamos verificando quais os fatores, as variáveis necessárias para a germinação e a plena produção de sementes nativas para a região, desde que sejam adequadas ao clima — ao solo etc., etc. E o monitor da área florestal significa que onde fizemos o trabalho devemos acompanhá-lo para ver as mutações que irão acontecer naquela área, e o que ocorreria com o ecossistema florestal que estamos estudando. Por que pretendemos fazer isso? Porque todo mundo: os Estados Unidos, Sudeste Asiático, no Japão, na África, na Europa, todos eles falam num aproveitamento adequado da madeira e propõem modelos próprios, todos eles; modelo japonês, modelo canadense, modelo do Sudeste, modelo africano, e o modelo amazônico qual é? Ninguém sabe, não se sabe porque? Ninguém estudou ninguém viu. Então vem uma missão japonesa e nos propõe o nosso Instituto Florestal virá à Amazônia para fazer um aproveitamento da floresta, evidente que não vai dar certo, por quê? As características são diferentes. O governo canadense mandou uma missão para conversar conosco, lá na Sudam eu disse tudo bem, pode vir, mas as características nós é que iremos dar porque também o modelo deles não é o nosso. De repente, eles me fizeram uma pergunta inversa, quando eu cheguei em Washington, o Banco Mundial perguntou: e qual é o modelo de vocês? Isso em 1986. Eu não tinha, nós, não temos modelo amazônico da exploração da madeira então, temos que fazer o nosso. Então, nessa busca, sei

que há um esforço no Acre o Governador Nabor Júnior sabe disso, existe um esforço, mais isso é importante. Isso que eu estava fazendo em Santarém é válido, como o que ocorre no Acre, porque nós vamos ter o nosso modelo e em cima desse dele é que podemos convencer o mundo de que sabemos o que queremos e, dessa maneira, conseguiremos recurso para fazer o nosso modelo. O que não podemos é aceitar recursos e o modelo deles, isso que é uma agressão. Esse é um sentido de porquê fazer.

Recebemos críticas da Sudam — não é para fazer isso — mas se a Sudam não fizer na Amazônia, com os homens da Amazônia, quem vai fazer? É o Sul? Sul maravilha vai fazer isso? Não vai. Isso é nossa tarefa, nós temos capacidade nós vivemos o problema, nós vamos encontrar solução.

O nosso programa de reabilitação seria feito em 87, até 90; os Srs. não vão ficar com cópias — para não estar repetindo, mas os Srs. vêm as representações das etapas do projeto com o objetivo final, criar um modelo de exploração de manejo a sustentar a floresta Amazônica, válida no plano do Tapajós; pode ser que as características do Acre sejam diferentes, e são seguramente. As características do Amapá, de Roraima, do Sul do Pará são outras, mas temos que fazer alguma coisa.

As aplicações desses resultados vão mostrar sempre como fazer: explorar adequadamente os recursos florestais, usar as espécies conhecidas ou desconhecidas e divulgar no mercado internacional os nossos resultados. Reparem, numa ponta é manter sempre os nossos recursos naturais, como base de uma economia, na outra ponta é encontrar um mercado comprador que aceite as nossas idéias, sempre partindo da Amazônia para o mundo, e não o contrário, não é o mundo estabelecendo o preço para a gente, não é o mundo escolhendo a nossa madeira. Nós é que devemos dizer como e o que fazer, que tipo de madeira nós devemos dar a eles. Mas isso tem que ser feito de uma maneira técnica, científica se não eles não aceitam, porque a competição tecnológica, científica é grande nós temos que estar à altura deles para podermos conversar com eles em bases corretas.

Nesse trabalho, — eu vou dividir em duas partes, — o que é tecnologia de madeira, na serraria etc., em Santarém e no que nós fizemos em Curuáúna.

Como disse, de início, selecionamos 65 espécies da floresta Amazônica e buscamos verificar onde elas se adaptaram melhor. Aptidão ótima, aptidão boa, aptidão mínima e sem aptidão, classificamos em 4 tipos. Eu trouxe aqui para que vocês possam ver uma espécie só, araracanga. Como é que ela se distribui na Amazônia? Reparem que ela é regular onde aparece o verde, ela é ótima onde está aqui, é boa aqui, e é fraca no azul. Nas outras regiões não temos informações para colocar. Se admitimos que essa espécie é comercializável e pretendemos recuperar as áreas degradadas, ou fazer o manejo florestal, não vamos pensar em colocar, por exemplo, essa araracanga aqui, porque ela não vai sobreviver, não

tem condições, não tem o *habita* biológico adequado à espécie. Vejam que esse fundamento é importantíssimo para quem quer fazer uma manutenção da floresta Amazônica. Infelizmente só pudemos fazer, até agora, em 65 espécies — está sendo feito a evidente que as espécies amazônicas são umas mil e tantas. Temos que começar e estamos agindo. Dessas 65 espécies já estão distribuídas na Amazônia, espero em Deus que não parem de fazer, mas isto é fundamental para nós, saber onde é o *habita* mais adequado para cada espécie, para que não se criem problemas econômicos errados nem que façam uma reconstituição, uma reabilitação do solo, da área amazônica inadequadamente.

O SR. — Sem querer interromper V. Exª, há alguns estudos a respeito de pau-rosa?

O SR. HENRY KAYAT — Tem. É uma das espécies que faltavam. Nessa região de Curuáúna, nesse trabalho de manejo, que fizemos a partir de 1987, porque essa avaliação é a partir de 1987, e vejam que o período foi dessa área em que eu disse que foi abandonada de 1963 até 1987. E observem o seguinte: tomou-se, à época, uma amostra de terra que nós chamamos aqui de RN1, dez hectares de terras amostra RN1, dez hectares de uma outra terra chamada de RN2, na floresta de Curuáúna, duas áreas contíguas, duas áreas próximas e testemunha 1, e testemunha 2, aqui mata virgem é aqui idem. E aqui foi feito então, um tratamento de floresta. Aqui no RN1 fez-se o seguinte: naquela clareira, naquela área demarcada, eliminaram-se todas as árvores existentes, à exceção daquelas que se pretendia que elas se reproduzissem, eram as árvores porta-sementes. Ficaram naquela clareira dispersas aqui e ali, as árvores que existiam. Nessa outra área fizeram ao contrário, corte raso, cortou-se tudo e deixou-se na borda dura da clareira as árvores porta-sementes. Tínhamos duas áreas, uma com plantas disseminadas da porta-sementes e a outra, só nas bordas. Então, verificou-se o seguinte: árvores que fizeram esse tratamento 25 anos depois assim apresentavam: uma distância à altura do peito, entre cinco e quarenta e cinco comerciais, já tinham volume, metro cúbico por hectares de 309 e mata virgem; a biomassa era de apenas 50. Nessa outra área, eram de 208 e a testemunha 84.

Vejam como a primeira aproximação, apenas por efeito de raciocínio, que a derrubada não causa prejuízo à natureza amazônica desde que, nós vamos ver daqui a pouco, tenham etapas que a seguem. Espécies não comerciais tínhamos 53, nessa que foi servir de trabalho e na testemunha 123, portanto as espécies não comerciais continuam a proporcionar o que mostra o sentido econômico do trabalho. Com o acima de 45, reparem como se portou; comerciais 19, 9, 123, 124 mata virgem isso significa que o crescimento é lento, a recuperação é lenta, porque acima de 45 nós estamos falando das espécies pequenas, mas o crescimento é lento. No total, apenas para ver, 384 na soma da biomassa,

252, 297 e 348 em volume de metro cúbico por hectare, então, há uma regeneração natural.

Vejam nesse outro slide o número de árvores por hectares, aí que surpreende. Observem que de 5 a 45 o número de espécie comerciais na primeira área foi de 560 árvores por hectares. Foi de 560 árvores por hectares, enquanto que a testemunha 148. Na segunda área, aquela do corte raso, foi de 680 e aqui foi de 144, num total de 692. Numa soma total, aqui é um subtotal, de 700 árvores da testemunha, 818 da testemunha II, aquela da bordadura, enquanto que a virgem ficava em 500, e aqui em 432 árvores. O que mostra que se nós soubermos retirar a madeira de uma maneira adequada, tecnicamente correta, não destruímos a floresta. Depois nós voltaremos ao assunto.

Então, o plano de manejo, que a partir de 88 nós começamos a fazer devido a este trabalho, essas informações que nós colhemos em 85, 86 e 87, foi planejado da seguinte maneira: verificar as espécies que concorrem para a exploração; verificar de que modo se deve fazer uma exploração, e tomamos como base cinco talhões, cada talhão como 1000 hectares e cada ano nós vamos fazer um talhão de 1000 hectares; fazer todas as etapas do manejo adequado, com reprodução, com concorrência, etc e a condução do estoque remanescente; verificar o que acontece em cada uma das etapas, numa área total de 5000 hectares, 1000 hectares por ano em um talhão de 1000 hectares dividido tudo por 100 hectares e a duração de cinco anos. Então, a pergunta que cabe aqui: por que não fazemos tudo de uma vez? Temos capacidade? Temos. Não temos é dinheiro. Cinco mil hectares não é nada para quem trabalha na Amazônia, dá para fazer tudo de uma vez, cada uma nas suas etapas, apenas não há dinheiro. A Sudam não tem recebido, não recebeu recursos adequados para o seu trabalho do projeto, apesar de em todas as vezes na nossa proposta orçamentária tem ido essa solicitação, mas no retorno, são todas elas cortadas. Este é um tipo de trabalho pioneiro em toda a Amazônia. Não é originalmente nosso, já vem desde 59, apenas nós estamos tirando conclusões ou estamos tirando conclusões. Então, se a parte de Cururauna está aqui, a parte da tecnologia da madeira está aqui. Aqui se pretendem mostrar aos senhores que não basta saber trabalhar na floresta, nós temos que tirar proveito dessa floresta adequadamente para darmos sentido econômico. E aqui está; então, o que fazer em cada uma das etapas na serraria, quanto ao custo e quanto aos lucros que pode se obter. Então, o nosso programa do desenvolvimento florestal, reparem: o projeto susetivos 59 mil, e assim fomos descendo até ter o volume total de recursos necessários para este tipo de trabalho.

Observem, apenas como exemplo, o seguinte: como aproveitar a economia? O uso da madeira o lucro que ele deixa, o benefício na serraria e na carpintaria e o lucro que ele deixa; entre custos e a renda: custo

e renda, etc. Isto na maneira técnica, correta para ser feito. Então nós temos a primeira etapa do manejo e a segunda do aproveitamento potencial e com os lucros existentes numa demonstração de formar um modelo para interessar a fase econômica da madeira.

Nesse outro, observem, o que fazer apenas com a tora para a produção de lâminas e compensados — aí o lucro é bem maior. Cada vez que agregamos mais mão-de-obra, mais tecnologia é evidente que o produto final dá muito mais lucro. Tudo isso feito em Santarém.

Observem, até a secagem, o lucro que ela dá; até a secagem que lá existe. Então, em toda essa parte que eu estou mostrando aos senhores é para mostrar que nós temos um modelo, que nós estamos tentando criar um modelo amazônico da exploração florestal, do desenvolvimento florestal. Todas as etapas foram vistas. Do tratamento da floresta até a saída da madeira. Não há perda, porque a madeira é recuperada. E é um manejo sustentado.

Apesar de saberem de eu ter sido informado de que a parte de alteração da cobertura vegetal aconteceu, quero dizer aos senhores também que a Sudam fez o seu trabalho e, estranhamente, o trabalho da Sudam não foi considerado. No lançamento do programa "Nossa Natureza", estranhamente o trabalho e o esforço da Sudam foram esquecidos, com toda essa metodologia que eu disse aos senhores.

É eu estou trazendo aqui aos Srs. os valores que foram publicados, divulgados, etc. A nossa intenção era fazer toda a Amazônia, começando pelo Estado do Pará e nós tivemos com aquela preocupação metodológica de verificar o satélite e ir a campo para ver, encontramos, então, uma alteração do Pará de 9.7 — não sei se coincide com os dados coligidos por mim mas este é o nosso dado — dado do Centro Tecnológico Madeireira — do Centro Tecnológico de Sensoriamento nosso. Dividido e os Srs. ainda vão ver de que esses dados ainda são por município. Nós descermos ao detalhe de município. Em cada município, nós sabemos o que aconteceu. Era um trabalho de base para todos os Senhores.

No Estado do Pará, os Srs. vejam a alteração havida — 9.7, nesse número que está aí: Esquemas de alterações que é, hoje, de 75, 78, 86 — foram essas as informações que nós fomos buscar. As anteriores, 75, 78, 86 — para efeito de comparação, o que aconteceu, e os números estão aqui. Há um detalhe aí — o Pará não tem esse número, a área total é maior. Por quê? Porque na nossa metodologia, nós não colocamos a área que corresponde aos rios, porque nós estamos trabalhando na alteração da cobertura vegetal em solo e não em rios. Então, exclui e, aí, dá 123 — exclui os 6 mil que é da área. Então, esse número pode não coincidir com uma área do Pará...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E essa área considerada lá está substancialmente no sul do Pará?

O SR. HENRY KAYATH — Nós vamos ver, um momento.

Aqui no sul do Pará, nós tomamos uma pequena área de localização no sul do Pará — uma área de 11 milhões e 132 — para estudar o que aconteceu em todo esse período. Até 1979, 821 mil hectares tinham sido atingidos e, em 1983, até 1 milhão e 560 — um incremento médio de 22% com alteração de 14% sobre o total. Para mostrar — e nós estamos seguindo em todas as demais regiões da Amazônia — em todas as demais regiões da Amazônia, o que aconteceu nós desmatamos — como foi feita a alteração da cobertura vegetal? Devo dizer aos Srs. que quando nós na Sudam, admitimos a alteração da cobertura vegetal, não significa devastação — somente devastação — porque, nessa alteração pode ter havido uma substituição de floresta heterogênea por floresta homogênea. Nós temos nesta área imensas plantações de dendê, côco, cacau, seringueiras, castanhas, etc. Então, a alteração significa mudar a heterogeneidade anterior por algo diferente mas não significa deserto — não é uma desertificação da Amazônia. A mesma coisa aconteceu no Amapá. Hoje, o Grupo Antunes tem no Amapá uma belíssima plantação — uma recuperação de área importante de dendê, de mogno e de gmelina. Então, essa área alterou — aparece na estatística uma alteração mas não significa área desertificada. Pelo contrário, é uma floresta homogênea que foi substituída nesta área aqui para dar idéia o que é diferente entre a expressão "alteração e devastação". Não são sinônimos, não significam a mesma coisa.

O Estado do Acre — a informação que nós tivemos junto ao IBDF — na época do IBDF — foi, exatamente, esta — não sei se coincidem com os números que os Srs.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dá 7,2 — na realidade, 7.

O SR. HENRY KAYATH — Mas veja que esse é um trabalho conjunto — Sudam e IBDF.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — 7, só na área de Xapuri ou Sena-Madureira.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Deu 7 — em toda alteração antrópica, existente no Estado do Acre e levou em consideração, portanto, também, porque o Dr. Caiado não está mostrando no outro caso — os rios. Ele, também, incorporou os rios, os campos de pouso, vilarejos, vilas, rodovias, etc. Com isto, dava 7 e uma fração pequena. Aqui, neste último dado, Dr. — de 5,3 — é correspondente a que ano? É até 1987, não é?

O SR. HENRY KAYATH — Exato — é até 1987, porque esse é um trabalho de 88, concluímos em 88. Estou mostrando aos Srs. que estou afastado desde março, abril/março. Então, o trabalho, evidente, não é de 89...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Mas esses dados fornecidos pelo IBDF...

O SR. HENRY KAYATH — Não, IBDF junto conosco.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — São dados de 87.

O SR. HENRY KAYATH — Até 87. Foi um trabalho feito em 88. Uma questão de ver data. Mas, como sempre tenho dito, são esses dados que mostram a metodologia utilizada, como foi dito aqui pela comissão, e verifica a época que foi feita para serem comparáveis, porque, senão, vamos falar duas línguas e todo mundo está falando a verdade, dando dois números, mas todos os dois falando certo.

Observem adiante. Trouxe isto porque nós, da Sudam — e aí não coloco época — somos acusados de que os incentivos fiscais são os responsáveis pelo desmatamento. A imprensa internacional — e aí está o trabalho do Denny Mahar? que foi base de um trabalho do Banco Mundial em Berlim, Washington, simultaneamente, no fim do ano passado, mostrando que devem acabar os incentivos fiscais para a Amazônia. Sobre incentivos fiscais, ele comete o primeiro erro. Primeiro, nossos incentivos fiscais não são incentivos fiscais no sentido de capitalizar alguém. São incentivos fiscais de investimentos. Segundo, ele acusa o incentivo fiscal como causador do desmatamento. Então em novembro de 88, vejamos bem, há seis meses, tive a preocupação de mandar fazer um levantamento completo de todos os projetos da Sudam, em toda época feito na Amazônia, nas nove unidades da Amazônia Legal. E separando por agrícola, por agropecuária e por agroindústrias. E temos em toda a Amazônia 53 agrícolas; 605 agropecuárias e 38 agroindústrias. E vejamos bem: novembro de 88. Até novembro de 88, o que aconteceu foi incentivo fiscal na Amazônia. Observem a unidade federada. Novamente o número não é o mesmo. Lembrem que a Amazônia Legal, falamos em 5 milhões e 37, cinco milhões e 5 e agora são 5 milhões e 400 — Por quê? Porque, para efeito de incentivo fiscal, os municípios começaram a penetrar mais e menos. Mas, de qualquer forma, o percentual vai pouco influir, porque uma diferença de 300 sobre 5 mil, é zero e qualquer coisa, ou seja, a margem de erro é compatível. Observem que da totalidade dos projetos da Sudam, a área aprovada no projeto é de 38 mil sobre um total do Estado que aí está, o que dá b/a de 0.7. Então, todos os projetos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, tem a parte industrial e a parte de replantio. Mas tudo isso corresponde a 0.7. Efetivamente feita, porque no projeto é uma coisa, está escrito, mas tem que ver o que foi feito. O que foi feito foi 0.44, portanto, metade do projetado. Então, a responsabilidade dos projetos da Sudam não somente o agropecuário, mas o agrícola, os agroindustriais etc., sobre a área, é de 0.44. Então, tivemos uma aprovação de 144 milhões de OTNs e só dispusemos de 87, quando sabemos que o incentivo fiscal na Sudam não é 100% do investimento. Ele representa, no máximo, 50%, varia numa faixa de 30 a 50%. Na realidade, o incentivo fiscal fica em torno de 10% de investimento. Então, vejamos bem, quem vai investir com o projeto Sudam na Amazônia, a iniciativa privada, rece-

be, sob a forma de incentivo fiscal, em média apenas 10%. Noventa por cento do investimento é risco do empresário. Então, acho que é um bom negócio para a Amazônia, desde que dadas as diretrizes corretas, o Governo dá 10% e a iniciativa privada, 90%. É uma maneira de atrair. Para nós é um custo baratíssimo, desde que colocados dentro das nossas regras amazônicas como desenvolver, como usar a força da iniciativa privada junto conosco. Observem que separei floresta de outros revestimentos florísticos. E notem o seguinte: que a aprovada foi 0.45; a realizada na floresta, foi apenas 0.29, 0.3, arredondando. Novembro de 88, portanto, seis meses atrás. É o levantamento de seis meses atrás.

Outros revestimentos florísticos, portanto já fora da floresta. Então já separamos. Aquilo que chamei projeto agropecuário agrícola, mas na floresta, e outros fora da floresta. Devo dizer mais, que, neste caso, a partir de 85, nenhum projeto pecuário foi aprovado pela Sudam na área de floresta densa ou aberta, absolutamente nenhum. Todos esses números e projetos são projetos anteriores a 85. A partir daí, não aprovamos mais. Então, quando veio a determinação do programa "Nossa Natureza", está proibido fazer projeto agropecuário na floresta, não interferiu em nada, porque a decisão já tinha sido tomada desde 87. Uma pergunta que a imprensa fez: "E a repercussão?" Não há repercussão, porque na floresta não se aprovou nada em termos de projetos pecuários para a floresta, nem madeireiros também.

Fiz uma separação ainda maior de mata, cerrado, cerrado, campo cerrado. Mostrando, em cada uma das regiões, o que acontece, em termos percentuais. Estou trazendo essas informações para que os Srs. fiquem sabendo e percebam que esses dados, todos eles, foram feitos pelo nosso Centro Tecnológico de Sensoriamento. São dados produzidos por nós. Os senhores vão ver agora uma fotografia de como fizemos isto e vão perceber porque esses dados são indiscutíveis, porque são mais próximos da verdade do que aqueles que estão gerados aí fora. Então, quando se faz a pergunta a mim: qual é a agressão estrangeira sobre os nossos recursos, sobre os nossos dados, estou mostrando o que são os nossos dados, se compararmos com os de lá, vamos ver a diferença: se coincide conosco, está tudo bem! Se não coincidirmos, estou dizendo a nossa metodologia, a nossa verdade qual é.

Aqui está um levantamento que fiz agora há pouco, questão de um mês atrás, ou melhor, dois meses atrás. A área voltou a ser aquela de 5 milhões. Mas eu queria mostrar um detalhe importante aqui: a porcentagem do Finan em área de floresta é 9.25. Quer dizer, repetindo, há dois meses foi feito esse levantamento e aí está o resultado, mostrando que essa acusação que fazem — vamos acabar com o incentivo fiscal, porque está devastando a Amazônia — não é verdadeira. É querer culpar a quem não tem culpa. Observem a tecnologia que utilizamos para exame no satélite. Vejamos bem, com a imagem Centro de Sensoriamento fazendo levantamento por

fotografia. E utilizar — reparar bem o que nós usamos — é a imagem matemática, as bandas que usamos, portanto com uma planilha científica correta. Análise dos dados, como foi feita, porque recomendei aos meus técnicos o seguinte: "Olhem, os dados que vamos produzir vão ser questionados", porque, pela primeira vez, estamos querendo ficar em igualdade de condições com as outras fontes de informação neste País e no mundo. Então, não podemos deixar de dizer como fizemos, para que, na discussão verifiquem tecnicamente se fomos corretos. Então, observem que tudo foi anotado, como foi feito o cálculo, a vegetação, a área total, pasto limpo, pasto sujo, pasto muito sujo. Pergunta: alguém sabe disso neste mundo? Ninguém, somente nós, da Amazônia, podemos saber disso, pelo cuidado que tivemos de fazer esses levantamentos. Aceiros, represas, tudo foi anotado e foi olhado. Então, observem que tudo isso é levantamento de imagem.

Observem a fotografia que conseguimos. Reparem os dados cuidadosos. Essa parte branca, vegetação natural. Esta, pasto limpo; o verde; o roxo, pasto sujo e pasto muito sujo. Não tenho fotografia, porque não conseguimos ainda, mas pretendemos ter. Para comparar um trabalho econômico de um Projeto Sudam de um projeto que não é Sudam: Tudo isto, a reserva biológica, a reserva florestal é obrigatória, por lei, no Projeto Sudam — a fiscalização é obrigatória e estamos fazendo a fiscalização por satélites, porque para a Sudam, com equipe reduzida, é muito penoso fazer a fiscalização em campo. Por quê? Porque deslocar equipes reduzidas, são 43 pessoas apenas que são fiscais do sistema, ir para o Acre, Amapá e Roraima, nunca mais. Então, a tecnologia moderna dos satélites permite verificar o que está acontecendo, com todos os detalhes, em cada uma das fazendas. Sem mentira nenhuma, porque elas são impossíveis.

Cada uma dessas coisas é traduzida a cor em relação à realidade. Daí em diante, fica fácil. Então, podemos acompanhar no Projeto Sudam qual a agressão que está acontecendo na natureza. Os projetos que não são da Sudam não são submetidos a esse tipo de fiscalização e não há como fazê-la. Então, o Projeto Sudam é um projeto fiscalizado. A agressão ao meio ambiente não existe, porque no projeto a conservação da natureza já é ponto do projeto. E fiscalizamos corretamente.

Vamos adiante. Veja outra fotografia. Estou trazendo várias para ficar constatado como fizemos. Aqui já é no sul do Pará, numa terra a 150. — Reparem a temática toda, o que é capoeira, o que é solo exposto, sujo etc... Tudo isso são dados que temos fabricados, produzidos em nosso Centro de Sensoriamento. E sempre as áreas de proteção ambiental são respeitadas aí. Quando se acusa internacionalmente, como neste relatório do Banco Internacional, em que se diz que os projetos de incentivos são os piores da Amazônia, é mentira. É mentira, porque ele não tem esses dados.

Estou trazendo várias para que vocês percebam a diferença. Vejam outro. Estou me limitando a fazendas. Projeto Sudam. Observem que sempre a vegetação natural predomina. Agora, fiscalizamos e essa fiscalização é tecnologicamente correta, metodologia correta. Reparem as ordenadas (paralelos e meridianos) Todas determinadas, não há possibilidade de erro. E quantas vezes se errou porque os números da localização não coincidem na prática. Então, tínhamos que mandar de avião as pessoas para definir. Quando isso aparece é porque foi tudo confrontado, foi tudo verificado.

Vejam outro. É a mesma coisa. Reparem sempre.

Quero chamar a atenção é de que agora, com o Centro, temos instrumentos para uma fiscalização correta. Temos um instrumento correto, tecnologicamente confiável para acompanhar a questão.

Santa Marina. Mostrando várias fazendas, e que o trabalho continua. No programa, todos os projetos agropecuários têm sua fotografia. Esse é o começo, é instante zero no nosso trabalho. Daqui a um ano repetimos a fotografia e comparamos. Daqui a dois anos comparamos novamente. E, assim, vamos acompanhar.

Aqui está, como exemplo para mostrar aos senhores o seguinte: a alteração da cobertura vegetal no Estado do Pará. Tomei como exemplo o Estado do Pará. Nesta parte verde é uma área sem alteração, para relacionar com o projeto Finan, esses que são acusados de devastar a mata.

9.1 — É a alteração da cobertura vegetal por outras causas. E a Sudam participa dessa alteração em apenas 0.9. Quando digo alteração não significa devastação. Pode ser um replantio de coco, dendê, castanha etc. Mas vejam a posição do Estado do Pará. É de 0.9. E o Pará tem a maior quantidade de projetos agropecuários de toda a região.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Nessa parte alterada já se consideram os desmatamentos antigos?

O SR. HENRY KAYATH — Tudo. Vejam aqui, neste outro, a alteração da cobertura, projetos agropecuários, Finan apenas 0.6. Extraí aqueles outros agrícolas, agroindustriais. Deixei apenas o agropecuário, para mostrar que a responsabilidade do boi, da pata do boi é bem menor ainda do que o resto.

É muito sugestiva esta apresentação, porque desmente toda aquela informação que o senhor me deu. Qual é a agressão das informações mundiais em relação a nós? Está aí a resposta. Estou me limitando ao meu campo estreito da Sudam, mas reflete a veracidade ou não das outras afirmações em outras áreas.

Para que possamos ver, aqui, está o sul do Pará, razão da pergunta: Altamira, Conceição do Araguaia, etc. Vejam sempre que a alteração Finan em relação aos demais está sempre neste ponto. Reparem que é sempre ínfimo. Sem alteração é bem maior do que o resto. O sul do Pará é a região que, nos últimos

anos, recebeu a mais intensa migração que se conhece.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Do Araguaia é o contrário?

O SR. HENRY KAYATH — Conceição do Araguaia.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não, a última.

O SR. HENRY KAYATH — São João do Araguaia.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O desmatamento é maior?

O SR. HENRY KAYATH — É maior. Há alterações outras, a alteração Finan não teve.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas a Sudam quer em todos os casos.

O SR. HENRY KAYATH — Em todos os casos, inclusive aqui inexistente. Mas quando falam sobre o Pará, querem pegar tudo. Eu tive o cuidado de fazer município por município, para identificar, para desmistificar a acusação e nada mais do que a verdade, que aí está.

Município Sul do Pará: a alteração 4.2, alteração Finan 1.1. Aqui, a região específica, sul do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Por que essas alterações aí?

O SR. HENRY KAYATH — Aqui? Por outras razões.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Não, 4.2. A que o senhor atribui essas outras razões?

O SR. HENRY KAYATH — Roçados, madeiros, uma série de coisas. Não é projeto Finan. Estou querendo excluir o Finan como responsável. Estou mostrando que não. Mas no relatório que teve a cobertura internacional da imprensa, da televisão, acusando o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Atribuindo isto a...

O SR. HENRY KAYATH — À Sudam. Incentivo fiscal tem que acabar.

Da cobertura à participação apenas nos projetos agropecuários — 0.5. Vejam bem: 0.5 é responsabilidade do Finan, Sudam.

Não posso entender que, partindo desses números, se pretenda acabar com incentivo fiscal na Amazônia.

Pretendi mostrar aos senhores os dados que temos na Amazônia, produzidos por nós, e as razões que nos levaram a fazer isto. Os projetos desenvolvidos na ocupação da Amazônia foram todos com o objetivo de fazer projetos de conservação. Repito, para manter a biodiversidade da floresta, para fazer com que os recursos naturais sejam base de uma economia correta e para fazer com que possamos recuperar as áreas degradadas.

Nesse aspecto de recuperação das áreas degradadas, a experiência do Laboratório de Santarém é preciosa, porque, pela primeira vez, teremos as espécies vegetais, florestais corretas, para serem colocadas na Amazônia, de acordo com a aptidão do solo e do clima.

Eram essas as declarações que queria fazer, colocando-me à disposição dos senhores. Fico muito grato pela oportunidade que me deram. (Palmas.)

Pego desculpas por não ter trazido nada por escrito. Na realidade, recebi o convite na sexta-feira às 3 horas da tarde. Eu estava no Rio de Janeiro e só tive tempo de ir a Belém para buscar esses dados para trazer aqui. Falei de improviso, mas estou à sua disposição.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Os dados estão registrados. Depois, o Senhor poderia fazer até a revisão deles a seu critério.

O SR. HENRY KAYATH — Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Vamos levantar a reunião por 5 minutos para um breve intervalo e, depois, vamos passar para a parte de perguntas de parlamentares ao Dr. Henry Kayath.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está reaberta a reunião.

Como primeiro interpelante, dou a palavra ao Senador Mário Maia, por três minutos.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Senhores e Senhoras, professor e colega Dr. Henry Kayath, não vou lhe interpelar, porque o companheiro fez uma exposição satisfatória para nós, em que satisfez todas as nossas curiosidades. Apenas queremos fazer consideração de nos sentirmos gratificados com a sua presença e sua exposição, de uma verdadeira conferência e ensinamento; e lamentar que não tivéssemos tido oportunidade de antes tê-lo trazido aqui, para quem essa apresentação fizesse parte da primeira fase dos nossos trabalhos. Ela se encaixa perfeitamente dentro dos objetivos de buscar os dados confiáveis, se seria uma complementação.

Nos elementos trazidos aqui por outras entidades, como o INPA e o INPE, teria a complementação, fechando com a informação da Sudam.

O Dr. Kayath, na nossa concepção, pelo que ele acabou de expor aqui, sucintamente, nesses poucos minutos, demonstrou que não é um técnico ou um administrador: é um cientista, um pesquisador, com uma finalidade objetiva de pesquisa altamente profunda, que soube aproveitar, no momento adequado, a falência de um órgão, transformando uma ação impensada, quando fizeram a desativação do Coruaum, dos projetos lá, e deu, então, a finalidade à Sudam de pesquisadora com recursos minguaados, de fazer uma pesquisa científica, coletar esses dados todos para se chegar a essa proposta que o companheiro faz nesta Comissão: de se criar um modelo brasileiro, amazônico, baseado na diversificação da nossa natureza tropical úmida.

Estamos também constrangidos, porque estão nos chamando para outra reunião da Presidência e de Líderes, para tratar do pacto social. Veio um emissário aqui nos chamar. Queremos deixar isto registrado. Nós, como amazônidas, estamos preocupados e gratifi-

cados pela sua conferência, muito substancial. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Com a palavra o Senador Aluizio Bezerra. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR — Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Mário Maia, Dr. Henry Kayath, inicialmente, desejo cumprimentá-lo pela excelente exposição que acaba de fazer à nossa Comissão, que está estudando o problema do desmatamento da Hiléja Amazônica.

Foi uma contribuição valiosíssima, sobretudo porque nos permitiu tomar conhecimento de alguns dados, que eram inteiramente desconhecidos da maioria dos membros da Comissão, até do Congresso Nacional e quicá do País.

Eu, inclusive, tinha tido oportunidade de sugerir à Presidência da nossa Comissão a formulação de convite para o Senhor comparecer aqui e fazer essa exposição. Estive recentemente no Pará e fui informado de que o senhor tinha dados realmente preciosos a respeito desse palpitante tema que está sendo objeto de grande divulgação não só na imprensa do nosso País, mas de outros países interessados no problema ecológico.

No decorrer da sua exposição, pareceu-me bastante pertinente a formulação do questionamento que vou fazer agora. No que tange à implantação de projetos agropecuários na Amazônia, já chegamos ao limite do desejado. Se continuarmos a incentivar projetos agropecuários na Amazônia seria, de qualquer sorte, desaconselhável a esta altura, quando se faz esse questionamento todo, apesar de o índice aferido pela SUDAM, através de seus trabalhos técnicos, atribuir a esses projetos um percentual insignificante no conjunto de desmatamento havido na Amazônia. Mas pareceu-me, diante da exposição feita, que a grande vocação da Amazônia é realmente florestal, e temos que estudar uma forma de criar incentivos para o desenvolvimento dessa atividade, porque conseguindo transformar parte da Floresta Amazônica heterogênea em homogênea — como o senhor mostrou — seria possível até auferirmos maiores resultados econômicos do que propriamente com a exploração da atividade pecuária e com isso nos tornarmos grandes fornecedores de madeira para o mundo todo sem comprometer o equilíbrio ecológico da região. E parece-me que — já esta Comissão está preocupada em oferecer um modelo de desenvolvimento econômico para a região — os dados trazidos pelo senhor são bastante interessantes, e podem realmente serem aproveitados pelo Relator para, ao final dos trabalhos desta Comissão, apresentar, como uma das alternativas de desenvolvimento da Amazônia, a exploração florestal.

Tive oportunidade de visitar o projeto da ICOM, no Amapá, e vi o trabalho importantíssimo que ali está sendo feito na área de reflorestamento da região, não só no Projeto do Dendê, mas também na outra espécie que o senhor citou. Inclusive já está em fase de corte e o dendê já estava sendo explorado

quando lá estive. Então, são alternativas que podem ser oferecidas aos grandes investidores, principalmente aos investidores brasileiros, com incentivos fiscais, sem comprometer o equilíbrio ecológico.

Então, a única pergunta que eu faria, nesta oportunidade, depois de parabenizá-lo pela excelente exposição que acaba de fazer, é se o Senhor acredita realmente, que podemos direcionar um pouco esses incentivos fiscais da agropecuária para a área de projetos florestais?

O SR. HENRY KAYATH — Bom, acho que a colocação que o ilustre Senador está fazendo é correta. Acho que se compararmos sob o ponto de vista econômico o aproveitamento de um hectare de floresta por um hectare de pasto, o hectare de floresta é bem superior, muitas vezes superior do ponto de vista econômico, do que transformar aquela floresta em pasto, sem dúvida alguma. Mas, olhando no conjunto Amazônia, acho que vocação florestal deva ser preservada, devemos fazer dentro daquelas normas: manejo comercial, exportação, renovação, etc. podendo fazer uma restauração ou uma reabilitação na questão do reflorestamento. Se for com a biodiversidade, vamos restaurar, se for homogênea vamos apenas reabilitar. Esse é um programa de aproveitamento de áreas degradadas. Até aí tudo bem! Mas isso tudo pode ser feito em 280 milhões de hectares, a parte florestal, mas e o resto? A parte de várzea que tem uma vocação de bubalinocultura muito grande, isso tem que continuar. Então, a pecuária de bubalinos na várzea é excelente. Aptidão agrícola da várzea, excelente! Então, não se pretende fazer um projeto agrícola a floresta, faz-se na várzea! Não se pretende criar búfalos na floresta, cria-se na várzea! Na questão dos campos, dos cerrados, um terço da Amazônia é de campo, então os projetos pecuários podem ser colocados lá, como a produção de sementes pode ser lá, de grãos, pode ser lá no cerrado. Então, a Amazônia de 500 milhões de hectares, 280 são florestas que devem dar um sentido econômico florestal, perfeito. Os 20 milhões de várzeas para bubalinos e aptidão agrícola, os outros, que são cerrados, para os grãos e pecuária, pecuária extensiva, ou intensiva, conforme o caso. O que não se concebe, e há plena razão nisso, é que a floresta seja transformada em pasto. Não tem sentido e isto eu disse em Washington na reunião do Banco Mundial: "você têm que nos dar, pelo menos, um crédito de que não somos imbecis. Por que vocês dizem que estamos queimando as nossas florestas? E fiz a pergunta: vocês queimam, rasgam o dólar? Eles não rãsgam. Para nós, a árvore é dólar, não vou queimar uma árvore que vale dólares, que vale dezenas de dólares. Então, não nos acusem de queimarmos árvores. Não queimamos árvores. A nossa agricultura quando é fomentada, incentivada, pelo Poder Público, é feita no cerrado. A pecuária é colocada no cerrado, não tem floresta, não queimamos árvore. Acho que devemos diversificar os nossos objetivos econômicos várzea, floresta e cerrado. As ativi-

dades econômicas de qualquer ordem, neste País, podem ser desenvolvidas na Amazônia: o que for grãos, no lugar certo, o que for pecuária, no lugar certo. Floresta é floresta, várzea é várzea. O que não pode é misturar, porque não tem sentido econômico.

Dou-lhe plena razão de que isso deva ser feito embasado cientificamente, e aí vamos ter, como mostrei, lucros e economia, desde que não exploremos a nossa floresta de acordo com as regras do estrangeiro. Não é o Canadá, não são os Estados Unidos, não é o Japão que poderão vir nos dizer como aproveitar a nossa árvore. Quem vai dizer como aproveitar nossa árvore somos nós: como tirá-la, como trabalhá-la e como recolocá-la. Nós é que vamos dizer, porque eles não sabem fazê-lo. Se vierem nos dar um palpite, esse será de acordo com a fábrica deles, que pode não coincidir com os nossos interesses.

Esse o reparo que desejava fazer, dando-lhe inteira razão.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Concedo a palavra ao Relator, Senador Jarbas Passarinho, a cuja pedido V. S. foi convocado para esta Comissão.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Dr. Kayath, acho que a sua exposição é muito valiosa para a Comissão Parlamentar de Inquérito. É pena que por ignorância do que se passava na SUDAM, em relação ao sensoramento remoto, não tenhamos feito também a chamada na primeira fase de nossos trabalhos. Mas tenho a impressão que não há porque, inclusive, alterar o relatório preliminar, tomando o exemplo que V. S. deu do caso do Pará.

No caso do Pará, eu lhe perguntei, quando mostrou os dados de alteração antrópica, se os desmatamentos antigos estavam computados — e a resposta foi afirmativa. Os dados de que disponho aqui no INPE, no qual nos baseamos para depois ver os contestadores, que foram o Denny Mahar, o Lovejoy, o Fearnside e outros mais, esses dados apresentavam o Pará, para valor real de desmatamento, até 88, com 7,1%. Mas foi justamente aí que apareceu a contestação do Dr. Victor Carvalho — que era um dos técnicos do INPE, e tinha sido exatamente o chefe da área de Sensoramento Remoto — de que não havia sido computado o valor dos desmatamentos antigos. Aqui aprovamos este relatório onde sustentamos que a posição do INPE é perfeitamente válida, porque nem Mahar, nem Lovejoy, nem Fearnside, nem o INPE em 1973/76/78, quando fez com o IBDF, nenhum deles computou os desmatamentos antigos. Então, somando os desmatamentos antigos, que no Pará vão a mais de 30 mil Km², o próprio INPE fez a mudança do seu valor de 7,1, para 9,6%. E o seu dado é 9,73...

O SR. HENRY KAYATH — Sem considerar os rios.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sem considerar os rios. De qualquer maneira, os números se aproximam bastante.

O SR. HENRY KAYATH — A diferença é desprezível.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É desprezível. Apenas acho que aquela sua colocação de que é irrelevante quando se fala naqueles números, eu poria, não propriamente um reparo, mas uma consideração: quando V. Sª diz, por exemplo, que essa diferença é irrelevante — salientou bem isso: de que em alguns casos a diferença era irrelevante devido ao tamanho da área — mas estamos debaixo desse fogo cruzado de área internacional. Ainda ontem, vimos o Senador Leopoldo Peres fazendo um discurso ao qual demos um aparte mostrando aqueles cento e quarenta e quatro intelectuais do mundo que assinaram também o manifesto, chamando a atenção do Brasil para a sua irresponsabilidade na devastação da Amazônia, e já nos atribuindo até na Estrada 364, uma intenção neocolonialista: que o Brasil quer colonizar o Peru, quer colonizar a fronteira.

Nessa ocasião, justamente, salientamos o perigo que há nessa interpretação de devastação da Amazônia. Há pessoas que chegam aqui e dizem: "Viemos para lutar para defender o que resta da Amazônia". E o que resta da Amazônia, nos dados corrigidos, são apenas 93% da área. A sua colocação me parece muito correta, quando mostrou o problema dos cientistas. Para mim foi muito oportuno e pretendo incorporar ao relatório seguinte. Até depois gostaria de rever a matéria já taquigrafada, para poder, se for o caso, me dirigir a V. Sª para pedir explicações adicionais.

O SR. HENRY KAYATH — Estarei às ordens.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Quando digo que o número não é tão irrelevante é exatamente porque o Dennis Mahar diz, por exemplo, são 12%. Algumas projeções feitas, a partir do levantamento do IBDF, publicadas em 1980, de uma metodologia que fez com que essa velocidade fosse constante, chegaram, como o Dr. Fearucide chegou, a mostrar ao que o Pará não teria mais uma árvore de pé no ano que vem; que Rondônia já tinha perdido todas as suas árvores e mais 6% de árvores que não existem, porque chegou a 106% de desmatamento.

A minha primeira colocação seria esta: por exemplo, nós tivemos aqui grande dificuldade e, no relatório, nós não fizemos a referência à Floresta Amazônica. Acabamos fazendo mesmo isoladamente, dizendo que os desmatamentos somados — antigos e existentes — chegam a 343 mil Km².

Isto está referido como alteração da cobertura florestal e portanto está dentro da floresta, mantendo uma relação perfeita com o valor da floresta, a área da floresta. A SUDAM — e V. Sª repetiu esses dados aqui — apresenta 260 milhões. Tivemos aqui informações de outra natureza: o IBGE chegou a 350 milhões. Parece, entretanto, que a diferença é exatamente aquela que V. Sª mostrou, entre a Amazônia continental e a Amazônia brasileira. Se tomássemos, por exemplo, 60% que nós estamos tomando, com dados antigos do Exér-

cito, 60% da Amazônia continental pertencendo ao Brasil, nós estaríamos próximos dos seus dados, que deu 63%.

Então, estaria próximo de 350, que é o dado da FAO, que também não sei de onde tirou. Nós estamos com estes dados aqui. Se V. Sª pudesse nos indicar alguma fonte neste sentido, seria interessante, porque a diferença de 260 milhões e 350 milhões.

Se eu tomo um dado, por exemplo, 251 mil km² de desmatamento recente, e coloco sobre 260 milhões, eu tenho 9,6. Mas se eu coloco sobre 370 milhões, tenho 6,78. Então, começa a ficar uma dúvida de qual é o número que vale. Este era um ponto.

O outro ponto que eu tinha preparado antes da sua exposição, vai ver que foi prejudicado, desconhecido na exposição e que eu perguntava primeiro: o desmatamento intenso feito em 1987 se atribui a projetos na Sudam, para aparentar propriedades produtivas? Se pudessemos ir fazendo o diálogo aqui, seria melhor.

O SR. HENRY KAYATH — Não, não era.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Sª mostrou que não era isso.

O SR. HENRY KAYATH — Não era isso. Nenhum projeto, na floresta foi aprovado pela Sudam, para qualquer finalidade: nem madeireiro, nem pecuário. Não existe esta questão de floresta em Projeto Sudam, de 1985 para cá.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Alguns depoentes insistiram, e justamente seria 87, por causa da Constituinte. Quando a Constituinte começou a discutir a possível questão da Reforma Agrária, o que ficou claro aqui, por vários depoentes, é que houve um desmatamento intensivo — e o INPE localizou isto — na área da Amazônia Legal, para defenderem os proprietários da terra nua. Então, aí surgiram duas vantagens para eles e uma desvantagem total para nós, que era o desmatamento.

As desvantagens seriam: primeiro, provar junto à Sudam que eles estavam em operação; segundo: em face disto, que eles pagavam menor imposto territorial urbano.

— Então, isto foi localizado em 1987.

O SR. HENRY KAYATH — Com certeza de 1985 para cá isto posso afirmar porque é um levantamento fácil nenhum projeto pecuário, agropecuário ou agrícola, foi feito em área de floresta. Pode ser que no espaço da floresta, existissem, áreas degradadas antigas e, nessa área degradada é que foi autorizado a se fazer, mas após constatação de que não havia floresta.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E não há possibilidade, também, de que se tratassem de projetos anteriormente aprovados, até então não operacionalizados e que aí seriam aproveitados para isto?

O SR. HENRY KAYATH — Não, porque não houve mudança de objetivo. Isto seria uma mudança de objetivo, mas também não aconteceu. Projetos anteriormente aprovados que

por quaisquer razões eram projetos pecuários, vários supor, principalmente daquela região de Paragominas, transformaram-se em projetos pecuários, por que o solo não respondeu bem à pastagem, foram abandonados. Veio o novo dono e quis reconstituir. Isto pode ter acontecido, mas sem mudança de objetivo. Era projeto pecuário, continua projeto pecuário. Não houve desmatamento por causa disto.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vamos ficar em uma certa dificuldade para concluir, depois da sua afirmativa, porque os dados do Inpe baseiam-se neste levantamento também — é o mesmo que o seu sistema de levantamento remoto utiliza. Aliás, com uma precisão relativa de qualquer modo, chegaram a caracterizar um número de milhões de hectares que foram, nesta altura, desmatados, pelo estudo do satélite — isto foi em 1987.

O SR. HENRY KAYATH — Isso pode ter acontecido, mas não é Sudam. Não estou dizendo que não tenha acontecido, mas a nossa ação é apenas setorializada Sudam, projetos fiscalizados pela Sudam. Eu não tenho acesso a uma fazenda, a um projeto pecuário que não busque a Sudam. Isto é da órbita do IBDF, eu não tenho o que fazer lá. Então, é possível que esta afirmativa seja projeto pecuário. O erro é dizer que é da Sudam. Isto é que eu digo: não é da Sudam, mas pode ser de outros.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, pode-se concluir daí que os projetos pecuários são maiores. Não é?

O SR. HENRY KAYATH — Não tenho o levantamento desses projetos, que não são Sudam, mas não acredito que a Sudam seja maior.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Mas, outro dia, em conversa com o Senador Nabor Júnior, S. Exª me lembrava o seguinte: a Amazônia é de uma contradição terrível. Enquanto o IBDF proibia o desmatamento, o Incra exigia o desmatamento, para o fornecimento dos títulos. Talvez, devido à presença da Constituinte, em exigência do não aproveitamento da terra, tenha havido uma corrida para as pessoas que estavam requerendo terras do Incra, para fazer as queimadas e as derrubadas.

O SR. HENRY KAYATH — Mas, a grosso modo, acho que no Pará, nos projetos agropecuários do Pará, devem existir cerca de 220 projetos agropecuários Sudam. Tem que se ver sul do Pará, Marajó, tem que ver a margem esquerda do Amazonas e tem que ver a região do Tapajós.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Quantos hectares ao todo?

O SR. HENRY KAYATH — Nesses 220, aprovados são 10 mil e 751 km quadrados. Quer dizer, vai dar 10 mil 751 km quadrados, dá 107 mil hectares, aprovados, dos quais, realizados foram apenas 6 mil km no Pará. Seis mil no Pará todo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A dúvida do Relator é baseada no seguinte: por exemplo, o documento trazido aqui pelo Inbra e pelo IBDF, Em 87, teria havido um desflorestamento. Não é, portanto, uma alteração da cobertura vegetal; vai ser uma cobertura florestal. De 20 milhões de hectares, na Amazônia Legal, e a Sudam não tem praticamente participação nisto, é muito pequena, a conclusão lógica é de que 90% ou mais disso correspondem a projetos pecuários não calculados. Concordaria comigo?

O SR. HENRY KAYATH — É claro. A idéia é esta, agora, não sei é quantificar. Mas a idéia é esta e mostrei que os Projetos Sudam, como eu lhe mostrei, projetos que a gente fiscaliza. Está aí a imagem que determina a nossa proporção.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Desde quando o sensoramento remoto funciona?

O SR. HENRY KAYATH — Outubro, novembro de 1987, foi quando eu inaugurei. Levei dois anos construindo, 1986/1987.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E a qualidade científica da sua equipe?

O SR. HENRY KAYATH — Padrão internacional.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — São doutores, mestres?

O SR. HENRY KAYATH — São doutores, mestres. E eu fiz a recuperação, digamos, do recurso humano disponível; mandei fazer curso, dois, inclusive, no exterior. Então, vieram, e a equipe está crescendo, porque estimulou um novo setor científico, que não tinha no Pará. Agora, que está começando.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E o trabalho de campo, que é essencial para o setor? Apesar de sua louvável iniciativa de tomar essa diretiva, ele, provavelmente, ainda não está cobrindo a área da Amazônia Legal?

O SR. HENRY KAYATH — Não, não. Está.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Porque eu tenho exemplo. Ele mostrou a Acará. Aliás, fiquei ali preocupado com o dado de Acará porque parece que é uma área de desmatamento bastante acentuada.

O SR. HENRY KAYATH — Porque, ali, é uma densidade demográfica das maiores.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Desde a co-vidinhança com Tomé-Açu.

O SR. HENRY KAYATH — Vem de lá. Então, não consigo ter recursos. Não é que não haja capacidade técnica; existe e podemos contratar. Apenas, a Sudam não dispõe de recursos para fazer todos os projetos na proporção, na velocidade que gostaria. Por isso, tem que selecionar áreas. Quais as áreas mais importantes do ponto de vista nosso, da Sudam? Área do Acará, área do Tapajós. Então, aquela área está sendo estudada. Estou mostrando o modelo de como se deve fazer o estudo em toda a região.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — A Sudam deu algum apoio à Funtac?

O SR. HENRY KAYATH — Demos apoio à Funtac, na medida em que eles pediram, demos o que foi possível. A turma da Funtac estudou conosco, fazendo um estágio no centro de sensoramento mas, na proposta orçamentária de 1988 para 1989, o Ministério me cortou a verba necessária para dar e uma série de outras verbas. Então, fiquei com a Sudam com repartição pública e a Sudam não é repartição pública, não deve ser uma repartição pública, ela deve ter uma certa autonomia de trabalho, para ser o órgão regional de desenvolvimento. Transformá-la em repartição pública dá nisso.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu gostaria de ver se aprendi bem um dado que, para mim, será oportuno na formulação do relatório final. Conclui, daquela apresentação de transparências que o senhor projetou, que teria sido provado que, de todos os projetos da Sudam, somente 10% foram objetos de incentivos fiscais e apenas 0,44% da Amazônia Legal teria sido removida. São mais ou menos esses dados?

O SR. HENRY KAYATH — O dos 10% eu não entendi. Repita, por favor, a sua pergunta.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — De todos os projetos da Sudam, apenas 10% mostraram ter sido objetos de incentivos fiscais nos considerados como alteração antrópica?

O SR. HENRY KAYATH — Não. O que eu disse foi o seguinte: os projetos Sudam, como um todo, que são 1.320 projetos, excluindo um pouco mais de trezentos que foram cancelados ou implantados, e, até o momento, haviam 912 projetos em implantação. A participação do incentivo fiscal, no investimento desses 912, era de 10% e 90% são da responsabilidade do investidor.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O que caracteriza a ênfase que o senhor deu da participação da iniciativa privada com recursos próprios.

O SR. HENRY KAYATH — São 10% do recurso dos investimentos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Há uma acusação, no meio dessa logomania acusatória, que estamos...

O SR. HENRY KAYATH — Apenas para esclarecer mais: em 1985, essa participação no investimento era da ordem de 4%; em 1986, foi para 6%, em 1987, para 8%; em 1988, já estávamos atingindo 10 a 11% num crescendo de enriquecimento do FINAN. O fundo de investimento estava aumentando quando recebi o golpe de transferência do dinheiro do Norte nosso para o Nordeste e novamente baixamos a nossa média de participação. Mas, na realidade, é uma curva ascendente que começou em 1985, mediante a credibilidade e a confiabilidade do investidor na Amazônia e foi subindo. Comecei com 4 e já estava em 10, ano passado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Eu falava desse delírio acusatório, essa logomania que há sobre a nossa irresponsabilidade de fazer administração correta na floresta amazônica e um dado que aparece, mesmo dos que já estão nos defendendo, é se referindo ao passado, dizendo que nós já internacionalizamos a Amazônia, através de projetos que a Sudam teria apoiado, no passado, de capital estrangeiro, citando o King? Rauch, Volkswagen, cristalino etc. Qual é, na realidade, a participação de capital estrangeiro nesses projetos?

O SR. HENRY KAYATH — O capital estrangeiro, nos projetos Sudam, é praticamente nenhum, porque nenhuma firma estrangeira participou diretamente em projeto Sudam. O que acontece é que as empresas brasileiras, que são coligadas com firmas, com instituições estrangeiras, é que chegam a nós. Por exemplo, a Volkswagen no Brasil é a dona da fazenda Cristalino. Agora, se a Volkswagen do Brasil também tem interesse alemães, como tem, naquela proporção permitida por lei, a Sudam não tem como — estou me referindo à coisa passada — não tem como impedir que ela deixe de ter a Volkswagen do Brasil o seu projeto na Sudam, porque não é a empresa alemã que está indo lá e sim a Volkswagen do Brasil que está lá.

Não acredito, não vejo onde exista, não me lembro de nenhum projeto Sudam em que haja capital estrangeiro conosco.

(Falha na gravação)

Qual é o nome? Qual é o nome brasileiro?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É um projeto antigo do sul do Pará, que realmente existe, mas é finalmente da Volkswagen. Ele causou aquele escândalo do problema do incêndio, que foi detectado pelo satélite. Quando se falava isso, tinha-se a impressão de um incêndio tão grande que até o satélite havia detectado, quando, na realidade, era um foco.

Estou lhe fazendo a pergunta em provocação, exatamente para ficar registrado entre nós, porque, com a sua autoridade de ex-Superintendente da Sudam, e tendo feito o último trabalho de aplicação dessa nova estratégia de ocupação, era importante caracterizar, para nós, que esse projeto, como o senhor salientou, não é exclusivamente de capital estrangeiro e, sim, de capital associado. Nesse caso, se tivéssemos que admitir — não sei se o senhor concorda com essa ilação — se tivéssemos que admitir que isso significaria a internacionalização da Amazônia, acho que o ABC já estaria todo internacionalizado.

O SR. HENRY KAYATH — É verdade, e depois, a Zona Franca de Manaus, toda ela, vamos falar nas indústrias da Zona Franca, vamos falar nas indústrias Sanyo, Philips, etc.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ainda ontem, o Senador José Fogaça, no aparte que S. Ex.^a deu, falou exatamente disso.

O SR. HENRY KAYATH — Não sabia desse nome primitivo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A preparação da pergunta anterior, que estava visando o meu objetivo, que agora fica enriquecido com os dados da pesquisa de funcionamento, essa preparação tinha perguntas dessa natureza. Quanto à Amazônia hoje, com uma política de desenvolvimento definida, desde a SPVEA até agora, o meu objetivo é, desde que vamos estudar o problema da Amazônia, partir da colonização, antes da SPVEA e depois da SPVEA.

Antes, tínhamos o problema da colonização inteiramente alardeado. Cada um funcionava como quisesse e como podia. Com a SPVEA, a participação que tive lá durante alguns meses, no Governo de Jânio Quadros, deu-me a impressão de que o que se passava era realmente uma redistribuição de recursos para os Estados e Territórios, porque quem decidia isso era um conselho de sete técnicos, chamados Técnicos Federais, e nove representantes dos Estados e Territórios, e os nove automaticamente comandavam.

O SR. HENRY KAYATH — E faziam a partilha dos recursos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E era justo, pois cada um queria aumentar para a sua área. Como o projeto de desenvolvimento da SPVEA, o plano de valorização nunca foi aprovado no Congresso, naquela fase, e o senhor participou dessa fase, com o Superintendente.

Então, a parte anterior a que me refiro, é a mesma coisa, pois não haviam projetos. Tivemos planejamentos praticamente setoriais. Qual seria, a partir daí, a sua análise crítica, positiva ou negativa, em relação ao Polamazônia e ao que depois se fez? O Polamazônia tinha uma diretriz; o objetivo dele era partir de focos, para utilizar a linguagem do PC, não clandestinidade, era o foquismo. Cada foco ia se dilatando e, no fim, ele passava a ser interseccional e a Amazônia inteira estaria desenvolvida. Esse foi o projeto que foi muito acusado de ter criado grandes empresas, dos grandes projetos e, aí, aparece a Sudam, quando aparece, então, a questão da internacionalização, aparece a questão do desmatamento desbragado, etc. Isso realmente seria uma análise correta?

O SR. HENRY KAYATH — Acho que não. O Polamazônia foi realmente concebido em uma época. Naquela fase de desenvolvimento, quando se transformou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia para Desenvolvimento, a mudança não foi só de palavra. Valorizava-se e agora passou-se a desenvolver, isso a partir de 1966. Acho que são etapas diferentes. Então, até 1966, procurou-se valorizar a Amazônia.

Mas, a partir de 1966, com a Sudam, mudou-se a concepção, porque não se precisava mais valorizar; já estava muito bem valorizada; vamos agora desenvolver.

Criaram, ao longo do tempo, uma série de idéias. Mas essas idéias surgidas, inclusive do Polamazônia, não surgiram da manifestação do pessoal, das pessoas, dos habitantes, dos estudiosos da Amazônia; foi imposto por Bra-

silía. Então, a sugestão de Brasília era para fazer núcleos de desenvolvimento intensivo que serviriam de modelos que, por efeito de difusão, iriam se incorporar, cada vez mais, às áreas. É igual ao modelo exportador da época do Delfim: "Vamos exportar nossos recursos naturais, sem internalizar nenhum dos seus efeitos"; mas isso é "concepção Brasília", em relação a nossa região. Não houve a participação do elemento local, para dizer como a coisa tinha que acontecer. Então, a economia, nesse período todo, foi uma economia de desenvolvimento, mas num sistema dual. É o rico e o pobre, o abundante e o escasso. E o abundante, o que tínhamos, tínhamos de exportar, porque tínhamos que fazer divisas. Então, todo o modelo foi isso. Foi quando apareceram as grandes rodovias, os grandes eixos de penetração, as grandes implantações de hidrelétricas, essas coisas todas. Mas tudo com o modelo exportador, tudo num modelo de desenvolvimento. E o Polamazônia se integrou a isso, como um núcleo pequeno e pretendendo pegar uma área como exemplo para difusão. Isso, em ordem absolutamente geral.

Em 1985, quando a Seplan, com João Sayad, resolveu não consultar a Região e fazer o plano de desenvolvimento da Nova República etc., estabeleceu metas nacionais que, evidentemente, não coincidiam com as nossas metas amazônicas. Nesse caso, então, resolvi, junto com a Sudam, fazer um planejamento do desenvolvimento da Amazônia, participativo, com a informação buscada nas bases, e convoquei os prefeitos, convoquei os governadores, convoquei as universidades, convoquei todos. Com eles, estudamos e apresentamos nosso PDA — Plano de Desenvolvimento da Amazônia, participativo, partindo das necessidades do enfoque dado por nós, na base.

Então, aí, o Federal tinha excluído o Polamazônia e não podíamos nos opor a isso. Então, criamos as nossas novas linhas de trabalho, e que são essas, resumidamente.

Então, o primeiro PDA, de 85, para ser executado até 90 e, depois, em 89, deveria ser feita a correção para prosseguir, teve, pela primeira vez, na Amazônia, a participação das bases. Das bases no sentido de que as Secretarias de Planejamento Estaduais, Prefeituras, Universidades, pessoas entendidas na Amazônia, falassem. E elas foram colocadas.

Então, quando apresentamos, em 86, — levamos dois anos fazendo isso — o PDA ao Ministério do Interior para encaminhar ao Congresso para aprovação, engavetaram por aí.

O Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que não chega a essas bases participativas, foi aprovado. O nosso não foi; está aí numa gaveta qualquer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas, então, posso concluir que, desde a extinção do Polamazônia pela área central, pelo poder central, ficou faltando uma diretriz de ocupação...

O SR. HENRY KAYATH — Centralizada.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Centralizada. Sua periférica não foi aprovada.

O SR. HENRY KAYATH — Mas nós executamos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Executaram.

O SR. HENRY KAYATH — Executamos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, executaram por iniciativa.

O SR. HENRY KAYATH — Por iniciativa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Louvável iniciativa, porque, senão, ficaríamos sem nenhuma diretriz.

O SR. HENRY KAYATH — Sem nenhum tipo de diretriz.

Então, essa coerência de ação, independente de Brasília, é que permitiu apresentar os resultados de hoje. Porque não foi geração espontânea, mas porque os técnicos trabalharam.

É um trabalho de dois, três anos de treinamento do pessoal. Como é que posso falar de Curuáúna.

A Curuáúna foi pensada em um mês. Então, tudo isso está no nosso Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Quer dizer, independentemente de Brasília, trabalhamos. E, por isso, fui irregular. As minhas irregularidades estão aí.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E uma das preocupações, aqui, é terminar essa fase que já provou alguma utilidade. Naturalmente que se tivéssemos chegado, aqui, à conclusão de que o desmatamento da Amazônia é de 40%, então, teríamos tido um resultado extraordinário no mundo inteiro. Mas como, ao contrário, números que estão muito próximos, inclusive, o seu, se aproxima do trabalho final do INPE, como eles são mais modestos, como diz o Presidente, é que não tivemos grande cobertura da mídia internacional...

O SR. HENRY KAYATH — Porque não interessa, a intenção é outra.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, nesse caso, desejamos terminar o trabalho da CPI, possivelmente, vamos ter que prorrogá-lo, porque o prazo final é até 30 deste mês, com diretrizes que gostaríamos de apresentar. Então, se tivéssemos esse seu dado do PDA...

O SR. HENRY KAYATH — Vou lhe mandar.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ... para nós, seria interessante porque, aprovado pela CPI, podíamos ajudar.

O Senhor, que sei que é um devorador de livros, naturalmente conhece esse do...

O SR. HENRY KAYATH — Conheço.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Aqui, "Os Grandes Projetos da Amazônia". O coordenador é o José Marcelino Monteiro da Costa, que é...

O SR. HENRY KAYATH — Escreve muito, fala muito.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — ...mas ouviu muita gente de nome.

O SR. HENRY KAYATH — Eu sei.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É a tônica desse livro aqui é o ataque aos grandes projetos. E aí é o ataque à Sudam, pela execução dos grandes projetos. Isso tocou num ponto que eu gostaria de ver mais desenvolvido.

O SR. HENRY KAYATH — A Fundação Getúlio Vargas foi a editora?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não. Essa editora é lá da Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Era um núcleo muito dominado pela esquerda, sistematicamente, nessa área.

Então, o que me parece importante tirar como válidas as suas conclusões e eu lhe pediria que repetisse — é a invalidação que o Senhor fez da acusação da ocupação pela...

Então, seria realmente importante, para nós, saber isso. Não podemos debitar aos projetos de pecuária, porque eles já estavam proibidos de se fazer na floresta e, mesmo as anteriores, obrigavam a ter 50% da área permanentemente florestadas, o Senhor sustenta, também, que essa não terá sido uma crítica justa.

O SR. HENRY KAYATH — Justa. Claro! Porque, na questão da pecuária na Amazônia, preciso ver um detalhe importante que muita gente esquece. O investidor, a iniciativa privada, o empresário, não vai investir para perder dinheiro. Então, se ele vai para uma floresta e pretende derrubar a mata para transformar em pasto, ele já fez seus cálculos, já verificou que, economicamente, é melhor aproveitar a floresta como floresta do que transformá-la em pasto.

Evidente que, na grande rodovia da Belém-Brasília, na grande rodovia da PA-150, por causa da penetração dessas estradas, eles tiveram condições econômicas de transformar, aqui e ali, florestas em pastos. Tiveram condições de fazê-lo. Mas essa não é a regra. Eles buscaram o quê? Os campos naturais. Eles procuraram os cerrados, porque, do ponto de vista econômico, era melhor ter isso do que fazer derrubada. O custo era menor. E derrubar uma floresta para fazer um pasto...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É um custo a mais na produção.

O SR. HENRY KAYATH — A mais. Não é possível. Então, é inconcebível que alguém insista em dizer: vai derrubar a floresta para fazer um pasto, porque o custo econômico... É dizer que os nossos empresários não sabem calcular, não sabem fazer uma soma. É evidente que na PA-150, Belém-Brasília, aconteceu isso circunstancialmente. Mas essa não é a regra, a verdade é essa.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sobre essa conclusão que eles tiram no NAE — NAE é o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia — o que o senhor diria sobre a conclusão que eles tiram de que, enquanto os grandes projetos deram pequeno retorno, que o retorno é maior, um retorno desejado, em criação de renda, criação de empregos etc., a

partir dos pequenos e médios projetos que a Sudam tem financiado. Será verdade isso?

O SR. HENRY KAYATH — Não. É verdade no seguinte sentido.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Anterior.

O SR. HENRY KAYATH — O modelo brasileiro era um modelo exportador. O modelo amazônico também integrou-se nesse modelo exportador.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E o exportador permanece.

O SR. HENRY KAYATH — Permanece. Tínhamos que fazer exportação a todo custo. Então, quando assumi, em 85, a Sudam, mandei fazer, tive uma análise desse estilo, e encontrei o seguinte: os tais grandes projetos, de uma totalidade de 1.018 projetos que existiam na época em que assumi, apenas 200 eram grandes projetos. Oitocentos não eram grandes projetos. Classifiquei como médios e pequenos projetos. Então, era dar muita responsabilidade a 200 projetos, como responsáveis por todas essas acusações, em toda a Amazônia.

Em termos financeiros, na época, tinha 400 milhões de cruzados, como rentabilidade do Finam, para esses grandes projetos. Oitenta por cento eram art. 18 e recebiam 320 milhões de cruzados só. Então, o malefício desses grandes projetos, com a ajuda da Sudam, não passava de 300 milhões de cruzados e 100 milhões para médios e pequenos.

Então, não vejo como colocar essa acusação, quando ela é desdobrada. Se a gente vai desagregar essa informação, a gente passa a ver números dessa ordem. Que grande projeto é? O Jari é um grande projeto? O Jari, que digo, Grupo Antunes é um grande projeto?

Então, os 800 projetos pequenos e médios da Sudam realmente geram mais mão-de-obra, mais internalizam os efeitos do que os grandes projetos.

Então, quando falo de modelo exportador, é porque os benefícios dos grandes projetos não são internalizados na medida dos médios e pequenos. Mas não significa que não devemos ter também grandes projetos, mesmo com um modelo tecnológico.

Como, por exemplo, fazer uma exportação de dendê em pequeno projeto? Não existe. Como fazer celulose em pequeno projeto? Como? Temos que fazer grandes projetos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O projeto do Senador Almir Gabriel não é...

O SR. HENRY KAYATH — Ele é médio, é médio e pequeno. S. Ex. que não o ouça, porque diz que é grande; mas é pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Mas pode haver pequenos projetos de plantio de dendê?

O SR. HENRY KAYATH — Pode, mas agregados a uma indústria, porque sozinho não seria econômico fazer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora, chegamos exatamente nesse ponto. O Dr. Alvim, que é um homem que tem um currículo muito rico, mas é um homem muito polêmico, fez, aqui, uma eposição que foi considerada brilhante por todos nós e mostrou diversos tipos de vocação que a Amazônia deveria ter. Ele insistia muito numa, numa dessas vocações, fazendo comparação com a Malásia, enquanto a Malásia, comparativamente em superfície conosco, com a Amazônia, é muito menos, ela faz uma exportação que, hoje, é um modelo exportador. Ela exporta, em grande quantidade, o dendê, o cacau. Não me lembro de outras espécies que ele citou. Seringueira.

Então, ele acha que é tolice se pretender impedir que se fizesse um aproveitamento consorciado da silvicultura, aproveitando a seringueira natural, aproveitando a castanheira, as plantas medicinais, enfim, o que há dentro da Floresta e, com isso, fazendo consórcio com a plantação de cacau, plantação de dendê, etc. Seria essa uma vocação natural, também da Amazônia, uma vez que o Senador Nabor Júnior salientou a sua colocação de madeireira, florestal, de madeireira.

O SR. HENRY KAYATH — Ai, precisa que fique bem esclarecido.

A Malásia, com todo esse potencial, deu uma lição ao Mundo de como aproveitar racionalmente o seu território e o fez de uma maneira brilhante, mas se esgotou. Ela não tem mais condições de exportar, de expandir e a demanda mundial está crescendo. Onde buscar essa diferença entre a demanda e a capacidade da Malásia e os preços dela? Como ela fez tudo com tecnologia avançada, os custos operacionais da Malásia são baixos. Os custos de qualquer outra região são mais caros. Então, a competição internacional do mesmo produto o resto do Mundo perde para a Malásia, mas a sua capacidade de expansão acabou. A Malásia não pode mais ir além do que está produzindo agora. Onde buscar essa diferença entre a demanda e a capacidade da Malásia? Buscar nas outras regiões tropicais úmidas que é a nossa.

Então, cabe perfeitamente bem que o Brasil, que a Amazônia ocupe em produzir os produtos semelhantes ao da Malásia, com uma tecnologia adequada à Amazônia. Então, nessa questão adequada à Amazônia como seria? Consorciar com plantas nativas? Fazer a coisa exótica? É, mas em que regiões? Falta esse estudo de informações que não temos. Por isso que digo: a Malásia fez a coisa racional tecnologicamente; levou anos estudando seu solo e zoneando corretamente. A produtividade dela é muito boa. Nós temos essa informação? Não temos. Temos que chegar lá, para fazer...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O senhor conhece o levantamento da Embrapa?

O SR. HENRY KAYATH — Tenho. Esse que mostrei aí é um deles, da Embrapa.

As aptidões do solo existem no geral; no particular, no específico, se eu chamar um investidor e disser a ele: "vai plantar dendê nesta

região da Embrapa, ele vai ter de fazer outra análises de solo para ver, dentro daquela faixa, onde é que está o mais adequado para ter melhor produtividade para uma competição.

Então, essa questão de dizer se é consorciar com plantas nativas ou fazer florestas homogêneas ou não, isso vai depender ainda de um estudo tecnológico a ser feito.

Então, quando ele fala que a vocação tem de ser do consórcio, tudo bem, mas em que região? Em que local? Estamos fazendo, lá, no Pará, na região do Xingu, está havendo consórcio de cacau com cupuaçu. Estão fazendo agora o da seringa com o cacau. Mas são experiências isoladas, em termos de macroeconomia, temos que pensar mais um pouco; não temos as informações básicas. Isso que está faltando.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Presidi uma Mesa aqui, na semana passada, o Instituto Latino-Americano do Senador e ex-Governador Franco Montoro, e vi vários painelistas ou conferencistas, um deles um Doutor indiano, não guardei o sobrenome, que foi Secretário do Meio Ambiente, no Governo Franco Montoro, em São Paulo, e teve a grande conquista de despoluir Cubatão. Esse homem, na cadeira em que o senhor está aí, no momento, levantou uma tese que tive que contestar depois, porque ele, com a maior veemência, dizia que não podemos e não devemos de maneira nenhuma, e até usou o advérbio nunca, nunca abater a floresta, que a floresta deveria ser floresta, permanecer como floresta, e não deveríamos ter nenhum tipo de atividade agrícola, pecuária, madeireira e manter apenas a floresta.

Então, rebati isso. Como ele também disse que era uma invenção de patriotada, tinha a questão de falar de pressões internacionais ou, sobretudo, internacionalização da Amazônia. Pedi a ele, então, que me respondesse o que ele achava, diante desse princípio, da declaração do Presidente da França, o Senhor François Mitterrand, de que países que dispõem de florestas úmidas, equatoriais úmidas, e o Brasil dispõe da maior, devem compreender que a sua soberania, sobre essa área, deve ser relativa. Então, à luz do Direito Internacional Público, eu perguntava o que era soberania relativa? E a colocação dele, do ponto de vista, portanto, de exploração da madeira e de exploração da área, seria exatamente a de congelamento da região.

O SR. HENRY KAYATH — Torná-la intocável.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, isso é que ele chama aqui nesta CPI de preservar, diferente do conservar que o senhor deu uma outra conotação, porque o conservar aqui dito por outros técnicos seria uma forma de explorar a região de maneira auto-sustentável.

O SR. HENRY KAYATH — Não destruí-la.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Essa tese, naturalmente, conta com a sua completa discordância.

O SR. HENRY KAYATH — Eu teria uma pergunta, ele conhece a Amazônia?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não sei, mas alguns, pela mão do Sting foram a Altamira.

O SR. HENRY KAYATH — A colocação que ele faz é de quem nunca andou na Amazônia e se andou não compreendeu a Amazônia. Eu basicamente começaria por aí porque não sei, se ele não foi, conhece a Amazônia por livro, evidente que ele não vai poder dizer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Tenho a impressão, Sr. Presidente, que estamos concluindo e faria só mais uma pergunta que já está praticamente respondida quando eu disse que estamos visando obter o balanço das diversas estratégias de ocupação da Amazônia. Antes da SPVEA, o Polamazônia e depois do Polamazônia. As respostas do Dr. Kayath já são, para mim, satisfatórias. Agora, com a experiência dele gostaria de ter a opinião do Dr. Kayath sobre alguns pontos. Esse primeiro, os ecologistas que eu chamo praticamente xitas da ecologia e querem conter a Amazônia preservada e, portanto, intocada, alguém falou na combinação da silvicultura com espécies adequadas e a polêmica sobre a pecuária que foi também agora aqui já objeto de esclarecimento.

A pergunta final seria se o Dr. Kayath conhece o zoneamento proposto pelo Ecologista Paulo Nogueira Neto, eu achei muito simplista. De algum modo, ele que me perdoe, que ele dividiu a Amazônia em três partes iguais, lembrou-me aquela história do Anatole France falando que havia um cidadão que julgava o melão a maior invenção de Deus porque os gomos já eram preparados equitativamente para cada um. Então, daí dividir a Amazônia em três partes iguais, duas ele mantinha em parques, parques nacionais, outra seria silvicultura exclusivamente e uma terceira que, com certa resistência, ele admitira ser agricultura.

O senhor mostrou num dos slides, numa das transparências, determinados parques. Gostaria que renovasse isso, porque se aquilo é proposta que se articula com os parques nacionais que já foram criados antes...

O SR. HENRY KAYATH — Articulam-se.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E essa proposta em que pé está?

O SR. HENRY KAYATH — Foi encaminhada e está perdida aqui em algum lugar de Brasília, não sei, não há como acompanhar. Aqui se perde e não conseguimos seguir o caminho dele.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ainda bem que não é no Congresso que também costuma...

Vejamos se nessa síntese eu estaria correto com o seu pensamento.

O Sr. dá importância que haja uma incorporação da Amazônia ao todo da economia nacional, primeiro partindo do princípio de que o projeto deve vir dela para o poder central e não ao contrário?

O SR. HENRY KAYATH — Exatamente, correto.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Segundo, que nessa ocupação da Amazônia em caráter de projeto de desenvolvimento, podemos combinar pecuária, em determinadas áreas, principalmente as áreas de sua vocação natural, agricultura, silvicultura e exploração florestal?

O SR. HENRY KAYATH — Exploração florestal do tipo extrativismo e plantas medicinais.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O extrativismo seletivo?

O SR. HENRY KAYATH — O extrativismo seletivo, oleaginosas, frutos, tudo isso.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E que é aqui também, tivemos aqui uma posição contrária dos xitas, aliás, parecida com ela, é que se defendeu aqui, especialmente o conferencista do Acre, que tem um número diferente do seu como o caracterizamos, o seu chega a 5% e o dele chega a 7, mas com variações diantrópicas, também. Ele defendia o princípio de que um hectare de floresta mantido exclusivamente na silvicultura, quer dizer, explorando a seringueira, castanheiras, plantas medicinais, seria mais lucrativo que fazer a pecuária ou fazer agricultura...

O SR. HENRY KAYATH — Mais do que a pecuária, com certeza, mas aí tem que ver a natureza do solo, que tipo de agricultura, que tipo de hectare extrativo está fazendo. Agora, em qualquer circunstância, a pecuária, em termos de floresta, é inferior ao que a floresta pode dar economicamente. Agora, entre agricultura e floresta vai depender da natureza da agricultura e da estrutura da floresta. Agora, em qualquer circunstância, pecuária é sempre inferior.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, acho que o relator está bem informado e agradece muito a contribuição muito valiosa do Dr. Kayath. Não é nenhuma surpresa porque conhecemos a qualidade intelectual e o saber do Dr. Kayath, de maneira que apenas pediria que pudéssemos tirar partido de alguma dúvida posterior que o Dr. Kayath pudesse ainda me responder alguma consulta.

O SR. HENRY KAYATH — Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Peres) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 48 minutos.)